

Carlos Guimarães da Cunha

NEGOCIANTES, MERCADORES  
E TRAFICANTES  
NO FINAL DA MONARQUIA ABSOLUTA

A burguesia mercantil em Portugal,  
dos anos finais do século XVIII  
até ao início da Revolução Liberal

2ª Edição

Lisboa 2014



*À memória de meu avô,  
Manuel Joaquim Guimarães,  
a quem devo grande parte do meu  
interesse pelo estudo do passado.*



# ÍNDICE

Nota Prévia à 2ª. Edição.....	7
Introdução.....	11
Capítulo I.....	13
Negociantes, Mercadores e Traficantes: sua distribuição pelo país. A importância das colónias de comerciantes estrangeiros.....	13
1 – Tentativa de cálculo aproximado do número total de comerciantes no princípio do século XIX.....	13
2 – A distribuição geográfica dos comerciantes: mercados regionais e principais praças de comércio.....	19
3 – Negociantes e mercadores em Lisboa e no Porto.....	25
4 – Negociantes e mercadores nas províncias.....	30
5 – As colónias de comerciantes estrangeiros.....	35
Capítulo II.....	47
As Atividades da Burguesia Comercial: comércio interno e externo; seguros e atividades bancárias; agricultura e indústria.....	47
1 – O comércio interno e externo.....	47
2 – Seguros e atividades bancárias; a Bolsa de Lisboa.....	69
3 – Agricultura e Indústria.....	82
Capítulo III.....	91
Os Grandes Negociantes e a sua importância económica.....	91
1 – A existência de grandes negociantes portugueses e a sua importância no contexto nacional e europeu.....	91
2 – Monopólios, privilégios e contratos na origem das grandes fortunas.....	103
Capítulo IV.....	119
Da Prosperidade à Crise: a evolução da conjuntura política e económica desde a última década do século XVIII até 1820 e os seus reflexos na atividade mercantil.....	119
1 – Antes das Invasões Francesas: uma conjuntura económica favorável. A importância do Brasil e a prosperidade comercial.....	119
2 – As Invasões Francesas e a Guerra Peninsular: reflexos sobre o aparelho comercial e produtivo do país. A nova conjuntura do comércio externo depois de 1808: a abertura dos portos do Brasil e a concorrência britânica. A deterioração da situação económica e política.....	128
Apêndices.....	159
Relações de Comerciantes.....	161
Movimento Portuário em Lisboa, Porto e Setúbal.....	165
Fontes e Bibliografia.....	213

I Fontes Manuscritas.....	213
I.1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.).....	213
I.2 Biblioteca Nacional (Reservados).....	213
II Fontes Impressas.....	213
II.1 Jornais e Publicações Periódicas.....	213
II.2 Documentação impressa.....	214
II.3 Memórias, depoimentos, estudos e crónicas da época.....	214
III Bibliografia.....	215
III.1 Dicionários, Enciclopédias e Histórias Gerais.....	215
III.2 Obras sobre temas específicos.....	216

## NOTA PRÉVIA À 2<sup>a</sup>. EDIÇÃO

Este livro tem uma longa história. Antes das profundas mudanças introduzidas depois de 25 de Abril de 1974 no sistema de ensino, a obtenção do grau de licenciado nas faculdades de letras exigia, para além da aprovação em todas as disciplinas do currículo, a apresentação de uma dissertação muito semelhante à que hoje é exigida para obtenção do grau académico de mestre. Essa dissertação, que, tal como agora acontece, era vulgarmente designada por tese, implicava a frequência e aprovação de um seminário temático, no qual o assunto nela tratado obrigatoriamente se integrava, sendo o seu professor orientador e avaliador o mesmo que dirigia esse seminário. Foi em função destas exigências que, no já longínquo ano letivo de 1972/1973, no último ano da licenciatura de História, que então era o quinto, o autor destas linhas se matriculou no seminário de História Moderna e Contemporânea de Portugal, dirigido pelo professor Jorge Borges de Macedo.

Os estudos sobre a economia e a estrutura social ocupavam então um lugar predominante na investigação histórica, quer por influência do marxismo, então preponderante nos círculos intelectuais portugueses, quer pela importância crescente que a historiografia ligada à chamada «escola dos *Annales*» vinha assumindo. Por outro lado, o início da «contemporaneidade» em Portugal — aceitando como válidas as balizas cronológicas que empurravam o começo do período contemporâneo para a eclosão da Revolução Francesa — apresentava, nesse tempo como agora, numerosas lacunas, que abriam campo a pesquisas várias. Isto e gostos pessoais levaram-nos a escolher como assunto da dissertação que nos propúnhamos apresentar o estudo dos «homens de negócio» de Lisboa nos anos terminais do absolutismo. Sabia-se da relevância económica da capital portuguesa nos anos que precederam as invasões napoleónicas, principalmente como grande entreposto de géneros coloniais, relevância que designadamente motivou a fixação de um numeroso grupo de negociantes estrangeiros. Vingava também a tese que apontava a «burguesia» como a autora da Revolução de 1820, sendo que nessa «burguesia» os homens de negócio constituíam o núcleo mais poderoso pelo seu poder e influência. De tudo isto resultava o título da dissertação: «*Os Negociantes de Lisboa no Fim do Antigo Regime (1790-1820)*». Os limites temporais impunham-se por dois motivos: primeiramente havia que fixar cronologicamente uma investigação que se previa árdua e não se podia estender indefinidamente no tempo; 1820 justificava-se pelo que acima se escreveu.

As investigações sobre o tema começaram ainda durante o seminário e um relatório sobre as primeiras pesquisas e conclusões foi ainda nele apresentado e discutido. Mas as atividades docentes que já então nos ocupavam impediam que a investigação prosseguisse com a celeridade devida e assim, em Abril de 1974, a dissertação estava longe de

concluída. Abolidas as «teses» e obtido o grau de licenciado, o mais curial seria que abandonássemos as pesquisas para sempre. Não foi isso, contudo, que sucedeu, quer porque gostávamos francamente de fazer investigação histórica quer porque o tema que havíamos escolhido nos suscitava o maior interesse. Mais ainda: uma vez que deixávamos de estar pressionados por qualquer exigência de tempo, decidimos alargar o âmbito das pesquisas sobre as gentes de comércio a todo o continente português, mantendo embora, em termos aproximados, os limites temporais que antes havíamos fixado. E assim, aproveitando as poucas horas vagas que o exercício da docência no ensino secundário nos deixava, fomos continuando a investigação ao longo de muitos anos, enquanto apresentávamos as primeiras conclusões em dois artigos publicados na revista «*História*», sobre «*Negociantes estrangeiros em Portugal no final do Absolutismo (1790 — 1820)*» (N.ºs. 22/23, Agosto/Setembro 1980), e sobre «*A Grande Burguesia Portuguesa nos finais do Absolutismo*» (N.º. 29, Março de 1981). Entretanto, importa também assinalar aqui que o decurso dessas investigações beneficiou de vários encontros que tivemos com o professor Jorge Borges de Macedo ao longo desses anos. Do nosso antigo mestre, por quem tínhamos grande admiração, sempre recebemos provas de consideração e amizade, e pudemos assim aproveitar dos seus vastos conhecimentos da época em que se situavam as nossas pesquisas, e bem assim de várias sugestões que nos permitiram avançar mais seguramente em diversos assuntos.

Entretanto, na década de 1990, ocorreu o facto de um investigador universitário, Jorge Miguel Pedreira, do Gabinete de Sociologia Histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, iniciar uma investigação sobre os negociantes de Lisboa na época de que nos ocupávamos. Em 1992, era publicado na revista «*Análise Social*» um primeiro estudo, intitulado «*Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*», a que se seguiu, em 1995, um trabalho muito mais vasto, dissertação de doutoramento do autor, «*Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*». No primeiro os limites temporais não coincidiam exatamente com os que nos tínhamos proposto impor à nossa investigação, deixando de lado as duas primeiras décadas do século XIX; mas na dissertação esses limites ultrapassavam os nossos e englobavam claramente o período que nos propuséramos estudar. Perante esta realidade, dada a similitude dos temas, e porque se tratava de trabalhos elaborados no âmbito de uma carreira universitária, impunha-se refletir sobre a oportunidade e conveniência de proseguirmos as nossas pesquisas.

Ora uma análise cuidada dos dois trabalhos referidos mostrou que, com alguns ajustamentos, continuava a ser pertinente fazê-lo. Primeiramente, a investigação em causa tinha um âmbito social e geográfico



mais limitado do que a que já havíamos encetado. No plano social, porque nos propúnhamos alargar a nossa pesquisa a todas as gentes do comércio, desde os comerciantes de grosso trato — os «negociantes», no vocabulário do tempo — até aos donos de lojas de comércio — os «mercadores» — e a uma modesta categoria que, entretanto, nos aparecera na documentação consultada, fora dos grandes centros urbanos — os «traficantes». No âmbito geográfico, porque o nosso propósito passara a ser investigar todos esses grupos para o «retângulo» europeu do então vasto império que era o Estado português. Em segundo lugar, a dissertação citada prolongava e desenvolvia os objetivos já anunciados no estudo publicado, em 1992, na «*Análise Social*». Tratava-se de uma investigação no domínio da Sociologia Histórica, que visava averiguar o modo como se havia processado a diferenciação do grupo dos negociantes lisboetas no seio do corpo mais vasto dos agentes comerciais, esclarecer o problema do seu recrutamento ou «reprodução» e analisar os seus percursos sociais, particularmente dos mais importantes. Eram propósitos que ultrapassavam claramente os nossos, particularmente nos itens da diferenciação e reprodução; o que nos propúnhamos fazer situava-se no domínio estrito da História Económica e Social. Embora as fronteiras entre esta e a Sociologia Histórica sejam, em certos casos, difíceis de definir, nós pretendíamos tão-só investigar o peso demográfico e económico dos grupos mercantis citados, a sua distribuição pelo país e respetivas atividades, e o modo como se haviam adaptado às profundas mudanças estruturais e conjunturais resultantes das invasões francesas e da ida da família real para o Brasil. Ou seja, as nossas investigações seguiam outros rumos e visavam outros objetivos, justificando-se plenamente o seu prosseguimento.

Acontece que diversas circunstâncias vieram afetar, de modo sensível, a continuidade dessas investigações. Por um lado, um acréscimo de exigências na atividade docente obrigou-nos a interrompê-las durante largos períodos, por manifesta falta de tempo. Por outro, a decisão de frequentar um mestrado, a orientação que neste foi imprimida à investigação e a necessidade de elaborar a respetiva dissertação desviaram a nossa atenção para outros temas, que assumiram um carácter prioritário dada a necessidade de cumprir prazos. Alguma coisa, todavia, se foi fazendo, embora tenhamos consciência que, particularmente no domínio da documentação manuscrita, muito mais se poderia ter investigado. Mas o arrastamento das pesquisas durante um tão longo período, o aparecimento de problemas de saúde que nos tiravam tempo e disposição para o prosseguimento das mesmas, bem como o convencimento de, apesar de tudo, termos acumulado uma massa de informações com interesse e significado sob o ponto de vista histórico, levou-nos a decidir pôr um termo à investigação e proceder à redação final do estudo. Este padece, conseqüentemente, de algumas limitações, designadamente uma certa tendência para a condensação de alguns assuntos. Mas o que, para

uns, constituirá um defeito, para outros poderá ser uma virtude: não tendo que obedecer, apesar da sua origem, aos critérios que presidem habitualmente à redação das dissertações de mestrado e doutoramento, frequentemente, pelo seu carácter exaustivo, atingindo as muitas centenas de páginas, pensamos que o livro não assustará potenciais leitores, num tempo que não nos parece propício a longas e arrastadas leituras. A um texto relativamente curto e onde, para além das numerosas notas de rodapé, se inserem vários elementos de prova (quadros, mapas, estatísticas, relações) acrescentámos, contudo, umas dezenas de páginas de apêndices, pela importância que atribuímos às fontes neles transcritas.

Uma última prevenção, já relacionada com o conteúdo. É provável que alguns leitores desta obra estranhem o facto de o tráfico de escravos não ser mencionado entre as múltiplas atividades a que se dedicavam os homens de negócio portugueses na época estudada, sabendo-se, como se sabe, que a origem de muitas grandes fortunas assentou nesse comércio, que a consciência contemporânea reprova como hediondo, mas que ao tempo era visto por muitos como algo indispensável ao funcionamento da economia de vastas áreas das colónias europeias. A explicação para esta ausência é muito simples: as atividades aqui analisadas são apenas as que decorriam no espaço europeu do conjunto de domínios da Coroa portuguesa, ou, como no caso do comércio externo, tinham a sua origem ou destino nos portos metropolitanos. O que não era manifestamente o caso do comércio de escravos. Embora o papel fundamental do Brasil na atividade económica portuguesa dos anos finais do século XVIII e nos primeiros decénios da centúria de oitocentos seja devidamente salientado neste estudo, e a economia brasileira assentasse no trabalho escravo, nunca foi propósito do autor estender a sua investigação dos comerciantes do tempo para fora das fronteiras do retângulo europeu do Império português.

# INTRODUÇÃO

É hoje consensual na nossa historiografia que Portugal viveu um período de relativa prosperidade e desenvolvimento económico no último quartel do século XVIII e nos primeiros anos do século seguinte. Tanto os estudos de Jorge Borges de Macedo<sup>1</sup> como de Vitorino Magalhães Godinho<sup>2</sup> confirmam esta apreciação, embora não coincidam na interpretação de vários factos.

Por outro lado, a revolução liberal de 1820, que marcou o início de uma série de eventos que conduziram ao termo do regime sócio-político do absolutismo monárquico, é considerada pela nossa moderna historiografia uma revolução «burguesa», não só porque a ideologia que a inspirou representa o pensamento de uma burguesia em ascensão, mas também porque elementos desta classe desempenharam papel predominante na sua preparação e encaminhamento<sup>3</sup>. Ora, dos conhecimentos que temos da composição das sociedades do que a historiografia francesa convencionou designar por «*Ancien Régime*», mesmo na sua última fase, parece-nos poder concluir que o núcleo fundamental da burguesia, o mais poderoso pelo menos, era constituído pelos comerciantes e profissões adjacentes. Por duas razões principais: primeiramente porque a burguesia é, em termos históricos e rigorosos, o grupo social detentor dos meios de produção resultantes do desenvolvimento de uma economia monetária e de mercado; depois, porque nos países ainda não atingidos pela Revolução Industrial — caso de Portugal no período em causa — são as atividades mercantis que dominam o sistema económico e originam a parcela mais importante do capital acumulado.

A estas considerações podemos acrescentar uma outra, não menos importante, para justificar um estudo sobre o conjunto de agentes ligados ao comércio e a outras atividades económicas por eles exercidas, nos anos finais do «Antigo Regime» português. Contemporaneamente, o triunfo das ideias justificativas da economia de mercado ou capitalismo sobre as que defendiam experiências de tipo coletivista e estatizante, em boa medida como consequência do fracasso destas últimas, conduz a um interesse crescente pelo estudo do que entendemos designar por «empresariado» ou classe empresarial. De facto, parece hoje consensual que o crescimento ou desenvolvimento económico de qualquer país passa em larga medida pela existência de empresários com capacidade de investir e visão estratégica adequada às circunstâncias de tempo e de lugar. Daqui a importância de estudar o núcleo principal do empresariado português numa época que, como veremos, condicionou enormemente a evolução económica e social do país ao longo do século XIX.

---

<sup>1</sup> *O Bloqueio Continental*, Lisboa, 1962; *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1963.

<sup>2</sup> *Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850*, Paris, 1955.

<sup>3</sup> Cf. a obra clássica de Santos (Fernando Piteira), *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 2ª. ed., Lisboa, 1975.



# CAPÍTULO I

## NEGOCIANTES, MERCADORES E TRAFICANTES: SUA DISTRIBUIÇÃO PELO PAÍS. A IMPORTÂNCIA DAS COLÓNIAS DE COMERCIANTES ESTRANGEIROS.

### 1 — Tentativa de cálculo aproximado do número total de comerciantes no princípio do século XIX.

Saber quantos eram e como se distribuía os elementos dedicados às atividades mercantis nos anos finais do «Antigo Regime» implica o conhecimento prévio de certas realidades do Portugal de então, designadamente nos domínios demográfico, económico e social. Conhecimento nem sempre fácil e rigoroso, devido à falta de dados seguros em vários sectores, e muito particularmente no que respeita às questões demográficas. As estatísticas dessa época não abundam, e quando existem pecam muitas vezes pela falta de precisão.

Será sem dúvida conveniente que comecemos por tentar delimitar com o rigor possível o objeto do nosso estudo. Falar em comerciantes ou, numa terminologia mais sociológica (ou ideológica), em «burguesia mercantil» talvez seja demasiado vago. É óbvio que, no nosso tempo, há várias categorias de comerciantes (ou de agentes dedicados à distribuição e comércio), muito diferentes entre si pelo peso económico e importância social. Assim, devemos averiguar se o mesmo se passava nessa época, tanto mais que são várias as palavras então usadas para designar as gentes do comércio: «negociante» e «mercador» são as principais, e podemos perguntar se são sinónimas ou significam realidades diversas.

Quando, em 1755, no reinado de D. José, foi criada a Junta do Comércio, com funções de superintendência sobre todas as questões direta ou indiretamente relacionadas com o comércio, os seus estatutos determinavam que da direção fizessem parte seis deputados, designados por três anos, todos eles homens de negócio estabelecidos com capital e crédito nas praças de Lisboa e do Porto, e de nacionalidade portuguesa. Estes homens de negócio ou negociantes eram escolhidos pelo rei, e gozavam a partir de então de vários privilégios, podendo pelas suas funções vir a alcançar o estatuto de nobres, e ficando habilitados a receber os hábitos das ordens militares.

À Junta do Comércio ficavam sujeitos, segundo as próprias palavras dos estatutos, «todos os negociantes destes Reinos e, em reconhecimento da sua sujeição, cumprirão o que por ela se lhes ordenar e remeterão ao seu secretário todos os requerimentos concernentes ao comércio para que subam à Real Presença depois de vistos e aprovados pelo Provedor e

deputados». A Junta do Comércio tinha, portanto, um âmbito nacional para os negociantes<sup>4</sup>.

Ora, com estatutos oficializados por alvará de 13 de Dezembro de 1757, foi criado um organismo dependente da Junta do Comércio, a Mesa do Bem Comum dos Mercadores, cujas funções diziam respeito ao comércio de retalho da capital. Era esta Mesa do Bem Comum que concedia todas as licenças para a abertura de lojas em Lisboa, e da sua direção faziam parte deputados representantes das cinco classes em que eram divididos os retalhistas da cidade. A Mesa do Bem Comum tinha, por conseguinte, um âmbito meramente local para os mercadores de retalho<sup>5</sup>.

Vemos, assim, que os estatutos da Junta do Comércio estabeleciam uma clara distinção entre dois grupos de comerciantes, pelo menos no caso da capital: «homens de negócio ou negociantes» e «mercadores de retalho». E algumas dezenas de anos após a fundação da Junta do Comércio, em 1791, o alvará régio regulador de outro organismo que lhe ficava subordinado, a Casa dos Seguros, empregava a mesma terminologia quando, no artº. 1º., determinava que seria dada a faculdade de exercer a profissão de segurador «a todos os negociantes, assim nacionais como estrangeiros, estabelecidos nesta cidade [Lisboa] com casa de comércio, que forem de boa fama e crédito»<sup>6</sup>.

Igualmente publicações de carácter officioso como o «*Almanach*» de Lisboa, publicado sob a égide da Academia das Ciências, desde 1782, ou a «*Gazeta de Lisboa*», distinguiram na atividade comercial o negociante do mercador de retalho. As listas de negociantes de Lisboa, Porto e outras terras do país, insertas no «*Almanach*» e a que aludiremos a seguir, incluíam apenas os homens de negócio ou intermediários da época; do mesmo modo, em milhares de notícias e avisos, a *Gazeta* segue essa terminologia, separando o grossista dos restantes comerciantes. As fontes disponíveis indicam que a distinção entre as duas categorias mercantis se consolidou ao longo da segunda metade do século XVIII, até porque, como afirma um investigador que ao assunto consagrou um importante estudo, Jorge Pedreira, a afirmação dessa distinção servia «para a promoção social dos homens de negócio», uma vez que a profissão de mercador de loja aberta era considerada ocupação «mecânica», e portanto suscetível de envilecer os que a praticassem<sup>7</sup>. A política pombalina acentuou essa distinção, ao valorizar deliberadamente a atividade do negociante, considerada por Carta de Lei de 30 de Agosto de

---

<sup>4</sup> Macedo (Jorge Borges de), artigo *Comércio, Junta do*, in Serrão (Joel), dirigido por, *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, reed., Porto, 1981, pp. 106 a 108.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>6</sup> Marques (A.H. de Oliveira), *Para a História dos Seguros em Portugal, notas e documentos*, Lisboa, 1977, p. 116 e segs.

<sup>7</sup> *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*, in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º.-3º.), pp. 407 a 440.

1770 uma profissão «proveitosa, necessária e *nobre*»<sup>8</sup>; enquanto multiplicou os privilégios dos comerciantes de grosso trato, designadamente os acionistas das grandes companhias monopolistas, que adquiriam *ipso facto* foro fidalgo<sup>9</sup>.

O negociante era o comerciante de grosso trato, que se dedicava às operações comerciais intermédias, nomeadamente as que implicavam a importação e exportação de bens. Mas o homem de negócios da época não era somente grossista: dominava também todas as atividades que modernamente designamos «serviços», como sejam o transporte de mercadorias a longa distância por via marítima ou terrestre, e todas as operações seguradoras e bancárias. Detendo a maior parte dos capitais móveis, era frequentemente um industrial, proprietário de fábricas ou sócio de sociedades concessionárias de estabelecimentos fabris da Coroa ou meramente privadas. Em síntese, podia ser não apenas comerciante, mas também armador e transportador, segurador, banqueiro, industrial e ainda, muitas vezes, grande proprietário agrícola.

Comparado com ele, o simples mercador de retalho ou lojista, o comerciante que vendia diretamente ao público, tinha em regra uma importância económica e social muito menor. Havia, evidentemente, exceções: conforme escreve um autor antes citado, alguns mercadores eram possuidores de fortunas apreciáveis, enquanto existiam homens de negócio que não passavam de modestos comerciantes<sup>10</sup>. Por outro lado, principalmente em terras da província, a distinção entre as duas categorias pode esbater-se, e encontraremos, como se verá mais adiante, mercadores de retalho interessados no comércio marítimo e noutras atividades<sup>11</sup>. Mas em Lisboa e Porto, a distinção entre as duas categorias é fundamental e é indubitável que o grupo dos maiores comerciantes é constituído somente por homens de negócio.

Negociantes e mercadores constituíam, portanto, o universo da gente dedicada às atividades mercantis, juntamente com uma terceira categoria, de que se falará adiante, a dos «traficantes», própria de pequenas localidades onde o volume de negócios era reduzido. Quantos eram no Portugal dos anos finais do século XVIII e dos primeiros anos do século seguinte? Questão de difícil resposta, como se verá.

Tanto mais difícil quanto é certo que mesmo os dados demográficos globais escasseiam ou não existem. Antes de 1800 não há qualquer recenseamento da população do Reino. O chamado «Censo de Pina Manique», efetuado a mando do controverso Intendente-Geral da Polícia em 1798, foi apenas uma contagem de fogos, embora nos permita um cálculo aproximado das gentes<sup>12</sup>. Foi em 1801-1802 que, por iniciativa do

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 416.

<sup>9</sup> Macedo (Jorge Borges de), *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, 2ª. ed., Lisboa, 1982, pp. 45 a 83.

<sup>10</sup> Pedreira (Jorge Miguel), *artº. cit.*, pp. 414, 415.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>12</sup> Serrão (Joaquim Veríssimo), com introdução de, *A População de Portugal em 1798. O*

ministro da Fazenda, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, se efetuou a primeira tentativa de recenseamento geral da população portuguesa, cujos resultados, aliás, só anos depois vieram a ser divulgados<sup>13</sup>. Esse recenseamento, porém, não apurou quaisquer dados de natureza profissional ou social. Para além de cálculos mais ou menos fantasiosos, sem nenhuma verosimilhança, como é o caso do que foi publicado em Junho de 1809 no periódico «*Diário Lisbonense*», sobre o estado da população masculina do Reino, resta-nos confiar nos números apurados por Marino Miguel Franzini que, em 1820, publicou uma classificação profissional da população ativa masculina. Franzini, oficial do exército e político ilustre dos primeiros tempos do liberalismo, foi um estudioso, entre outros interesses, de questões económicas, estatísticas e demográficas<sup>15</sup>. Era, tudo o indica, um bom conhecedor das realidades portuguesas. Partindo dos dados coligidos no recenseamento de 1801 e seguindo critérios expostos nas suas «*Instruções Estadísticas*» [sic] de 1815, apurou um número de 24.300 indivíduos do sexo masculino empregados no comércio e navegação, no ano de 1816, dos quais 6.800 seriam negociantes e mercadores<sup>16</sup>.

Trata-se, todavia, de uma dedução e não de uma contagem. Há alguma maneira de verificar até que ponto este número apurado por Marino Franzini estaria próximo da realidade?

Ora, pouco tempo depois da última invasão francesa, em Julho de 1812, por óbvios motivos fiscais, uma provisão régia determinava que os juizes corregedores das diversas comarcas do Reino enviassem à Junta do Comércio uma relação dos negociantes moradores nas mesmas<sup>17</sup>. No cartório da Junta conservam-se relações respeitantes a trinta das quarenta e quatro comarcas então existentes (ver mapa nos apêndices). Os termos em que a provisão foi redigida despertaram dúvidas a muitos juizes corregedores, conforme o comprovam vários pedidos de esclarecimento então enviados à Junta, e as respostas foram formuladas segundo critérios muito diversificados. Assim, os corregedores de Braga, Setúbal e Faro entenderam que a relação pedida se referia apenas aos comerciantes

---

*Censo de Pina Manique*. Paris, 1970, p. XXVIII. Segundo este investigador «o cômputo dos habitantes para 1798 pode cifrar-se entre 3.000.000 e 3.500.000 habitantes».

<sup>13</sup> Serrão (Joel), *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, 1973, pp. 75 a 81.

<sup>14</sup> N.º 33, 12 de Junho de 1809.

<sup>15</sup> Cf. Serrão (Joel), *op. cit.*, p. 217.

<sup>16</sup> Franzini (Marino Miguel), *Reflexões sobre o actual regulamento do Exercito de Portugal, publicado em 1816 (...)*, Lisboa, 1820, pp. 12 a 14.

<sup>17</sup> Os termos são os seguintes: «*Dom João (...), Faça saber a Vós Corregedor da Comarca de (...), que tendo encarregado a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas, e Navegação de remetter à Minha Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, huma lista de todos os Negociantes deste Reyno: Hey por bem de Ordenar-vos que para o cumprimento desta Minha Real Determinação envieis ao mesmo Tribunal a relação dos referidos Negociantes estabelecidos nessa vossa Comarca (...)*». A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 12, n.ºs. 23 e 24.



de grosso trato, ou seja, aos negociantes, interpretando a palavra no sentido estrito empregado nas principais praças de comércio. Entretanto, os corregedores de outras comarcas enviaram relações que incluíam não só negociantes propriamente ditos, mas também mercadores de retalho, simples tendeiros ou taberneiros, e até indivíduos que pouco tinham a ver com a atividade comercial, como era o caso dos contratadores de rendas de propriedades rústicas de vários tipos. Logo, as relações estão longe de oferecer uniformidade, embora, na sua maior parte, misturem negociantes e tudo o que podia ser considerado retalhista. Expurgando-as de todos os elementos que nos pareceram estranhos ao comércio propriamente dito, onde quer que são especificados, pudemos, mesmo assim, obter um total de 4.153 indivíduos ou sociedades dedicados à atividade mercantil, por grosso e a retalho<sup>18</sup>.

Se considerarmos que faltam as relações de catorze comarcas (Guimarães, Bragança, Lamego, Guarda, Arganil, Coimbra, Alenquer<sup>19</sup>, Alcobaça, Santarém, Ribatejo, Vila Viçosa, Elvas, Ourique e Lagos) e que, nas três antes mencionadas, apenas se incluem os negociantes, é óbvio que teremos de ver o número obtido como representando somente uma parte dos comerciantes estabelecidos no Reino. Muito inferior ao total? Esse número engloba o Porto (365 comerciantes) e Lisboa (916), de longe os principais centros comerciais do país, hoje como nesse tempo. E nas comarcas que faltam, algumas, como Arganil, Vila Viçosa e Ourique, contavam-se entre as menos povoadas e economicamente menos desenvolvidas. Para três delas, Guimarães, Guarda e Coimbra, conseguimos obter dados de alguns anos antes (1805). Guimarães teria então um total de 152 comerciantes na comarca (65 negociantes e 87 mercadores de retalho), a Guarda 209 (não discriminados) e Coimbra 107 (sem incluir os mercadores de retalho da Figueira da Foz)<sup>20</sup>. Trata-se, também, de dados fragmentários e que não permitem extrapolações, até pela irregular distribuição geográfica dos negociantes e mercadores. Mas condizem com os que foram apurados nas relações de 1812/1813. Se os combinarmos com o número antes referido — e a curta distância no tempo entre as duas fontes, numa sociedade onde as mudanças eram lentas, autoriza-nos a fazê-lo —, subiremos o total para mais de 4.600 indivíduos e sociedades entregues a atividades comerciais. E uma vez que nele se contam algumas sociedades, principalmente em Lisboa e no Porto, e ainda faltam os elementos relativos a nove comarcas, não parece forçado concluir que o quantitativo avançado por Franzini não andaria longe da verdade.

<sup>18</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, ibidem.

<sup>19</sup> Um volumoso maço de correspondência, apenso aos ofícios e relação de negociantes da comarca de Viseu, dá conta do desaparecimento dos livros das cobranças da comarca de Alenquer, em consequência das invasões. A.N.T.T., *Junta do Comércio*, ibidem, n.º. 24.

<sup>20</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 14, n.º. 27, relações de donativos voluntários para as despesas públicas.

É certamente muito mais fiável que o fantástico número de 80.000 indivíduos do sexo masculino empregados no comércio, apontado pelo jornal atrás citado<sup>21</sup>, que certos historiadores contemporâneos referem<sup>22</sup> e que mostra bem o deficiente conhecimento da estrutura da sociedade desse período. De resto, o mesmo «*Diário Lisbonense*», em Dezembro de 1811, inseria uma notícia extraída de um periódico londrino, que mencionava o número de 34.339 comerciantes para a Espanha, relativamente ao ano de 1787, para uma população global calculada em 10.268.150<sup>23</sup>. Obviamente que estes últimos dados não são compatíveis com o anteriormente referido. E por tudo o que acabámos de escrever, parece-nos que o somatório em causa, perante os elementos disponíveis, terá de situar-se claramente aquém dos oito milhares de indivíduos.

Devemos, ainda, ter em consideração o seguinte: tanto os números por nós apurados com base nas relações enviadas à Junta do Comércio, nos anos de 1812 e 1813, como o cálculo efetuado por Franzini, reportam-se a anos posteriores às invasões francesas. Invasões que provocaram não só grandes destruições e perdas consideráveis no aparelho produtivo do país, mas também um forte aumento da mortalidade, levando a um decréscimo da população. Franzini estimou em 186.000 indivíduos o total da quebra demográfica decorrente das invasões e da emigração, entre a data do recenseamento de Sousa Coutinho (1801) e o ano em que publicou o seu estudo (1820). Desses 186.000 pertenceriam ao sexo masculino quase 130.000<sup>24</sup>. Por conseguinte as perdas da população masculina relativamente ao princípio do século cifrar-se-iam em mais de 9%.

Pode-se, portanto, perguntar se houve diminuição do número de negociantes após as invasões. Os elementos de que dispomos não nos permitem uma resposta cabal. Uma fonte importante, as listas de negociantes de Lisboa e do Porto, permite-nos supor que não terá havido alterações significativas. É verdade que, no Porto, as listas de 1814, 1817 e 1820 apresentam quantitativos um pouco inferiores ao de 1807, com uma quebra mais acentuada nos negociantes portugueses do que nos estrangeiros<sup>25</sup>. Contudo, em Lisboa, as listas de 1812, 1814 e 1817 revelam um crescimento considerável dos negociantes portugueses, a par de uma diminuição do número de estrangeiros<sup>26</sup>. Como veremos adiante, noutras localidades onde pudemos colher dados relativos aos anos anteriores e posteriores à guerra peninsular, não se verificaram mudanças de tomo. Assim, apesar das graves consequências económicas, sociais e demográ-

<sup>21</sup> *Diário Lisbonense* citado.

<sup>22</sup> Caso, por exemplo, de um historiador arguto como foi Jorge Borges de Macedo, que refere esse número no artigo que escreveu para o *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão: cf. *Burguesia — Na época moderna*. Vol. I, p. 402.

<sup>23</sup> N.º. 277, 7 de Dezembro de 1811.

<sup>24</sup> *Op. cit.*, pp 8 e 9.

<sup>25</sup> Ver adiante.

<sup>26</sup> Ver adiante.

ficas desse conflito, parece mais correto admitir que os grupos mercantis mantiveram nesses anos uma certa estabilidade no número de membros.

## 2 — A distribuição geográfica dos comerciantes: mercados regionais e principais praças de comércio.

Como se distribuíam então os comerciantes pelo território europeu do Reino?

Portugal era, no final do século XVIII e começos do XIX, um país caracterizado por diferenças de estrutura económica e grau de desenvolvimento entre as suas várias regiões. Nisto não mudámos muito desde esse tempo, tendo-se aprofundado mesmo as chamadas assimetrias regionais de desenvolvimento. Feito este aparte, importa concluir que essas diferenças não podiam deixar de refletir-se na distribuição geográfica da burguesia comercial, pelo que os conhecimentos que carreamos neste domínio serão para nós da maior importância.

Na opinião dos principais historiadores que se têm debruçado sobre a época em causa, o nosso país não constituía um só mercado ou espaço económico, mas antes um conjunto de mercados muito diferenciados entre si. Jorge Borges de Macedo afirma que Portugal, no século XVIII, era «um conjunto de mercados de diferente integração, conforme os produtos comerciáveis», sendo estes determinados em função dos meios de comunicação da época, ou seja, do preço e tempo de transporte<sup>27</sup>. Vitorino Magalhães Godinho distingue três conjuntos geográfico-económicos — a faixa litoral ou conjunto de cidades costeiras ligadas ao tráfico marítimo, as cidades industriais e mercantis do interior, como Guimarães, Covilhã, Coimbra e Évora, e o interior agrário e pastoril, afastado quer das linhas de tráfego internacionais, quer dos eixos de circulação interna<sup>28</sup>. Mais recentemente, o pressuposto da existência de vários espaços económicos no território português antes das grandes transformações do século XIX deu origem a um estudo sobre «*A Formação do Espaço Económico Nacional*», com o subtítulo «*Portugal 1810-1913*»<sup>29</sup>. Aí se defende que uma «realidade axial» da economia portuguesa, ainda em meados de oitocentos, seria a existência de duas regiões, centradas nos dois únicos aglomerados populacionais «com dimensão marcadamente urbana», Lisboa e Porto, «claramente distintas e auto-suficientes»<sup>30</sup>.

Arriscamos uma simplificação, até porque não é objetivo principal deste estudo a análise deste problema. Podemos estabelecer uma divisão fundamental entre a faixa litoral e o interior<sup>31</sup>. Era na costa que se locali-

<sup>27</sup> *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 130.

<sup>28</sup> *Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850*, Paris, 1955, p. 7.

<sup>29</sup> Justino (David), *2 vols.*, Lisboa, 1989.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, vol. I, p. 402.

<sup>31</sup> O autor desta última obra citada, David Justino, defende que a dualidade litoral-interior não é a mais adequada para traduzir as assimetrias de desenvolvimento no nosso país,

zavam as maiores cidades e centros comerciais, que participavam ativamente nas correntes do tráfico internacional e entre si estabeleciam um intenso movimento de trocas, através do meio de transporte mais cómodo e fácil da época — o barco. Decerto que havia algum comércio no interior e deste para o litoral, seguindo certas rotas terrestres e fluviais, e traficava-se, legalmente e de contrabando, por terra com a vizinha Espanha. Mas o grosso do comércio externo, a quase totalidade podemos afirmar, e a maior parte do comércio interno faziam-se pelo e no litoral.

Uma prova concludente do que dizemos sobre o comércio com o estrangeiro, podemos obtê-la pela análise das receitas alfandegárias em princípios do século XIX. Num mapa das alfândegas relativo aos anos de 1804 a 1807, o total das receitas das 32 alfândegas de terra, em média anual, cifrou-se em pouco mais de treze contos de réis (13.423\$849 réis), enquanto as 16 alfândegas do mar da Província (Setúbal excluída) atingiam mais de noventa e sete contos (97.607\$388 réis)<sup>32</sup>. Mas este último número era já em si insignificante se comparado com os 4.601 contos de réis, igualmente média anual entre 1804 e 1807, que as alfândegas de Lisboa totalizavam. E era do mesmo modo pouco significativo se posto em confronto com as receitas das alfândegas do Porto, que nos mesmos anos somaram em média mais de 1.404 contos.

O mapa seguinte é elucidativo:

---

não escapando à dualidade norte-sul e tendo, portanto, um carácter «intra-regional» (vol. I, p. 406). Pelo que exporemos ao longo deste estudo, a dualidade litoral-interior é, no nosso entender, primacial para os anos em que nos situamos.

<sup>32</sup> BN, Reservados, *Mappa das Alfandegas de Provincia por Ordem topographica, seus officiais, seus Ordenados sua Receita, e sua Despeza annual*, in *Mappas Das Alfandegas de Portugal, Annos 1804, 1805, 1806, 1807*, Ms., Cód. 235.

Receitas das alfândegas portuguesas  
(média anual de 1804 a 1807)

Alfândegas ou mesas anexas	Receitas (em réis)	Totais (em réis)
Alfândega do Açúcar	1.155.661\$261	
Portos Secos	5.753\$467	
Paço da Madeira	57.583\$420	
Mesa do Sal	30.381\$065	
Consulado da Entrada	123.656\$666	
Taras	4.303\$790	
Consulado da Saída	375.906\$715	
Casa da Índia	1.220.594\$703	
Alfândega do Tabaco	200.204\$961	
Sete Casas	1.330.679\$068	
Vinhos de Lisboa	96.854\$570	
<b>Total das receitas de Lisboa</b>		<b>4.601.579\$686</b>
Alfândega do Porto	925.639\$331	
Vinhos do Porto	478.790\$490	
<b>Total das receitas do Porto</b>		<b>1.404.429\$821</b>
Alfândega de Setúbal	5.667\$331	
Mesa do Sal da Alfândega de Setúbal	42.862\$048	
<b>Total das receitas de Setúbal</b>		<b>48.539\$379</b>
Alfândegas das Províncias		111.031\$237
<b>Total das receitas alfandegárias</b>		<b>6.165.580\$123</b>

Fontes: BN, Reservados, *Mappas Das Alfandegas de Portugal, Annos 1804, 1805, 1806, 1807*, Ms., Cód. 235; ibidem, *Collecção de Mappas de Organização, despeza, e rendimento das Alfandegas de Portugal com o Plano da futura Organização das mesmas Alfandegas*, Ms., Cód. 8729.

Mas estas estatísticas alfandegárias provam algo mais que o predomínio do litoral na vida económica portuguesa: provam outrossim a importância das duas maiores cidades, Lisboa e Porto. Facto que também é confirmado por outros dados, como os relativos ao movimento marítimo em finais do século XVIII e princípios do XIX. Atentemos, por exemplo, no quadro das embarcações entradas nos principais portos do Reino, publicado por Adrien Balbi em 1822, no seu utilíssimo «*Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*»<sup>33</sup>, que menciona oito portos com tráfego comercial, aludindo a um outro, a Figueira, para o qual fora impossível compilar elementos. Trata-se de números elaborados a partir de informações dadas pelas alfândegas, mas não uniformes, pois o autor adverte-nos que os de Lisboa não incluem os barcos empregados no tráfego de cabotagem, contados no movimento dos outros portos. Pois, embora parciais, os números relativos ao porto de Lisboa são, nas seis datas consideradas por Balbi (1796, 1801, 1806, 1811, 1816 e 1820), mais do dobro ou quase dos referentes à barra do Douro; apenas Setúbal se

<sup>33</sup> Balbi (Adrien), *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres États de l'Europe (...)*, Tome I, Paris, 1822, p. 467.

aproxima do Porto<sup>34</sup>, enquanto os outros portos apresentam um movimento muito inferior.

A importância de Lisboa e do Porto era claramente percebida pelos estrangeiros que cá viviam ou nos visitavam. Num livro publicado em Londres em 1787, da autoria de um súbdito britânico que aqui serviu como militar e pôde viajar por todo o país, podia ler-se o seguinte: «As cidades de Lisboa e Porto podem ser consideradas como os dois olhos de Portugal, porque são nestas duas cidades que estão todas as riquezas do país e se faz o seu comércio com as nações estrangeiras e com a possessão do Brasil, de que depende a existência dos portugueses, como povo, e que é o sustentáculo imediato do trono». E, na mesma obra, o peso de Lisboa na economia do Reino era assim retratado: «Um escritor português de muito bom senso, cujas obras manuscritas andam nas mãos dos seus amigos (...), compara, com bastante exatidão, todo o reino de Portugal a uma aranha cujo corpo enorme contém toda a substância (a capital); as pernas compridas, delgadas e fracas alcançam uma grande distância, mas não lhes servem para nada, e move-as com dificuldade<sup>35</sup>.»

Para além dessas duas cidades, os outros portos eram portanto secundários. Com o quadro de Balbi e as receitas médias das alfândegas, podemos ficar com uma ideia da importância relativa desses portos da Província. Ou seja, das praças de comércio do litoral, cuja relevância provinha fundamentalmente do seu tráfego marítimo, internacional e de cabotagem.

Vejamos os rendimentos médios das alfândegas portuárias, além de Setúbal:

<b>Alfândegas do Mar</b>	<b>Rendimento Médio Anual (de 1804 a 1807, em réis)</b>
Caminha	850\$000
Viana do Castelo	28.900\$000
Barca	100\$000
Esposende	1.400\$000
Vila do Conde	650\$000
Aveiro	615\$000
Figueira	47.701\$288
Peniche	160\$000
Lagos	431\$100
Portimão	7.000\$000
Tavira	2.700\$000
Vila Real de Sto. António	2.500\$000
Faro	4.600\$000

Fonte: BN, Reservados, *Mappas Das Alfandegas de Portugal (...)*, Ms., Códice 235.

<sup>34</sup> Principalmente em 1796; cf. *ibidem*.

<sup>35</sup> Costingan (Arthur William), *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal 1778-1779*, vol I, Lisboa, 1992, pp. 188, 189. O nome seria um pseudónimo de Diogo Ferrier, oficial britânico que serviu no nosso exército entre 1762 e 1777: cf. *ibidem*, pp. 15 a 25.

De acordo com estes dados, a Figueira da Foz aproximava-se de Setúbal como centro portuário. Não conhecemos os números do movimento marítimo da localidade da foz do Mondego, mas sabemos os relativos ao porto do Sado, que, em fins do décimo oitavo século, chegou a ultrapassar o Porto nas embarcações estrangeiras entradas<sup>36</sup>. Viana destacava-se na quinta posição, no produto das alfândegas, embora no movimento de embarcações Faro a excedesse em todas as datas indicadas por Balbi, com a exceção de 1811<sup>37</sup>. Porém, a alfândega da capital algarvia tinha um rendimento inferior à de Portimão, posto que esta última registasse um volume de barcos entrados claramente inferior<sup>38</sup>. Caminha, Esposende, Vila do Conde, Aveiro, Tavira e Vila Real de Santo António eram portos menores, a avaliar pelas respetivas receitas e, no caso de Vila do Conde e Aveiro, pelo movimento dos seus portos<sup>39</sup>. Assim, Setúbal, Figueira da Foz, Viana, Faro e Portimão seriam as localidades costeiras que, depois de Lisboa e Porto, desfrutariam de maior importância comercial.

Poderemos ter alguma noção semelhante sobre as principais praças de comércio do interior?

Somente dispomos de elementos de natureza fiscal, e não em termos de vilas ou cidades mas de comarcas. Todavia, não são despreciandos e poderão dar uma achega considerável ao estudo das estruturas sociais e económicas da época.

Mais uma vez somos ajudados pelas consequências das invasões francesas: as relações de negociantes a que aludimos tinham, já o dissemos, uma finalidade tributária. A Coroa lançou contribuições extraordinárias para acorrer às elevadas despesas militares e a gente ligada ao comércio foi grandemente agravada. As importâncias que o «Corpo de Comércio e Capitalistas» deviam pagar eram fixadas na totalidade, cabendo à Junta do Comércio a responsabilidade da sua distribuição e arrecadação. Não conseguimos elementos sobre a forma de distribuição, em termos regionais, da primeira contribuição extraordinária de defesa, relativa ao ano de 1809 e no montante global de quatrocentos contos de réis<sup>40</sup>, mas conhecemos a da segunda. A Portaria Régia de 2 de Agosto de 1810 determinou o pagamento da importância de duzentos contos de réis<sup>41</sup>. Como a repartiu a Junta pelas comarcas do Reino?

Vejamos as importâncias:

---

<sup>36</sup> 514 em Setúbal e 325 no Porto: cf. *ibidem*.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> Máximos de 106 navios em Aveiro (1811) e 101 em Vila do Conde (1816): cf. *ibidem*.

<sup>40</sup> Alvará do Príncipe Regente: *Gazeta de Lisboa*, N.º. 24, Supl.º. Ext.º., 15 de Junho de 1809.

<sup>41</sup> *Ibidem*, N.º. 187, 6 de Agosto de 1810.

<b>Províncias</b>	<b>Comarcas (32)</b>	<b>Importâncias Coletadas (em réis)</b>
MINHO	Porto	60.000\$000
	Penafiel	100\$000
	Braga	1.000\$000
	Guimarães	800\$000
	Barcelos	400\$000
	Valença	100\$000
	Viana	600\$000
TRÁS-OS-MONTES	Bragança	1.200\$000
	Miranda	300\$000
	Moncorvo	600\$000
	Vila Real	600\$000
BEIRA	Lamego	600\$000
	Aveiro	600\$000
	Viseu	4.000\$000
	Guarda	1.200\$000
	Feira	400\$000
	Coimbra	2.400\$000
	Castelo Branco	600\$000
ESTREMADURA	Torres Vedras	600\$000
	Alenquer	200\$000
	Alcobaça	500\$000
	Ribatejo	500\$000
	Leiria	500\$000
	Ourém	200\$000
	Setúbal	1.200\$000
	Chão de Couce	150\$000
	Santarém	4.000\$000
	Tomar	1.300\$000
Vila d'Abrantes	600\$000	
ALENTEJO	Crato	600\$000
	Vila Viçosa	800\$000
	Avis	300\$000
	Portalegre	1.000\$000
	Elvas	1.600\$000
	Beja	500\$000
	Ourique	300\$000
	Évora	2.000\$000
ALGARVE	Faro	600\$000
	Lagos	300\$000
	Tavira	300\$000
<b>Total</b>		<b>93.550\$000</b>

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço nº. 14, Nº. 28, Mapa anexo a um officio da Contadoria geral da Real Junta do Comércio, com data de 29 de Maio de 1817, dando conta das dívidas das várias comarcas relativas às coletas comerciais lançadas ao abrigo da segunda contribuição extraordinária de Defesa, ordenada pela Portaria Régia de 2 de Agosto de 1810.



A Província, incluindo o Porto, foi coletada em menos de metade da importância global. Mas dois terços couberam à capital do Norte: a tributação do resto do país não atingiu a quinta parte do total. Santarém e Viseu foram as comarcas mais sobrecarregadas, com os seus quatro contos. Coimbra, Évora, Elvas, Tomar, Setúbal, Guarda, Bragança, Braga e Portalegre foram tributadas em importâncias iguais ou superiores a um conto de réis, enquanto todas as outras ficaram abaixo desse patamar, incluindo Viana, Aveiro e as do Algarve. O que sobressai nesta repartição fiscal, para além do facto de várias comarcas interiores suplantarem essas comarcas costeiras, é a tremenda disparidade entre Lisboa e Porto e o resto do país, o que vem confirmar tudo o que antes dissemos. Se a Junta do Comércio conhecia bem a situação económica do reino — e não temos razões para disso duvidar —, então essa distribuição das coletas refletiria a desigualdade de bens e negócios entre as corporações mercantis das duas principais cidades (83% das coletas) e todas as outras (17%).

Nas regiões do interior, portanto, Santarém, Viseu, Évora, Elvas, Tomar, Guarda, Bragança, Braga e Portalegre eram consideradas as comarcas com maior desenvolvimento comercial. Ou pertenciam a zonas de certo desenvolvimento agrícola, no Ribatejo, Beira e Alentejo, com importantes mercados regionais, ou beneficiavam da proximidade da fronteira, que sempre originava certas correntes de tráfego, ou ainda da existência de indústrias, de longa ou fresca data — era o caso de Bragança, Guarda, Tomar e Portalegre<sup>42</sup>. Coimbra era uma comarca costeira, pois incluía o porto da Figueira, cuja importância já foi destacada. Notemos também que dezasseis comarcas, a maior parte delas afastadas dos grandes eixos de tráfego, tiveram uma coleta muito pequena, de 500\$000 réis ou menos, além de faltarem na lista algumas comarcas da Beira, por motivos que a documentação consultada não refere, mas que talvez possam relacionar-se com as devastações sofridas, durante as invasões, por certas áreas dessa província<sup>43</sup>.

### 3 — Negociantes e mercadores em Lisboa e no Porto.

Dada a predominância de Lisboa e do Porto na economia portuguesa, era aí que, naturalmente, se concentravam os maiores núcleos de negociantes e de mercadores de retalho. Para além das fontes já refe-

<sup>42</sup> No caso de Bragança, a indústria das sedas; na Guarda e Portalegre, fundamentalmente os lanifícios; em Tomar, a fição de algodão. Cf., designadamente, Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, e Rattton (Jacome), *Recordações de... sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2ª. ed., revista cuidadosamente por J. M. Teixeira de Carvalho, Coimbra, 1920.

<sup>43</sup> Um bom resumo das consequências catastróficas das invasões francesas é-nos dado por José Acúrsio das Neves, na sua obra *Variedades, sobre Objectos Relativos às Artes, Comércio, e Manufacturas, consideradas segundo os Princípios da Economia Política*, Tomo I, Lisboa, 1814, pp. 6 a 9.

ridas, dispomos para essas duas cidades duma outra de valor inestimável: as listas de negociantes nacionais e estrangeiros publicadas no «*Almanach*» de Lisboa<sup>44</sup>, em vários anos dos fins do século XVIII e princípios do XIX. Essas listas referiam-se somente aos negociantes matriculados na Junta do Comércio: no decurso das nossas investigações pudemos constatar a ausência de alguns nomes de capitalistas e indivíduos dedicados a certas atividades económicas, mesmo de carácter mercantil. Englobam, todavia, a esmagadora maioria dos agentes do comércio por grosso e fornecem dados preciosos para o estudo socioeconómico do tempo.

Partindo do ano de 1790 e indo até 1820, observemos pois a evolução do número de negociantes das duas principais praças de comércio do reino, começando pela capital:

Anos	Negociantes Totais	Negociantes Portugueses	%	Negociantes Estrangeiros	%
1790	308	153	49,7	155	50,3
1791	318	156	49,1	162	50,9
1792	331	169	51,1	162	48,9
1793	341	178	52,2	163	47,8
1794	347	190	54,8	157	45,2
1795	357	199	55,7	158	44,3
1796	365	198	54,2	167	45,8
1797	350	198	56,6	152	43,4
1798	363	208	57,3	155	42,7
1799	379	227	59,9	152	40,1
1800	402	243	60,4	159	39,6
1802	400	249	62,3	151	37,7
1803	404	259	64,1	145	35,9
1805	433	284	65,6	149	34,4
1807	455	281	61,7	174	38,3
1812	472	390	82,6	82	17,4
1814	484	388	80,2	96	19,8
1817	484	388	80,2	96	19,8
1820	389	288	74	101	26

Fonte: *Almanach* para os anos referidos.

O que imediatamente ressalta destes quantitativos e percentagens é a subida quase constante do número de negociantes em Lisboa, apenas interrompida em dois anos (1797 e 1802) e com uma brusca descida no último ano — o ano da revolução liberal. Crescimento que se deve — outro facto a salientar — aos negociantes nacionais: o número de negociantes estrangeiros manteve-se estável, com pequenas oscilações, antes da

<sup>44</sup> O título efetivo é, na grafia da época, *Almanach para o anno de...*, publicado sob a égide da Academia das Ciências. Contudo o nome por que é vulgarmente conhecido é o de «*Almanaque de Lisboa*». Publicou-se regularmente de 1782 a 1800; a partir daqui saíram os de 1802, 1803, 1805, 1807, 1812, 1814, 1817, 1820, 1823, 1825 e 1826. Os que se publicaram episodicamente desde 1837 nada têm que ver com a Academia.

entrada de Junot e da ocupação francesa, para registar de seguida uma queda abrupta e uma ligeira recuperação desde 1814. Note-se ainda que, devido à suspensão da publicação do «*Almanach*» durante vários anos, como consequência das perturbações resultantes da guerra, e da sua posterior saída irregular, somente dispomos de quatro listas para a segunda década do século XIX. Parecem-nos, todavia, suficientes para indiciarem certas tendências.

Vejamos agora o caso do Porto:

Anos	Negociantes Totais	Nacionais	%	Estrangeiros	%
1790	162	133	82,0	29	18,0
1791	190	160	84,2	30	15,8
1792	195	166	85,1	29	14,9
1793	192	164	85,5	28	14,5
1794	194	166	85,6	28	14,4
1795	236	207	87,4	29	12,6
1796	246	217	88,2	29	11,8
1797	231	203	87,9	28	12,1
1798	226	198	87,6	28	12,4
1799	223	189	84,8	34	15,2
1800	229	194	84,7	35	15,3
1802	236	201	85,2	35	14,8
1803	236	201	85,2	35	14,8
1805	222	187	84,2	35	15,8
1807	230	194	84,3	36	15,7
1814	201	169	84,0	32	16,0
1817	209	177	84,7	32	15,3
1820	184	151	82,0	33	18,0

Fonte: *Almanach* para os anos referidos.

Constata-se aqui uma tendência para o aumento do número de negociantes portugueses nos últimos anos do século XIX, que em 1796 se cifra em 217 nomes. Verifica-se depois ligeira quebra, pouco significativa, quase se podendo dizer que houve uma certa estabilização nesse quantitativo. Quanto aos estrangeiros, no Porto em muito menor número do que na capital, alcançaram o seu máximo em 1807 — 36 nomes —, mas as suas variações não parecem muito relevantes. Mesmo após as invasões, o decréscimo da pequena (embora poderosa) comunidade de negociantes forasteiros foi insignificante. Já não se poderá escrever algo idêntico dos nacionais: houve uma descida efetiva do seu montante e, tal como em Lisboa, 1820 apresenta uma variação que poderá não ser destituída de significado.

Se a tendência para o aumento dos homens de negócio, antes da guerra peninsular, se poderá explicar pelo clima de prosperidade comercial da altura; se a baixa registada na comunidade mercantil do Porto, depois desse trágico evento, também encontrará justificação plausível na situação de crise que então sobreveio; já será mais difícil interpretar o

sucedido em Lisboa, com o alargamento do número de negociantes portugueses, documentado pelas listas do «*Almanach*» entre 1812 e 1817. Avançamos uma hipótese: talvez o crescimento das importações, que atingiram um «pico» em 1811 e prosseguiram anormalmente elevadas até 1815<sup>45</sup>, crescimento consequente das necessidades dum país devastado pela guerra e também do tratado de comércio celebrado com o Reino Unido em Fevereiro de 1810, tenha algo a ver com esse facto. As importações teriam propiciado novas oportunidades de negócio, logo aproveitadas por gente possuidora de algum capital e vocação para o trato.

Relativamente aos números expressos nas listas do «*Almanach*», importa ainda considerar que elas englobam não só indivíduos mas também sociedades. Daqui se pode logicamente inferir que o total de negociantes, nas duas cidades, era superior a esses números. Assim, em 1807, no conjunto dos 455 nomes das listas de Lisboa, 118 (32 nacionais e 86 estrangeiros) eram notoriamente de sociedades. Embora saibamos que nem todos os membros das sociedades estrangeiras aqui residiam, havia por outro lado sociedades com três e mais sócios. No Porto, para a mesma data, 62 nomes correspondiam seguramente a sociedades (39 nacionais e 23 estrangeiras). Não nos parece ousado concluir, por conseguinte, na ausência de dados mais precisos, mas sem que seguramente nos afastemos muito do que seria a realidade, que nos dois maiores centros urbanos haveria então que acrescentar mais umas dezenas de negociantes matriculados ao número de 685 resultante do somatório de todas as listas. Apontamos, em função das sociedades existentes, para um total de cerca de oitocentos ou mesmo superior.

Era também em Lisboa e no Porto que, obviamente, se encontravam os maiores núcleos de mercadores de retalho. Os da capital, como referimos antes, exerciam a sua atividade na dependência da «Mesa do Bem Comum dos Mercadores», divididos em cinco classes: «lã e seda», «fancaria ou lençaria», «meias de seda e lã ou capela», «portas da misericórdia» e «lojas de retrós». À classe de «capela» vieram a unir-se os mercadores de fazendas da Índia e louça, e os de quinquilharia ou lojas de ferragem à das «portas de misericórdia»<sup>46</sup>. Dispomos de elementos sobre estas cinco classes para os anos de 1809 e 1811:

---

<sup>45</sup> Expressas em cruzados, «saltaram» de 42.629.000 em 1810, para 96.760.000 em 1811, mantendo valores anormalmente elevados nos anos seguintes: 86.005.000 em 1812, 77.452.000 em 1813, 56.648.000 em 1814 e 61.687.000 em 1815. O valor máximo que as importações haviam atingido antes das invasões, num balanço efetuado desde 1795, fora de 50.078.000 em 1800. Cf. Balbi (Adrien), *op. cit.*, Tomo I, p. 441, *Bilan du commerce extérieur du Portugal*...

<sup>46</sup> Neves (José Acúrsio), *op. cit.*, Tomo I, pp. 98 a 100.

## Mercadores de Lisboa (registados na Mesa do Bem Comum)

Classes	Data da informação		
	9 de Maio de 1809	7 de Junho de 1809	29 de Outubro de 1811
Lã e Seda	83	82	91
Lençaria	84	77	74
Capela	64	64	61
Retrós	49	47	42
Misericórdia	111	108	102
<b>Totais</b>	<b>391</b>	<b>378</b>	<b>370</b>

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 12, N.º. 23.

Entre 1809 e 1811, período em que se registaram graves perturbações na vida nacional, deteta-se uma ligeira tendência para a diminuição do número de mercadores lisboetas, embora a discrepância entre as duas informações de 1809, ambas provenientes da mesma fonte<sup>47</sup>, não seja muito fácil de entender. Relativamente aos anos anteriores às invasões, não teriam ocorrido mudanças de tomo. Podemos supor isto em função dos dados de que dispomos para a classe de retrós: o «*Livro de Registos*» das contribuições dos mercadores dessa classe, referente aos anos de 1790 a 1797, menciona 49 nomes, o mesmo número de 1809<sup>48</sup>.

Para o Porto temos uma informação importante e precedente às invasões. Uma relação dos donativos oferecidos pelas «pessoas de negócio» da cidade, anexa a um ofício do «desembargador dos agravos» da mesma, permite-nos constatar a existência de 241 mercadores de retalho<sup>49</sup>. Essa mesma relação, de 1805, dá-nos conta de 310 indivíduos verosimilmente negociantes, o que confirma a justeza dos cálculos que atrás efetuámos.

Importa referir ainda que, no que respeita a Lisboa, os mercadores agrupados corporativamente na «Mesa do Bem Comum» não constituíam a totalidade dos lojistas. Havia ramos do comércio a retalho não sujeitos a esse organismo: era o caso dos mercadores de estâncias de lenha, carvão e tabuado, bem como dos que exploravam lojas de cabos, breu e alcatrão. Em 1804, existiam na capital 42 lojas ou estâncias desses ramos<sup>50</sup>. Outro aspeto que deve ser focado tem que ver com a estrutura económica artesanal da época: numerosas oficinas forneciam o público dos artigos que fabricavam, o que decerto sucedia com os ourives do ouro e da prata, luveiros, cirieiros e livreiros (estes últimos vendendo

<sup>47</sup> A fonte é a própria Mesa do Bem Comum. A primeira informação provém dum «*Mappa Geral da derrama da Contribuição de Guerra, que fez a Mesa do Bem Commum dos Mercadores, pelos indivíduos de todas as classes da sua dependencia, a s.er...*»; a segunda duma «*Lista da Contribuição, determinada pelo Alvará de 7 de Junho de 1809, em que forão taxados os Mercadores das Cinco Classes aderentes à Méza do Bem Commum; a s.er...*»

<sup>48</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, n.º. 305.

<sup>49</sup> Ibidem, *ibidem*, Maço n.º. 14, n.º. 37, ofício do desembargador dos agravos do Porto, Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, de 1 de Novembro de 1805.

<sup>50</sup> Ibidem, *ibidem*, *ibidem*, n.º. 27, «*Donativos para o esforço de defesa...*»

simultaneamente livros que imprimiam e importavam). Num documento da Intendência Geral da Polícia, datado de finais de 1807, dá-se conta da existência de 199 mestres ourives do ouro, 130 da prata, 45 livreiros, 13 luveiros e 34 cirieiros, num total de 4.387 mestres de todos os ofícios exercidos em Lisboa<sup>51</sup>. Trata-se, porém, de grupos profissionais cuja ocupação principal se inseria na área da indústria artesanal, portanto fora do âmbito das categorias mercantis que nos propusemos estudar.

#### 4 – Negociantes e mercadores nas províncias.

São fragmentários e não uniformes os elementos que pudemos recolher sobre os negociantes e mercadores fora de Lisboa e Porto. Mesmo assim, recorrendo às fontes já citadas e a outras, como notícias na imprensa e corografias do tempo, é possível ter uma ideia dos quantitativos de comerciantes estabelecidos nalgumas regiões, e até em cidades e vilas de várias províncias.

Começando pelas localidades do litoral e recorrendo às listas do «*Almanach*», constata-se que em Setúbal, o terceiro porto do Reino como já se viu, havia somente dezasseis negociantes antes das invasões (listas de 1800 e 1807). Eram os matriculados, conforme se depreende do rol de nomes elaborado em 1812, ao abrigo da provisão régia já antes mencionada: aí se referiam dezanove na então vila portuária, mas sendo três não matriculados. Aliás, esta mesma relação contabiliza uma centena de homens de negócio em toda a comarca, que nessa data incluía Aldeia Galega do Ribatejo, mas fora de Setúbal apenas dois se achavam matriculados<sup>52</sup>. Uma outra relação, de 1805, dava conta da existência de sessenta e dois comerciantes de grosso trato na vila, incluindo certamente muitos da comarca, pois de contrário seria difícil explicar a grande discrepância com os números anteriores<sup>53</sup>. Nesta lista apontavam-se vinte e seis mercadores de retalho, aos quais se poderiam juntar vinte e quatro tendeiros e várias lojas de diversos artigos.

Na Figueira da Foz, temos a informação, para 1805, da existência de quarenta negociantes ou casas de negócio<sup>54</sup>. Em Viana, e para o mesmo ano, havia oitenta e três comerciantes, não discriminados<sup>55</sup>. Uma relação

<sup>51</sup> *Ibidem*, *Intendência Geral da Polícia*, Livro 9, doc<sup>o</sup>. Avulso, *Mappa dos Mestres Officiaes e Aprendizizes dos diversos Officios, que há nesta Cidade, divididos pelas classes das suas profissoens na conformidade do Avizo dos Exmos. Governadores deste Reyno na data de 17 de Dezembro de 1807*.

<sup>52</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 12, n.º 24, *Relação dos Negociantes que há nesta Comarca de Setúbal, q. mandou fazer o D.or Corregedor (...) em Cumprimt<sup>o</sup>. Da Provisão da Real Junta do Comercio de 6 de Julho de 1812*.

<sup>53</sup> *Ibidem, ibidem*, Maço n.º 14, n.º 27, *Relação das Pessoas estabelecidas pello comercio na villa de Setubal, q. prometeram concorrer p<sup>a</sup>. as precizoens do Estado (...)*, apensa a um officio do Desembargador Corregedor de Setúbal com data de 14 de Abril de 1805.

<sup>54</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem*, relação anexa a um officio do Juiz de Fora da vila, de 30 de Junho de 1805.

<sup>55</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem, Relação dos Comerciantes que oferecerão dinheiro para as perci-*

de 1812 é mais minuciosa e aponta trinta negociantes e sessenta e três lojistas diversos, predominando entre estes os merceeiros e os cape-listas<sup>56</sup>. Tanto na Figueira como em Viana estes números relativos aos negociantes ultrapassam as listas publicadas, em vários anos, no «*Almanach*»<sup>57</sup>, o que, à semelhança de Setúbal, indica certamente que muitos não seriam matriculados. Os portos algarvios contavam comunidades mercantis mais pequenas: um mapa de ocupações e ofícios datado de 1788 atribuiu a Faro dezanove negociantes, treze mercadores e um livreiro, doze negociantes, doze mercadores e também um livreiro a Tavira, sete negociantes e oito mercadores a Lagos, e apenas catorze mercadores a Portimão<sup>58</sup>. Distando esta informação alguns anos das que vimos usando, pode-se perguntar se, no período de prosperidade que marcou a viragem de século, não teria havido um crescimento desses grupos. Pelo menos em Faro, não parece que isso tenha ocorrido: a relação de 1812 dava à capital algarvia catorze negociantes e casas de comércio (quatro eram sociedades)<sup>59</sup>. Nessa mesma data informava o corregedor da comarca de Tavira que nesta não haveria negociantes de grosso trato, mas somente «traficantes», designação que o magistrado aplicava certamente a gente dedicada ao tráfico de mercadorias, porém sem os cabedais e a reputação dos homens de negócio estabelecidos e matriculados. Desses «traficantes» contava a sede da comarca sessenta e oito<sup>60</sup>. A disparidade relativamente aos números anteriores pode muito bem resultar de diferentes critérios sobre as profissões e ocupações.

Entre os portos de menor movimento, Vila do Conde tinha, em 1812, quarenta e seis mercadores, sendo vinte e sete interessados nos negócios marítimos<sup>61</sup>, e Aveiro cinquenta e dois<sup>62</sup>. Numa e noutra não haveria negociantes propriamente ditos, mas apenas mercadores que também comerciavam por grosso ou tinham interesses em embarcações. Desaparecia assim a tradicional dicotomia das corporações mercantis

---

*zoens do Estado*, anexa a um ofício do Juiz Desembargador de 28 de Abril de 1805.

<sup>56</sup> *Ibidem, ibidem*, Maço n.º 12, n.º 24, *Relação Geral de todos os Negociantes, que se achão estabelecidos em diferentes Terras, desta Comarca de Viana do Minho*, anexa ao ofício do Corregedor de 31 de Agosto de 1812.

<sup>57</sup> As listas de Viana abrangem 20 nomes em 1790 e 25 em 1800 e 1807, enquanto as da Figueira somam 17 em 1803 e 25 em 1805. Cf. «*Almanach*», anos respetivos.

<sup>58</sup> BN (Reservados), Ms., Códice 922, *Mappa Geral de diferentes objectos, e noticias do Reyno do Algarve. Feito no tempo do Conde de Val de Reys, Governador e Capitão General do dito Reyno*. 1788.

<sup>59</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 12, n.º 23, *Lista dos Negociantes estabelecidos na Comarca de Faro*.

<sup>60</sup> *Ibidem, ibidem*, Maço n.º 12, n.º 24, *Relação dos Comerciantes e Traficantes das terras da Comarca de Tavira do anno de 1812*.

<sup>61</sup> *Ibidem, ibidem*, Maço n.º 12, n.º 23, *Relação dos Negociantes, e Rendeiros existentes na Villa de Barcellos, seu termo, e Terras da Comarca*, anexa a um ofício de 20 de Setembro de 1812.

<sup>62</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem, Relação dos Negociantes estabelecidos com suas Loges de Commercio nesta Cidade de Aveiro e sua Comarca*, com data de 24 de Agosto de 1812.

dos grandes centros, que já o termo «traficante» aplicado aos tavienses deixa pressupor.

De várias cidades e vilas do interior, algumas delas desempenhando a função de grandes mercados regionais, temos também informações de diversas fontes. As listas de donativos para o esforço de defesa e para as urgências do Estado — tal como rezam os ofícios do tempo —, produto da complexa situação que precedeu as invasões francesas, permitem-nos conhecer, ao menos em termos aproximados, o número de negociantes e mercadores de certas localidades. É o caso de Chaves, Braga, Guimarães, Covilhã, Guarda e Coimbra. A lista da urbe transmontana contabilizava quarenta e nove comerciantes em 1807, mais sete nas freguesias vizinhas, sem qualquer indicação sobre a sua atividade<sup>63</sup>. O comércio de Braga, em 1805, apresentava sessenta e seis nomes, sendo trinta e um mercadores de retalho e a maioria dos restantes negociantes estabelecidos<sup>64</sup>. Porém a esta indicação teremos de juntar outra, de 1812, que nos dá conta da existência de quarenta e cinco negociantes matriculados, na cidade e seu termo<sup>65</sup>, o que parece revelar um desenvolvimento da sua mercancia. Guimarães tinha, em 1805, cinquenta e um negociantes e trinta e sete mercadores e feirantes, num total de oitenta e oito nomes<sup>66</sup>. Na mesma data, a Covilhã contava dezoito negociantes e dezoito mercadores, e a Guarda trinta e três comerciantes não discriminados<sup>67</sup>. Coimbra, numa lista de 1806, registava sessenta e sete nomes de gente do comércio<sup>68</sup>.

Uma descrição da província de Trás-os-Montes, datada de 1796, informa que em Bragança existiam vinte e dois negociantes (sendo a palavra usada no sentido global de comerciantes), enquanto vilas como Mirandela, Alfândega da Fé e Moncorvo teriam respetivamente, vinte e nove, vinte e cinco e doze<sup>69</sup>. Uns anos mais tarde, em 1813, a relação de Vila Real enviada à Junta do Comércio mostra uma corporação mercantil bem mais numerosa nessa urbe: 107 nomes no total<sup>70</sup>.

<sup>63</sup> Ibidem, *ibidem*, Maço n.º. 14, n.º. 27, mapa anexo ao ofício do juiz de fora da vila de 25 de Agosto de 1807.

<sup>64</sup> Ibidem, *ibidem*, *ibidem*, ofício com data de 22 de Abril de 1805.

<sup>65</sup> Ibidem, *ibidem*, Maço n.º. 12, n.º. 23, *Relação dos Negociantes Matriculados na Real Junta do Comercio pertencentes a esta Cid.e de Braga e seu termo (...)*, anexa a um ofício de 31 de Agosto de 1812.

<sup>66</sup> Ibidem, *ibidem*, Maço n.º. 14, n.º. 27, relação anexa ao ofício do Corregedor da Comarca de 14 de Agosto de 1805.

<sup>67</sup> Ibidem, *ibidem*, *ibidem*, *Mappa das quotas, a que se comprometeram os Negociantes de Lanifícios, e mais géneros (...) nas três Comarcas da Guarda, Castelo Branco e Trancoso (...)*, anexo a um ofício de 11 de Fevereiro de 1805.

<sup>68</sup> Ibidem, *ibidem*, *ibidem*, relação anexa ao ofício do Corregedor da Comarca de 16 de Fevereiro de 1806.

<sup>69</sup> *Descrição da Provincia de Trás os Montes, suas Comarcas, e População, feita no anno de 1796, por Columbano Pinto Ribeiro de Castro*, ms. existente na Biblioteca Municipal do Porto. Publicado em Alves (Francisco Manuel), Reitor de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo IV, Coimbra, 1911-1918.

<sup>70</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 12, n.º. 24, *Relação dos Comerciantes que há na*



Para outras localidades do interior, incluindo os maiores centros urbanos do Ribatejo e Alentejo, relações da mesma época e da mesma natureza da de Vila Real dão-nos também alguns informes. Viseu registava trinta e cinco nomes<sup>71</sup> e sabemos, por outras fontes, que alguns eram negociantes<sup>72</sup>. No Ribatejo, Tomar e Abrantes somavam dezasseis e trinta e um, respetivamente<sup>73</sup>. Na Estremadura, em Torres Vedras e seu termo havia oitenta e sete negociantes e cento e cinquenta e cinco «traficantes»<sup>74</sup>. Em Évora e seu termo contavam-se cinquenta e seis negociantes e «traficantes»; próximo, Estremoz contava exatamente uma centena<sup>75</sup>. A relação de Beja era mais pormenorizada: dezoito negociantes e dezoito mercadores de retalho<sup>76</sup>. Portalegre somava sessenta comerciantes, sem qualquer indicação do tipo de comércio, sendo de registar que Castelo de Vide, vila na fronteira, dispunha de maior população mercantil — setenta e cinco nomes<sup>77</sup>. Na ausência de qualquer relação sobre Elvas, cuja tributação, como atrás vimos, indicia importância como centro de comércio, sabemos, porém, que contava pelo menos com uma sociedade de negociantes, em 1818<sup>78</sup>.

Ainda que parciais e contabilizando, algumas vezes, realidades não coincidentes em absoluto, estes números relativos às localidades de província são também esclarecedores sobre o fosso que as separava dos dois maiores centros urbanos do país. Mesmo nas mais importantes, quer na costa quer no interior, as corporações mercantis, englobando negociantes e retalhistas, situavam-se normalmente aquém dos cem nomes. Quando ultrapassam ou atingem este limite, como no caso de Setúbal, Vila Real ou Estremoz, isso deve-se mais aos critérios estatísticos gene-

---

*Comarca de Villa Real, tanto de Panos, como de Mercearia, e Cappela, anexo a um officio do Corregedor da Comarca de 13 de Junho de 1812.*

71 *Ibidem, ibidem, ibidem, Relação dos Negociantes estabelecidos na Comarca de Viseu pela ordem dos Conselhos della em conformidade das Regias Provisões de 6 de Julho de 1812, e 17 de Março de 1813* (anexo a um officio de 15 de Abril de 1813).

72 *Ibidem, ibidem, Maço n.º 14, n.º 27, Relação dos actuâes Contratadores das Rendas dos Almojarifados da Caza, e Estado da Rainha; Gazeta de Lisboa, N.º 49, Seg.º. Suppl.º, 8 de Dezembro de 1798.*

73 *A.N.T.T., Junta do Comércio, Maço n.º 12, n.º 24, Relação dos Negociantes da V.ª, e Comarca de Thomar, extrahida de outras remetidas a esta Corr.am, pelos Juizes das V.ª.s da m.ma Comarca, com data de 15 de Agosto de 1812.*

74 *Ibidem, Ibidem, ibidem, Relação dos Negociantes e Traficantes da Comarca de Torres Vedras, anexa a um officio do Corregedor, com data de 18 de Setembro de 1812.*

75 *Ibidem, ibidem, Maço n.º 12, n.º 23, Relação Geral dos Negociantes e Traficantes estabelecidos em o districto da Comarca d'Évora (...), com data de 18 de Outubro de 1812.*

76 *Ibidem, ibidem, ibidem, Relação das pessoas que nesta cidade e seo termo maneão algum genero de Negocio, anexa a um officio do Corregedor da Comarca de 11 de Setembro de 1812.*

77 *Ibidem, ibidem, Maço n.º 12, n.º 24, Mappa dos Negociantes da Cidade de Portalegre e sua Com.ª (...), anexo a um officio do Corregedor da Comarca de 1 de Outubro de 1812.*

78 *A Gazeta de Lisboa, N.º 85, 11 de Abril de 1818, publicava o seguinte «aviso»: «Francisco Williams, Eugenio Sullivan, e Augusto Cesar de Vasconcellos, com casa de Negocio estabelecida na Cidade de Elvas, avião ao publico que não tem outro qualquer socio no dito estabelecimento.»*

rosos das entidades arroladoras, incluindo gente como «traficantes» e tendeiros, do que propriamente à importância real das suas corporações. E se os lojistas não abundavam, até nos centros mais populosos, é manifesto que somente algumas cidades e vilas portuárias, como Setúbal, Figueira da Foz, Viana do Castelo e Faro, e pouco mais de uma dúzia de urbes do interior desempenhando o papel de mercados regionais ou beneficiando da localização de certas indústrias, dispunham de núcleos significativos de comerciantes por grosso.

O fraco desenvolvimento comercial de largas zonas do país, traduzindo seguramente um atraso nas respetivas estruturas socioeconómicas, é documentado de modo flagrante pelas respostas dadas pelos magistrados de certas comarcas à aludida provisão de 6 de Julho de 1812, determinando o envio de relações de negociantes. Assim, o corregedor da comarca de Chão de Couce, que abrangia os atuais concelhos de Ansião e Figueiró dos Vinhos, dava conta da inexistência de qualquer negociante na mesma<sup>79</sup>. O de Pinhel informava não haver negociantes alguns matriculados na Junta do Comércio, mas tão somente comerciantes que vendiam ao «retalho e por miúdo», o mesmo comunicando o juiz de fora de Almeida<sup>80</sup>. Em Ourém e seu termo havia apenas «traficantes de pequenos interesses e fundos», «vendeiros» de vinho, mercearia, cola e sola, para além dum negociante de panos e baetas, presumivelmente lojista, e dois marchantes<sup>81</sup>. Em várias localidades próximas de Lisboa, como Sobral de Monte Agraço, Mafra, Cascais e Cadaval, não havia quaisquer comerciantes de vulto, mencionando-se unicamente a existência de tendeiros<sup>82</sup>. E numa comarca da Beira Alta, Linhares, é possível deduzir o mesmo facto, a avaliar pelos resultados da contribuição de defesa de 1812<sup>83</sup>. Já antes referimos que de Tavira o corregedor informava não haver propriamente negociantes, mas antes «traficantes». O mesmo referia o de Avis, vasta comarca alentejana que se estendia desde o atual concelho de Benavente ao Alandroal e Juromenha<sup>84</sup>. Na relação discriminada dos comerciantes de Vila Real pode divisar-se que, em toda a comarca, apenas havia mercadores de retalho, sobressaindo os merceiros. O mesmo sucederia na vizinha comarca de Lamego, de acordo com um pormenorizado mapa relativo à contribuição de defesa

<sup>79</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 12, n.º 23, certidões anexas ao ofício do Corregedor da Comarca de Chão de Couce de 22 de Agosto de 1812.

<sup>80</sup> *Ibidem, ibidem*, Maço n.º 12, n.º 24, ofício do Corregedor da Comarca de 14 de Agosto de 1812.

<sup>81</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem, Relação dos Rendeiros e Traficantes que presentemente há nesta Villa d'Ourem e seu termo em 18 de Julho de 1812.*

<sup>82</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem, Relação dos Negociantes e Traficantes da Comarca de Torres Vedras*, anexa a um ofício do Corregedor da mesma, com data de 18 de Setembro de 1812.

<sup>83</sup> *Ibidem, ibidem*, Maço n.º 12, n.º 23, documentos anexos a um ofício do Juiz Corregedor da Comarca de 3 de Junho de 1812.

<sup>84</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem, Relação dos Negociantes estabelecidos nesta Comarca de Aviz*, anexa a um ofício do Desembargador Corregedor de 29 de Setembro de 1812.

de 1811<sup>85</sup>. E também já se constatou que até em localidades portuárias com um certo tráfego, como era o caso de Aveiro e Vila do Conde, não existia gente de comércio vivendo somente da compra e venda por grosso.

Todos os dados que coligimos permitem, pois, apesar das suas lacunas, detetar a distribuição geográfica dos grupos mercantis no período final do absolutismo português. Lisboa e Porto eram um mundo à parte, pelo número e importância dos seus negociantes e mercadores. Depois, as principais concentrações situavam-se nalgumas cidades e vilas portuárias e num certo número de terras do interior, grandes mercados regionais, como Braga, Vila Real, Viseu, Coimbra, Abrantes, Santarém, Torres Vedras, Évora, Estremoz e Beja, ou centros industriais importantes, como Guimarães, Bragança, Guarda, Covilhã, Tomar e Portalegre. A densidade das gentes de comércio aumentava também em certas áreas da raia — vimos os casos de Chaves, Castelo de Vide e Elvas —, seguramente em consequência dos fluxos de tráfego com o país vizinho.

Se o mercador de retalho de disseminava um pouco por todo o país, existindo em todos os centros urbanos relativamente importantes, já o comerciante por grosso, o «negociante» propriamente dito, só habitava nos portos de mar de maior movimento e num reduzido número de praças de comércio do interior. Como constatámos, em muitas localidades a maioria dos intermediários (quando não a totalidade) era constituída por indivíduos que os magistrados qualificavam de «traficantes». E como também já escrevemos, era decerto gente não matriculada e sem cabedal e volume de tráfico que permitissem incluí-la na categoria do verdadeiro negociante.

## 5 — As colónias de comerciantes estrangeiros.

As já referidas listas de negociantes publicadas no «*Almanach*» indicam-nos a presença dum numeroso grupo de negociantes estrangeiros em Lisboa, a par doutro bem menor no Porto. A existência dessas comunidades é facilmente explicável, atendendo aos condicionalismos da economia portuguesa do tempo, e a sua importância no comércio e noutras atividades é um facto que deve merecer a maior atenção.

Não era, de resto, um facto recente. Desde a Idade Média que é conhecida a importância das colónias de comerciantes estrangeiros no nosso país. No século XIV havia em Lisboa um numeroso grupo de mercadores de vários países: Fernão Lopes, na crónica de D. Fernando, refere naturais da Biscaia, Catalunha, Maiorca, Córsega, Lombardia (nomeadamente milaneses), Génova e Placência (Piacenza), juntamente

<sup>85</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem, Mappa relacionado da total importancia da Contribuição Geral de Dezeza, q.to ao Ramo da industria Commercial da Comarca de Lam[ego], do Anno 1811 (...).*

com outros não especificados<sup>86</sup>. No dizer do mesmo cronista, os reis davam-lhes «privilégios e liberdades, sentindo-o por seu serviço e proveito»<sup>87</sup>. O que significava a compreensão do seu importante papel para a economia do Reino e para a própria Coroa, pelos fluxos de tráfego e rendimentos que proporcionavam. Era a época do esplendor do comércio mediterrânico e portanto dominavam os desta área. Com a expansão e o afluxo de produtos exóticos e valiosos, principalmente após a abertura da rota do Cabo, o mercado português ganhava outra dimensão e mais justificava a presença de forasteiros no nosso território. Logicamente que o seu número e peso económico tenderam a aumentar. No século XV os italianos constituíam o mais importante grupo estrangeiro, sendo imprescindíveis pelo volume de capitais de que dispunham e pelo domínio das técnicas bancárias em que eram mestres<sup>88</sup>. No século seguinte, o tráfego das especiarias trouxe a Lisboa um poderoso grupo de mercadores alemães, que passaram a desempenhar uma função insubstituível no nosso comércio externo: colocavam-nos os produtos no Norte da Europa e forneciam-nos outros, imprescindíveis para as trocas na África e no Oriente<sup>89</sup>.

Virgínia Rau, a quem se devem os melhores estudos sobre este assunto, considerou que existiam então, em Portugal, cinco importantes núcleos capitalistas: além dos nacionais, cristãos-velhos e novos, espanhóis, italianos e alemães. E os mais relevantes eram estes dois últimos, «pelo que significavam de virtualidades financeiras e de movimento comercial»<sup>90</sup>. Homens como os Marchioni<sup>91</sup>, Affaitati e Giraldi<sup>92</sup>, do lado dos italianos, os Fugger, Welser, Hochstetter e Imhof<sup>93</sup>, da banda dos alemães, aqui residentes ou representados, desempenharam papel de primeira plana, participando com os seus barcos em várias expedições e assumindo-se vários como banqueiros do Estado português<sup>94</sup>. Os ingleses só apareceram em força no século XVII, embora já aqui estanciassem desde a Idade Média<sup>95</sup>. O aumento da sua importância coincidiu com a ascensão do poderio marítimo e comercial da Grã-Bretanha, logo refletido nas nossas relações mercantis. O tratado de comércio assinado em

<sup>86</sup> Lopes (Fernão), *Crónica de D. Fernando (Prólogo)*. Servimo-nos aqui da edição resumida da coleção «Clássicos Portugueses», da Livraria Clássica Editora, com prefácio, seleção e notas de Torquato de Sousa Soares, 2ª. edição corrigida, 1966. O passo referido lê-se na p. 21.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>88</sup> Rau (Virgínia), *Estudos de História*, Lisboa, 1968, pp. 13 e ss., e 75 e ss.; Cortesão (Jaime), *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, 1967, pp. 103 e ss.

<sup>89</sup> Azevedo (J. Lúcio), *Épocas de Portugal Económico*, 3ª. ed., Lisboa, 1968, pp. 92 e ss.

<sup>90</sup> *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, 1984, pp. 210, 211.

<sup>91</sup> Cortesão (Jaime), *op. cit.*, pp. 103 e ss.

<sup>92</sup> Rau (Virgínia), *Estudos de História*, pp. 75 e ss.; idem, *Estudos sobre História Económica e Social...*, p. 74.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, pp. 210 e ss. e 287 a 290.

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, pp. 69 e ss.; idem, *Estudos de História*, pp. 75 e ss.

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*, p. 131

1654, numa época em que Portugal carecia fortemente do auxílio britânico, ao conceder-lhes grandes privilégios comerciais e jurídicos, decerto também teve a sua quota parte no fenómeno<sup>96</sup>. Posteriormente, o de Methuen, ao facilitar as transações dos panos e vinhos, igualmente para tal terá contribuído. Em 1717 havia, só em Lisboa, cerca de noventa casas de comércio inglesas<sup>97</sup>. O seu peso na nossa economia era realmente grande, embora haja tendência na nossa historiografia para exagerá-lo, esquecendo a permanência, durante o século XVIII e início do XIX, dos alemães e italianos, a que se pode juntar um importante núcleo de homens de negócio franceses.

No reinado de D. João V registar-se-ia uma situação de franco predomínio das colónias estrangeiras na nossa atividade comercial. Jácome Ratton, negociante francês, depois naturalizado, residente em Portugal desde 1747, afirma no seu livro de memórias escrito em Londres, aquando do seu exílio na época das invasões francesas: «Até ao tempo do terramoto de 1755, eram as relações comerciais de Portugal com as nações estrangeiras, assim de importação, como de exportação feitas por casas de comércio estrangeiras estabelecidas em Portugal; e mesmo parte do comércio de retalho em lojas abertas dos mesmos estrangeiros cumulativamente com os nacionais; e somente o comércio com os portos do Brasil era feito pelos nacionais, conhecidos então pela denominação de Comissários, Mineiros, Angolistas, etc.»<sup>98</sup>. Descontando um certo exagero que possa haver nesta afirmação, pois sempre houve negociantes portugueses traficando com o estrangeiro, tudo aponta para uma grande debilidade dos grupos mercantis portugueses. As razões deste facto têm sido muito debatidas — fatores como o papel assumido pela Coroa no tráfego ultramarino ou a perseguição movida pela Inquisição à gente de negócio cristã-nova têm sido muito valorizados —, não cabendo todavia a sua análise nos objetivos deste estudo.

O que nos interessa aqui referir é que essa situação se alterou gradualmente ao longo da segunda metade do século XVIII e particularmente no seu último quartel. Para isso contribuíram certamente várias medidas económicas tomadas por Pombal, desde a criação das companhias monopolistas até à promulgação de leis que visavam o estímulo e dignificação da atividade mercantil<sup>99</sup>, mas as principais causas que propiciaram o reforço da capacidade económica e o alargamento do número dos nossos comerciantes terão de ser procuradas nas mudanças ocorridas na situação internacional desses anos e no modo como foram aproveitadas pela gente com vocação para os negócios. Adiante, quando abordarmos as questões relativas ao comércio externo, teremos ocasião de analisar os fatores conjunturais que propiciaram uma clara melhoria

<sup>96</sup> Azevedo (J. Lúcio), *op. cit.*, pp. 388 a 392.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, p. 427.

<sup>98</sup> *Recordações (...)*, p. 8.

<sup>99</sup> Cf. Macedo (Jorge Borges de), *A Situação Económica no Tempo de Pombal (...)*.

da balança comercial portuguesa e beneficiaram os nossos grupos mercantis.

As colónias de comerciantes estrangeiros continuaram, porém, a desempenhar relevante função na nossa economia, quer nos últimos anos da centúria de setecentos quer nos primeiros anos de oitocentos. O número dos seus elementos era significativo na capital e o núcleo do Porto, embora muito mais reduzido, tinha efetivo peso no comércio local e nacional. As listas de negociantes estrangeiros publicadas no «*Almanach*», atrás referidas, dão-nos os seus quantitativos no sector mais importante do comércio. Em Lisboa, mencionavam-se cento e cinquenta e cinco nomes em 1790 e cento e setenta e quatro em 1807. Entre as duas datas houve pequenas oscilações: cento e sessenta e sete em 1796, cento e cinquenta e nove em 1800 e cento e quarenta e nove em 1805. No Porto, registavam-se vinte e nove nomes em 1790, e trinta e seis em 1807.

Como referimos, ao compararmos a evolução dos números de nacionais e estrangeiros revelados pelas listas, a importância relativa dos últimos foi diminuindo, em resultado das mudanças ocorridas na nossa economia e sociedade. Em 1790, em Lisboa, o rol dos nomes portugueses era inferior ao dos forasteiros. 1791 foi o último ano em que tal facto se verificou. Desde então, a relação entre o número dos negociantes estrangeiros e o total cifra-se nas seguintes percentagens: 44,3% em 1795, 39,6% em 1800 e 34,4%, para subir ligeiramente aos 38,3% em 1807. As invasões francesas levaram à saída da capital de grande parte dos elementos dessas prósperas colónias mercantis: a lista do «*Almanach*» para 1812 refere apenas oitenta e dois nomes, a que corresponde uma percentagem de 17,4%. Nos anos seguintes assistir-se-á a um lento retorno (ou estabelecimento de outros indivíduos): noventa e seis nomes em 1814 e 1817, cento e um em 1820, cento e quarenta e cinco em 1823. No Porto, os negociantes estrangeiros eram em número muito inferior ao dos da terra: 18% em 1790 e 15,7% em 1807. Contrariamente ao que ocorreu em Lisboa, não sofreram uma grande diminuição com a guerra peninsular: trinta e dois nomes em 1814 e 1817, trinta e três em 1820, trinta e seis em 1824. Tanto em Lisboa como no Porto, os estrangeiros revelavam melhor organização comercial. Em Lisboa eram deles a maior parte das sociedades: em 1807, como atrás constatámos, detinham oitenta e seis contra apenas trinta e duas dos nacionais. No Porto, para o mesmo ano, em trinta e seis nomes da lista do «*Almanach*» vinte e três correspondiam seguramente a sociedades comerciais, enquanto nos portugueses havia somente trinta e nove em cento e noventa e quatro nomes. A existência dum tal número de sociedades comerciais estrangeiras, nas duas cidades, como também já mencionámos, e apesar de um ou outro sócio aqui não residir<sup>100</sup>, significa que o total de indivíduos negociantes doutras naciona-

<sup>100</sup> Na *Gazeta de Lisboa*, Nº. 51, Supplº., de 26 de Dezembro de 1794, podia ler-se o seguinte «aviso»: «*Abraham e João Henrique Schindler, assistentes em Glaris na Suíça, socios até*

lidades ultrapassava a simples contagem dos nomes arrolados no «*Almanach*».

Qual a origem dos elementos que integravam essas colónias estrangeiras? O que escrevemos antes já constituiu uma primeira resposta. Porém, em termos rigorosos, não é fácil apontar quantitativos e percentagens das comunidades dos diferentes países. Só em 1823 é que o «*Almanach*» de Lisboa publicou a primeira lista de negociantes estrangeiros discriminados por nacionalidades. Nessa lista, relativa à capital, em cento e quarenta e cinco nomes de indivíduos e sociedades figuravam setenta e um de súbditos britânicos (48,9%), trinta e nove de italianos (26,9%), vinte e um de alemães (14,5%), doze de espanhóis (8,3%) e dois de holandeses (1,4%)<sup>101</sup>.

Muitos dos negociantes e sociedades que figuravam nessa lista vinham de anos anteriores. Combinando estes elementos com outros provenientes de outras fontes, temos razões para supor que não seria muito diferente a composição dos estrangeiros na época anterior às invasões: há apenas a referir o facto de antes desse evento existir, na capital, um grupo de homens de negócio franceses com certa importância<sup>102</sup>. A comunidade britânica era a primeira de Lisboa, vindo depois, em termos que seriam muito aproximados quanto ao número de elementos e relevo económico, italianos, alemães e franceses<sup>103</sup>.

Entre os súbditos britânicos havia os ingleses, os mais numerosos, mas também irlandeses e malteses. Vassallos do mesmo poder, eram contudo grupos completamente distintos, fazendo vida inteiramente à parte<sup>104</sup>. Os dois últimos beneficiaram mesmo dum tratamento diferente

---

*agora da Casa de Negocio desta Cidade, que existia debaixo da firma de Trumpy e Companhia, havendo dissolvido a dita sociedade, darão todos os poderes a Bento Klingelhoefer, para que possa, em nome dos mesmos Abraham e J. H. Schindler, liquidar as dependencias da dita sociedade até o ultimo de Fevereiro de 1795; e depois se declarará a firma de que ha de continuar a usar a dita Casa (...)*». Conforme se podia ler na mesma «*Gazeta*» (N.º. 16, Seg.º. Suppl.º., de 25 de Abril de 1795), a nova firma chamava-se «*Abraham e J. H. Schindler e Klingelhoefer*», continuando os dois primeiros a residir na Suíça.

<sup>101</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>102</sup> Carl Israel Ruders, pastor luterano sueco nomeado capelão da Legação do seu país em Lisboa, aqui residente de 1798 a 1802 e autor de um conjunto de cartas muito importantes para o conhecimento da realidade portuguesa do tempo, escreveu designadamente o seguinte: «*Os franceses estabelecidos em Portugal são sensivelmente menos depois da revolução; no entanto, ainda aqui conservam diversas casas comerciais, mais ou menos importantes (...)*». Cf. *Viagem em Portugal (1798-1802)*, trad., Lisboa, 1981, pp. 141 e 142.

<sup>103</sup> «*Os estrangeiros que superabundam em Lisboa, compõem-se principalmente de ingleses, irlandeses, franceses e alemães. Os primeiros, ao que parece, são atualmente os mais numerosos. Uns têm aqui casas de comércio que eles próprios estabeleceram, ou que herdaram dos antigos patrões, por casamento ou participação na firma (...)*». Cf. *ibidem*, p. 141. Adiante refere os italianos: «*Os italianos são também bastante numerosos em Lisboa. Compõem-se, na sua maior parte, de homens de negócio, artistas, castrados e uma multidão de pessoas pertencentes ao teatro.*» Cf. *ibidem*, p. 143.

<sup>104</sup> Ruders escreve o seguinte sobre os irlandeses e as suas relações com os ingleses: «*Neste cálculo, deviam, evidentemente, ser incluídos os irlandeses, mas os ingleses não querem,*

por parte das autoridades francesas, aquando da ocupação<sup>105</sup>. Os irlandeses constituíam um grupo considerável, mas seriam raros aqueles que tinham fortuna, em contraste com os seus vizinhos da Grã-Bretanha<sup>106</sup>. Tanto em Lisboa como no Porto, os ingleses usufruíam de largos privilégios, nomeadamente jurídicos, dispondo as suas feitorias nas duas cidades<sup>107</sup> de juizes conservadores para defesa dos interesses dos seus associados. Na capital dispunham ainda duma espécie de clube, chamado «Longroom», no qual eram também admitidos outros estrangeiros de boa posição<sup>108</sup>, demonstrando uma tendência das comunidades britânicas em terra alheia para fazerem vida à margem dos naturais. Hospital e cemitério próprios mostravam igualmente a sua importância e poder<sup>109</sup>.

As sociedades comerciais britânicas revelavam grande estabilidade: muitas das que operavam no início do século XIX aqui se achavam instaladas desde o século XVII, ou descendiam de firmas dessa época<sup>110</sup>. E a continuidade manteve-se: ainda hoje podemos encontrar, nas empresas exportadoras do vinho do Porto, apelidos desse tempo<sup>111</sup>. Situando-nos especificamente nos anos anteriores às invasões, podemos citar como sociedades de grande importância económica, tomando como referência a sua participação no tráfego marítimo, em Lisboa, John Bulkeley & Filho<sup>112</sup>, John Leigh<sup>113</sup>, Gould, Kirwan e C.<sup>a</sup><sup>114</sup>, Evans, Offley e Sealy<sup>115</sup>,

---

*mentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808, Segunda Parte*, Coimbra, 1923, pp. 123 e 124.

<sup>106</sup> Ruders (Carl Israel), *op. cit.*, p. 141. Cf. nota supra.

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*, p. 149; *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, trad., 2.<sup>a</sup> ed., revista, Lisboa, 1983, p. 52; J. A. Pinto Ferreira, *O Comércio do Vinho do Porto através da correspondência de John Whitehead, Cônsul Britânico na mesma cidade, endereçada a Mr. Warre (1793 a 1800)*, Porto, 1960, p. 23.

<sup>108</sup> Ruders (Carl Israel), *op. cit.*, p. 174.

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*, pp. 149 e 150.

<sup>110</sup> Macaulay (Rose), *Ingleses em Portugal*, trad., Porto, 1950, pp. 209 e 210.

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*, pp. 203 e 204. A autora afirma justificadamente: «Algumas firmas hoje existentes podem ir buscar a sua origem a esses mercadores e agentes do século XVII: a Hunt, Roope & Companhia, por exemplo, que possuía estabelecimentos no Porto e em Viana, cerca do ano 1654, importava bacalhau seco e azeite da Terra Nova, trigo e lã da Inglaterra, e exportava vinho, cortiça, frutas, etc., de Portugal para Inglaterra.»

<sup>112</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823, *Negociantes Estrangeiros em Lisboa*.

<sup>113</sup> *Ibidem*. Menciona Henrique Leigh como negociante britânico, o que atesta a origem do apelido.

<sup>114</sup> A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, Livro VII, folha 222. Refere-se a casa inglesa de Geraldo de Gulde (este apelido é certamente mal grafado). Geraldo de Gould é mencionado no «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>115</sup> Para além dos apelidos britânicos, os Offley são referidos por Rose Macauley (*op. cit.*, p. 210) como negociantes aqui estabelecidos, concretamente no Porto: *op. cit.*, p. 210.



Duarte Power e C<sup>a</sup>.<sup>116</sup>; no Porto, Newman Land e C<sup>a</sup>.<sup>117</sup>, Harris e C<sup>a</sup>.<sup>118</sup>, Thompson Crofft e C<sup>a</sup>.<sup>119</sup>, Bull e C<sup>a</sup>., Campion, Offley, Hesketh e C<sup>a</sup>., Pennel, Smith e C<sup>a</sup>., Bearsley Webb, Warre e C<sup>a</sup>.

Entre os italianos da capital refiram-se André Guidotti<sup>120</sup>, António Bagnasco<sup>121</sup>, os irmãos Robello<sup>122</sup>, Francisco Rossi<sup>123</sup>, Francisco Durante<sup>124</sup>, Francisco Zignago<sup>125</sup>, Francisco Polleri<sup>126</sup>, Luís Guiglioni<sup>127</sup>, João António Luizello<sup>128</sup>, João Sallaico<sup>129</sup>, os irmãos Gnecco<sup>130</sup>, os irmãos Massa<sup>131</sup>, Manoel de Ambrosi<sup>132</sup>, Sebastião Alizeri<sup>133</sup>, Turpia e Casale<sup>134</sup>, Vicente Maziotti<sup>135</sup> e os Segalerba<sup>136</sup>. Alemães, quase todos hamburgueses, eram, entre outros, nas vésperas das invasões, os Metzener<sup>137</sup>, Klingelhoef<sup>138</sup>, os Illius<sup>139</sup>, Jacob Burckardt<sup>140</sup>, os Moeller<sup>141</sup>, os Schindler<sup>142</sup>, e a importante sociedade Peters, Schlick, Hintz e Lindenberg<sup>143</sup>.

Antes das invasões, existiu igualmente em Lisboa uma próspera e dinâmica colónia de negociantes franceses. Já antes se mencionou o nome de Jácome Ratton. Podemos citar ainda os Clamouse<sup>144</sup>, os Roure<sup>145</sup>,

<sup>116</sup> *Gazeta de Lisboa*, n.º. 118, 20 de Maio de 1812. A sociedade foi então dissolvida.

<sup>117</sup> O apelido Newman continua a figurar numa relação dos negociantes estrangeiros estabelecidos no Porto, elaborada em Abril de 1824 pelo Desembargador Superintendente interino das Alfândegas e Tabaco e enviada à Coroa, em cumprimento duma Provisão Régia de Fevereiro desse ano: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 61, n.º. 120.

<sup>118</sup> O mesmo se aplica a este apelido: *ibidem*, *ibidem*, *ibidem*,

<sup>119</sup> Para este e seguintes a mesma fonte: *ibidem*, *ibidem*, *ibidem*. Ou ainda Macaulay (Rose), *op. cit.*, pp. 210 e 211.

<sup>120</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>121</sup> *Ibidem*.

<sup>122</sup> A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, Livro VII, folha 1.

<sup>123</sup> Ferrão (António), *op. cit.*, Segunda Parte, p. 394.

<sup>124</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>125</sup> *Ibidem*.

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> Cônsul de Ragusa; cf. designadamente «*Almanach*» para os anos de 1791, 1800 e 1807.

<sup>128</sup> A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, Livro VIII, folha 114 v.º.

<sup>129</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>130</sup> Ferrão (António), *op. cit.*, Segunda Parte, p. 394.

<sup>131</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

<sup>133</sup> A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, Livro VII, folha 209 v.º.

<sup>134</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>135</sup> Cônsul de Nápoles; cf. designadamente «*Almanach*», anos de 1791, 1800 e 1807.

<sup>136</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>137</sup> A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, Livro VII, folha 137 v.º.

<sup>138</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>139</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 23, Suppl.º., 12 de Junho de 1807.

<sup>140</sup> *Ibidem*, N.º. 43, Seg.º. Suppl.º., 27 de Outubro de 1804.

<sup>141</sup> *Armorial Lusitano*, Lisboa, 1961, pp. 369 e 370.

<sup>142</sup> «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>143</sup> Christian Daniel Peters foi Cônsul Geral da Prússia: cf. «*Almanach*» para os anos de 1791, 1800 e 1807; os outros três são mencionados na lista do «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>144</sup> *Armorial Lusitano*, p. 165.

<sup>145</sup> A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, Livro VII, folhas 132 e 222.

Laborde<sup>146</sup>, Le Quim<sup>147</sup>, J.B. Chiqué<sup>148</sup>, Lecussan Verdier<sup>149</sup>. Os holandeses eram poucos, mas tinham grande peso económico: nomes como os Van Zeller<sup>150</sup>, os Gildemeester<sup>151</sup> e Jacob Dohrman<sup>152</sup> contaram-se entre os de maior projecção da época. Houve também nórdicos, como o cônsul geral da Suécia Kantzow<sup>153</sup> e o da Dinamarca João Ayres<sup>154</sup>, e norte-africanos, como Hagi Abdelkrim Benlibi<sup>155</sup> e Meimon Jullei<sup>156</sup>; registe-se ainda a presença de um pequeno grupo de espanhóis, cuja influência parece nunca ter sido muito relevante<sup>157</sup>.

No Porto, era de britânicos a grande maioria das casas de comércio, algumas das principais já citadas. Importa, porém, notar que também residiam no burgo nortenho alguns negociantes de vulto doutras origens, como os Kopke, hamburgueses<sup>158</sup>, e os já citados Clamouse e Van Zeller, sendo que elementos destas duas últimas famílias se tinham estabelecido simultaneamente, como acabámos de ver, na capital do Reino. Um facto relevante a mencionar relativamente a estes três agregados familiares é o de vários dos seus membros se terem naturalizado e aqui radicado definitivamente. Aliás, tanto em Lisboa como no Porto as naturalizações de negociantes e mercadores estrangeiros eram frequentes, embora algumas delas tivessem sido transitórias, tendo ocorrido por mera conveniência pessoal e voltando os naturalizados à nacionalidade de origem logo que tal lhes convinha. Era, designadamente, a opinião expressa por uma personalidade com o relevo e o peso político do Intendente Geral da Polícia Pina Manique, que a propósito de um pedido de um negociante irlandês naturalizado português para se fixar no Rio de Janeiro aludia à facilidade com que os estrangeiros se naturalizavam e retornavam à condição inicial em função das suas conveniências<sup>159</sup>. Todavia muitos dos naturalizados fixaram-se definitivamente em Portugal e ao longo do século XIX encontraremos muitos empresários de origem estrangeira em diversos ramos das atividades económicas.

<sup>146</sup> *Ibidem*, *ibidem*, *ibidem*, folha 222.

<sup>147</sup> *Ibidem*, *ibidem*, Livro VIII, folha 78.

<sup>148</sup> *Ibidem*, *ibidem*, Livro VII, folha 132.

<sup>149</sup> Ratton (Jacome), *op. cit.*, pp. 16 e ss.

<sup>150</sup> *Armorial Lusitano*, pp. 569 a 571.

<sup>151</sup> Foi durante muitos anos contratador dos diamantes e Cônsul-Geral da Holanda em Lisboa: cf. *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, pp. 88, 96, 97 e 98. Sucedeu-lhe no cargo de Cônsul o filho Daniel: cf. «*Almanach*», ano de 1791.

<sup>152</sup> Referido como Cônsul da Holanda, nomeadamente no «*Almanach*», anos de 1800 e 1807. Cf. também «*Almanach*» para o ano de 1823.

<sup>153</sup> Johan Kantzow nasceu em Estocolmo no ano de 1759, vindo a fixar-se em Lisboa: cf. Chaves (Castelo Branco), in *Prefácio* à obra citada de Ruders (Carl Israel), p. 10.

<sup>154</sup> «*Almanach*», anos de 1800, 1803 e 1807.

<sup>155</sup> Ruders (Carl Israel), *op. cit.*, p. 143.

<sup>156</sup> A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, Livro VII, folha 203.

<sup>157</sup> Na lista do «*Almanach*», ano de 1823, figuram doze nomes de negociantes e sociedades do país vizinho.

<sup>158</sup> *Armorial Lusitano*, p. 286.

<sup>159</sup> A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, Livro VII, folhas 205 e vº, 206 e vº, e 207.

Parece-nos que, para além de todos os oportunismos que Manique verbe-rava e que certamente ocorreram, as naturalizações de negociantes estrangeiros contribuíram significativamente para engrossar as fileiras da nossa burguesia mercantil, com a incorporação de muitos elementos que se revelaram dos mais dinâmicos e capazes.

Podemos apontar vários exemplos para comprovar esta nossa asserção. Referimos já os Van Zeller, os Clamouse e os Kopke. Os primeiros Van Zeller a cá residirem, membros de uma numerosa família oriunda do leste dos Países Baixos, vieram no século XVII e fixaram-se não só no Porto como em Lisboa<sup>160</sup>. No século XVIII e no início do XIX, encontramos-os como importantes consignatários de mercadorias entradas pelas barras das duas principais cidades<sup>161</sup>, enquanto um membro da família, Maurício José Cramer Vanzeller (o nome já aparecia aportunuguesado), desempenhava as relevantes funções de provedor da «Junta da Administração dos Fundos» da extinta Companhia do Pernambuco e Paraíba<sup>162</sup>. Entre os Clamouse destacou-se Bernardo Clamouse, filho dum negociante com o mesmo nome, que foi cavaleiro da Ordem de Cristo e teve casa de comércio de certa importância em Lisboa<sup>163</sup>. Os Kopke, provenientes de Hamburgo, fixaram-se no Porto<sup>164</sup>, onde uma sociedade formada por dois elementos da família, Nicolau e Joaquim, desempenhou relevante papel no comércio marítimo da cidade no período de que nos ocupamos<sup>165</sup>. Para além de Ratton, a cujo teste-munho vimos recorrendo, podemos citar ainda, entre os negociantes nacionais de ascendência estrangeira com maior peso económico, os Palyart, oriundos de França, que na lista do «*Almanach*» para o ano de 1812 figuram com três nomes<sup>166</sup>, os Jorge, italianos provenientes do

---

<sup>160</sup> *Armorial Lusitano*, pp. 569 a 571.

<sup>161</sup> Ver quadros no final do volume. A importância da casa comercial de Francisco e Hermano Vanzeller também pode ser aferida pelas coletas fiscais, designadamente pela que lhe foi imposta durante a ocupação francesa resultante da 1<sup>a</sup>. Invasão: aí foi-lhe atribuída a quantia de 10.000\$000 réis, que pode ser comparada com os 32.000\$000 réis atribuídos aos grandes magnatas, Quintela, António Caldas e Jacinto Fernandes Bandeira. Cf. «*Observador Portuguez, Historico, e Politico de Lisboa, Desde o Dia 27 de Novembro do anno de 1807, em que embarcou para o Brazil o Principe Regente Nosso Senhor e toda a Real Familia, por motivo da invasão dos Franceses neste Reino, etc.*», Lisboa, 1809, pp. 89 a 97.

<sup>162</sup> «*Almanach*» de Lisboa para o ano de 1791, p. 313.

<sup>163</sup> *Armorial Lusitano*, p. 165. Relativamente ao peso económico da casa de Bernardo Clamouse e Comp<sup>ª</sup>., podemos referir que na mesma contribuição mencionada na nota supra sobre a sociedade dos Vanzeller a quantia que lhe foi atribuída foi de 2.000\$000 réis.

<sup>164</sup> *Armorial Lusitano*, p. 286.

<sup>165</sup> Ver quadros no final do volume.

<sup>166</sup> O primeiro a fixar-se em Lisboa foi Luís Francisco Palyart, na primeira metade do século XVIII; à sua morte, em 1742, a viúva e os filhos decidiram ficar em Portugal, aqui continuando a atividade mercantil do progenitor e obtendo a nacionalidade portuguesa: cf. Pedreira (Jorge Miguel), *Os homens de negócio da praça de Lisboa (...)*, pp. 230 e 231. O mais importante dos irmãos terá sido Francisco Palyart, cuja casa de comércio foi coletada em 1.200\$000 réis na contribuição mencionada nas notas supras.

ducado de Milão, que deram origem a duas das mais importantes casas de comércio da capital<sup>167</sup>, e, acima de todos, um dos maiores capitalistas da época, com uma fortuna só equivalente à do Barão de Quintela, dos Caldas ou de Jacinto Bandeira: referimo-nos a Geraldo Venceslau Braancamp, primeiro Barão do Sobral<sup>168</sup>, que, sendo filho de Hermano José Braancamp, natural dos Países Baixos aqui radicado e negociante de grandes cabedais<sup>169</sup>, ao casar com a filha do maior magnata do tempo de Pombal, Anselmo José Sobral, juntou bens do que já eram duas das mais relevantes casas de negócio da praça de Lisboa<sup>170</sup>.

Em Lisboa havia também alguns mercadores estrangeiros, comerciando principalmente em bebidas e víveres, conforme se conclui de diversos anúncios publicados na *Gazeta de Lisboa*<sup>171</sup>. Encontravam-se ainda com lojas de outros ramos, como livrarias, na capital e noutras cidades<sup>172</sup>, ou exercendo o mester de cambistas, onde predominavam os naturais da ilha de Malta<sup>173</sup>. De resto, esta presença de simples lojistas, conquanto muito menos relevante que a dos membros da aristocracia comercial, os negociantes, era também tradicional. As colónias de estrangeiros dedicados às mais variadas atividades comerciais, com particular destaque para Lisboa, foram sempre muito numerosas ao longo do século XVIII, residindo na capital um grande número de artífices de diversas profissões<sup>174</sup>.

<sup>167</sup> Pedreira (Jorge Miguel), *Os homens de negócio da praça de Lisboa (...)*, pp. 229 e 230. As casas de comércio a que nos referimos são as de «João Roque Jorge e Filhos» e «Paulo Jorge e Filhos». Além das coletas fiscais, temos uma prova importante de se tratar de duas das maiores da capital: uma notícia publicada na «*Gazeta de Lisboa*», em 10 de Janeiro de 1797 (N.º 2), que referia a apresentação à Rainha de uma representação dos «principais, e mais distintos Negociantes da Praça de Lisboa», oferecendo os seus préstimos financeiros à Coroa, numa época conturbada e de grandes dificuldades, e onde se incluíam essas duas sociedades.

<sup>168</sup> *Nobreza de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1960, pp. 392 e 393.

<sup>169</sup> Hermano José Braancamp foi também diplomata, tendo sido ministro residente do rei da Prússia entre 1751 e 1775. Cf. *Armorial Lusitano*, pp. 110 e 111.

<sup>170</sup> Os bens e o peso económico deste negociante serão objeto de análise no cap.º III. Bastará referir aqui que foi, desde 1792, contratador do tabaco, e que, na já mencionada contribuição extraordinária de 1807, a importância em que foi coletado (vinte contos de réis) era a quarta.

<sup>171</sup> Caso, por exemplo, de Nicolau Mac Mahon e Companhia, mercadores que anunciam a venda de «vinho especial do Porto» na «*Gazeta de Lisboa*», N.º 21, Suppl.º, 29 de Maio de 1795, ou de Maurício Hoard, também mercador de vinhos, com armazém na rua dos Ourives da Prata, conforme aviso publicado no mesmo jornal, no N.º 11, *Seg.º Suppl.º*, de 18 de Março de 1797.

<sup>172</sup> Em Lisboa, por exemplo, a conhecida casa Bertrand, de origem francesa; em Coimbra, da mesma nacionalidade, a de João Pedro Aillaud; ambas anunciaram várias vezes na «*Gazeta*».

<sup>173</sup> Conforme se depreende duma notícia publicada no jornal *Diário Lisbonense*, N.º 27, de 3 de Junho de 1809, onde se podia ler: «O câmbio tem-se conservado a vinte e quatro; e nem se pode claramente anunciar semelhante negócio, porque os Senhores Malteses, seus Companheiros e Sócios no tal Câmbio, alteram e abaixam em um mesmo dia muitas vezes, e diferentemente (...)».

<sup>174</sup> Macedo (Jorge Borges), *Problemas de História da Indústria (...)*, pp. 94 e 95.

Fora de Lisboa e do Porto, raros eram os negociantes estrangeiros. Havia-os, todavia, em centros portuários como Setúbal, Figueira da Foz e Viana do Minho, e ainda numa localidade de fronteira como Elvas.

Em Setúbal, antes das invasões, uma meia dúzia de casas de comércio estrangeiras, integradas por elementos de várias nacionalidades, dominavam o importante tráfego do sal<sup>175</sup>. Na Figueira, em 1807, havia pelo menos uma<sup>176</sup>. Em Viana, tinha sido importante a comunidade de negociantes ingleses, na segunda metade do século XVII e em princípios do XVIII. Muitas firmas estavam estabelecidas simultaneamente aí e no Porto. Contudo o comércio feito pelo porto da foz do Lima deslocar-se progressivamente para a barra do Douro, e já no meio do século XVIII somente restavam em Viana um pequeno número de casas britânicas<sup>177</sup>. Na lista do «*Almanach*» de 1800 ainda figuravam quatro nomes e na do de 1807 três, todos de sociedades estabelecidas no Porto<sup>178</sup>. Quanto a Elvas, um aviso inserto na «*Gazeta de Lisboa*», em 1818, referia «uma casa de negócio» estabelecida na cidade, onde dois dos sócios eram, presumivelmente, estrangeiros<sup>179</sup>.

A fixação dos comerciantes estrangeiros refletia, claramente, a macrocefalia do país: Lisboa tinha uma importância económica que sobrelevava a do Estado de que era a capital, importância que lhe advinha da sua função de grande entreposto de géneros coloniais, brasileiros sobretudo. O Porto destacava-se, também, por ser a sede do único mercado regional com relevância internacional, em consequência da exportação do principal produto metropolitano, o vinho do Porto. Agindo, os negociantes, no sector do comércio externo, era natural que os pequenos mercados regionais e os portos mercantes secundários, estes votados fundamentalmente à navegação de cabotagem, pouco interessasse lhes merecessem.

Assim, igualmente o que aqui se apurou sobre a distribuição dos forasteiros na área do comércio confirma as anteriores considerações sobre as vincadas assimetrias de desenvolvimento já então existentes em Portugal.

---

<sup>175</sup> «*Almanach*» para os anos de 1795 e 1800, *Negociantes de Setúbal*; *ibidem* para o ano de 1791, *Cônsules das Nações Estrangeiras nesta Corte, e Reino, com os seus respectivos Cônsules Deputados, e Vice Cônsules*; *ibidem* para o ano de 1807, *Cônsules, e Comissários das Relações Comerciais das Nações Estrangeiras neste Reino*.

<sup>176</sup> Existia nessa data uma sociedade formada por três negociantes, Richards, Baker e Whitney, verosimilmente britânicos, depois substituída por outra sociedade com apenas dois elementos, Richards e Baker. Cf. «*Almanach*» para o ano de 1807 e «*Gazeta de Lisboa*», N.º. 48, de 1 de Dezembro de 1807.

<sup>177</sup> Macaulay (Rose), *op. cit.*, pp. 202 a 206.

<sup>178</sup> *Op. cit.*, *Negociantes da Vila de Viana, Nacionaes e Estrangeiros*.

<sup>179</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 85, 11 de Abril de 1818.



## CAPÍTULO II

### AS ATIVIDADES DA BURGUESIA COMERCIAL: COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO; SEGUROS E ATIVIDADES BANCÁRIAS; AGRICULTURA E INDÚSTRIA.

#### 1 — O comércio interno e externo.

Já no capítulo anterior escrevemos que os negociantes não eram apenas comerciantes grossistas, dedicando-se muitos a uma gama de atividades que englobava o que contemporaneamente designamos por serviços: era o caso dos transportes, seguros e operações bancárias. Bastantes se entregaram também à indústria, ou foram prósperos empresários agrícolas. Em certas localidades houve ainda, como já vimos, simples mercadores de retalho que se envolveram no tráfego marítimo.

Principiamos a análise desse conjunto de atividades pelo comércio, obviamente a mais importante e razão da existência dos grupos que aqui estudamos. Neste domínio teremos de distinguir o tráfego interno do externo.

Sabemos que o comércio interno defrontava obstáculos e dificuldades diversos. Balbi, escrevendo por volta de 1820, considerou quase nulo o comércio interior, atribuindo tal facto à inexistência de vias e meios de comunicação — estradas, canais e rios navegáveis, viaturas e animais de carga e de tiro<sup>180</sup>. José Acúrsio das Neves, profundo conhecedor da situação económica do país, escrevendo pela mesma altura, opinou que as estradas de Portugal eram «com muito poucas exceções, as piores da Europa», e que as pontes e outras obras de utilidade pública eram raras ou estavam em abandono<sup>181</sup>. Acrescentando: «Daqui vem que este país estendido ao longo do mar em uma zona de 100 léguas de comprido sobre 30 de largura, retalhado por um grande número de rios e com excelentes portos, oferecendo tantos meios de transporte e de um comércio florescente no interior, e para Espanha, vê estagnada por falta de comunicações uma grande parte dos seus frutos no próprio solo, em que foram produzidos, como acontece na Beira Alta, em Trás-os-Montes, em quase todo o Alentejo, e mesmo no interior das províncias marítimas»<sup>182</sup>. Referindo também como causa das dificuldades a «falta de animais domésticos e principalmente de bestas»<sup>183</sup>.

---

<sup>180</sup> *Op. cit.*, tomo 1º, p. 401.

<sup>181</sup> *Memória Sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, Considerada nos seus Diferentes Ramos*, Lisboa, 1820, p. 36.

<sup>182</sup> *Ibidem*, pp. 36 e 37.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 37.

Muitos responsáveis nacionais tinham perfeita consciência do problema, e o próprio Acúrsio das Neves, deputado da Junta do Comércio e diretor da Real Fábrica das Sedas e Obras das Águas Livres, é um exemplo disso. Em 1783, o Intendente Geral da Agricultura, Luís Ferrari Mordau, escrevia: «Uma das causas que também aniquila a agricultura e o mesmo comércio é a carestia de fretes no interior do Reino por falta de estradas e canais que além da navegação podiam também ser de regadio pela hidráulica, ainda quando fundos fossem os rios, porque não tendo o lavrador nem o comerciante cómodos para, sem muitas despesas, mandarem os seus géneros para as partes para onde melhor os venderiam, maltratam-se estes e acha-se privada a gente daqueles recursos e facilidades que sustentam as suas empresas»<sup>184</sup>. Quer no reinado de D. José quer no de D. Maria I, fizeram-se esforços para melhorar o estado das vias de comunicação, desassoreando e encanando rios, construindo e reparando estradas e pontes<sup>185</sup>. Obra de vulto foi a construção da estrada de Lisboa a Coimbra<sup>186</sup>, que permitiu a criação do primeiro serviço de mala-posta no nosso país<sup>187</sup>, e o intendente Pina Manique também empregou o seu zelo na abertura de novas vias e melhoria de algumas outras<sup>188</sup>.

Nenhuma dessas obras, todavia, alterou significativamente o estado global das vias de comunicação. Estrangeiros que nessa época viajaram ou residiram em Portugal, como, entre outros, o inglês William Beckford e o sueco Carl Ruders, puderam testemunhar o mau estado da generalidade das nossas estradas<sup>189</sup>.

As dificuldades de trânsito no interior eram em parte compensadas pela grande extensão do litoral relativamente à superfície do território. Balbi escreveu que «quase todo o comércio de Portugal faz-se por mar»<sup>190</sup>. Os dados que recolhemos indicam um tráfego permanente de cabotagem entre os vários portos do país, de Caminha a Vila Real de Santo António. O comércio entre as duas principais cidades fazia-se todo por via marítima<sup>191</sup>; o Porto recebia por barco boa parte dos géneros agrí-

<sup>184</sup> *Apud*, Macedo (Jorge Borges), *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 211.

<sup>185</sup> Neves (José Acúrsio das), *Varietades, Sobre Objectos Relativos às Artes, Commercio, e Manufacturas (...)*, tomo II, Lisboa, 1817, pp. 224 e 225.

<sup>186</sup> *Ibidem*

<sup>187</sup> Ferreira (Godofredo), *A Mala-Posta em Portugal: algumas notas para a sua história*, Lisboa, 1946, pp. 33 e 34.

<sup>188</sup> Coelho (José Maria Latino), *História Política e Militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, pp. 337 e 338.

<sup>189</sup> Beckford chamou «abomináveis» aos caminhos da região de Sintra: *Diário de William Beckford (...)*, p. 106. Ruders, que entre nós residiu de 1798 a 1802, embora classificando de excelente a estrada de Lisboa a Coimbra e louvando os serviços do correio e mala-posta, não se esqueceu de apontar o mau estado da generalidade das estradas e caminhos: *op. cit.*, pp. 122, 200 e 219.

<sup>190</sup> *Op. cit.*, tomo 1º, p. 412.

<sup>191</sup> Elementos que recolhemos a partir das listas publicadas no *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, nos anos de 1794, 1795, 1800 e 1801, «*Embarcações que entraram pela barra do Porto...*» e «*Fazendas entradas no porto de Lisboa...*», bem como na *Gazeta de*



colas de Entre-Douro e Minho, desde os portos de Caminha, Viana e Vila do Conde, o sal de Aveiro, Figueira da Foz e Setúbal, o cereal do Alentejo e os frutos do Algarve, para além de muitos outros produtos de diferentes regiões<sup>192</sup>; e a Lisboa chegavam pela mesma via os artigos mais variados, nomeadamente o sal de Setúbal, as produções algarvias (frutos secos, cortiça, peixe, vassouras e capachos, etc.), e mercadorias diversas da Figueira da Foz e do Minho<sup>193</sup>. O movimento de cabotagem dos portos secundários pode também deduzir-se do quadro do movimento marítimo, publicado por Balbi, referido no capítulo anterior: a maior parte das embarcações portuguesas aí contabilizadas eram seguramente utilizadas nesse tráfego, se atendermos às fracas receitas alfandegárias desses portos<sup>194</sup>, e mesmo em Setúbal isso aconteceria, pois a exportação do sal era feita quase exclusivamente em navios estrangeiros<sup>195</sup>. E, embora fossem barcos de pequena tonelagem a fazê-lo — bergantins, corvetas, galeras, patachos, iates, lanchas são as designações que aparecem nas gazetas —, este tráfico de cabotagem, somado à quase exclusividade no comércio exterior, explica bem o maior desenvolvimento da faixa costeira.

Ao comércio interno deparavam-se também obstáculos de natureza legal, próprios de uma estrutura sócio-jurídica de «Antigo-Regime». Acúrsio das Neves, ao abordar a questão das corporações de comércio, asseverava serem poucas as restrições à atividade mercantil, não lhe causando as determinações legais «grande vexação», ainda que, no seu entender, houvesse alguns regulamentos «em que caberia uma prudente reforma»<sup>196</sup>. Era um ponto de vista cauteloso, de acordo com a sua posição ideológica, favorável ao sistema da monarquia tradicional e admitindo apenas reformas parcelares. Porém, no mesmo livro em que escreveu este juízo, o autor referiu vários embaraços legais ao comércio interno, tais como posturas concelhias que taxavam diversos géneros ou proibiam a sua entrada ou saída, e legislação dúbia, nomeadamente sobre o comércio de cereais<sup>197</sup>. O economista acusava os desembargadores de contribuírem para um mau entendimento das Ordenações, o que dava azo a abusos por banda das câmaras<sup>198</sup>. Quanto aos embaraços impostos

---

*Agricultura e Commercio de Portugal*, ano de 1812, e *Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*, ano de 1813, permitem constatar o transporte, por via marítima, dos mais diversos artigos: desde produtos locais até géneros providos das colónias.

<sup>192</sup> *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos de 1794, 1795, 1800 e 1801, «*Embarcações que entraram pela barra do Porto...*».

<sup>193</sup> *Ibidem*, anos de 1794 e 1795, «*Fazendas entradas no porto de Lisboa...*»; *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, ano de 1812; *Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*, ano de 1813..

<sup>194</sup> Ver mapa das receitas alfandegárias no cap<sup>o</sup>. I.

<sup>195</sup> *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos de 1794, 1795, 1800 e 1801, «*Navios que entraram no porto de Setúbal...*».

<sup>196</sup> *Variedades (...)*, tomo I, p. 98.

<sup>197</sup> *Ibidem*, pp. 161 a 167.

<sup>198</sup> *Ibidem*, pp. 166 e 167.

pela organização corporativa existente havia consciência, entre os próprios governantes, da necessidade de removê-los, conforme o comprova o Alvará de 27 de Março de 1810. Este propunha-se libertar a venda das mercadorias nas cidades e vilas, então submetida à disciplina das corporações e câmaras<sup>199</sup>. Mas a reação da poderosa corporação dos mercadores de Lisboa, a Mesa do Bem Comum, secundada pelos mercadores do Porto e outras terras, neutralizou essa tentativa, levando o Príncipe Regente a repor a legislação anterior ao referido Alvará, suspenso enquanto se aguardava resposta a uma consulta solicitada à Junta do Comércio<sup>200</sup>. Em 1820 essa resposta ainda não fora dada. Episódio significativo, pois mostra a força dos interesses estabelecidos no quadro político da época. Seria necessário esperar pelo triunfo do liberalismo para que, através de um dos revolucionários decretos de Mouzinho da Silveira, se extinguisse a sisa sobre as transações comerciais, bem como «as portagens e todas as leis, regimentos, provisões, forais, posturas e licenças de câmaras para importar ou exportar, e bem assim os relegos ou toda e qualquer determinação que restringia a liberdade do comércio interior do País»<sup>201</sup>.

É verdade, todavia, que as corporações de comércio eram em número limitado. A mais importante de todas era a já referida Junta do Comércio, desde 1788 denominada «Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos, e seus Domínios» e elevada à categoria de tribunal régio. Todos os negociantes lhe estavam sujeitos e nela se deviam matricular. Contudo, e principalmente fora da capital, havia homens de negócio não matriculados, como aqueles que nalgumas relações enviadas em cumprimento da Provisão Régia de Julho de 1812 são designados «traficantes»<sup>202</sup>. Os que exerciam duradouramente o mister e nele empregavam vultosos capitais estavam decerto matriculados, pois, no dizer de Acúrsio das Neves, «esta corporação de comerciantes é na verdade de natureza bem diferente das outras corporações gremiais, não tendo, nem regulamentos próprios, nem oficiais, nem exclusivos, nem grandes dificuldades ao ingresso: contudo a lei lhe atribuiu privilégios, e prerrogativas muito importantes, de que não gozam os negociantes não matriculados»<sup>203</sup>. Quanto ao comércio a retalho, existia em Lisboa a também citada Mesa do Bem Comum dos Mercadores, subordinada à Junta do Comércio e que o mesmo Acúrsio considerava um conjunto de verdadeiras corporações ou grêmios, através das suas

<sup>199</sup> *Diário Lisbonense*, N.º. 114, 23 de Maio de 1812.

<sup>200</sup> Edital da Junta do Comércio, publicado no *Diário Lisbonense*, N.º. 108, 15 de Maio de 1812; Neves (José Acúrsio das), *Memória Sobre os Meios (...)*, p. 91.

<sup>201</sup> Decreto de 19 de Abril de 1832, v.g. em Peres (Damião), *História de Portugal*, dirigida por, vol. VII, Barcelos, 1935, pp. 633 e 634.

<sup>202</sup> Além dos «traficantes» também muitos negociantes da província não eram matriculados: no ofício do Corregedor da Comarca de Valença do Minho, de 22 de Agosto de 1812, que acompanhava a relação dos negociantes, dizia-se expressamente que nenhum era matriculado. A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 12, n.º. 24.

<sup>203</sup> *Variadas (...)*, tomo I, pp. 104 e 105.

cinco classes<sup>204</sup>. Deste organismo dependia a abertura de lojas na capital<sup>205</sup>; mas vária legislação posterior abrandou as primitivas exigências<sup>206</sup> e estendeu essa permissão aos donos das fábricas<sup>207</sup>. No Porto e outras localidades maiores os mercadores estavam arruados e classificados segundo os géneros que traficavam, mas não havia corporações regulares de comércio em qualquer dessas terras<sup>208</sup>.

A todas estas barreiras e restrições haverá que aditar outros estorvos. O mercado interno, ou — numa interpretação mais condizente com a realidade nacional da época — «conjunto de mercados de diferente integração», segundo a expressão de um consagrado investigador<sup>209</sup>, era outrossim afetado por vários fatores que condicionavam o desenvolvimento económico e as mudanças sociais no Portugal de então. No interior o dinheiro escasseava e era ainda frequente o pagamento de artigos da indústria por produtos agrícolas<sup>210</sup>. Os centros urbanos eram em pequeno número e pouco povoados<sup>211</sup>; grande parte da população rural, constituída predominantemente por rendeiros e jornaleiros<sup>212</sup>, vivia numa situação de pobreza acentuada, tendo portanto um poder de compra ínfimo<sup>213</sup>. Num tal contexto os mercados periódicos ao ar livre, as feiras, continuavam a assumir função de relevo no abastecimento das populações e no escoamento de certos produtos. Ao descrever a situação do comércio interno, Balbi refere a importância das feiras de Viseu, Évora, Golegã, Lamego e Peso da Régua, «muito ricas e frequentadas» nas suas palavras<sup>214</sup>, todas localizadas, notemos, em zonas interiores de grande produção agrícola. Na Régua efetuava-se, em Fevereiro, a feira onde a Companhia Geral da Agricultura estabelecia a separação dos vinhos, fixava os preços e fazia as compras<sup>215</sup>.

---

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>205</sup> Alvará de 3 de Março de 1761: cf. Macedo (Jorge Borges de), artigo *Comércio*, *Junta do*, in *D.H.P.*, vol. II, p. 107.

<sup>206</sup> Neves (José Acúrsio das), *Variedades (...)*, tomo I, pp. 113 e 114.

<sup>207</sup> *Ibidem*, pp. 146 a 148.

<sup>208</sup> *Ibidem*, pp. 98 e 99. «No Porto, e em várias cidades e povoações maiores os mercadores estão arruados, e classificados segundo o género de mercadorias em que se empregam; mas tudo isto é obra do costume, introduzido provavelmente na sua origem pela comodidade, ou dos vendedores, ou dos consumidores, e quando muito de algumas posturas, acórdãos das câmaras, e capítulo da correição, etc.; e uns e outros, acostumados a estes usos, que não causam grande vexação às transações mercantis, porque envolvem poucas restrições reais, a eles se conformam sem violências.»

<sup>209</sup> Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 130.

<sup>210</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 124.

<sup>211</sup> Godinho (Vitorino Magalhães), *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 1971, pp. 24 e 25; Serrão (Joel), *Fontes de Demografia Portuguesa (...)*, pp. 101, 110 e 111.

<sup>212</sup> Franzini (Marino Miguel), *op. cit.*, p. 13.

<sup>213</sup> Brito (Joaquim José Rodrigues de), *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1803, p. 33. Cf. também Godinho (Vitorino Magalhães), *A Estrutura na Antiga Sociedade (...)*, pp. 194 a 197.

<sup>214</sup> *Op. cit.*, tomo I, p. 412.

<sup>215</sup> *Ibidem*.

Tudo o que aqui escrevemos concorda perfeitamente com os elementos que pudemos recolher sobre os corpos mercantis das cidades e vilas do interior. Conhecemos em pormenor a constituição desses grupos nalgumas delas, no princípio do século XIX: é o caso de Braga, Vila Real de Trás-os-Montes e Beja, qualquer uma importante mercado regional.

Assim, em 1805 o comércio de Braga foi solicitado para contribuir para o esforço de defesa e outras urgências do Estado, como aliás sucedeu ao de muitas outras terras, numa tentativa para aliviar a debilitada situação do erário público. Da relação apensa ao ofício enviado pelo Corregedor da comarca, pode-se extrair o seguinte quadro:

Mercadores de pano e fazendas	12
Mercadores de lã e seda	10
Merceeiros	6
Mercadores de capela	3
Outros (incluindo negociantes)	35
<b>Total</b>	<b>66</b>

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 27, Ofício do Corregedor da Comarca Bernardo José de Paços, com data de 22 de Abril de 1805.

Para Vila Real de Trás-os-Montes, a relação elaborada em cumprimento da Provisão Régia de Julho de 1812 apurava os seguintes quantitativos de comerciantes:

Merceeiros	60
Mercadores de panos	21
Mercadores de capela	9
Mercadores de sola	6
Tendeiros e regateiros	5
Mercadores de cera	2
Mercadores de ferro e ferragens	2
Mercador de livros	1
Soqueiro	1
<b>Total</b>	<b>107</b>

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 12, n.º 24, *Relação de Comerciantes que há na Comarca de Villa Real, tanto de Panos, como de Mercearia, e Cappela* — Anexa a um ofício do Corregedor da Comarca de 13 de Julho de 1813.

Em Beja, uma relação originada pelo mesmo motivo fornece-nos a seguinte composição:

Negociantes	18
Merceeiros (alguns com outras atividades)	11
Mercadores de roupas inglesas	6
Mercadores de capela e panos	1
<b>Total</b>	<b>36</b>

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 12, n.º 23, *Relação das pessoas que nesta cidade e seo termo manejão algum genero de negocio* — Anexa a um ofício do Corregedor da Comarca de Beja, de 11 de Setembro de 1812.

Nesta cidade alentejana a maioria dos negociantes dedicava-se ao tráfico de lãs, tendo alguns «dizimarias», ou seja, entregavam-se também à cobrança do imposto da dízima ou dízimos. Entre os lojistas havia fraca especialização, como se depreende do facto de muitos exercerem outro ramo do comércio além do principal.

Embora não uniformes no critério que presidiu à sua feitura — a relação de Vila Real inclui gente, como os tendeiros, que não foi considerada nas outras — estas informações proporcionam-nos dados que não são despidiosos. Outros do mesmo teor e de proveniência igual ou afim, relativos a diversas localidades de várias regiões, apontam para as mesmas conclusões. Seria fastidioso e alongaria excessivamente a exposição apresentá-los aqui, mas sempre indicaremos que abrangem comarcas do Minho (Viana, Barcelos e Penafiel), Trás-os-Montes (Moncorvo e Vila Real), Beira (Feira, Trancoso, Lamego e Pinhel) e Estremadura (Ourém e Torres Vedras)<sup>216</sup>. Predominavam no comércio de retalho do interior os merceeiros e os mercadores de panos e roupas; os capelistas eram poucos; rareavam os mercadores de ferragens e livreiros. Em muitas terras as poucas lojas vendiam de tudo, ou havia apenas simples tendeiros, conforme já escrevemos no capítulo I. Para além do comércio de lãs, os vinhos, gados, cereais e tecidos eram os produtos mais traficados pelos negociantes das diferentes regiões<sup>217</sup>.

O fraco desenvolvimento da mercancia no interior pode também ser inferido das coletas fiscais que incidiam sobre os seus negociantes e mercadores. Já vimos no 1.º Capítulo a forma como foi distribuída uma das contribuições extraordinárias de defesa, pelo «Corpo de Comércio e Capitalistas» das comarcas do Continente. Esta indicação de ordem fiscal

---

<sup>216</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 12, n.º 24, «*Relação Geral de todos os Negociantes, que se achão estabelecidos nas diferentes Terras, desta Comarca de Vianna do Minho*» (anexa ao ofício do Corregedor da Comarca de 31 de Agosto de 1812); *ibidem*, Maço n.º 12, n.º 23, «*Relação dos Negociantes, e Rendeiros existentes na Villa de Barcelos, seu termo, e terras da Comarca*» (anexa a um ofício de 20 de Setembro de 1812); *ibidem*, Maço n.º 12, n.º 24, «*Relação dos Negociantes estabelecidos na Comarca de Penafiel*» (anexa a um ofício do Corregedor da Comarca de 10 de Setembro de 1812); *ibidem*, Maço n.º 12, n.º 23, relação de negociantes e lojistas da Comarca de Moncorvo e importâncias coletadas, s/ data; *ibidem*, Maço n.º 12, n.º 24, «*Relação dos Comerciantes que há na Comarca de Villa Real (...)*»; *ibidem*, Maço n.º 12, n.º 23, «*Copea fiel das rellaçoens dos Comerciantes da Comarca da Villa da Feira, remetidas a correição della pelas justíças terretoriaes na conformidade da ordem da Real Junta do Commercio*» (anexa a um ofício do Corregedor da Comarca de 18 de Junho de 1813); *ibidem*, Maço n.º 12, n.º 24, «*Relação dos Comerciantes da Comarca de Trancoso*» (anexa a um ofício do Corregedor de 3 de Abril de 1813); *ibidem*, Maço n.º 12, n.º 23, «*Mappa relacionado da total importancia da Contribuição Geral de Defeza. q.to ao Ramo da industria Commercial da Comarca de Lam[ego] do Anno 1811 (...)*»; *ibidem*, Maço n.º 12, n.º 24, Ofício do Corregedor da Comarca de Pinhel de 14 de Agosto de 1812 com as «*Relações dos Negociantes d'esta Comarca*»; *ibidem*, *ibidem*, «*Relação dos Rendeiros e Traficantes que presentemente há nesta Villa d'Ourém e seu termo em 18 de Junho de 1812*»; *ibidem*, *ibidem*, «*Relação dos Negociantes e Traficantes da Comarca de Torres Vedras*» (anexa a um ofício do Corregedor, de 18 de Setembro de 1812).

<sup>217</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 12, relações supracitadas.

é corroborada por outras relativas aos donativos antes mencionados. Em 1805, a maior importância reunida no interior do país coube ao Desembargador Superintendente da Covilhã, com 3.251\$700 réis<sup>218</sup>, reunindo contribuições dos negociantes de lanifícios, fabricantes e outra gente ligada ao comércio das comarcas da Guarda, Castelo Branco e Trancoso<sup>219</sup>. Entre algumas das mais importantes comarcas do interior, Guimarães juntou 1.367\$700 réis, Braga 979\$600 réis, Tomar 625\$800 e Viseu somente 196\$000 réis<sup>220</sup>. Numa região de certo tráfego fronteiriço, Chaves, o Juiz de Fora local conseguiu apenas 413\$400 réis<sup>221</sup>. Ora, na mesma data, negociantes e mercadores do Porto reuniam donativos no valor global de mais de dezasseis contos de réis<sup>222</sup>; enquanto em Lisboa homens de negócio como Gaspar Pessoa Tavares, António José Ferreira e João António da Fonseca ofereciam, respetivamente, doze e oito contos de réis (os dois últimos)<sup>223</sup>. Na capital foram frequentes as dídivas atingindo várias centenas de milhares ou milhões de réis, por parte de muitos negociantes, nos anos anteriores e subsequentes às invasões<sup>224</sup>. Comparando umas e outras importâncias só podemos inferir que, mesmo quando traficavam por grosso, os comerciantes do interior raramente dispunham de grandes cabedais.

Era no litoral que se processava, como já demonstrámos anteriormente, a quase totalidade do comércio externo, e era pelo litoral que corria boa parte do comércio interno, como também já referimos. Mas mesmo na faixa costeira não se registava grande desenvolvimento das atividades comerciais, fora dos dois centros hegemónicos que eram Lisboa e o Porto. Não só estas cidades tinham uma população muito superior às outras urbes costeiras<sup>225</sup>, mas também quase monopolizavam o comércio com o exterior, conforme podemos deduzir dos elementos

<sup>218</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 27, «Relação das Prov.es de Comição que se tem expedido sobre o desempenho da desp.<sup>as</sup> Publicas.» (sic).

<sup>219</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem*, «*Mapa das quotas, a que se comprometeram os Negociantes de Lanifícios, e mais géneros assim como os Fabricantes existentes nas três Comarcas da Guarda, Castelo Branco e Trancoso pertencentes a essa Superintendência, sendo convocados pelo Dez.or Superintendente Geral das Fábricas de Lanifícios (...)*».

<sup>220</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem*, «*Relação das Prov.es de Comição (...)*».

<sup>221</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem, ibidem*.

<sup>222</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem*, relação anexa ao ofício do Desembargador dos Agravos do Porto, Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, de 1 de Novembro de 1805, e ofício do mesmo Desembargador de 2 de Maio de 1806.

<sup>223</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º 21, Seg.º Supl.º, 26 de Maio de 1804, «*Primeira relação das entregas e oferecimentos feitos ao Real Erário, nos dias 15 até 23 de Maio de 1804, de Donativos Voluntários para as urgências públicas, em execução do Decreto de 4 do mesmo mês.*»

<sup>224</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 27, «*Rellação dos Negociantes q. na Meza da Real Comissão dos Donativos Voluntários fizeram os seguintes oferecimentos; a saber...*», datada de 9 de Agosto de 1809.

<sup>225</sup> Lisboa teria 44.055 fogos em 1815, e o Porto 10.968, na mesma data, o que daria uma população de cerca de 200.000 habitantes para a capital e cerca de 50.000 para o burgo nortenho. Nenhuma outra cidade chegava sequer aos 20.000 habitantes, no princípio do séc. XIX. Cf. Serrão (Joel), *Fontes de Demografia Portuguesa (...)*, p. 101; e Godinho (Vitorino Magalhães), *A Estrutura na Antiga Sociedade...*, pp. 24 e 25.

referentes às alfândegas e ao movimento marítimo mencionados no capítulo I. Daí a inexistência de outros grandes centros de comércio.

No domínio do tráfico externo era Setúbal que mais se destacava entre os portos secundários, pela importância que assumiam as suas exportações do sal. O seu porto era também sede de um importante tráfico de cabotagem, escoando, em direção a Lisboa, boa parte do trigo alentejano<sup>226</sup>. E tudo indica que era principalmente deste último comércio que viviam os negociantes nacionais, pois o sal estava nas mãos dum punhado de casas estrangeiras: nove em 1794 e 1795, sete em 1800 e 1801 controlavam-no quase inteiramente, segundo pudemos apurar nas listas dos consignatários nesses anos<sup>227</sup>.

O século XVIII assistira a uma viragem no destino das exportações do sal: os holandeses perderam o domínio de compradores, ou transportadores, a favor dos países escandinavos (Suécia, Dinamarca e Noruega) e dos recém-surgidos Estados Unidos da América<sup>228</sup>. Navios destes países, e também prussianos e britânicos, transportavam o sal, cabendo aos portugueses uma percentagem muito pequena do tráfico. Em quatro anos, de 1796 a 1799, num total de 1887 embarcações oceânicas saídas da foz do Sado, 741 eram suecas, 423 dinamarquesas, 261 norte-americanas, 165 prussianas, 130 britânicas e somente 128 portuguesas (6,8%)<sup>229</sup>. Os negociantes, quase todos agrupados em sociedades, a quem vinham consignados incluíam vários cônsules de nações do Norte da Europa<sup>230</sup>.

Este afastamento do negócio mais importante explicará a inexistência de uma burguesia comercial portuguesa poderosa na então vila de Setúbal, apesar do seu grande movimento portuário. Dos sessenta e dois negociantes mencionados numa relação de 1805 a maior parte não seria matriculada, como escrevemos no capítulo anterior. A quantia oferecida nessa data pela gente de comércio da vila atingiu 2.330\$600 réis, sendo a maior oferta individual de 100\$000 réis<sup>231</sup>. Eram importâncias razoáveis, que, porém, não deviam representar o verdadeiro potencial económico da terra, pois uma comissão formada por três negociantes escolhidos pelo Desembargador tinha arbitrado uma soma superior: quase seis

<sup>226</sup> Brito (Joaquim José Rodrigues), *op. cit.*, tomo II, pp. 48 e 49.

<sup>227</sup> *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos referidos, «Navios que entraram no porto de Setúbal...»; ver listas no fim do volume.

<sup>228</sup> Rau (Virgínia), *Rumos e Vicissitudes do comércio do sal português*, in *Estudos de História*, 1º. Vol., pp. 175 a 202.

<sup>229</sup> «*Almanach*» de Lisboa para o ano de 1797, «Navios, que entrãrão, e sahirão do Porto de Setúbal no anno de 1796»; *ibidem*, 1798, *idem* no ano de 1797; *ibidem*, 1799, *idem* no ano de 1798; *ibidem*, 1800, «*Movimento do porto de Setúbal no ano de 1799*».

<sup>230</sup> Martinho Giertz era cônsul da Prússia e Suécia, Guilherme Williamson do Reino Unido, Império e cidades hanseáticas, Sebastião Chardon da Dinamarca, França e Rússia e Manuel Proostes da Holanda. Cf. «*Almanach*» de Lisboa para o ano de 1791, «*Cônsules das Nações Estrangeiras nesta Corte, e Reino, com os seus respectivos Cônsules Deputados, e Vice-Cônsules*».

<sup>231</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 14, n.º. 27, «*Relação das pessoas estabelecidas pello comercio na villa de Setubal, q. Prometerão concorrer p.º. as precizoens do Estado (...)*».

contos de réis, com várias contribuições individuais acima dos cem mil réis<sup>232</sup>. Valores que fazem supor a existência de capitais acima dos da generalidade das terras do interior, contudo longe do que se pôde constatar para as duas principais cidades. Aquando da contribuição extraordinária de 1810, a comarca foi coletada em 1.200\$000 réis, menos do que seis outras (todas no interior)<sup>233</sup>.

No que toca ao comércio de retalho, a vila apresentava uma diversidade de lojas e uma especialização de ramos semelhantes às das maiores cidades. Na aludida relação, a par dos merceiros, capelistas e fanqueiros, encontramos mercadores de lã e sedas, de ferragens, de tinta, de sola, um chapeleiro, boticários, ourives, etc.

As outras localidades portuárias, a avaliar pelos elementos utilizados para aferir a importância de Setúbal, teriam ainda menores recursos. A Figueira da Foz, muito próxima no respeitante às receitas alfandegárias, nos anos anteriores à primeira invasão, era terra onde a riqueza não abundaria, a julgar pelo testemunho de autoridade qualificada. Em Junho de 1805, o seu Juiz de Fora oficiava em resposta ao pedido de donativos do governo, dando conta das diligências para bem cumprir a sua missão junto dos comerciantes locais, e usando os seguintes termos: «Pelos mesmos Negociantes me foi pedido, representasse eu a V.A.R. os seus sinceros desejos, e expusesse ao mesmo tempo a V.A.R. que nesta vila todos os que têm o nome de Negociantes não são senão simplices Comissários das Praças de Lisboa e Porto, e que entre todos eles se não acha um só que tenha sessenta mil cruzados de fundo. Isto mesmo me têm informado várias pessoas, e em tempo em que se não cogitava de pedidos, Esta a causa por que os mesmos Negociantes somente se animaram a oferecer a V.A.R. a quantia de 224\$000. Isto como especifica a certidão inclusa»<sup>234</sup>. É possível que houvesse alguma falsa modéstia e dissimulação nesta resposta, encobrendo a tradicional má vontade das gentes do comércio em tudo o que respeite a imposições fiscais ou pedidos de dinheiro. E sessenta mil cruzados, quantia invocada como referência, eram vinte e quatro contos de réis, soma considerável ao tempo. Mas não haveria, de facto, grandes fortunas na Figueira, pois os 2.400\$000 réis já mencionados como importância coletada à comarca de Coimbra, à qual pertencia o porto da foz do Mondego, para a contribuição de defesa de 1810, não indiciam nada disso.

---

<sup>232</sup> *Ibidem, ibidem, ibidem, ibidem*. 5.952\$600 réis no total, tendo sido a contribuição máxima arbitrada de 480\$000 réis, entre os negociantes, e 200\$000 réis, entre os mercadores.

<sup>233</sup> Embora fosse, juntamente com Coimbra, uma das que excedeu o que lhe havia sido fixado (pagou 1.500\$000 réis), enquanto quase todas ainda deviam parte ou o total da importância a coletar, em Maio de 1817. *Ibidem, ibidem*, Maço n.º 14, n.º 28, mapa anexo a um ofício da Contadoria Geral da Real Junta do Comércio, de 29 de Maio de 1817.

<sup>234</sup> *Ibidem, ibidem*, Maço n. 14, n.º. 27, ofício do Juiz de Fora da Figueira, José Homem Correa Telles, de 30 de Junho de 1805.



Viana do Castelo, no século XVII importante entreposto dos géneros brasileiros e do comércio do vinho<sup>235</sup>, perdera boa parte desses tráficos em proveito do Porto. Era principalmente, na época em causa, um mercado regional e porto de cabotagem, embora com um número razoável de negociantes. Em 1805, ofereceu o comércio de Viana apenas 294\$600 réis, posto que o Corregedor da comarca sugerisse avareza ou falta de devoção patriótica por parte dos locais, ao ponto de afirmar que «alguns Negociantes de Viana, e Arcos, precisam de severa demonstração»<sup>236</sup>. Na segunda contribuição extraordinária de Defesa (facto que parece mais significativo) a comarca foi coletada na soma relativamente reduzida de 600\$000<sup>237</sup>.

Vila do Conde e Aveiro revelavam o seu pouco peso na economia do Reino na ausência de negociantes propriamente ditos, conforme já referimos no capítulo I. Eram localidades que patenteavam um universo mercantil, mesmo no litoral, onde se esbatiam as diferenças que marcavam os comerciantes dos centros mais desenvolvidos. Vale a pena, para o demonstrar mais em pormenor, revelar a estrutura do corpo de comércio da primeira delas. Em 1812, o porto da foz do Ave contava os seguintes comerciantes:

Mercadores de panos de lã, com interesses em embarcações de «barra fora»	7
Idem com lojas de mercearia e com interesses em embarcações	10
Idem com lojas de sal e interesses em embarcações	6
Idem com lojas de mercearia	5
Idem com negócio em embarcações	4
Idem com lojas de sal	8
Idem com lojas de capela	2
Outros (com lojas de vinho e cera)	4
<b>Total</b>	<b>46</b>

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 12, n.º 23, *Relação dos Negociantes, e Rendeiros existentes na Villa de Barcellos, seu termo e Terras da Comarca*, assinada pelo Escrivão da Correição José Maria Cezar Velho de Barbosa e datada de 17 de Setembro de 1812.

Deparamos aqui com simples lojistas, «mercadores» como são designados na relação enviada à Junta do Comércio, ligados ao tráfego marítimo e fluvial — e possivelmente armadores de pesca —, ou seja, um misto de retalhistas e grossistas, que nos portos mais importantes dificilmente poderíamos encontrar. Sobressaem os de panos de lã, os únicos

<sup>235</sup> Sousa (Frei Luís de), *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, vol. I, Lisboa, 1946, pp. 158 e 159.

<sup>236</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 27, ofício datado de Ponte do Lima, em 28 de Abril de 1805, a informar do cumprimento das ordens do Príncipe Regente, de 4 de Março desse ano, a pedir donativos para as urgências públicas. Vinte e sete comerciantes não compareceram em Viana e dois dos que apareceram nada deram, sendo um destes apontado como dos mais ricos; «*Relação dos Comerciantes que oferecerão dinheiro para as percizoes do Estado*», anexa ao referido ofício.

<sup>237</sup> *Ibidem*, *ibidem*, Maço n.º 14, n.º 28, mapa anexo a um ofício da Contadoria Geral da Junta do Comércio, de 29 de Maio de 1817.

referidos como tendo interesses em embarcações de «barra fora», expressão que supomos designaria barcos que navegavam no alto mar. A ser isto verdade, as outras embarcações teriam pequeno calado: meros barcos costeiros, fluviais ou de pesca. No caso de Aveiro, não sabemos se havia mercadores com os mesmos interesses: sabemos, sim, que uma relação também de 1812 só menciona a existência de lojas de panos, de capela e de «peso» (estas últimas, presumivelmente, lojas que vendiam mercadoria «a peso»)<sup>238</sup>.

Quanto aos portos algarvios, todos os dados disponíveis apontam Faro como aquele que dispunha de um grupo mais numeroso de comerciantes. Apontados já os quantitativos referentes a negociantes e mercadores das várias localidades, o que importa agora apurar é o grau de desenvolvimento e importância das atividades mercantis da província. Ora, quer pelas receitas alfandegárias, quer pelas coletas fiscais, não podemos inferir que o comércio algarvio tivesse um peso significativo no conjunto nacional, apesar da gama variada de produtos locais, por mar expedidos para Lisboa e Porto<sup>239</sup>. O certo é que, na contribuição extraordinária de Defesa de 1810, as três comarcas da província, Faro, Lagos e Tavira, foram taxadas em importâncias modestas, 600\$000 réis a primeira e 300\$000 réis as outras<sup>240</sup>. Ou o organismo que superintendia na vida económica do país subestimou as potencialidades da região, ou efetivamente elas correspondiam, mesmo que aproximadamente, à sua situação real.

Lisboa e Porto eram um mundo à parte. Mesmo no comércio de retalho. Para além do número relativamente avultado de lojas, já antes mencionado, havia maior variedade e especialização do que nas terras da Província. Em Lisboa, algumas das cinco classes em que se agrupavam corporativamente os seus mercadores englobavam mais do que um ramo de comércio. Assim acontecia com a classe de capela, que juntava os mercadores de meias de seda e os de fazendas da Índia, e com a «das portas da Misericórdia», que associava os de meias de lã e os das lojas de ferragens e quinquilharia<sup>241</sup>. E já referimos a existência de lojas não sujeitas à Mesa do Bem Comum. Os estabelecimentos comerciais das duas principais cidades tinham também, como consequência da maior população que serviam, maior volume de vendas e usufruíam consequentemente de mais avultados lucros que os das restantes localidades, conforme aliás se pode deduzir do pagamento dos impostos. Um mapa

<sup>238</sup> *Ibidem, ibidem*, Maço n.º 12, n.º 23, «*Relação dos Negociantes estabelecidos com suas Loges de Commercio nesta Cidade de Aveiro e sua Commarca*», da autoria de José Felis Faustino, escrivão do juízo da Correição, datada de 24 de Agosto de 1812.

<sup>239</sup> *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos de 1794, 1795, 1800 e 1801, «*Embarcações que entraram pela barra do Porto...*» e «*Fazendas entradas no porto de Lisboa...*»; *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, ano de 1812; *Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*, ano de 1813.

<sup>240</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 28, mapa anexo a um officio da Contadoria Geral (...).

<sup>241</sup> Neves (José Acúrsio), *Variedades (...)*, Tomo I, pp. 99 e 100.

da «Contribuição Extraordinária» do ano de 1811, publicado na «*Gazeta de Lisboa*», revela claramente esse facto. A taxa aplicada às lojas de Lisboa reunidas na Mesa ia dos 14\$400 aos 120\$000 réis; as de fazendas de lã e seda do Porto podiam pagar de 14\$000 até 100\$000; nas outras terras de 4\$800 até 40\$000 réis; as de capela do Porto de 9\$600 a 40\$000, enquanto as outras pagariam de 4\$800 até 30\$000 réis<sup>242</sup>. E assim sucessivamente, para todas as categorias mencionadas as quantias a coletar aos de Lisboa e do Porto situavam-se entre limites superiores aos dos lojistas das outras cidades e vilas.

No que respeita ao comércio externo, a capital e o primeiro burgo do Norte beneficiaram, no último quartel do século XVIII e até 1807, do incremento nítido que ele conhecera. Favorecida por uma conjuntura internacional caracterizada pela instabilidade e perturbações de vária ordem — a Revolução Norte Americana e a guerra que se lhe seguiu inauguraram um período que alterou radicalmente a face do Mundo —, a economia do espaço português tirou partido das suas principais produções e pôde desenvolver-se num quadro de estabilidade política, no plano interno, e neutralidade, no domínio das relações com o exterior. Depois de um período difícil, marcado por contrariedades diversas — com destaque para uma queda acentuada das remessas do ouro brasileiro —, período que se estendeu desde cerca de 1765 até ao fim da década de 1770<sup>243</sup>, a situação económica portuguesa conheceu uma recuperação notável. Verificou-se, nas palavras do mais abalizado historiador da economia da época, «uma recomposição geral sem ouro»<sup>244</sup>, possível devido ao aumento da produção, quer ultramarina quer metropolitana, e à alta do valor dos principais géneros exportados<sup>245</sup>.

A par dos produtos brasileiros, onde o algodão, cada vez mais necessário à indústria britânica, se juntava aos tradicionais açúcar, tabaco, couros e pau-brasil, os produtos metropolitanos, como o vinho, o sal, o azeite e a lã, conheciam também um acréscimo no valor e nas vendas<sup>246</sup>. Portugal, com a sua grande colónia da América do Sul, tornou-se um mercado alternativo a outros que as guerras e revoluções fecharam ou modificaram. Novos países, ou nações que anteriormente

<sup>242</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º.185, 6 de Agosto de 1811, «*Mappa da Contribuição Extraordinária, que deverão pagar do anno de 1811 por diante, em quanto durar a guerra, metade até ao fim de Agosto, e outra metade até ao fim de Fevereiro do seguinte anno, as Lojas e Casas abaixo declaradas*»; datado de 31 de Julho de 1811 e assinado pelo Governador João António Salter de Mendonça.

<sup>243</sup> Godinho (Vitorino Magalhães), *Ensaio II (Sobre História de Portugal)*, Lisboa, 1968, pp. 313 e 314; Macedo (Jorge Borges de), *A Situação Económica (...)*, p. 85.

<sup>244</sup> Idem, *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 200.

<sup>245</sup> Alta do valor resultante não só da importância assumida, no contexto de crise internacional, por alguns desses géneros, mas também de um movimento ascensional dos preços: assim, na década iniciada em 1780 os preços dos principais produtos metropolitanos subiram, mantendo-se essa «alta» até aos finais da primeira década do século seguinte; esta situação inflacionária verificou-se também a nível mundial. Cf. Godinho (Vitorino Magalhães), *Prix et Monnaies (...)*, pp. 195 a 197 e 203 a 205.

<sup>246</sup> Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, pp. 193 a 200.

tinham um relacionamento hostil ou escasso conosco, como os Estados Unidos da América, Marrocos e a Rússia<sup>247</sup>, abriram-se ao comércio português. E não só as matérias-primas e produtos agrícolas beneficiaram do novo condicionalismo: os produtos manufaturados também assumiram, em finais do século XVIII, um crescente relevo nas nossas exportações para o Brasil e restantes domínios ultramarinos<sup>248</sup>. Para isso contribuíram igualmente as políticas de fomento industrial desenvolvidas no final da governação pombalina, e continuadas, embora em moldes diferentes, por alguns ministros de D. Maria I<sup>249</sup>.

Os elementos relativos à balança comercial revelam claramente as novas circunstâncias. De acordo com os dados disponíveis, as exportações quintuplicaram em valor entre 1777, ano em que Pombal abandonou o poder, e 1801, quando atingiram o máximo no período que aqui estudamos. De menos de cinco mil contos<sup>250</sup> subiram a mais de vinte e cinco mil<sup>251</sup>, o que revela um crescimento espetacular, mesmo que descontemos o efeito da alta de preços então verificada. E de uma balança cronicamente deficitária passou-se a uma balança com saldos quase sistematicamente positivos desde o final do século, entre 1796 e 1809<sup>252</sup>.

Refletindo este desenvolvimento do comércio externo, o movimento portuário cresceu grandemente. Em Lisboa, de uma média anual de 1.656 entradas e saídas de navios, na década de 1751-1760, passou-se para uma média de 2.456, entre 1791-1798<sup>253</sup>. Na barra do Douro, as entradas de embarcações de longo curso subiram de uma média de 135, em 1751-1760, para 417, em 1796-1800<sup>254</sup>. As listas publicadas no «*Almanach*», entre 1790 e 1805, permitem-nos aquilatar mais pormenorizadamente a evolução do movimento na barra do Tejo:

---

<sup>247</sup> Com a qual celebrámos um tratado de comércio em 1787. Cf. Coelho (José Maria Latino), *História Política e Militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, Tomo II, Lisboa, 1885, pp. 57, 59 e 60.

<sup>248</sup> Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, pp. 200 a 203; Neves (José Acúrsio das), *Memória Sobre os Meios de Melhorar a Indústria (...)*, pp. 46 a 48.

<sup>249</sup> Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, pp. 200 a 203, 230 a 235.

<sup>250</sup> 4.921.207\$688 réis, número publicado em Macedo (Jorge Borges de), *ibidem*, p. 202.

<sup>251</sup> 62.759.000 cruzados, número publicado em Balbi (Adrien), *op. cit.*, tomo 1º, p. 441.

<sup>252</sup> *Idem, ibidem, ibidem*.

<sup>253</sup> Números publicados em Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, pp. 205 e 206.

<sup>254</sup> *Idem, ibidem*, p. 206.

Movimento do Porto de Lisboa  
(Navios de longo curso entrados) (a)

Anos	Portugueses	Britânicos	Outras Nacs.	Totais (b)
1789	246	315	315	876
1790	357	350	377	1.084
1791	220	352	509	1.081
1792	232	396	400	1.028
1793	230	234	401	865
(c)	-	-	-	-
1796	396	416	598	1.410
1797	268	533	715	1.516
1798	381	404	613	1.398
1799	417	602	466	1.485
(c)	-	-	-	-
1801	354	301	696	1.351
1802	314	383	725	1.422
1803	386	305	578	1.269
1804 (d)	349	211	675	1.235

a) Descontadas as embarcações de guerra em todos os anos, com exceção de 1803 e 1804, em que não aparecem discriminadas; b) corrigidos em vários anos os totais indicados no *Almanach*, devido a erro na soma; c) Não se publicaram listas para os anos de 1794, 1795 e 1800; d) Somente de Janeiro a Outubro.

Fonte: *Almanach* de Lisboa, anos de 1790 a 1805.

Possuímos, igualmente, dados para o Porto, entre 1792 e 1802, discriminando a nacionalidade dos navios:

Movimento da barra do Douro (Navios de longo curso entrados)

Anos	Portugueses	Britânicos	Outras Nacs.	Totais
1792	72	273	130	475
(a)	-	-	-	-
1796	62	171	162	395
1797	35	88	165	288
1798	78	195	137	410 (b)
1799	55	166	185	406
(a)	-	-	-	-
1801	77	142	138	357
1802	76	195	199	470

a) Não se publicaram as listas dos anos de 1793, 1794, 1795 e 1800;

b) total corrigido.

Fonte: *Almanach* de Lisboa para os anos de 1793 a 1803.

Para além do volume do movimento portuário, que em Lisboa, segundo esta fonte, teria atingido o máximo nos anos finais do século XVIII, ressalta destes números a predominância das embarcações estrangeiras no nosso tráfego com o exterior, com particular destaque para as britânicas. Ora esta supremacia dos navios mercantes de vários países — depois dos britânicos, holandeses, americanos, franceses, dinamarqueses

e suecos ocupavam posições de relevo — traduzia o domínio que nesse tráfego continuavam a exercer os negociantes estrangeiros aqui fixados.

Todos os elementos que sobre esse assunto conseguimos apurar apontam para essa conclusão. Em Lisboa, durante os anos de prosperidade comercial que precederam as invasões e os eventos delas decorrentes, dispomos das listas das «fazendas entradas», publicadas no «*Correio Mercantil e Economico de Portugal*». Embora referindo-se a cargas consignadas a negociantes e não a embarcações, essas listas permitiram-nos elaborar estatísticas sobre os consignatários no porto de Lisboa em vários anos: 1794, 1795, 1800 e 1801 (ver quadros no final do volume). Não obstante o facto do periódico omitir os nomes de muitos consignatários de mercadorias vindas do Brasil, transportadas em comboios marítimos, o que prejudica o apuramento dos totais dos homens de negócios portugueses, pensamos que mesmo assim é possível tirar ilações claras. Em 1794, sete negociantes individuais e casas de comércio estrangeiras atingiram mais de dez consignações (entre vinte e duas, de John Bulkeley e Filho, e treze de Gonne Harrison e Lupton e Duarte Power e Comp<sup>a</sup>.); apenas um comerciante português, especializado no tráfego com os Açores, ultrapassou esse número. Somente dez portugueses somaram mais do que duas consignações; vinte e sete estrangeiros, incluindo várias sociedades, ultrapassaram esse montante. Em 1795, os números são semelhantes: somente um nacional com mais de dez consignações contra quatro estrangeiros; dez nacionais acima das duas contra vinte e oito dos estrangeiros. E o mesmo repete-se em 1800 e 1801. No primeiro destes anos, o máximo de cargas consignadas a portugueses foi de nove, em dois casos; em contrapartida, doze forasteiros perfizeram entre quarenta e duas e dez. No ano seguinte a situação melhorou para os nossos: encontramos cinco com mais de dez; todavia mantinha-se o predomínio estrangeiro, pois quinze dos de fora atingiram um volume entre cinquenta e três e onze consignações.

Este panorama não se alterou significativamente depois da tormenta provocada pelas invasões. Para 1812 e 1813 conseguimos dados mais precisos, referentes a navios entrados e respetivos consignatários, retirados das listas impressas na «*Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*» (em 1813 intitulada «*Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*»; ver quadros no final do volume). Revelam apenas uma mudança de vulto: nos dois anos, um negociante português, Henrique Teixeira de Sampaio, a que adiante nos referiremos mais em pormenor, aparece destacado com duzentas e quatro e cento e quarenta e duas embarcações, muito à frente dos primeiros consignatários estrangeiros — Gould Irmãos e Comp<sup>a</sup>., em 1812, com oitenta e quatro, e Torlades e Comp<sup>a</sup>., em 1813, com cinquenta e uma. Mas Teixeira de Sampaio é uma exceção. Depois dele, em 1812, nenhum negociante nacional perfaz mais do que oito navios; dezassete sociedades e negociantes estrangeiros ultrapassaram os dez. Destes, quarenta e seis foram consignatários de mais do

que dois navios; somente vinte e quatro portugueses o foram. Em 1813, dezasseis dos estrangeiros somaram mais do que dez barcos; além de Sampaio, unicamente outra casa portuguesa, embora de origem estrangeira — Bernardo Clamouse e Comp<sup>a</sup>. —, ultrapassa esse número, e até por larga margem (quarenta e sete barcos). Quarenta e cinco dos de fora totalizaram mais do que dois barcos, enquanto o número dos nacionais nessas circunstâncias não passou de vinte e seis.

Para o Porto foi possível reunir informes respeitantes a quatro anos, situados no auge da prosperidade mercantil — 1794, 1795, 1800 e 1801 —, resultantes de listas de navios entrados no Douro e respetivos consignatários (ver quadros no final do volume). Também os estrangeiros aí fixados superavam claramente os naturais. Em 1794, um só comerciante português com dez barcos consignados e treze ultrapassando os dois; seis estrangeiros com dez ou mais (entre vinte e sete, a Harris Stafford e Comp<sup>a</sup>., e dez a Searle) e dezanove acima dos dois. No ano seguinte, dois nacionais somando ambos catorze e dez entre os seis e os três; onze com dez ou mais e vinte e dois acima dos dois barcos entre os de fora. Em 1800, dois portugueses com quinze e onze navios, e treze entre os seis e os três; mas nove estrangeiros com dez ou mais e vinte atingindo mais do que dois. E em 1801, também somente dois naturais acima dos dez — com doze e dez — e nove entre este número e os três, enquanto nove forasteiros, quase todos sociedades, somavam entre vinte e dois e onze, e vinte e três recebiam mais do que dois barcos.

Estes números, quer para Lisboa quer para o Porto, são indiscutivelmente esclarecedores. Corroboram, de resto, as conclusões apresentadas já há alguns anos por Jorge Borges de Macedo, num notável trabalho consagrado ao estudo dos efeitos do «Bloqueio Continental» no nosso país<sup>255</sup>. Analisando o tráfego marítimo do Porto nos anos de 1806 a 1812, pôde inferir a predominância dos comerciantes britânicos e outros estrangeiros. Os portugueses apenas dominavam o tráfego feito nas embarcações nacionais, em boa medida dirigido para o Brasil; cabia a casas estrangeiras, inglesas na sua maioria, o restante tráfico, claramente o mais importante<sup>256</sup>. Borges de Macedo pôde ainda determinar uma evidente disparidade entre a dimensão e os recursos dos comerciantes nacionais e dos forasteiros. Daí a sua afirmação: «A dualidade pequeno mercador, português — grande mercador, estrangeiro é a dominante do panorama social portuense, neste princípio do século, perfeitamente generalizável à sociedade das sociedades citadinas costeiras»<sup>257</sup>. A «dispersão e a reduzida dimensão comercial da esmagadora maioria» dos negociantes portugueses avultava no grupo dos consignatários dos navios nacionais, e muito particularmente no caso dos que se dedicavam ao comércio com o Brasil<sup>258</sup>. Enquanto a média de barcos, por consigna-

<sup>255</sup> *O Bloqueio Continental — Economia e Guerra Peninsular*, Lisboa, 1962.

<sup>256</sup> *Ibidem*, pp. 70 a 93.

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>258</sup> *Ibidem*, pp. 80 a 87.

tário, era, nos britânicos, de um consignatário por sete barcos, descia para um consignatário por quatro barcos nas embarcações doutros países estrangeiros, e para um consignatário por dois barcos no caso dos portugueses<sup>259</sup>.

É preciso dizer, todavia, que este predomínio das casas de comércio de várias nações aqui fixadas, com relevo para as que pertenciam a súbditos britânicos, não provinha unicamente do fraco poder económico dos nossos negociantes. É verdade que a maioria dos que se entregavam ao tráfego marítimo, e nomeadamente a quase totalidade dos do Porto, eram, para usar a expressão de Borges de Macedo, comerciantes de «pequeno tomo»<sup>260</sup>. Mas havia no Portugal de então homens de negócio com avultados capitais, dispendo de recursos notoriamente mais elevados do que os da maioria dos estrangeiros cá residentes. Só que o comércio de «import-export» ou a atividade transportadora não constituíam para eles, como veremos no próximo capítulo, as principais ocupações. Nem todos lhes eram alheios, conforme o comprova o facto de negociantes como Joaquim Pedro Quintela, Jacinto Fernandes Bandeira, Anselmo José da Cruz, Bento José Pacheco, João Roque Jorge e Bernardo Clamouse aparecerem nas listas dos consignatários (ver tabelas). Porém outros, como os Caldas, António José Ferreira, Gaspar Pessoa Tavares e o riquíssimo Barão do Sobral (Geraldo Venceslau Braancamp), ou nunca se dedicaram ao transporte marítimo e comércio externo ou só muito esporadicamente os exerceram. Entre os grandes capitalistas portugueses da época aqui tratada, somente o já mencionado Henrique Teixeira de Sampaio, futuro Barão de Teixeira e Conde da Póvoa, parece ter construído a sua considerável fortuna em boa medida mediante a importação de mercadorias por via marítima, facto a que não deve ser alheia a sua nomeação, em 1800, para «comissário-geral dos fornecimentos ao exército»<sup>261</sup>.

Importa, contudo, referir que tudo indica ter-se registado uma melhoria no peso relativo dos comerciantes nacionais nesse tráfego. Num estudo da autoria de Virgínia Rau sobre o movimento marítimo do Porto durante o século XVIII, constata-se um progresso claro dos consignatários portugueses a partir do último quartel desse século. Tendo analisado o movimento da barra do Douro em três períodos — 1733-1743, 1764-1774 e 1774-1784 —, Virgínia Rau pôde concluir que, no último, o número de navios consignados aos nossos comerciantes conheceu um significativo acréscimo, mantendo-se embora a preponderância dos estrangeiros radicados no Porto<sup>262</sup>. Esse avanço na navegação portuguesa é por ela atribuído, nomeadamente, às «vicissitudes da guerra no mar, suportada pelos usuais transportadores ingleses e holandeses», que

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>260</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>261</sup> *Nobreza de Portugal*, volume III, Lisboa, 1961, pp. 173 e 174

<sup>262</sup> *O Movimento da Barra do Douro durante o século XVIII: uma interpretação*, Porto, 1958, pp. 24 e 25.



«deram, a partir da primavera do ano de 1779, uma oportunidade aos navios portugueses de assegurarem um reabastecimento dos mercados consumidores e da própria cidade do Porto»<sup>263</sup>. Interpretação que nos parece justa e que está de acordo com tudo o que vimos afirmando sobre os condicionalismos da vida económica nacional nos anos finais do século XVIII e no início do XIX.

Os portugueses já não se limitavam a usufruir do monopólio do tráfico com o Brasil ou a assegurar as ligações com as ilhas do Atlântico e as outras parcelas do Império. Os do Porto intrometiam-se no comércio com o Báltico, em crescendo de importância, dado o seu relacionamento com a exportação do vinho do Porto, que impunha o fornecimento de matérias primas para o fabrico de vasilhame — aduelas e ferro —, provenientes dessa área. Daí que, entre os consignatários nacionais do Porto, portos como Riga, Pernau (actual Parnu, na Estónia), S. Petersburgo, Estocolmo e Memel (então na Prússia, hoje Klaipeda, na Lituânia) figurassem entre as origens mais frequentes das embarcações.

Barcos provenientes do Báltico consignados a negociantes  
portugueses do Porto

Portos	1794/1795	1800/1801
Riga	12	10
Pernau	8	14
Estocolmo	10	8
S. Petersburgo	6	6
Memel	5	2
Outros portos	2	8
<b>Totais</b>	<b>43</b>	<b>48</b>

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos respetivos.

Igualmente se entregaram a um tráfico crescente com portos do Mar do Norte — Hamburgo e Amesterdão — e com as ilhas britânicas. Este último destino é significativo, pois fora durante muito tempo quase monopólio dos seus naturais aqui fixados.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 26.

Barcos provenientes de Hamburgo, Amesterdão e portos britânicos, consignados a negociantes portugueses do Porto

Portos	1794/1795	1800/1801
Hamburgo	15	18
Amesterdão	14	2
Londres	34	19
Dublin	12	16
Cork	5	3
Portsmouth	1	6
Guernesey	2	5
Liverpool	3	3
Outros portos britânicos	7	20
<b>Totais</b>	<b>93</b>	<b>92</b>

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos respetivos.

Outra área que os homens de negócio portuenses se afoitavam a frequentar resultava da recente independência dos Estados Unidos da América. O comércio com o novo estado atingia um volume considerável: as importações quase tinham decuplicado entre 1783 e 1800 e as exportações mais do que quadruplicaram<sup>264</sup>. No princípio do século XIX os Estados Unidos chegaram a ser o nosso quinto fornecedor e um razoável cliente<sup>265</sup>. Assim, em 1794/5 os negociantes portugueses do Porto foram consignatários de vinte e três embarcações oriundas da costa norte-americana<sup>266</sup>.

Os de Lisboa também se iniciavam nas lides mercantis com o promissor mercado. Se os dados de que dispomos antes das invasões não são muito conclusivos — embora se registem algumas consignações providas de portos estadunidenses nos anos em que compilámos elementos, ou seja, 1794, 1795, 1800 e 1801 —, já os elementos que conseguimos apurar sobre o movimento portuário de Lisboa, em 1812 e 1813, permitem-nos constatar que o destino americano achava-se solidamente implantado na traficância a que se entregavam os negociantes portuenses.

<sup>264</sup> Números publicados em Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 204.

<sup>265</sup> V. g. em 1803; BN (Reservados), *Mappa do Commercio de Portugal com os Estrangr.ºs em 1803*, in *Mappa das Alfandegas de Portugal (...)*, Ms., Cód. 235.

<sup>266</sup> *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos de 1794 e 1795, *Embarcações que entraram pela barra do Porto...* (cf. tabelas anexas)

Barcos provenientes dos Estados Unidos da América consignados a negociantes portugueses de Lisboa

Portos	1812 (a)	1813 (b)
Nova Iorque	60	44
Baltimore	34	10
Filadélfia	28	10
Alexandria	9	7
Norfolk	7	3
Outros portos	7	17
<b>Totais</b>	<b>145</b>	<b>91</b>

Fontes: *Gazeta da Agricultura e Commercio de Portugal*, ano de 1812 e n.º. 1 de 1813; *Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*, n.º. 2 de 1813 e segs.. a) De 28/12/1811 a 31/12/1812; b) de 01/01/1813 a 16/12/1813, excluindo as embarcações entradas entre 22/05 e 28/05.

Outro tanto se poderá afirmar, complementando o que vimos para o Porto, sobre o destino britânico. Também os de Lisboa frequentavam assiduamente, no princípio do século XIX, uma área portuária que, desde o século XVII, era praticamente monopólio das corporações mercantis das duas ilhas, aqui radicadas.

Consignações provenientes das ilhas britânicas destinadas a negociantes portugueses de Lisboa

Portos	1794/1795	1800/1801
Cork	3	23
Falmouth	1	16
Torbay	-	11
Newcastle	-	10
Londres	-	4
Outros portos	1	8
<b>Totais</b>	<b>5</b>	<b>72</b>

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos respetivos.

Barcos provenientes das ilhas britânicas consignados a negociantes portugueses de Lisboa

Portos	1812 (a)	1813 (a)
Cork	25	43
Waterford	24	21
Limerick	17	13
Portsmouth	11	17
Londres	16	10
Falmouth	4	11
Youghal	5	7
Bristol	3	4
Liverpool	2	2
Dublin	1	3
Yarmouth	3	1
Outros portos	12	9
<b>Totais</b>	<b>123</b>	<b>141</b>

a) De 28/12/1811 a 31/12/1812; b) de 01/01/1813 a 16/12/1813, excluindo as embarcações entradas entre 22/05 e 28/05.

Fontes: *Gazeta da Agricultura e Commercio de Portugal*, ano de 1812 e nº. 1 de 1813; *Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*, nº. 2 de 1813 e segs..

Impossível não notar, em relação a estes números, a importância dos portos irlandeses — Cork, Waterford, Limerick e Youghal — no tráfego nacional. Tudo indica que a penetração portuguesa no comércio com o Reino Unido se processava através da Irlanda e portos secundários da Grã-Bretanha, como Falmouth, na Cornualha. Londres nunca foi o principal destino dos nossos negociantes.

Finalmente, nesta enumeração das áreas do comércio marítimo que os comerciantes portugueses frequentavam, não pode ser ignorada uma que quase monopolizavam, de grande importância desde o último quartel do século XVIII. Referimo-nos a Marrocos, onde nos abastecíamos principalmente de cereais, nos portos do sul desse país. O abandono da praça de Mazagão, em 1769, no reinado de D. José, e a celebração dum tratado de paz com o sultão marroquino, em 1774<sup>267</sup>, haviam permitido a recuperação de um tráfego que desfrutara de certa projeção no passado. Além dos portos marroquinos, a navegação portuguesa estendeu-se, em certas épocas, a outras localidades da então denominada Berberia, na Argélia e Tunísia, consoante o permitia o estado das relações com essa zona, frequentemente afetada pela atividade de corso a que os seus naturais sistematicamente se entregavam<sup>268</sup>.

<sup>267</sup> Castro (José Ferreira Borges de), *Colecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados Entre a Coroa de Portugal e As mais Potencias desde 1640 até ao presente, compilados, coordenados e anotados por...* — Tomo III, Lisboa, 1856, pp. 212 a 227.

<sup>268</sup> Cf. Cunha (Carlos Guimarães da), *O Corso Norte-Africano em Finais do Século XVIII e Principios do Século XIX — Um Tratado de Paz com a Argélia em 1813*, Lisboa, 2003.

Consignações provenientes de Marrocos e outros portos norte-africanos destinadas a negociantes portugueses de Lisboa

Origens	1794/1795	1800/1801
Safi	29	12
Mogador	14	-
Arzeu (Argélia)	-	12
Salé	4	2
Tunes	-	3
Dar-el-Baida (Argélia)	-	2
Outros portos	2	1
<b>Totais</b>	<b>49</b>	<b>32</b>

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos respetivos.

Depois das invasões e a avaliar pelas listas do movimento portuário de Lisboa de que pudemos dispor para os anos de 1812 e 1813, o tráfego para o Norte de África, afetado por vários fatores<sup>269</sup>, conheceu uma diminuição sensível: três navios provenientes de Marrocos, em 1812<sup>270</sup>, e dois da mesma proveniência, bem como dois de Tunes, no ano seguinte<sup>271</sup>.

Podemos concluir de todos estes exemplos que desde os últimos anos do século XVIII barcos propriedade de negociantes portugueses, ou por eles fretados para as suas operações mercantis, percorriam rotas que se estendiam do Extremo-Oriente às costas americanas, a sul e a norte do Equador. Na Europa e bacia mediterrânica, os seus navios iam desde a longínqua costa norueguesa até à zona do Adriático. Obviamente que já ia longe o tempo em que, nas palavras já citadas de Jácome Ratton, «eram as relações comerciais de Portugal com as nações estrangeiras, assim de importação, como de exportação, feitas por casas de comércio estrangeiras estabelecidas em Portugal»<sup>272</sup>. Mas as comunidades mercantis estrangeiras aqui radicadas, com particular relevo para britânicos, alemães e italianos, continuavam a dispor dum claro predomínio no tráfego marítimo com o exterior. E entretanto os portugueses perderiam, desde a abertura dos portos do Brasil em Janeiro de 1808, o monopólio que desde sempre haviam detido no comércio com a sua primeira colónia e principal fonte de prosperidade. Das consequências de tal facto escreveremos no último capítulo.

## 2 — Seguros e atividades bancárias; a Bolsa de Lisboa.

Para além do comércio, uma das atividades que mobilizou mais gente de negócios e avultados capitais, a partir do início da última década do século XVIII, foi comprovadamente a dos seguros. A reforma da «Casa dos Seguros», oficializada por alvará régio de 11 de Agosto de

<sup>269</sup> Um deles era decerto a recrudescência do curso argelino: idem, *ibidem*.

<sup>270</sup> *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*.

<sup>271</sup> *Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*.

<sup>272</sup> *Op. cit.*, p. 72.

1791<sup>273</sup>, veio dar um novo alento a essa atividade. A prática seguradora exercia-se em Portugal desde os tempos medievais — a «Bolsa da Flandres», confirmada por D. Dinis em 1293, e a denominada «Companhia das Naus», instituída por D. Fernando, são disso exemplo<sup>274</sup> — e desde o século XVII funcionava na capital uma repartição própria para a escrituração dos seguros, a referida «Casa dos Seguros»<sup>275</sup>, dispondo dum corretor e dum escrivão, ambos de nomeação régia<sup>276</sup>. Depois do terremoto de 1755, que destruiu as instalações dessa repartição, surgiu uma nova «Casa dos Seguros», mas com um carácter meramente particular<sup>277</sup>. O alvará de 1791 não só deu força de lei ao regulamento da Casa, datado de 1758, mas também a colocou sob a dependência da Junta do Comércio, que assim recebia atribuições de corretor e provedor de seguros<sup>278</sup>.

Antes de 1791 nunca houve no nosso país qualquer companhia seguradora. A atividade era exercida por vários homens de negócio e casas de comércio, que habitualmente se associavam para segurarem fazendas e navios, porém a título precário: a associação destinava-se apenas à efetivação deste ou daquele seguro, cessando logo que terminava esse objeto. Havia também procuradores dos seguradores de várias praças estrangeiras. Na lista dos negociantes estrangeiros em Lisboa, publicada no «*Almanach*» para o ano de 1790, figura a sociedade «Godefroy, Giesler & Filhos» como procuradora dos seguradores de Londres, Amesterdão, Antuérpia, Bruxelas, Groninga, Gand e Bruges<sup>279</sup>. Mesmo depois da entrada em funcionamento de várias companhias nacionais, as seguradoras estrangeiras continuaram a sua actividade. «Danneker & Overman», negociantes da praça de Lisboa, presumivelmente alemães, eram em 1800 «Agentes das Companhias de Seguros, e Seguradores particulares de Hamburgo»<sup>280</sup>. Tudo indica que alguns anos depois terá havido uma disputa em torno dessa representação, pois tanto Jacob Henrique Burchardt<sup>281</sup> como Daniel Henrique Overmann<sup>282</sup> se apresentavam como agentes das companhias dessa cidade hanseática. Burchardt teria vencido, porquanto continuou posteriormente a publicitar-se nessa qualidade<sup>283</sup>, e ainda na de agente de todos os seguradores de Bremen<sup>284</sup>. Na época posterior às invasões, a «Lloyd's», célebre corporação de segu-

<sup>273</sup> Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, pp. 200 e 201.

<sup>274</sup> *Idem, ibidem*, pp. 20 a 25.

<sup>275</sup> *Ibidem*, pp. 70 a 72.

<sup>276</sup> *Ibidem*, pp. 77 a 91.

<sup>277</sup> *Ibidem*, pp. 115 a 129.

<sup>278</sup> *Ibidem*, pp. 200 a 201; cf. ainda Macedo (Jorge Borges de), artigo *Comércio, Junta do*, in Serrão (Joel), *D.H.P.*, volume II, p. 108.

<sup>279</sup> «*Almanach*» para o ano de 1790, p. 317.

<sup>280</sup> «*Almanach*» para o ano de 1800, *Negociantes estrangeiros na praça de Lisboa*.

<sup>281</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 43, Seg.º. Supl.º., 27 de Outubro de 1804.

<sup>282</sup> *Ibidem*, N.º. 26, Seg.º. Supl.º., 4 de Julho de 1807.

<sup>283</sup> *Ibidem*, N.º. 80, 2 de Abril de 1816.

<sup>284</sup> *Ibidem*, N.º. 269, 12 de Novembro de 1816.

radores londrina, e a companhia «Phoenix», também inglesa, tiveram agentes em Portugal<sup>285</sup>, assim como uma companhia italiana, de Livorno<sup>286</sup>.

O regulamento da Casa dos Seguros contribuiu decisivamente para clarificar a atividade. Determinava que todos os negociantes que quisessem ser admitidos como seguradores eram obrigados a nela fazerem o seu registo<sup>287</sup>, podendo ter acesso à profissão quer nacionais quer estrangeiros, desde que gozassem de «boa fama e crédito»<sup>288</sup>. Os da Província poderiam alistar-se no organismo pelos procuradores que nomeassem<sup>289</sup>. Só os seguros que fossem registados nos livros da Casa pelos respetivos oficiais eram válidos, ordenando-se rigoroso procedimento contra os que fizessem seguros doutro modo<sup>290</sup>.

Foi primeiro provedor da Casa dos Seguros, após a reforma de 1791, o negociante Francisco Manuel Calvet, homem que andava metido no tráfego marítimo<sup>291</sup> e era figura de prestígio no meio mercantil da capital<sup>292</sup>. Manteve-se no lugar durante longos anos<sup>293</sup>. O escrivão, Rafael Lourenço Peres, era também negociante de Lisboa<sup>294</sup> e igualmente permaneceu largo tempo no cargo<sup>295</sup>. O exemplo dos dois mostra que os organismos ligados às atividades mercantis continuavam a seguir a regra instaurada no tempo de Pombal, integrando nos seus quadros gente do mundo dos negócios.

Que o alvará de Agosto de 1791 foi um passo decisivo para o crescimento e aperfeiçoamento da indústria dos seguros, prova-o o facto de logo a seguir terem surgido, em Lisboa, as primeiras companhias do ramo, na época moderna. Foram quatro, todas estabelecidas no ano de 1792<sup>296</sup>, segundo informa o prestimoso «*Almanach*»: «Carvalho, Guillot e Companhia», «Caldas, Machado, Gildemeester Dlz e Companhia»<sup>297</sup>,

---

<sup>285</sup> Respetivamente Rogero Bilgood Whitney (*Gazeta de Lisboa*, N.º 220, 19 de Setembro de 1812; *ibidem*, N.º 249, 23 de Outubro de 1813; *ibidem*, N.º 227, 25 de Setembro de 1817) e Abel Dagge (*ibidem*, N.º 50, 1 de Março de 1813; *ibidem*, N.º 83, 8 de Abril de 1813; *ibidem*, N.º 80, 5 de Abril de 1817).

<sup>286</sup> Companhia Genevrina. Eram agentes Jacob Dohrman Herold e Bohlman, negociantes estrangeiros da praça de Lisboa: *Gazeta de Lisboa*, N.º 44, 20 de Fevereiro de 1819.

<sup>287</sup> Art.º 3.º do Regulamento: cf. Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, p. 116.

<sup>288</sup> Art.º 1.º, *ibidem*.

<sup>289</sup> Art.º 2.º, *ibidem*.

<sup>290</sup> Art.º 6.º, *ibidem*.

<sup>291</sup> Encontramo-lo como consignatário nas listas publicadas no «*Correio Mercantil e Economico de Portugal*», anos de 1800 e 1801. Ver quadros no final do livro.

<sup>292</sup> Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, pp. 203 e 204.

<sup>293</sup> No «*Almanach*» para 1807 ainda aparece como provedor; é referenciado como tal em todos os almanaques desde 1791.

<sup>294</sup> Figura nas listas dos almanaques; cf., nomeadamente, «*Almanach*» para o ano de 1790.

<sup>295</sup> Referenciado como escrivão em todos os almanaques, desde 1793 a 1814.

<sup>296</sup> E não em 1791, como afirma Oliveira Marques, *op. cit.*, pp. 241 e 242. A notícia mais antiga que achámos acerca da fundação duma companhia seguradora foi a relativa à «Companhia Permanente [ou «Permanecente»] de Seguros»: a *Gazeta de Lisboa*, N.º 18, Seg.º. Supl.º, 5 de Maio de 1792, informa ter principiado em 30 de Abril de 1792.

<sup>297</sup> Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, pp. 244 a 247.

«Companhia Permanente de Seguros de Lisboa»<sup>298</sup> e «Pontes, Fortunato, Prego, e Companhia»<sup>299</sup>. Não sabemos ao certo o montante de fundos que a sua constituição envolveu, exceto no caso da Companhia Permanente, cujo capital totalizava 150.000\$000 de réis, dividido em cento e cinquenta ações de um milhão<sup>300</sup>. Podemos supor, todavia, que, à semelhança desta e doutras posteriormente surgidas, fosse avultada (cento e cinquenta contos de réis era soma importante para o tempo).

Tudo indica que o negócio dos seguros entrou numa fase de grande expansão. Em 1794 aparecia uma nova sociedade: a «Companhia Comércio de Lisboa»<sup>301</sup>, com um fundo de 120.000\$000 de réis, repartido por cento e cinquenta ações de 800\$000 réis cada<sup>302</sup>. Em 1796 fundava-se a «Companhia de Seguros Marítimos», com um capital de cento e noventa e dois contos, constituído por trinta e duas ações de 6.000\$000 de réis<sup>303</sup>. No ano a seguir a «Bom Conceito», com um fundo que ultrapassava largamente o das sociedades anteriores: um milhão de cruzados (400.000\$000 de réis), divididos em quatrocentas ações de um conto. Uma novidade importante: a «Bom Conceito» propunha-se realizar operações de carácter bancário, descontando letras de câmbio e bilhetes de alfândega, cujo vencimento não excedesse mais de três meses o dia de desconto<sup>304</sup>.

Não se ficou por aqui. No «*Almanach*» para 1796 figuram nada menos do que nove companhias: além das já citadas, a «Companhia União», com um fundo de 150.000\$000 de réis<sup>305</sup>, e a «Tranquilidade Recíproca», com 240.000\$000<sup>306</sup>. Outra sociedade, a «Esperança», seria, presumivelmente, a sucedânea de «Pontes, Fortunato, Prego, e Companhia», a ajuizar pelo facto de um dos seus diretores ser Manuel Francisco Carvalhal, que o fora também da segunda, e do outro ser Carlos Francisco Prego<sup>307</sup>.

Algumas destas sociedades desapareceram poucos anos depois. Citemos a propósito a explicação de José Hermano Saraiva, num estudo consagrado à fundação da «Companhia de Seguros Bonança»: «As companhias de seguros de então não costumavam durar muito tempo. Eram associações temporárias e de responsabilidade ilimitada; mantinham-se enquanto durava o entendimento dos organizadores, ou até que a preia-mar das perdas galgasse sobre a fortuna pessoal dos seguradores. No próprio desenvolvimento dos negócios e consequente

<sup>298</sup> Ou «Companhia Permanente de Seguros»: cf. *Gazeta de Lisboa*, nota supra.

<sup>299</sup> «*Almanach*» para o ano de 1793, p. 351.

<sup>300</sup> *Ibidem*.

<sup>301</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 10, Supl.º., 14 de Março de 1794; *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, N.º. 11, 18 de Março de 1794.

<sup>302</sup> «*Almanach*» para o ano de 1795, p. 49.

<sup>303</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 48, 29 de Novembro de 1796.

<sup>304</sup> *Ibidem*, N.º. 14, 4 de Abril de 1797.

<sup>305</sup> Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, p. 250.

<sup>306</sup> Idem, *ibidem*, pp. 250 e 251.

<sup>307</sup> «*Almanach*» para os anos de 1793 (p. 49) e 1798 (p. 359).



amplitude do risco assumido, estava, por via de regra, a razão de ser do epílogo<sup>308</sup>.» A «preia-mar das perdas»: a atividade seguradora envolvia, nessa época, ainda mais riscos do que hoje. Os seguros marítimos, cobrindo barcos e cargas, eram a modalidade dominante<sup>309</sup>. E, embora os prêmios praticados fossem proporcionais aos riscos das rotas, indo dos três aos três e meio por cento na navegação de cabotagem até aos vinte por cento nas viagens para África a carregar escravos<sup>310</sup>, os frequentes naufrágios e outros acidentes implicavam o pagamento de avultadas indenizações, a que nem sempre os capitais dos seguradores conseguiam acorrer<sup>311</sup>.

A inexperiência no ramo e a insuficiência dos fundos determinaram certamente o fracasso de algumas companhias. Num parecer dado pela Junta do Comércio sobre a primeira companhia surgida, a «Permanente», considerava-se que a mesma não teria fundos bastantes para poder subsistir<sup>312</sup>. O que veio a revelar-se acertado, pois a companhia extinguiu-se passados alguns anos<sup>313</sup>. Ora os cento e cinquenta contos de réis que constituíam esses fundos eram, como antes escrevemos, quantia relevante nessa época. A verdade é que o negócio segurador exigia capitais que não estavam certamente ao alcance de muitos dos negociantes envolvidos na fundação das primeiras companhias, e não eram fáceis de reunir numa cidade e num país onde nunca primaram pela abundância.

«Associações temporárias» foram, portanto, todas as companhias então fundadas, com exceção da estudada por José Hermano Saraiva, que perdurou até aos nossos dias<sup>314</sup>. Mas importa referir que nem todas foram de «responsabilidade ilimitada», como também afirma o mesmo autor. Em várias («Companhia Permanente», «Comércio», «União», «Seguros Marítimos») se declara, nos textos que as publicitam, responderem seus sócios uns pelos outros, «porém, tão somente pelo fundo da sua entrada», ou «pelo fundo das suas respetivas entradas»<sup>315</sup>. É verdade que o regulamento da Casa dos Seguros previa que os sócios das seguradoras respondessem também com os seus bens pessoais pelo pagamento

---

<sup>308</sup> *A Companhia de Seguros Bonança — Cento e Cinquenta Anos de História*, Lisboa, 1960, p. 19.

<sup>309</sup> Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, pp. 207 a 239; Saraiva (José Hermano), *op. cit.*, p. 32.

<sup>310</sup> Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, pp. 223 e 224; Saraiva (José Hermano), *op. cit.*, pp. 55 a 60.

<sup>311</sup> Saraiva refere o caso da «Bonança», que no primeiro trimestre da sua existência registou prejuízos da ordem da vintena de contos, soma importante ao tempo: *op. cit.*, p. 56.

<sup>312</sup> Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, p. 243.

<sup>313</sup> Já não aparece na lista das companhias seguradoras no «*Almanach*» para 1799.

<sup>314</sup> Associada à Companhia de Seguros «Império», com o nome de «Império Bonança».

<sup>315</sup> «*Almanach*» para vários anos; ver também a notícia da *Gazeta de Lisboa*, N.º. 18, Seg.º. Supl.º., 5 de Maio de 1792, sobre a formação da «Companhia Permanente de Seguros» (ou «Permanente»), onde se lê constituírem «as (...) acções uma massa total, que não pode ser alterada, nem diminuída, ficando ela a responder pelas perdas».

dos seguros, mas abriu-se uma exceção com a «Companhia Permanente», que depois terá sido seguida noutros casos<sup>316</sup>.

Com altos e baixos, sujeitas as companhias aos condicionalismos apontados, o negócio dos seguros lá prosseguiu, beneficiando até às invasões de um clima de prosperidade comercial que lhe era certamente favorável. Mas houve momentos de refluxo na atividade: na lista das seguradoras publicada no «*Almanach*» de 1799 só figuravam quatro das nove do ano anterior e uma quinta, «Queirós, Barbosa e Companhia», surgia do esboroar das outras<sup>317</sup>. Na de 1802, figuravam apenas três: sobreviviam as companhias «Bom Conceito» e «Tranquilidade Recíproca» e emergia, numa amálgama de apelidos sonantes do comércio lisboeta, a «Companhia de Barros, Rossi, Freire, Dias, e Companhia»<sup>318</sup>. Contudo esta quebra do número de companhias foi momentânea. A altura em que ocorreu permite mesmo pôr a interrogação de saber se a atividade seguradora não teria sido afetada pelas ocorrências então verificadas, no domínio político e militar, que culminaram na denominada «Guerra das Laranjas», em meados de 1801. Porém, a avaliar por certos dados, esses eventos não terão causado perturbações graves na economia do espaço português: 1801 foi até o ano em que as exportações atingiram o máximo durante todo o período a que nos reportamos<sup>319</sup>, bem como as importações do Brasil<sup>320</sup>. Fosse como fosse, ultrapassando os fracassos iniciais, houve uma retoma dos empreendimentos seguradores nos anos seguintes.

Logo em 1804 a «*Gazeta*» anunciava a fundação da «Companhia Sossego Comum», como seguradora marítima e de prédios<sup>321</sup>. Um ano depois, a «Nova Companhia Bom Conceito» sucedia à anterior com o mesmo nome<sup>322</sup>, em liquidação desde há alguns meses<sup>323</sup>. O «*Almanach*» anunciava então seis sociedades de seguros, incluindo, além das já mencionadas, a «Companhia Indemnidade» e a «Companhia Bons Amigos»<sup>324</sup>. Em 1806 surgia, como seguradora de mar e terra, a firma «Salgado, Barros, Pedra, Sousa e Companhia»<sup>325</sup>. Tudo indica que o auge da atividade foi atingido nas vésperas da invasão francesa: nove companhias, como em finais do século XVIII, e ainda um bom lote de

<sup>316</sup> Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, pp. 242 e 243.

<sup>317</sup> Os seus administradores, Camilo João de Queirós e José Barbosa de Amorim, vinham da «Permanente». Cf. «*Almanachs*» para 1797 (p. 306) e 1799 (p.368).

<sup>318</sup> «*Almanach*» para o ano de 1802, p. 425.

<sup>319</sup> 62.759.000 cruzados. Cf. Balbi (Adrien), *op. cit.*, tomo 1º, p. 441.

<sup>320</sup> 36.941.000 cruzados. Cf. Idem, *ibidem*, p. 424.

<sup>321</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 27, Seg.º. Supl.º., 7 de Julho de 1804.

<sup>322</sup> *Ibidem*, N.º. 7, 12 de Fevereiro de 1805.

<sup>323</sup> *Ibidem*, N.º. 38, 18 de Setembro de 1804.

<sup>324</sup> «*Almanach*» para o ano de 1805.

<sup>325</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 13, 1 de Abril de 1806.

seguradores particulares<sup>326</sup>. Tinha entretanto aparecido a «Companhia Boa Fé» e ressurgido a velha «Bom Conceito»<sup>327</sup>.

O vendaval da guerra peninsular e as suas sequelas afetaram de tal modo a indústria dos seguros que, em 1812, constata-se a existência de apenas duas companhias: a «Bonança» e a «Rectidão»<sup>328</sup>. A «Bonança» foi criada em 1808 e derivou, de certa forma, da «Nova Companhia Bom Conceito», na qual haviam participado os seus diretores<sup>329</sup>. A «Rectidão» começou a funcionar no início de 1812, no ramo dos seguros marítimos<sup>330</sup>. Todas as que antes existiam desapareceram, vítimas decerto da quebra dos negócios e consideráveis perdas de capitais que a guerra e a ocupação trouxeram: no aviso que publicitava o estabelecimento da «Bonança», em Outubro de 1808, a «Gazeta» afirmava acharem-se «desobrigadas nesta Praça as Companhias de Seguros, que tomavam risco de fogo sobre edifícios»<sup>331</sup>. De várias, anunciava a mesma «Gazeta» a extinção: caso de «Ferreira, Freire, Dias e Companhia», desde 30 de Junho de 1808<sup>332</sup>; «Nova Companhia Bom Conceito», também desde essa data<sup>333</sup>; «Sossego Comum», em Junho de 1811<sup>334</sup>.

Até 1817 funcionaram somente as duas supracitadas companhias<sup>335</sup>. Nesse ano foi dissolvida a «Rectidão»<sup>336</sup> e, logo de seguida, criada uma nova companhia de seguros marítimos, denominada «Restauração»<sup>337</sup>. No princípio de 1819 entrou em funcionamento uma companhia de «seguros terrestres de fogo», a «Lisboa»<sup>338</sup>. Esta e as duas anteriores eram as mencionadas no «*Almanach*» de 1820. A somar a todas as consequências negativas que as invasões e a abertura dos portos brasileiros acarretaram ao comércio e atividades derivadas, havia agora a concorrência de companhias fundadas no Brasil, que por certo segurariam boa parte do tráfego com a Metrópole: o «*Almanach*» de 1817 refere três companhias no Rio de Janeiro<sup>339</sup> e a «*Gazeta de Lisboa*», em Julho de 1818, baseando-se em anúncios da «*Gazeta do Rio*», dá conta do aparecimento de uma outra<sup>340</sup>. Pormenor a reter, e não de somenos importância:

<sup>326</sup> «*Almanach*» para o ano de 1807, p. 495..

<sup>327</sup> *Ibidem*.

<sup>328</sup> «*Almanach*» para o ano de 1812, p. 381.

<sup>329</sup> *Gazeta de Lisboa*, Nº. 36, 4 de Outubro de 1808; Saraiva (José Hermano), *op. cit.*, pp. 13, 16, 19 e 20.

<sup>330</sup> *Gazeta de Lisboa*, Nº. 306, 26 de Dezembro de 1811.

<sup>331</sup> Nº. 36, 4 de Outubro, *apud* Marques (A. H. de Oliveira), *op. cit.*, p. 257.

<sup>332</sup> Nº. 27, Segº. Supl., 14 de Julho de 1808.

<sup>333</sup> Nº. 30, Segº. Supl., 17 de Julho de 1808.

<sup>334</sup> Nº. 131, 3 de Julho de 1811.

<sup>335</sup> Cf. nomeadamente, «*Almanach*» para o ano de 1814, Parte III, p. 181, e «*Almanach*» para o ano de 1817, Parte III, pp. 176, 177.

<sup>336</sup> *Gazeta de Lisboa*, Nº. 78, 1 de Abril de 1817.

<sup>337</sup> *Ibidem*, Nº. 88, 15 de Abril de 1817.

<sup>338</sup> *Ibidem*, Nº. 307, 29 de Dezembro de 1818 e Nº. 8, 9 de Janeiro de 1819.

<sup>339</sup> Eram a «Indemnidade», a «Providência» e a «Companhia Permanente»: Suplemento, p. 116.

<sup>340</sup> Nº. 157, 6 de Julho de 1818: a «Tranquilidade», que resultou duma cisão na «Provi-

o capital de duas companhias brasileiras atingia a soma muito considerável de seiscentos contos de réis<sup>341</sup>.

Nas diversas companhias constituídas durante esses anos participaram não só negociantes nacionais mas também estrangeiros aqui radicados. Nomes como Julião Guillot filho<sup>342</sup>, Daniel Gildemester Danielzoon<sup>343</sup>, Guilherme Tonkin<sup>344</sup>, João António Luizello<sup>345</sup>, João Edwards<sup>346</sup> e Francisco Maria Rossi<sup>347</sup>, todos referidos nas listas de negociantes estrangeiros da capital publicadas no «*Almanach*», aparecem como sócios e diretores em várias delas. Consequência decerto da posição que continuavam a deter na nossa vida económica e dos capitais de que dispunham. A par, claro, de alguns dos nomes mais sonantes do comércio português do tempo. Como foi o caso das opulentas casas comerciais dos herdeiros de Anselmo José da Cruz Sobral<sup>348</sup>, dos Caldas<sup>349</sup> e de Bento José Pacheco e Filhos<sup>350</sup>, além de muitos outros negociantes.

Além das companhias e dos seguradores estrangeiros, continuou a haver seguradores a título individual. No «*Almanach*» de 1807, ainda aparece uma lista de «seguradores particulares»: nela figuram também os herdeiros de Anselmo Sobral e Bento José Pacheco, juntamente com mais oito nomes de firmas e homens de negócio. Mas tudo indica que a atividade, até pelo montante de capitais que exigia e pelos riscos que implicava, se tornou progressivamente domínio exclusivo das companhias. Embora a instabilidade destas nos permita inferir que os capitais de que foram dotadas não se mostraram suficientes para garantir a sua sobrevivência a longo prazo, atendendo às vicissitudes do negócio nesse tempo. Ou seja, e por muito paradoxal que pareça, a expansão da atividade seguradora nesses anos permite-nos formular a seguinte conclusão: se, por um lado, havia maior abundância de fundos do que em épocas anteriores, por outro, os capitais móveis disponíveis não eram ainda bastantes para assegurar o normal funcionamento de sectores económicos indispensáveis a uma economia de mercado desenvolvida.

---

dente»; supomos que esta última era a mesma a que o «*Almanach*» chamava «Providência».

<sup>341</sup> *Ibidem*.

<sup>342</sup> Director de «Carvalho, Guillot e Companhia», «*Almanach*» para o ano de 1793, p. 351.

<sup>343</sup> Director de «Caldas, Machado, Gildemester Dlz e Companhia, *ibidem*.

<sup>344</sup> Administrador da «Companhia de Seguros Marítimos», *Gazeta de Lisboa*, Nº. 48, 29 de Novembro de 1796.

<sup>345</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>346</sup> «Companhia União», «*Almanach*» para o ano de 1798, p. 359.

<sup>347</sup> «Barros, Rossi, Freire, Dias e Companhia», «*Almanach*» para o ano de 1803, p. 429.

<sup>348</sup> A casa dos herdeiros desse riquíssimo negociante assumiu, em 1806, a direção da nova «Companhia Bom Conceito»: cf. *Gazeta de Lisboa*, Nº. 37, 16 de Setembro de 1806.

<sup>349</sup> Sócios, seguramente, da citada seguradora «Caldas, Machado, Gildemester Dlz e Companhia»; em 1819, João Pereira Caldas aparece como sócio da «Companhia Lisboa»: cf. *Gazeta de Lisboa*, Nº. 307, 29 de Dezembro de 1818.

<sup>350</sup> Sócios e directores da «Companhia Bom Conceito»: cf. *Gazeta de Lisboa*, Nº. 14, 4 de Abril de 1797; sócios e directores da «Companhia do Sossego Comum»: cf. «*Almanach*» para o ano de 1805», p. 459.

O problema da maior ou menor abundância de capitais pôr-se-á também em relação às atividades bancárias. Numa economia onde o comércio, particularmente o externo, desempenhava já papel de relevo, não podiam dispensar-se operações de cariz bancário, como empréstimos a juros e o uso de títulos de papel substitutos da moeda metálica. As chamadas letras de câmbio generalizaram-se na Europa desde a Baixa Idade Média e o seu desconto tornara-se uma das mais frutuosas atividades da banca em diversos países. Mas qualquer análise da atividade bancária antes da Revolução de 1820 terá de começar pela constatação da inexistência de bancos no nosso país. A primeira instituição desse género, o Banco de Lisboa, só foi fundada no último dia de 1821, por decreto das Cortes Constituintes, simultaneamente como banco emissor e comercial, dotado de vários privilégios importantes<sup>351</sup>. Cabe perguntar então como se efetuavam as operações bancárias de diferentes tipos indispensáveis ao normal giro da atividade comercial do tempo, nomeadamente em Lisboa e no Porto, as grandes praças mercantis do Reino.

Comecemos por referir que desde finais do século XVIII havia consciência, entre responsáveis políticos e gente ligada aos negócios, da necessidade de criação dum banco em Portugal. O desenvolvimento do comércio então verificado e a própria evolução da economia em geral fizeram avultar a tradicional escassez de capitais para empréstimo, que determinava juros elevados, enquanto um maior curso das letras bancárias fez salientar as dificuldades no seu desconto. O aparecimento da circulação fiduciária, desde 1797, sob a forma de apólices da dívida pública, consequência quer das dificuldades financeiras do Estado quer das necessidades crescentes de moeda, que o numerário já não preenchia, trouxe um novo problema, o da desvalorização do papel moeda. Todas estas questões estiveram na origem da criação do Banco de Lisboa, mas já anteriormente tinham contribuído para o surgimento de vários projetos de instituições bancárias. Em 1797, o secretário de Estado e presidente do Real Erário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, planeou um banco nacional, que seria ao mesmo tempo emissor e de crédito<sup>352</sup>. Nos finais de 1815, ou princípios de 1816, o negociante escocês John Fletcher, há pouco instalado em Lisboa, entregou na Junta do Comércio um projeto de estabelecimento bancário, para o qual pedia privilégios que vieram a ser considerados exorbitantes<sup>353</sup>. Poucos anos depois, em 1818, surgiu um outro projeto, o «Banco de Socorro», ou de empréstimos sobre penhores, apresentado por um tal João Henriques de Sequeira<sup>354</sup>. Acúrsio das Neves refere ainda o projeto a que chama «Banco de Portugal», que teria sido exposto por dez negociantes de Lisboa, por volta de 1800, prevendo o enorme fundo de dez milhões de cruzados, do

<sup>351</sup> *Elementos para a História Bancária de Portugal (1797-1820)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1963, pp. 9 e 10.

<sup>352</sup> *Ibidem*, pp. 12, 13, 25 e 26.

<sup>353</sup> *Ibidem*, pp. 15 e 16.

<sup>354</sup> *Ibidem*, pp. 16 e 17.

qual só a décima parte seria realizada. Os outros nove décimos converter-se-iam em bilhetes de banco, para circularem à vontade das partes<sup>355</sup>.

Por diversos motivos, nenhum desses projetos vingou. No caso dos bancos de John Fletcher e «de Socorro», sabemos que os privilégios excessivos solicitados pelos seus propugnadores contribuíram decisivamente para o seu fracasso<sup>356</sup>. Não parece que se deva atribuir a quaisquer resistências ou desinteresse dos governos de então a ausência de um banco no tecido económico português. Referimos o facto de haver consciência, por parte de vários responsáveis, da necessidade de fundação de um estabelecimento do género, e o empenhamento de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para a concretização desse objetivo é disso prova cabal. Se o voluntarismo das Cortes Constituintes, o seu desejo de alterar radicalmente as condições de vida do país — frequentemente, conforme o comprovaram eventos posteriores, algo irrealista ou mesmo utópico —, precipitou o aparecimento do primeiro banco português, o absolutismo não impediu a instituição do «Banco do Brasil», no mesmo ano em que a Corte desembarcou no Rio de Janeiro, por iniciativa do mesmo ministro que baldadamente se esforçara por criar um estabelecimento congénere na Metrópole<sup>357</sup>. O deslocamento do eixo da vida económica nacional para o território americano, a abundância de capitais e a prosperidade que aí se registavam tiveram decerto algo a ver com os fracassos deste lado do Oceano e o sucesso no outro. E pensamos também que um outro fator poderá explicar o falhanço das várias tentativas, apesar de a situação económica, principalmente antes de 1808, ser propícia à mudança qualitativa da atividade bancária. Não só em Portugal como em muitos outros países europeus mantinha-se um clima de grande desconfiança relativamente às instituições de crédito e emissão de notas: o clamoroso fracasso do banco do escocês John Law, no início do século XVIII, em França, havia deixado um rasto de suspeita perante tudo o que se afigurasse favorável à especulação financeira<sup>358</sup>.

Mas a inexistência de bancos não impediu a proliferação das operações bancárias em Portugal. Acúrsio das Neves informa-nos que eram muito frequentes os empréstimos a juros, efetuados quer por particulares quer por instituições como misericórdias, confrarias e hospitais<sup>359</sup>. Até uma ordem de religiosos mendicantes se celebrou nessa época pelas suas atividades usurárias<sup>360</sup>. Esta informação do reputado economista

<sup>355</sup> *Varietades* (...), tomo II, pp. 187 a 190.

<sup>356</sup> *Elementos para a História Bancária* (...), pp. 16 e 17.

<sup>357</sup> *Ibidem*, pp. 14 e 15.

<sup>358</sup> Qualquer boa obra de história universal ou de história económica traz um relato mais ou menos detalhado desse clamoroso fracasso. Indicamos aqui apenas duas, traduzidas e muito divulgadas no nosso país: a já velha mas sempre útil *História Universal* de Carl Grünberg (vol. 14, Lisboa, 1968, pp. 22 e 23); e a *História do Pensamento Económico*, de Henri Denis (vol. I, Lisboa, 1978, p. 103).

<sup>359</sup> *Varietades* (...), tomo II, p. 194.

<sup>360</sup> *Ibidem*.

alerta-nos para o facto de ser errado considerar a posse de capitais móveis e o mundo dos negócios como apanágio exclusivo do que se convencionou chamar a «burguesia». Numa sociedade já então muito diversificada eram vários os grupos sociais interessados nas atividades económicas, com particular saliência para as de cariz especulativo. E na ausência de instituições especializadas a que pudessem recorrer, os que precisavam de dinheiro a crédito recorriam à publicidade possível na imprensa da época. Na «*Gazeta de Lisboa*» podemos ler vários «avisos» solicitando empréstimos, habitualmente com garantias hipotecárias<sup>361</sup>.

A par dos empréstimos a juros, havia-se multiplicado o uso das «letras». Não só as tradicionais «letras de câmbio», meios de pagamentos internacionais desde há séculos, mas também as vulgares letras da praça comercial, que Acúrsio das Neves refere serem então geralmente conhecidas pelo nome de «letras da terra»<sup>362</sup>. Nas suas palavras eram «uma espécie de letras pagáveis à ordem, passadas por um comerciante sobre outro da mesma praça, dadas e tomadas em pagamento de dívidas», e seriam de uso recente, a acreditar nas palavras de Jácome Raton, nas suas «*Recordações*»: teriam sido introduzidas há uns trinta anos na praça de Lisboa, relativamente à data em que escreveu o livro (editado em Londres, no ano de 1813), ou seja, nos primeiros anos da década de 1780. Antes, empregar-se-iam uns simples «escritos de dívida», não endossáveis, e somente exigíveis em juízo por uma ação ordinária<sup>363</sup>.

Do uso intenso quer das tradicionais letras de câmbio quer das letras sobre a praça dão-nos conta os numerosos «avisos» publicados na «*Gazeta de Lisboa*» sobre roubos e perdas das mesmas<sup>364</sup>. Os mesmos «avisos» permitem-nos ainda constatar que eram empregadas tanto nas transacções do grande comércio como também entre os mercadores de retalho, pelo menos na capital<sup>365</sup>. Um alvará régio datado de 19 de

<sup>361</sup> Entre outros, podemos citar os seguintes: a pedir «400\$000 réis a juro com boa segurança», N.º. 19, Seg.º. Supl.º., 17 de Maio de 1794; «um conto de réis sobre as mais sólidas hipotecas», N.º. 16, Supl.º., 22 de Abril de 1796; «a juros, por tempo de 5 anos, 4 ou 5 mil cruzados, debaixo das melhores hipotecas que pode haver», N.º. 39, 30 de Setembro de 1796; «empregar três mil cruzados em uma das melhores Fábricas do Reino, a título de interesse», N.º. 10, 9 de Março de 1802.

<sup>362</sup> *Varietades* (...), tomo II, p. 204.

<sup>363</sup> *Op. cit.*, p. 71.

<sup>364</sup> Entre 1793 e 1807, recenseámos avisos desse teor nos seguintes números da «*Gazeta*»: N.º. 46, Seg.º. Supl.º., 16/11/1793; N.º. 21, Seg.º. Supl.º., 30/05/1795; N.º. 26, 30/06/1795; N.º. 5, 31/01/1797; N.º. 5, Seg.º. Supl.º., 04/02/1797; N.º. 28, Supl.º., 14/07/1797; N.º. 48, Seg.º. Supl.º., 02/12/1797; N.º. 34, Seg.º. Supl.º., 25/08/1798; N.º. 39, 25/09/1798; N.º. 7, 12/02/1799; N.º. 13, Seg.º. Supl.º., 30/03/1799; N.º. 16, Seg.º. Supl.º., 20/04/1799; N.º. 27, Supl.º., 05/07/1799; N.º. 34, Seg.º. Supl.º., 24/08/1799; N.º. 35, 27/08/1799; N.º. 45, Seg.º. Supl.º., 09/11/1799; N.º. 46, 12/11/1799; N.º. 53, 31/12/1799; N.º. 53, Seg.º. Supl.º., 04/01/1800; N.º. 14, Seg.º. Supl.º., 12/04/1800; N.º. 20, Seg.º. Supl.º., 24/05/1800; N.º. 22, 03/06/1800; N.º. 52, Seg.º. Supl.º., 03/01/1801; N.º. 15, Seg.º. Supl.º., 17/04/1802; N.º. 39, Seg.º. Supl.º., 28/09/1805; N.º. 42, Supl.º., 23/10/1807; N.º. 50, Supl.º., 18/12/1807.

<sup>365</sup> É o que se infere dos «avisos» publicados nos seguintes números da «*Gazeta*»: N.º. 46, Seg.º. Supl.º., 16/11/1793; N.º. 50, Supl.º., 18/12/1807.

Outubro de 1789 procurava resolver um dos mais graves problemas suscitados pela intensa utilização das letras. Determinava que os portadores de letras de câmbio protestadas por falta de aceite, ou de pagamento, deviam notificar os passadores ou endossadores dentro de certos prazos, se quisessem haver o seu embolso dos mesmos: três dias, sendo domiciliários na mesma praça; dentro do Reino, pelo primeiro correio ou, não o havendo, contando-se a distância, além dos três dias, à razão de seis léguas por dia; para as praças estrangeiras, pelo primeiro correio ou paquete; e para os portos ultramarinos ou das colónias e domínios estrangeiros, pelos primeiros três navios que para lá saíssem<sup>366</sup>.

Uma outra atividade bancária largamente praticada num país com ligações económicas internacionais de relevo era a dos câmbios. Eram essencialmente naturais da ilha de Malta, então súbditos britânicos, que a ela se entregavam. Sobre isto há várias referências coincidentes. O sueco Ruders, já antes citado, atento aos mais diversos aspetos da vida portuguesa, relata que na Bolsa de Lisboa, então como até há alguns anos funcionando no lado oriental da Praça do Comércio, para além da multidão de negociantes diariamente aí reunidos, estacionavam à porta também muitos malteses, que exerciam a profissão de cambistas e falavam muitas línguas<sup>367</sup>. O seu domínio sobre esse negócio seria quase total, conforme se depreende duma notícia publicada no jornal «*Diário Lisbonense*», em Junho de 1809, aludindo à dificuldade em informar corretamente acerca dos câmbios, devido às manobras especulativas dos «senhores Malteses, seus companheiros e sócios no tal câmbio»<sup>368</sup>. Porém os «senhores malteses» não dominavam apenas o escambo das moedas, pois Acúrsio das Neves dá-nos conta da sua preponderância no rebate (ou desconto) do papel-moeda (as apólices da dívida pública) — embora os galegos também fossem aqui numerosos —, a tal ponto que começou a dar-se o nome de «malteses» a todos os que se empregavam nessa actividade<sup>369</sup>. Foram ainda mais longe e praticaram também o desconto de letras: uma notícia da «*Gazeta de Lisboa*», de Setembro de 1805, menciona um maltês, Silvério Daly, a quem fora apresentada uma letra falsa para desconto<sup>370</sup>.

Os estabelecimentos de câmbios eram numerosos em Lisboa (e mesmo nas outras praças do país) quando Acúrsio das Neves escreveu as suas «*Variedades*», após as invasões. Mas, a avaliar pelas suas palavras, seriam então relativamente recentes, dado referir a sua inexistência na altura da criação duma caixa de desconto das apólices da dívida pública, em 1800<sup>371</sup>. O início do século XIX teria, assim, assistido à proliferação desses estabelecimentos, o que revela bem a evolução das atividades

<sup>366</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 33, 17 de Agosto de 1790.

<sup>367</sup> *Op. cit.*, p. 34.

<sup>368</sup> *Diário Lisbonense*, N.º. 27, 3 de Junho de 1809.

<sup>369</sup> *Variedades (...)*, tomo II, pp. 175 e 176.

<sup>370</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 39, Seg.º. Supl.º., 28 de Setembro.

<sup>371</sup> *Variedades (...)*, tomo I, p. 175.



bancárias no nosso país. Os portugueses introduziram-se também no negócio: na «*Gazeta*», em 1819, podemos ler o anúncio dum cambista nacional<sup>372</sup>. Parece-nos legítimo, conseqüentemente, considerar essas lojas de câmbios, também dedicadas ao desconto das apólices da dívida pública, como os primeiros estabelecimentos bancários em Portugal.

Finalmente, não podemos encerrar esta descrição das atividades seguradoras e bancárias, sem aludir ao local de Lisboa onde os negociantes se reuniam para ajustar boa parte das operações relativas a essas mesmas atividades, assim como outras do já vasto mundo dos negócios do tempo. Referimo-nos à Bolsa, que então, como já referimos, funcionava no torreão do lado oriental da «Praça do Comércio», nome que o velho e reconstruído «Terreiro do Paço» recebera após o terramoto. O que a linguagem oficial da época pombalina designara «Assembleia dos Negociantes a horas de Praça»<sup>373</sup> não era exatamente uma bolsa de valores como as de hoje. Citámos antes o testemunho de Ruders sobre a permanência dos homens que se dedicavam ao câmbio de moedas, designadamente malteses, tal como aludimos à efetivação de outras operações bancárias nas instalações da bolsa. Sobre estas recorramos novamente a Ratton, que escreve nas suas «*Recordações*»: «...na 2.<sup>a</sup> feira, a horas de praça, era que se regulavão os preços dos cambios, e se negoceavão as letras com as praças estrangeiras»<sup>374</sup>. Estas letras eram as já antigas «letras de câmbio», que, no dizer de um autor que escreveu uma história da bolsa de Lisboa, «continuavam a ser, a seguir às transações com mercadorias, a mais importante negociação da bolsa»<sup>375</sup>. A importância que estas letras assumiam em certas transações é nomeadamente referida por Acúrsio das Neves, que acerca do comércio com os portos asiáticos, um dos poucos que não entrou em declínio depois das invasões francesas, escreve serem essas «negociações» efetivadas em Lisboa com «letras de Inglaterra», na sua maior parte pagas nesse país com os fundos que os negociantes portugueses para lá haviam enviado no tempo das mesmas invasões<sup>376</sup>. Circulavam ainda na bolsa, para além das letras de câmbio, outros papéis de crédito, como os chamados «escritos das alfândegas», que representavam direitos alfandegários a pagar por um determinado importador ou exportador, chamado «assinante»<sup>377</sup>.

Mas a bolsa de Lisboa era acima de tudo, no período de que nos ocupamos, uma bolsa de mercadorias, onde se ajustavam os preços dos produtos exportados e importados<sup>378</sup>. Todavia, durante o consulado pombalino e no reinado de D. Maria I, surgiram duas importantes novi-

<sup>372</sup> Francisco José da Silveira, com casa de câmbios na Rua Nova d'El-Rei. «*Gazeta*», N.º 206, 1 de Setembro.

<sup>373</sup> Justino (David), *História da Bolsa de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 60.

<sup>374</sup> *Op. cit.*, p. 201.

<sup>375</sup> Justino (David), *op. cit.*, p. 62.

<sup>376</sup> *Variedades (...)*, tomo I, pp. 230 e 231.

<sup>377</sup> Justino (David), *op. cit.*, p. 63.

<sup>378</sup> Idem, *ibidem*, p. 62.

dades que vieram reforçar a componente dos «valores» na bolsa, permitindo-lhe alargar o leque das suas atividades nesse domínio. Referimo-nos ao aparecimento, sob o governo de Pombal e por sua iniciativa, de companhias de comércio com o capital dividido em ações suscetíveis de serem negociadas; e, no caso do reinado mariano, o lançamento dos primeiros empréstimos ao Estado sob a forma de «apólices», desde Outubro de 1796, «apólices» admitidas como dinheiro corrente no pagamento de direitos e impostos em certas repartições públicas, e mesmo parte delas, as chamadas «apólices pequenas», admitidas como moeda efetiva, a tal ponto que são consideradas como os primeiros exemplares de papel-moeda em Portugal<sup>379</sup>. Que as acções das companhias (ou «apólices», como também são designadas) eram comumente negociadas, mesmo depois da extinção das duas companhias do comércio com o Brasil e da entrega dos seus fundos a «juntas» encarregadas da sua administração<sup>380</sup>, provam-no anúncios da imprensa da época e outros testemunhos<sup>381</sup>. Quanto ao «rebate» do papel-moeda, já referido, Acúrsio das Neves informa-nos que antes da existência de lojas de «câmbio» «já se empregavam muitos rebatedores pelas esquinas das ruas, e pelas escadas em trocar papel»<sup>382</sup>. Ora, como já vimos na referência do sueco Ruders à bolsa, esta era um dos locais preferidos para os cambistas estanciarem.

### 3 — Agricultura e Indústria.

Jácome Rattou, negociante de origem francesa já aqui referido e citado, escreveu no seu livro de memórias que tomou a certa altura de arrendamento um conjunto de prédios agrícolas sítos na proximidade de Lisboa, embora, como mencionava, «sem nenhuma prática de agricultura». O preço do arrendamento anual, um conto de réis, representava nessa época um importante investimento, ainda que atenuado pela retenção de quatrocentos mil réis para a realização de benfeitorias<sup>383</sup>. O que levava um homem «criado para o comércio», que deste e da indús-

<sup>379</sup> Neves (José Acúrsio das), *Varietades (...)*, tomo II, pp. 157 e 158.

<sup>380</sup> A do «Grão-Pará e Maranhão» foi extinta por decreto de 5 de Janeiro de 1778 e a do «Pernambuco e Paraíba» por decreto de 8 de Maio de 1780: cf. Coelho (José Maria Latino), *op. cit.*, tomo I, Lisboa, 1874, pp. 291 e 295. Os fundos de ambas foram entregues à administração de juntas, integradas por negociantes da praça de Lisboa, que com eles realizaram negócios e distribuíram lucros: cf. *Gazeta de Lisboa*, N.º. 17, Supl.º., 26 de Abril de 1799; *ibidem*, N.º. 25, 21 de Junho de 1803; *ibidem*, N.º. 177, 27 de Julho de 1816; *ibidem*, N.º. 38, 13 de Fevereiro de 1818; *ibidem*, N.º. 128, 1 de Junho de 1819.

<sup>381</sup> Podemos apontar os seguintes «avisos» na «*Gazeta de Lisboa*», publicitando a venda de ações da «Companhia de Pernambuco e Paraíba»: N.º. 32, Supl.º., 15 de Agosto de 1800; N.º. 19, 13 de Maio de 1806; N.º. 36, Supl.º., 12 de Setembro de 1806; N.º. 119, 21 de Maio de 1814. Quando aborda a problemática da mencionada companhia pombalina, Jácome Rattou escreve ter-se desfeito há muitos anos das ações que dela possuía: *op. cit.*, p. 183.

<sup>382</sup> *Varietades (...)*, tomo II, pp. 175 e 176.

<sup>383</sup> *Op. cit.*, pp. 40 e 41.

tria fazia as suas principais atividades e fontes de ganhos, a intrometer-se num sector que lhe era completamente estranho, é por ele claramente explicado: tendo conhecido, ainda jovem, as vicissitudes a que se achavam expostos aqueles que exercitavam o comércio, sem abandonar esta atividade tratou de «firmar um estabelecimento em bens de raiz», que lhe assegurasse e à família «uma subsistência decente em Portugal»<sup>384</sup>. Temos aqui a razão principal que conduziu muitos homens de negócio à realização de empreendimentos no domínio agrícola: é verdade que o comércio podia propiciar habitualmente elevados lucros, mas também era certo que, frequentemente, como consequência de «vicissitudes» várias, podiam minguar os ganhos e até mesmo ocorrerem perdas significativas. A melhor maneira de precatar-se dos azares da fortuna era, pois, para o negociante ou mercador, tratar de angariar bens de raiz, ainda que arrendados. Prédios urbanos, sem dúvida, mas também terras de cultivo, numa sociedade onde a posse destas era também um fator de prestígio e numa economia onde a agricultura era, de longe, a principal atividade em termos de produção e efetivos.

Jorge Pedreira, analisando a lista de bens de vários negociantes lisboetas, detetou a existência de propriedades agrícolas no património de muitos deles, quer dos mais abastados quer até dos mais modestos<sup>385</sup>. Decerto algumas dessas propriedades teriam, para os seus donos, uma finalidade mais lúdica do que propriamente económica, à semelhança da quinta de Benfica do rico negociante inglês Gerard Devisme, que o nosso já conhecido sueco e clérigo luterano Ruders visitou, mais jardim do que terra de cultivo; Devisme vendê-la-ia a um nobre português, o Marquês de Abrantes, por trinta mil cruzados, doze contos de réis, ao retirar-se para o seu país, mas, segundo dizia, essa importância seria uma bagatela comparada com o dinheiro que nela teria gasto<sup>386</sup>. Mas não seria o caso da maior parte: mesmo um negociante riquíssimo como era Joaquim Pedro Quintela, uma das maiores fortunas do tempo em toda a Europa, arrecadava proventos do cultivo das suas explorações agrícolas, como o dava a entender o leilão dos vinhos nelas produzidos, cuidadosamente selecionados por colheitas<sup>387</sup>. Quintela tinha também uma vasta residência de campo nos arredores de Lisboa, numa quinta cujo carácter lúdico era evidente para os visitantes<sup>388</sup>, mas isso não o impedia de tirar o proveito possível das suas outras propriedades.

Jorge Pedreira sustenta que as propriedades agrícolas dos negociantes «produziam rendimentos relativamente baixos», não chegando muitas vezes os ingressos para cobrir as despesas. Tira esta conclusão

---

<sup>384</sup> *Ibidem*.

<sup>385</sup> *Os negociantes de Lisboa...*, pp. 376 a 386.

<sup>386</sup> *Op. cit.*, pp. 48, 49 e 132.

<sup>387</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 4, Supl.º., 30 de Janeiro de 1807.

<sup>388</sup> Era a Quinta das Laranjeiras, em cujos terrenos se acha hoje instalado o Jardim Zoológico. *Diário de William Beckford...*, p. 162.

com base em dois exemplos<sup>389</sup>, o que nos parece manifestamente pouco para generalizar. É provável que isso se verificasse nas propriedades destinadas a vilegiatura, cujo investimento, como afirma, tinha «finalidades simbólicas», permitindo «uma demonstração social das fortunas mercantis e do padrão de vida que elas proporcionavam»<sup>390</sup>. Mas o grau de empenhamento de alguns homens de negócio na atividade agrícola era de tal ordem, que podemos ler num «aviso» da «*Gazeta de Lisboa*» um deles intitular-se «negociante da praça de Lisboa e lavrador de Ribatejo», caso que não seria provavelmente único<sup>391</sup>. Podemos acrescentar-lhe vários outros exemplos significativos. João Pereira Caldas, um dos maiores negociantes do Reino, contratador do tabaco, tinha um vasto património de terrenos agrícolas e florestais, espalhados pelo Ribatejo e Estremadura. Eram mais de cem parcelas valendo a importância muito considerável para o tempo de mais de cem contos de réis, correspondendo a quarenta por cento dos seus bens de raiz<sup>392</sup>. É pouco crível que mantivesse essa grande soma de bens para somente obter poucos resultados. A prova de que não era assim está no facto de os pinhais e matas anexos às suas quintas e fazendas serem também uma valiosa fonte de rendimento: João Pereira Caldas anunciava em 1806 um leilão de toros de pinho, provenientes dos seus pinhais na freguesia da Amora, concelho de Almada<sup>393</sup>. O aproveitamento da madeira das árvores e a sua venda em leilão denunciavam claramente uma gestão das propriedades apostando na maximização dos ganhos. Não é crível também que outro negociante lisboeta, Domingos de Bastos Viana, com uma quinta no Cadaval que produzia mais de 200 pipas de vinho e lezírias no Ribatejo onde pastavam numerosas cabeças de gado, além dum olival e hortas<sup>394</sup>, não detivesse este património senão com o fito de tirar dele o máximo proveito. O mesmo se poderá dizer de um Manuel Joaquim Rebelo, proprietário de uma quinta em Alverca, provida de «casas com todas as Oficinas necessárias», com pomares de espinho e de caroço, rebanho de ovelhas e produzindo em abundância cereais, vinho e azeite<sup>395</sup>. Ou ainda o caso de um Francisco Higinio Dias Pereira, negociante da capital como o anterior, possuidor de duas quintas em Ranholas, junto a Sintra, com pomares, oliveiras e «casas competentes», e onde a função utilitária das terras agrícolas nos aparece claramente separada da função lúdica, de vilegiatura, de «umas casas nobres com todas as acomodações necessárias, e jardim»<sup>396</sup>. De onde se depreende que estes negociantes citadinos

<sup>389</sup> *Os negociantes de Lisboa...*, p. 385.

<sup>390</sup> *Ibidem*.

<sup>391</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 30, 29 de Julho de 1806.

<sup>392</sup> Pedreira (Jorge Miguel), *Os negociantes de Lisboa...*, pp. 377 e 378.

<sup>393</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 14, 8 de Abril de 1806.

<sup>394</sup> *Ibidem*, N.º. 45, 22 de Agosto de 1795; *ibidem*, N.º. 27, 9 de Julho de 1796; *ibidem*, N.º. 36, 10 de Setembro de 1796.

<sup>395</sup> *Ibidem*, N.º. 28, 13 de Julho de 1799; *ibidem*, N.º. 35, 27 de Agosto de 1799.

<sup>396</sup> *Ibidem*, N.º. 50, Seg.º. Supl.º., 15 de Dezembro de 1804; *ibidem*, N.º. 48, Seg.º. Supl.º., 6 de Dezembro de 1806.

sabiam muito bem juntar o rendimento agrícola das terras em que investiam com o prazer que uma estada no campo lhes podia proporcionar.

Muitos dos negociantes estrangeiros que aqui residiam, particularmente os mais abastados, tinham também propriedades agrícolas cujas finalidades principais não seriam o descanso e recreio dos seus donos. Jorge Dohrman de Garon, natural dos Países Baixos<sup>397</sup>, era detentor dum património agrícola que incluía uma quinta — ou quintas, como se dizia noutros anúncios — no sítio da Apelação, perto de Frielas, avaliada na soma, muito considerável para a época, de seis contos de réis<sup>398</sup> e ainda outra no termo de Torres Vedras<sup>399</sup>. Do leilão que se fez dos seus bens, depreende-se que vendia vinhos, aguardentes e vinagres dessas propriedades, nomeadamente «vinhos finos»<sup>400</sup>. Daqui não proviria o grosso dos seus rendimentos, pois Jorge Dohrman também foi industrial, como adiante veremos, e dedicou-se ao comércio dos mais variados artigos, desde pregos e couros até açúcar, fazendas da Índia e madeiras do Brasil<sup>401</sup>. Ele é mais um exemplo do espírito de iniciativa, traduzido numa multiplicidade de empreendimentos, que caracterizava os mais dinâmicos elementos das comunidades mercantis da época, quer fossem portuguesas ou estrangeiras, sempre à espreita de oportunidades de negócio e lucros.

Razões que tinham que ver com essas oportunidades de obtenção de lucros para além das triviais transações comerciais explicam também um forte empenhamento de muitos negociantes no sector industrial. Desde os anos finais do reinado de D. José que as atividades industriais conheceram um notável impulso. O último quartel do século XVIII e mesmo os primeiros anos do novo século assistiram a uma «euforia de produção», nas palavras de um consagrado investigador da história industrial da época<sup>402</sup>. A política de industrialização pombalina, que fundamentalmente terá sido uma resposta às dificuldades económicas surgidas na

---

<sup>397</sup> Não temos nenhuma informação sobre a nacionalidade deste negociante, mencionado na lista dos negociantes estrangeiros em Lisboa do *Almanach* para 1790. Mas houve um outro Dohrman, Jacob de seu nome próprio, que foi Cônsul Geral da Holanda em Portugal (cf. *Almanach* para 1803, p. 420) e grande consignatário de mercadorias no porto de Lisboa (ver tabelas). E num anexo a um ofício do Cônsul Geral dos Países Baixos em Portugal, com data de 11 de Março de 1824, aparece como natural dessa nação um Jacob Dohrman, em sociedade com Herolds Bohlmann. Vinte anos depois é o mesmo negociante? Não sabemos, mas parece-nos plausível que todos os Dohrman tivessem a mesma nacionalidade e fossem mesmo parentes. Cf. A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 61, n.º 120.

<sup>398</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º 20, Supl.º, 18 de Maio de 1798.

<sup>399</sup> *Ibidem*, N.º 4, 24 de Janeiro de 1797; *ibidem*, N.º 23, Seg.º Supl.º, 11 de Junho de 1796.

<sup>400</sup> *Ibidem*.

<sup>401</sup> Artigos que aparecem nos leilões efetuados após a sua ausência, para pagamento dos credores: cf. *ibidem*, N.º 28, Supl.º, 15 de Julho de 1796; *ibidem*, N.º 46, 15 de Novembro de 1796; *ibidem*, N.º 5, Seg.º Supl.º, 3 de Fevereiro de 1798; *ibidem*, N.º 9, Supl.º, 4 de Março de 1803.

<sup>402</sup> Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 231.

década de 1760<sup>403</sup>, possibilitou tanto a criação de novas indústrias como o desenvolvimento de outras já existentes. Assente num acentuado protecionismo estatal, traduzido na concessão de vários exclusivos, em subsídios e empréstimos da fazenda pública, em isenções de impostos e direitos sobre a importação de matérias-primas — para além das tradicionais barreiras alfandegárias e da intervenção direta da Coroa na fundação de fábricas<sup>404</sup> —, essa política sofreu algumas modificações no reinado seguinte, onde é visível a influência das concepções da «fisiocracia» e mesmo do liberalismo económico, com a condenação dos monopólios e a defesa das virtualidades da concorrência<sup>405</sup>. Mas, embora oficialmente se considerasse que «o único meio de promover o consumo das manufaturas nacionais é a comodidade dos seus preços em relação aos dos estrangeiros»<sup>406</sup>, não se abandonou completamente a adoção de privilégios de ordem vária em relação a novos investimentos industriais, sempre que o seu interesse e as circunstâncias o impusessem. Adiante teremos ocasião de apresentar alguns exemplos. E beneficiando dum contexto favorável muitas foram as fábricas que continuaram a surgir, assistindo-se também à renovação ou ampliação de diversas das que haviam sido fundadas sob o impulso pombalino.

Boa parte da produção destinava-se a abastecer o Brasil e as tabelas da exportação de artigos manufaturados nacionais para essa colónia (e, em menor escala, para as outras possessões) documentam claramente o surto industrial então verificado<sup>407</sup>. A grande colónia americana, que, com o processo da mineração do ouro e dos diamantes, conheceu um notável desenvolvimento durante o século XVIII, permitia assim alargar o pequeno e débil mercado interno português, propiciando em boa medida o nosso desenvolvimento fabril. Obviamente que, dispondo os negociantes duma parcela considerável dos capitais móveis, foi relevante a sua participação nesse esforço de industrialização. Diversos homens de negócio, com particular destaque para os de Lisboa, fundaram manufaturas, tomaram conta de estabelecimentos fabris do Estado ou participaram com vultosos capitais nalguns dos mais importantes empreendimentos no domínio da indústria.

Um bom exemplo dessa participação encontra-se numa das indústrias que mais se desenvolveu no período em causa, a da estampanaria. Jorge Pedreira, que estudou o caso desta indústria, detetou como principais protagonistas da sua criação e desenvolvimento negociantes, tanto nacionais como estrangeiros. Entre 1775 e 1831, metade dos empresários de estampanaria de Lisboa e regiões vizinhas eram negociantes, isolados ou em sociedades<sup>408</sup>. Numa lista de proprietários de fábricas de estampanaria

403 Idem, *ibidem*, pp. 187, 188, 189 e 200; *A Situação Económica (...)*, pp. 127 a 129.

404 Idem, *ibidem*.

405 Idem, *Problemas de História da Indústria (...)*, pp. 223 e 224.

406 Idem, *ibidem*.

407 Neves (José Acúrsio das), *Memória Sobre os Meios (...)*, pp. 46 e 47.

408 Pedreira (Jorge Miguel), *Indústria e negócio: a estampanaria da região de Lisboa*, in *Análise*

existente no cartório da Junta do Comércio, presumivelmente do início de 1805, é possível detetar pelo menos oito negociantes ou sociedades de negociantes, sendo dois estrangeiros, num total de quarenta nomes<sup>409</sup>. Entre os nacionais figurava a sociedade de Bento José Pacheco, e Filhos, que, como veremos no capítulo seguinte, era uma das mais importantes da praça de Lisboa<sup>410</sup>.

No Porto, também a participação dos homens de negócio nas atividades fabris era relevante. Numa lista de trinta e três fabricantes que antes das invasões fizeram donativos ao Estado, onze eram negociantes que figuravam nas listas do «*Almanach*», explorando designadamente indústrias têxteis (lanifícios, tecidos de algodão e seda e estampanaria), o fabrico de chapéus, louça e sola. Entre eles encontrava-se uma sociedade de estrangeiros, «Bernardo Clamouse, Brown e Companhia», com uma fábrica de fiação, tecidos e estampanaria. Coube-lhe, de resto, o maior donativo — oitocentos mil réis —, logo seguida por outros dois nomes do comércio, Manuel Mendes de Moraes e Castro e Companhia, «fabricantes de galões e fios de ouro», e Caetano José dos Santos, dono de uma fábrica de loiças — ambos com seiscentos mil réis<sup>411</sup>.

A fábrica explorada pela firma de Bernardo Clamouse remete-nos para uma realidade que tinha tradições na sociedade portuguesa. Encontramos vários estrangeiros envolvidos nos mais diversos sectores industriais — e vários, como os Clamouse e os Browne, aqui se radicando e naturalizando<sup>412</sup> — reforçando o que já foi escrito no capítulo I sobre a contribuição positiva de gente de negócios forasteira para o desenvolvimento económico português. Homens de negócio como o francês Lecussan Verdier, com uma fábrica de fiação de algodão em Tomar, empreendimento lançado em associação com outro francês, o já mencionado Jácome Rattton, há muitos anos estabelecido em Portugal e entretanto naturalizado<sup>413</sup>, o holandês Jorge Dohrman de Garon, também já citado, com uma fábrica de tecidos de algodão e seda no sítio da Apelação<sup>414</sup> e outra de estampanaria em Alhos Vedros<sup>415</sup>; o inglês Jorge Thomaz Bulkeley, com uma fábrica de trefilaria em Marvila, Lisboa<sup>416</sup>; e

---

*Social*, vol. XXVI (112-113), 1991, pp. 544 a 548.

<sup>409</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 27, documento sem data que certos indícios permitem apontar para a data referida.

<sup>410</sup> Eram proprietários de uma fábrica de estampanaria de chitas no então subúrbio lisboeta de Alcântara, cuja exploração, todavia, arrendavam. Cf. *Gazeta de Lisboa*, N.º 47, 19 de Novembro de 1793.

<sup>411</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 27, «*Relação das quantias que oferecerão os Fabricantes abaixo declarados estabelecidos na cidade do Porto, e seus suburbios, para se proceder na sua cobrança, e remessa.*» Documento sem data.

<sup>412</sup> Assunto tratado no cap.º I.

<sup>413</sup> Rattton (Jácome), *op. cit.*, pp. 16, 17, 32, 33, 34, 35 e 36.

<sup>414</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º 5, Seg.º. Supl.º., 3 de Fevereiro de 1798.

<sup>415</sup> *Ibidem*, N.º 27, 3 de Julho de 1798.

<sup>416</sup> *Ibidem*, N.º 41, Seg.º. Supl.º., 12 de Outubro de 1793; *ibidem*, N.º 34, Seg.º. Supl.º., 30 de Agosto de 1794.

João Cristóvão Feneckensieper, presumivelmente alemão, com fábrica de pregos nos Olivais, então subúrbio de Lisboa<sup>417</sup>.

Dos negociantes portugueses ou naturalizados, Jácome Rattton é um bom exemplo do profundo empenhamento de muitos em vários empreendimentos nacionais. Associado a Verdier na referida fábrica de Tomar, foi obrigado a retirar-se devido a incompatibilidades com o sócio<sup>418</sup>. Mas Rattton empreendeu outras iniciativas fabris. Após um projeto falhado de instalação de uma fábrica de estampania de chitas nos arredores de Lisboa, que o levou mesmo a recrutar na Suíça operários especializados nessa atividade<sup>419</sup>, fundou em Elvas com sucesso uma fábrica de chapéus finos, que viria a vender em 1785; tendo, na mesma altura, adquirido uma fábrica idêntica em Lisboa<sup>420</sup>. Posteriormente viria ainda a envolver-se, em 1806, numa tentativa de criação de uma empresa de fiação na vila minhota da Barca, numa quinta propriedade de António de Araújo de Azevedo, então secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A fábrica chegou a laborar, mas, à semelhança do que sucedeu a muitas outras, foi obrigada a suspender a atividade em consequência do tratado celebrado com o Reino Unido em Fevereiro de 1810<sup>421</sup>.

As informações que Rattton presta sobre um dos seus empreendimentos, a fábrica de fiação de Tomar, permitem-nos conhecer o montante de investimentos que exigiam: quando se deu o desaguisado entre ele e Verdier e a conseqüente separação, a casa de Rattton havia já desembolsado 150.000 cruzados, qualquer coisa como sessenta contos de réis, enquanto o outro sócio despendera quarenta contos<sup>422</sup>. Eram importâncias muito elevadas para a época e que permitem perceber a participação dos negociantes em certas atividades industriais: em muitos casos somente eles possuíam os capitais necessários.

Por tudo isto não pode surpreender-nos que também os grandes magnatas da praça de Lisboa tivessem intervindo na fundação ou exploração de diversas fábricas, quando a sua principal fonte de rendimento provinha dos grandes contratos régios que haviam arrematado, com particular saliência para o do tabaco. De facto, desde Pombal que as grandes fortunas da área dos negócios tinham a sua origem na exploração dos contratos dos mais rendosos monopólios régios, onde sobressaía pelos montantes envolvidos e lucros que proporcionava o do produto referido. É matéria que abordaremos detalhadamente no capítulo seguinte. Mas os contratadores desses monopólios não enjeitavam nenhuma outra possibilidade de ganho e até a mudança de orientação da política económica e industrial ocorrida no reinado de D. Maria I jogou a

<sup>417</sup> *Ibidem*, N.º 52, Seg.º. Supl.º., 29 de Dezembro de 1792.

<sup>418</sup> Rattton (Jácome), *op. cit.*, pp. 16, 17.

<sup>419</sup> *Ibidem*, pp. 27 e 28.

<sup>420</sup> *Ibidem*, pp. 31 e 32.

<sup>421</sup> *Ibidem*, pp. 37 a 40; ocupar-nos-emos em pormenor dos efeitos deste tratado no último capítulo da obra.

<sup>422</sup> *Ibidem*, p. 36.



favor da sua intromissão no sector industrial. Foi assim que, em 1788, quando a Coroa decidiu transferir a exploração das maiores fábricas de lanifícios de um organismo estatal, a Junta das Fábricas, para as mãos de particulares, homens de negócio como Anselmo José da Cruz Sobral, Geraldo Venceslau Braancamp, Joaquim Pedro Quintela, Jacinto Fernandes Bandeira, António Francisco Machado, António José Ferreira e o doutor Luís Machado Teixeira assumiram esse encargo através de duas sociedades: os dois primeiros integraram a «Sociedade da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre» e os restantes a «Sociedade das Reais Fábricas de Lanifícios da Covilhã e Fundão»<sup>423</sup>. Ambas as sociedades foram constituídas por doze anos, conforme estipulavam os alvarás que as autorizavam<sup>424</sup>.

Entre esses nomes, cinco — Anselmo Sobral, Geraldo Braancamp, Jacinto Bandeira, Joaquim Pedro Quintela e António Francisco Machado — foram contratadores do tabaco desde Janeiro de 1792<sup>425</sup>, sendo que o primeiro já o era anteriormente<sup>426</sup>. António José Ferreira foi, com Quintela, contratador do «azeite de peixe e barba de baleia»<sup>427</sup>. Quintela foi, desde 1792, o único contratador dos diamantes<sup>428</sup>, enquanto Jacinto Fernandes Bandeira se apoderou do contrato do pau-brasil nesse mesmo ano<sup>429</sup>. As fábricas que receberam, segundo as palavras autorizadas de Acúrsio das Neves, eram lucrativas<sup>430</sup>. Ratton, que se refere aos sócios como «homens, riquíssimos por herança, e por contratos reais», acusa-os de tratarem as fábricas de lanifícios como «objetos de pouca monta», não lhe constando que «as fossem visitar, nem que as melhorassem, ou aumentassem a fabricação», contentando-se «com o lucro certo no monopólio do fornecimento de panos para a tropa»<sup>431</sup>.

Se o investimento nos lanifícios, a acreditar em Ratton e Acúrsio das Neves, não implicaria riscos e teria antes assumido a feição de favoritismo do poder e negócio rendoso, a verdade é que alguns dos negociantes que nele participaram investiram também noutros empreendimentos industriais de raiz. Em 1802, alguns dos nomes acabados de citar, concretamente Joaquim Pedro Quintela, Jacinto Fernandes Bandeira, António José Ferreira e António Francisco Machado, integraram duas novas sociedades, uma destinada à fiação de sedas e outra ao fabrico de

<sup>423</sup> Neves (José Acúrsio das), *Variedades (...)*, tomo II, p. 23; «*Almanach*» para o ano de 1790, p. 299.

<sup>424</sup> O da fábrica de Portalegre datava de 29 de Março de 1788; o das fábricas da Covilhã e Fundão de 3 de Junho do mesmo ano. Cf. *Ibidem, ibidem*.

<sup>425</sup> «*Almanach*» para o ano de 1792, pp. 333 e 334.

<sup>426</sup> *Ibidem* para o ano de 1790, pp. 298 e 299.

<sup>427</sup> *Ibidem*, p. 299.

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 334; «*Almanach*» para os anos seguintes.

<sup>429</sup> A.N.T.T., *Colecção Conselho da Fazenda, Cartório da Casa da Índia*, n.º 1603, *Livro da receita dos contratadores*, ano de 1802.

<sup>430</sup> A de Portalegre dera de lucro 56.954\$289 réis; a da Covilhã 18.873\$420 réis. Cf. *Variedades (...)*, tomo II, p. 231.

<sup>431</sup> Monopólio extensivo aos criados da Casa Real. Cf. *Recordações (...)*, pp. 202 e 203.

papel: a «Real Companhia de Cultura de Amoreiras, Criação dos Bichos da Seda, e das Fiações, e Torcidos das Sedas»<sup>432</sup> e a «Sociedade da Real Fábrica de Papel»<sup>433</sup>. Bandeira foi o único a participar nas duas, nelas aparecendo como sócios outros grandes magnatas da época, como Gaspar Pessoa Tavares e Carlos Francisco Prego, na das sedas, Geraldo Venceslau Braancamp, José Pinheiro Salgado, João Pereira Caldas e Francisco Manuel Calvet na do papel<sup>434</sup>.

Qualquer das fábricas em que estes homens investiram documenta bem o grau de intervencionismo do Estado na atividade industrial, apesar das novas ideias económicas que emergiram em finais do século XVIII. Já mencionámos os exclusivos das fábricas de lanifícios, aliás fundadas pela Coroa e sua propriedade até à decisão de 1788: a fábrica de papel de Alenquer foi criada por iniciativa do governo, conforme noticiou a «*Gazeta*» em Setembro de 1802<sup>435</sup>, mais propriamente, a acreditar em Ratton, por iniciativa do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>436</sup>, a companhia da seda beneficiou dum claro protecionismo da Coroa, que chegou a estabelecer prémios para as pessoas que mais se distinguissem na plantação de amoreiras e criação de casulos<sup>437</sup>.

---

<sup>432</sup> Concedida por alvará de 6 de Janeiro de 1802: cf. *Gazeta de Lisboa*, Nº. 5, Suplº., 5 de Fevereiro de 1802, e «*Almanach*» para o ano de 1802, p. 421.

<sup>433</sup> Estabelecida em Alenquer, foi criada por Decreto de 15 de Julho de 1802, tendo um alvará de 2 de Agosto do mesmo ano aprovado as condições acordadas com os associados para levantar o edifício e estabelecer a fábrica: cf. *Gazeta de Lisboa*, Nº. 37, 14 de Setembro de 1802, e «*Almanach*» para o ano de 1803, p. 426.

<sup>434</sup> Qualquer destes nomes é, nomeadamente, referido no estudo de Jorge Pedreira já citado como pertencendo à oligarquia dos negociantes da praça de Lisboa: cf. *Os homens de negócio (...)*, pp. 155 a 190. Outros sócios eram João António Lopes Fernandes, Joaquim Pereira de Almeida e João da Silva Mendes, na companhia das sedas, e Pedro Bettamio na do papel. Nesta última, antes de Geraldo Braancamp foi sócio Sebastião Sobral, filho de Anselmo José da Cruz Sobral e desembargador, que pouco tempo sobreviveu ao pai. Braancamp acabou por herdar a fortuna Sobral, por via da mulher, filha de Anselmo José.

<sup>435</sup> *Gazeta de Lisboa*, Nº. 37, 14 de Setembro de 1802.

<sup>436</sup> *Recordações (...)*, p. 128.

<sup>437</sup> *Gazeta de Lisboa*, Nº. 5, Suplº., 5 de Fevereiro de 1802. A avaliar por duas notícias da mesma «*Gazeta*», um dos objetivos da nova companhia era o restabelecimento da criação e fabrico da seda na região de Bragança, onde anos antes a atividade florescera: cf. Nº. 49, Suplº., 10 de Dezembro de 1802; *ibidem*, Nº. 8, Suplº., 25 de Fevereiro de 1803. A companhia estabeleceu também caldeiras de fiação à «piemontesa» em Lisboa, no Passeio Público: cf. *ibidem*, Nº. 36, Suplº., 9 de Setembro de 1803.

# CAPÍTULO III

## OS GRANDES NEGOCIANTES E A SUA IMPORTÂNCIA ECONÓMICA.

### 1 — A existência de grandes negociantes portugueses e a sua importância no contexto nacional e europeu.

Apesar da importância que os negociantes estrangeiros continuaram a ter na nossa estrutura económica, os últimos decénios do século XVIII, como já vimos, assistiram ao reforço, em número e capacidade, dos nossos grupos mercantis. E dentro deles, dominando a vida económica do tempo, surgiu um grupo de grandes negociantes a que podemos chamar, com absoluta propriedade, a grande burguesia portuguesa da época.

Esses grandes negociantes não eram muito numerosos. Jorge Pedreira, que estudou em pormenor os negociantes lisboetas, baseando-se no exame de alguns patrimónios, em documentação de origem fiscal e no apuramento do seu contributo para o financiamento do Estado, constatou que um grupo restrito de grandes capitalistas e homens de negócio, representando apenas dois ou três por cento do conjunto, suportava perto de vinte por cento dos tributos sobre a classe<sup>438</sup>. Os cinco por cento mais opulentos arcavam com trinta por cento das contribuições e os dez por cento mais coletados pagavam quase metade (43%)<sup>439</sup>. A sua análise levou à conclusão da existência de uma profunda disparidade de fortunas e meios financeiros entre os negociantes da capital. Somente cinco por cento dos negociantes concentrariam mais de um terço da riqueza (35%)<sup>440</sup>.

Há vários meios de apurar quem eram e quantos eram os grandes negociantes do período que aqui estudamos, e não só de ordem patrimonial ou fiscal. Num estudo que publicámos em 1981, privilegiávamos quatro fontes para atingir esse desiderato: 1) os nomes dos contratadores dos monopólios estatais, dos diretores e sócios das companhias privilegiadas, bem como dos diretores e sócios das companhias de seguros surgidas a partir da década de 1790; 2) a lista dos prováveis acionistas do estabelecimento bancário projetado, em 1797, pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho; 3) várias listas de donativos oferecidos por gente grada para as chamadas «urgências públicas» e despesas de guerra, desde o início do século XIX e até ao termo das guerras napoleónicas; 4)

---

<sup>438</sup> «Os homens de negócio (...)», p. 145.

<sup>439</sup> *Ibidem*.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 148.

as listas dos empréstimos para o resgate dos cativos e para a conclusão da paz com a Regência de Argel, de 1812 e 1813<sup>441</sup>. A estes elementos acrescentamos agora um outro, relativo aos negociantes lisboetas, e muito esclarecedor da sua capacidade económica num momento crucial da história portuguesa do século XIX: a lista dos contribuintes para o empréstimo forçado decretado por Junot para a praça de Lisboa, em Dezembro de 1807<sup>442</sup>. Momento crucial porque no mês seguinte, com a chegada do Príncipe Regente ao Brasil, seria decretada a abertura dos portos da colónia ao comércio de todas as nações amigas, o que poria termo ao regime do «Pacto Colonial», alicerce de toda a prosperidade comercial que até então se vivera. As consequências que a partir daí se farão sentir afetarão muitos negociantes portugueses: aos prejuízos provocados pelas invasões somar-se-á a perda da posição de privilégio que desfrutavam relativamente ao mercado brasileiro. Por outro lado, as importâncias a pagar por cada um foram fixadas por uma junta composta de negociantes e nas circunstâncias que então se viviam no nosso país, ocupado por forças estrangeiras e sujeito a um poder que se revelou despótico, dificilmente deixariam de corresponder às efetivas capacidades económicas de todos os que foram tributados.

Há ainda outros factos importantes que mostram que uma pequena oligarquia de negociantes tinha consciência da sua superioridade sobre os demais, agrupando-se em certas alturas em função da riqueza que os distinguia dos colegas mais modestos. Assim, num exemplo significativo do que afirmamos, uma notícia publicada na «*Gazeta de Lisboa*», em 10 de Janeiro de 1797, rezava o seguinte no seu início: «No dia 4 do corrente mês de Janeiro apresentaram a S.M. Joaquim Pedro Quintella, Anselmo José da Cruz Sobral, Jacinto Fernandes Bandeira, Geraldo Venceslau Braancamp de Almeida Castel Branco, João Rodrigues Caldas, João Roque Jorge e Filhos, António Francisco Machado, Gaspar Pessoa Tavares, José Pinheiro Salgado, João António Pereira, Paulo Jorge e Filhos, Miguel Lourenço Peres, José Pereira de Sousa Caldas, António Martins Pedra, Jerónimo Ribeiro Neves, e Bento José Pacheco e Filhos, os quais todos são os principais, e mais distintos Negociantes da Praça de Lisboa, uma representação, na qual, depois de mostrarem o zelo, interesse, e desvelo que lhes deve o Real Serviço, concluem com as seguintes expressões, em que demonstram a sua lealdade e amor patriótico (...)»<sup>443</sup>.» A entrega desta representação, que fundamentalmente visava oferecer à Coroa um possível auxílio financeiro, sob a forma de donativos ou empréstimo, tem de ser compreendida num contexto internacional muito complicado para Portugal: a Espanha aproximara-se da França, com quem celebrou o Tratado de Basileia (22 de Julho de 1795), e deixara o nosso país dependente da proteção britânica e numa situação perigosa,

<sup>441</sup> *História*, n.º. 29, Março de 1981, p. 14.

<sup>442</sup> *Observador Portuguez, Historico, e Politico de Lisboa* (...), pp. 89 a 97.

<sup>443</sup> N.º. 2; ortografia atualizada.

que viria a desfechar na «Guerra das Laranjas» de 1801. Perante a necessidade de um reforço dos meios militares e consequente acréscimo das receitas do Estado, esses negociantes propunham-se, enfaticamente, oferecer as suas fortunas e até «as suas próprias vidas» se a tanto pedisse a defesa da Nação e a segurança da Coroa.

Nestes dezasseis nomes falta um negociante que referimos já, a vários propósitos, como um dos mais empreendedores da praça de Lisboa, António José Ferreira, que no início do século XIX entrará para o contrato do tabaco, só acessível a grandes capitalistas. Talvez este último facto explique a sua ausência do grupo dos magnatas: lembremos a data da representação, 1797.

Escrevendo mais de vinte anos depois da publicação desta notícia, numa época em que a economia portuguesa era afetada por fatores muito negativos, com o esboroar do sistema do «Pacto Colonial» e a concorrência dos produtos britânicos, Adien Balbi teceu no seu «*Essai*» as seguintes considerações sobre o nosso comércio e os nossos negociantes: «A partir das informações exatas que recolhemos nos lugares, interrogando os negociantes estrangeiros e portugueses mais ricos e instruídos de Lisboa e Porto, podemos também assegurar que mais de cinco sextos do comércio de Portugal são feitos por casas portuguesas, algumas das quais têm fortunas tão consideráveis, que quando muito se poderia encontrar-lhes iguais em Inglaterra, na Holanda, na Hungria, na Rússia, em Espanha, em Hamburgo e em Paris. As mais ricas casas portuguesas de Lisboa são: Quintella, Bandeira, Sampaio, Caldas, Machado, Braancamp, Ferreira, Araújo, Pacheco, Franco, Monteiro e Silveira. Algumas retiraram-se do comércio, mas todas elas possuem capitais de vários milhões de cruzados. Assegura-se que Quintella tem uma fortuna de mais de 18.000.000 de cruzados. Há também diversas casas muito ricas no Porto. As de Luís e José Martins da Costa e de Maya e Companhia passam por ter uma riqueza superior a um milhão de cruzados; as da viúva de Souto Freitas e Filhos, e da viúva Fernandes Alves, estima-se aproximarem-se de um milhão. Depois destas as mais consideráveis são as de Francisco José de Barros Lima, António Joaquim de Carvalho, Manoel José Leal e irmão, Salvador Francisco Braga e filhos, A. e F. Vanzeller, Vanzeller e companhia, etc., etc...» Embora logo a seguir, e a título de prevenção, acrescente: «É preciso entretanto prevenir que não há dados seguros sobre este assunto, e circulam em Portugal as opiniões mais diversas e mais exageradas sobre a riqueza das principais casas de comércio, como nós próprios tivemos ocasião de prová-lo pedindo a lista a várias pessoas a respeito duma ou doutra. Detivemo-nos nos nomes acima mencionados, porque se encontram em todas as listas que nos foram entregues»<sup>444</sup>. Nos nomes das casas de comércio que indica para Lisboa revela-se uma certa continuidade das grandes firmas, num espaço temporal superior a vinte anos: seis delas —

<sup>444</sup> *Op. cit.*, tomo 1º., p. 441. Tradução do francês.

Quintella, Bandeira, Caldas, Machado, Braancamp e Pacheco – estavam representadas na comissão de negociantes mencionada na notícia de 1797. E todos os outros apelidos referidos por Balbi podem encontrar-se nas listas de negociantes do «*Almanach*» e noutras fontes, até à ocupação francesa; apenas a casa Sampaio (Henrique Teixeira de) foi um produto do período pós invasões<sup>445</sup>.

Se analisarmos a lista dos contribuintes para o empréstimo imposto pelo ocupante francês em Dezembro de 1807, é possível constatar que três nomes se destacam claramente pela importância em que são coletados, trinta e dois contos de réis, valor muito elevado para o tempo: Quintela, um dos membros da família Caldas, o desembargador António Rodrigues Caldas, e Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, que entretanto havia sucedido ao tio, Jacinto Fernandes<sup>446</sup>. A seguir a este trio surgem dois nomes com vinte contos, Geraldo Venceslau Braancamp e um tal Manuel José Sarmento, de quem não conseguimos encontrar qualquer referência a atividades desenvolvidas na área dos negócios, mas seguramente capitalista de peso para ser coletado em tamanha soma<sup>447</sup>. Com dezasseis contos foram taxados Francisco António Ferreira, sucessor de António José Ferreira, entretanto falecido, e Gaspar Pessoa Tavares, enquanto António Francisco Machado integrava um grupo de cinco elementos coletados em doze contos<sup>448</sup>. Um grupo de trinta e nove nomes ultrapassava a quantia de cinco contos de réis, num total de duzentos e trinta e quatro indivíduos e firmas. Nesses trinta e nove figuravam os nomes de Paulo Jorge e Filhos e Francisco e Hermano Vanzeller, com dez contos de réis, Bento José Pacheco e Filhos, com 7.500\$000 réis, António Martins Pedra, José Bento de Araújo, José Nunes da Silveira e Manuel da Silva Franco, com seis contos<sup>449</sup>. Temos aqui todos os nomes apontados por Balbi, com a já justificada ausência de Sampaio; quanto a Monteiro, pensamos tratar-se da sociedade José Caetano Monteiro e Comp<sup>a</sup>, coletada em quatro contos, a mesma quantia atribuída a Jerónimo Ribeiro Neves e à Viúva de Miguel Lourenço Peres e seus filhos, dois dos nomes da comissão de 1797<sup>450</sup>. Relativamente aos nomes desta, registre-se ainda a coleta da viúva de José Pinheiro Salgado, em dois contos<sup>451</sup>.

A lista de contribuintes para os empréstimos destinados ao resgate dos cativos e à conclusão da paz com a Regência de Argel<sup>452</sup> dá indica-

<sup>445</sup> Ver, por exemplo, a lista de contribuintes do empréstimo forçado de Dezembro de 1807, in *Observador Portuguez, Historico, e Politico de Lisboa (...)*, pp. 89 a 97.

<sup>446</sup> *Ibidem*.

<sup>447</sup> Não aparece em qualquer das listas de negociantes do «*Almanach*» desses anos, nem conhecemos qualquer participação sua nos vários empreendimentos económicos do período em causa.

<sup>448</sup> *Observador Portuguez (...)*, pp. 89 a 97.

<sup>449</sup> *Ibidem*.

<sup>450</sup> Além da sociedade da Viúva Peres e Filhos, a viúva Peres era coletada em um conto de réis. *Ibidem*.

<sup>451</sup> *Ibidem*.

<sup>452</sup> Cf. Cunha (Carlos Guimarães da), *op. cit.*, p. 20.

ções muito semelhantes. À frente de todos, no rol do empréstimo para a conclusão da paz, largamente destacado, encontrava-se o Contrato do Tabaco, a par da Companhia dos Vinhos do Douro e do conjunto de negociantes do Porto, ambos com a soma de oitenta contos de réis<sup>453</sup>. Ora o Contrato do Tabaco, desde 1764 e até 1816 na posse de um grupo de capitalistas unidos por laços de parentesco e interesses comuns, era à data liderado pelo Barão de Quintela, integrando ainda Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, Geraldo Venceslau Braancamp, António Francisco Machado, Francisco António Ferreira e João Pereira Caldas<sup>454</sup>. Em terceiro lugar na lista, e confirmando a sua meteórica ascensão nos anos posteriores às invasões, figurava Henrique Teixeira de Sampaio, futuro Conde da Póvoa, com a quantia de vinte contos, impressionante se notarmos que se tratava de uma contribuição individual. Entre os restantes, lá apareciam outros apelidos referidos por Balbi: Silveira, Pacheco e Franco, com importâncias compreendidas entre os quatro e os dois contos de réis<sup>455</sup>. Indicações idênticas resultam dos empréstimos de 1812 destinados ao resgate dos portugueses cativos em Argel. Para além de entidades coletivas, como a Companhia dos Vinhos e as juntas de administração dos fundos das extintas companhias do Grão Pará e Maranhão e do Pernambuco e Paraíba — e note-se que nesta última dois dos deputados administradores eram António Francisco Machado e Francisco António Ferreira<sup>456</sup>, ambos do contrato do tabaco —, as maiores contribuições individuais pertenceram a três «tabaqueiros», o citado Ferreira, João Pereira Caldas e Jacinto Costa Bandeira, com oito, oito e nove contos — embora em papel, desvalorizado, como sabemos, e como aliás sucedeu com a maioria dos ofertantes, com algumas exceções, de que as mais importantes foram a Junta da Companhia dos Vinhos, que entregou dez contos em metal juntamente com dez em papel, e os diretores da Companhia das Sedas, que deram dois contos em metal<sup>457</sup>.

---

<sup>453</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 14, n.º. 27, Relação que compreende os Nomes das Pessoas que contribuíram com toda a quantia que se lhes pediu a título de Empréstimo, para conclusão da Paz com a regência de Argel; *Gazeta de Lisboa*, N.º. 180, 4 de Agosto de 1813.

<sup>454</sup> Cf. «*Almanach*» para 1807, último ano antes de 1813 a inserir os nomes dos contratadores do tabaco, e ainda Costa (Fernando Dores), *Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII*, in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1996, pp. 448 a 450. Era na casa de Quintela que funcionava a Tesouraria Geral do Tabaco: cf. «*Almanach*» citado.

<sup>455</sup> Relação citada e ainda «*Relação que compreende os Nomes das Pessoas, que ainda que não contribuíram com toda a quantia em que foram coletadas a título de Empréstimo para a Conclusão da Paz com a regência de Argel, entraram contudo com mais de metade; E também compreende os Nomes das que contribuíram com a metade da quantia, que se lhes pediu.*» Títulos das duas relações atualizados ortograficamente.

<sup>456</sup> Cf. «*Almanach*» para 1812, p. 379.

<sup>457</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 142, 18 de Junho de 1812, *Lista dos empréstimos que fizeram os Membros da Comissão encarregada da Cobrança dos Donativos applicados ao resgate dos Portuguezes Captivos em Argel (...)*.

Já vimos, no capítulo anterior, elementos de algumas das maiores famílias de negociantes, concretamente dos Cruz Sobral, dos Caldas, e a firma Bento José Pacheco e Filhos, envolvidos na atividade seguradora, um bom indicador de capacidade económica pelo seu grau de risco e exigência. Mas talvez o maior de todos os indicadores de poder económico e riqueza seja a participação nos principais contratos dos monopólios estatais, pelo volume de capitais que mobilizavam: caso do tabaco e dos diamantes. Veremos adiante de que modo os contratos exigiam a posse de capital mas também o multiplicavam, abrindo caminho à formação duma oligarquia mercantil. Por ora bastará dizer que eram raros os casos de grandes fortunas fora do restrito círculo dos contratadores dos principais contratos. Entre esses poucos casos, podemos apontar Henrique Teixeira de Sampaio, João Teixeira de Barros e Gaspar Pessoa Tavares. Mesmo assim, Sampaio, que Balbi refere como prestamista do Estado na enorme soma de oitocentos contos de réis<sup>458</sup>, e que aparece na época posterior às invasões como primeiro consignatário das embarcações entradas no porto de Lisboa (204 navios em 1812 e 142 em 1813<sup>459</sup>), teria construído boa parte da sua enorme fortuna a partir duma relação privilegiada com a Coroa: em 1800 foi nomeado «comissário-geral dos fornecimentos ao exército»<sup>460</sup>. Já João Teixeira de Barros, que à data da sua morte, em 1806, teria acumulado uma fortuna avaliada em mais de mil contos de réis, quantia extraordinária para a época, nada deveria a quaisquer favores régios: segundo Jorge Pedreira, que pôde averiguar a riqueza desse e doutros negociantes a partir da análise dum conjunto de inventários efetuados por morte desses homens de negócio ou das suas mulheres<sup>461</sup>, a riqueza de Teixeira de Barros derivaria apenas «das suas múltiplas especulações mercantis»<sup>462</sup>. Quanto a Gaspar Pessoa Tavares de Amorim, sabemos que a sua principal atividade era o comércio por via terrestre, que por este facto foi fortemente prejudicado pelas invasões e levou mesmo à sua cessação (ou suspensão): era o que constava de uma representação por ele dirigida ao Príncipe Regente, em 1812, no sentido de a quantia em que fora coletado em 1811 para a contribuição de defesa (500\$000 réis) ser reduzida para 300\$000 réis<sup>463</sup>. Tudo indica que a casa de comércio deste opulento negociante, oriundo de família cristã-nova, foi uma das que foi varrida pelo temporal das invasões. Mas Jorge Pedreira, que detetou a sua origem judaica, da zona da Beira Baixa, indica uma outra atividade que decerto contribuiu para a

---

<sup>458</sup> *Op. cit.*, tomo 1º., p. 310.

<sup>459</sup> Cf. *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, anos respetivos. Ver quadros no final do livro.

<sup>460</sup> Cf. *Nobreza de Portugal*, volume III, pp. 173 e 174.

<sup>461</sup> *Os homens de negócio (...)*, p. 146.

<sup>462</sup> *Ibidem*, p. 151.

<sup>463</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço nº.14, Contribuição de Defesa.



sua prosperidade antes de 1807: Gaspar Tavares era grande rendeiro de direitos eclesiásticos<sup>464</sup>.

A lista dos prováveis acionistas que figura numa minuta do projeto de banco elaborado pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em Julho de 1797, já referido no capítulo precedente, é também um documento da maior importância para aferir os principais capitalistas da época. O ministro, então titular da Secretaria dos Negócios da Marinha e do Ultramar, era igualmente presidente do Real Erário, e o seu interesse pelas questões económicas permite supor que conheceria certamente bem a capacidade financeira dos principais negociantes da praça de Lisboa. Daí que ao projeto de estatutos tenha juntado uma lista dos possíveis acionistas, escrevendo ainda o número de ações e importâncias respectivas, que esperava fossem subscritas por cada um. Compreende-se, portanto, provinda de personalidade de tanto relevo e seguramente bem informada, o interesse que apresenta esta fonte.

Ora como maior acionista figura Anselmo José da Cruz Sobral, a quem o ministro atribuía a quantia de vinte contos de réis. Com mais de oito contos figuravam seis nomes: Quintela, com dezasseis contos, Jerónimo Ribeiro Neves com a mesma soma, Pereira Caldas, Caetano Monteiro, Pessoa Tavares e António José Ferreira, todos com doze<sup>465</sup>, juntamente com duas seguradoras, a «Permanecente» e a «Caldas, Machado, Gildemeester Dlz e Comp<sup>a</sup>.», bem como a extinta «Companhia do Grão Pará e Maranhão», todas igualmente com doze contos de réis. Neste conjunto de nomes somente José Caetano Monteiro nos aparece pela primeira vez como possível membro da elite dos negociantes lisboetas. Não conhecemos os elementos de que dispunha Sousa Coutinho e também sabemos que os patrimónios dos negociantes facilmente oscilavam em função dos sucessos ou reveses da fortuna: mas a verdade é que no «empréstimo forçado» de 1807 a firma José Caetano Monteiro e Companhia foi somente coletada em quatro contos de réis, importância muito inferior à atribuída aos principais magnatas, como atrás se viu<sup>466</sup>, e em 1810 a mesma sociedade reclamava contra a contribuição que lhes fora imposta, argumentando nomeadamente com o facto de nunca terem desfrutado de qualquer contrato ou graça exclusiva<sup>467</sup>. Argumentação muito interessante porque mostra que entre a comunidade mercantil havia perfeita consciência do papel potenciador da riqueza dos contratos e outras atividades privilegiadas.

<sup>464</sup> *Os negociantes de Lisboa (...)*, p. 433; *Os homens de negócio (...)*, p. 178.

<sup>465</sup> *Elementos para a História Bancária de Portugal (1797-1820)*, pp. 31 a 34. Na lista não se menciona António José Ferreira, mas sim António José Pereira; trata-se, todavia, de um erro de transcrição ou identificação: cf. Pedreira (Jorge Miguel), *Os homens de negócio (...)*, p. 180, nota de rodapé 149. Aparece ainda o nome de um tal Brito, com doze contos, que não foi possível identificar.

<sup>466</sup> *Observador Portuguez (...)*, pp. 89 a 97.

<sup>467</sup> Pedreira (Jorge Miguel), *Os homens de negócio (...)*, p. 151.

De todos os grandes capitalistas que vimos referindo, sobressaem dois nomes, de resto os mais conhecidos da historiografia dos séculos XIX e XX: Anselmo José da Cruz Sobral e Joaquim Pedro Quintela, ambos significativamente «tabaqueiros». O primeiro foi o caso típico do homem de negócios que ascendeu a grande capitalista graças à proteção e favores recebidos da Coroa, e muito particularmente do Marquês de Pombal, apostado numa estratégia que, como veremos adiante, visava criar ou reforçar grupos empresariais portugueses dotados de grande capacidade financeira. Pertencia Anselmo José à mais célebre família de comerciantes do seu tempo, a dos Cruzes, que foi especialmente protegida por Pombal, segundo constava devido à amizade deste com o primogénito dos quatro irmãos, o cónego António José da Cruz. Anselmo, o mais novo dos quatro, acumulou uma enorme fortuna pela sua participação no contrato do tabaco, pelos chorudos negócios que fez com a Coroa, devido às influências que a família movia, e ainda porque herdou todos os bens do irmão Joaquim Inácio, também negociante muito rico<sup>468</sup>. O seu único filho, Sebastião Sobral, seguiu a carreira da magistratura e pouco tempo lhe sobreviveu. Tendo morrido solteiro, a sua fortuna foi herdada pela irmã, casada com Geraldo Venceslau Braancamp, já comerciante rico e conceituado, que, conseqüentemente, se tornou um dos maiores capitalistas do tempo<sup>469</sup>. Quintela também enriqueceu em resultado de heranças e privilégios. Herdou uma boa fortuna dos pais e de dois tios maternos, um dos quais, Inácio Pedro Quintela, fora já um grande negociante lisboeta<sup>470</sup>. É significativo que tenha sido o único a quem Balbi quantificou a riqueza: os dezoito milhões de cruzados que atribuiu ao filho e sucessor, poucos anos após a sua morte, soma colossal para a época (18.000.000 de cruzados ultrapassavam os 7.000 contos de réis, o que equivalia à receita ordinária anual média do Estado português no período de 1815 a 1819<sup>471</sup>), são verosímeis. O primeiro Barão de Quintela dispunha de bens não só em Portugal, onde as suas propriedades eram inúmeras, como ainda no Reino Unido e em Espanha. No primeiro destes países os seus bens valeriam quatrocentas mil libras esterlinas (1.440 contos de réis), segundo noticiava a «*Gazeta de Lisboa*» em Março de 1818<sup>472</sup>. Todavia esta espécie de «Creso» português, que o filho e continuador nos negócios, uns anos depois, já em pleno liberalismo, feito Conde de Farrobo, se encarregaria de imitar através da vida faustosa que levou<sup>473</sup>, não seria talvez o homem mais rico

<sup>468</sup> Raton (Jácome), *op. cit.*, pp. 257 a 262.

<sup>469</sup> Idem, *op. cit.*, pp. 262, 263; *Nobreza de Portugal*, vol III, pp. 392, 393.

<sup>470</sup> Pinto (Albano da Silveira), Baêna (Visconde de Sanches de), *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Tomo II, 2ª. ed. (fac-simile), Lisboa, 1991, p. 556.

<sup>471</sup> Cf. Balbi (Adrien), *op. cit.*, tomo 1º., pp. 307 a 310.

<sup>472</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 70, 25 de Março.

<sup>473</sup> A vida de ostentação e fausto que o 2º. Barão de Quintela e 1º. Conde de Farrobo levou acabou por conduzi-lo à ruína, tendo morrido pobre. Cf., designadamente, Serrão (Joel), artigo *Quintela, Joaquim Pedro (...)*, in *D.H.P.*, vol. V, p. 227.

do Reino, pois há dados que apontam para que Henrique Teixeira de Sampaio tivesse uma fortuna superior.

Efetivamente, aos dois nomes acabados de referir como os que mais sobressaíam no conjunto dos grandes negociantes em termos de projeção e riqueza, há que acrescentar o pouco conhecido Teixeira de Sampaio, em 1818 agraciado com o título de Barão de Teixeira e em 1823 com o de Conde da Póvoa. Aliás, o facto de ter sido contemplado com estes dois títulos mostra que o poder político do tempo, tanto na monarquia absoluta como no titubeante liberalismo nascido da revolução de 1820, reconheceu a sua riqueza e influência. De resto Sampaio experimentou o exercício do poder, tendo sido ministro da Fazenda no ministério presidido por Palmela, na indefinida situação política criada pelo golpe de Estado da Vilafrancada<sup>474</sup>. A chamada para esse cargo é perfeitamente compreensível, pois conhecia certamente bem a situação das finanças públicas: já antes referimos o seu papel como prestamista do Estado, indiciador, pela enorme soma emprestada, de uma invulgar capacidade financeira. Assim, não admira que em 1825, já fora, é certo, do intervalo cronológico que delimitámos para a nossa investigação, mas ainda pouco distante no tempo e servindo, portanto, como elemento de comparação, a sua riqueza fosse avaliada em vinte milhões de cruzados, atingindo os seus rendimentos em determinado ano duzentos e vinte e sete contos de réis. E quando faleceu, em 1833, os seus bens foram avaliados, no inventário a que se procedeu, em oito mil e quatrocentos contos, ou vinte e um milhões de cruzados<sup>475</sup>.

Todos estes grandes negociantes comportavam-se já como uma verdadeira aristocracia, ombreando na influência com a alta nobreza e suplantando claramente esta na riqueza. Perante essa nobreza frequentemente endividada, a aristocracia mercantil exibia uma opulência e desafogo financeiro que transpareciam no viver quotidiano e, sempre que a ocasião o permitia, nas manifestações de júbilo organizadas por altura de certos eventos relacionados com a família real. As casas que habitavam eram nalguns casos verdadeiros palácios, nada inferiores às mais ricas mansões da nobreza. William Beckford, ao visitar a casa de campo que o Barão de Quintela mandou edificar no sítio das Laranjeiras, nos arrabaldes de Lisboa, classificou-a de «deslumbrante e pomposa», considerando que nela haviam sido gastas «grandes somas de dinheiro»<sup>476</sup>. O mesmo Quintela possuía outro palácio no centro da capital, que Junot, não por acaso certamente, escolheu para residência quando aqui se instalou em finais de 1807<sup>477</sup>. A morada de Geraldo Venceslau Braancamp, situada na rua Bela da Rainha «e tendo a sua frente nobre sobre a arcada da Praça do Comércio do lado nascente»<sup>478</sup>, era também ampla e

<sup>474</sup> Pinto (Albano da Silveira), *op. cit.*, tomo II, p. 340.

<sup>475</sup> Pinto (Albano da Silveira), *op. cit.*, tomo II, p. 340.

<sup>476</sup> *Op. cit.*, p. 162.

<sup>477</sup> Peres (Damião), dir. de, *História de Portugal*, vol. VI, Barcelos, 1934, p. 325.

<sup>478</sup> *Diário Lisbonense*, N.º 15, 20 de Janeiro de 1813.

decerto sumptuosa: em 1813, por ocasião dos festejos que marcaram a entrada de Wellington na capital, pôde comportar uma faustosa iluminação de mil e quinhentas luzes, distribuídas pelas janelas e varanda do edifício<sup>479</sup>. Outros magnatas, como os Cruzes, os Caldas e os Barões de Porto-Covo dispunham igualmente de algumas das mais notáveis edificações de Lisboa<sup>480</sup>. Não se limitavam, todavia, a construir residências mais ou menos faustosas. O seu estilo de vida modificara-se na segunda metade do século XVIII, aproximando-se dos costumes reinantes na alta sociedade dos países europeus mais adiantados. Nisto a família dos Cruzes teria assumido um papel dinamizador: nas suas memórias Jácome Ratton afirma que eles tinham concorrido para introduzir «entre as famílias do comércio, e pessoas limpas, uma certa sociabilidade e polidez» que antes não existiria, «franqueando a sua casa ao concurso de famílias conhecidas» e como tal «introduzindo o uso das partidas»<sup>481</sup>.

Nas referidas manifestações de júbilo, os grandes comerciantes caprichavam em assumir a primazia. Quando, em 1793, a princesa Carlota Joaquina deu à luz uma infanta, Lisboa encheu-se, segundo as palavras da «*Gazeta*», «de curiosas iluminações, e pinturas transparentes, distinguindo-se entre as outras as de Anselmo José da Cruz Sobral, de Joaquim Pedro Quintela, e de António José Ferreira: as frontarias das casas destes distintos negociantes se achavam cobertas com sumptuosas e bem ideadas decorações» (...). Quintela, «além do ornato da sua casa», mandara construir na praça fronteira «uma espécie de templo», igualmente ornamentado e iluminado<sup>482</sup>. Não contente com as iluminações e pinturas, Anselmo José mandou cantar numa igreja da capital «missa de pontifical e Te Deum», com música composta para o evento, tendo convidado toda a Corte, prelados e párocos das freguesias, «e muitas pessoas de distinção»<sup>483</sup>. Em 1795, por altura do nascimento de mais um infante, foi Jacinto Fernandes Bandeira, futuro Barão de Porto-Covo, que se notabilizou nas manifestações de regozijo, como já referimos, ao oferecer «um sumptuoso jantar ao Corpo Diplomático, e a uma grande parte da Nobreza da Corte», e ao fazer cantar um Te Deum «na sua Ermida»<sup>484</sup>. E não eram só negociantes de Lisboa a empreender tais iniciativas, visando demonstrar o seu afeto à família reinante: também no Porto o corpo mercantil e os seus mais poderosos membros o faziam. Até os aniversários do Príncipe Regente lhes serviam de pretexto: em Maio de 1797, a «*Gazeta de Lisboa*» noticiava como «no dia 13 do corrente mês, por ser o dos felicíssimos anos do Príncipe Nosso Senhor,

---

<sup>479</sup> *Ibidem*.

<sup>480</sup> Cf. P. P. da Câmara, *Descrição Geral de Lisboa em 1839*, Lisboa, 1839. *Apud* França (José Augusto), *O Romantismo em Portugal*, 3º Volume, Lisboa, 1974, p. 601, nota 63.

<sup>481</sup> *Opus cit.*, p. 263. As partidas eram reuniões de pessoas conhecidas, que se realizavam em casa de uma delas, onde se conversava, jogava, ouvia música, etc.

<sup>482</sup> *Gazeta da Lisboa*, N.º 18, Supl.º, 3 de Maio de 1793.

<sup>483</sup> *Ibidem*, N.º 21, 21 de Maio de 1793.

<sup>484</sup> *Ibidem*, N.º 17, 28 de Abril de 1795.

fizeram público os Negociantes da Praça do Porto o seu júbilo e contentamento, mandando embandeirar todos os seus navios, e mais embarcações, que se achavam surtos por todo o rio Douro, desde a barra até ao sítio dos Guindais, os quais pelo seu número e dobradas bandeiras faziam a mais agradável vista, e deram três salvas, ao amanhecer, ao meio dia, e ao Sol posto» (...)»<sup>485</sup>. Iniciativa coletiva, portanto, sem esquecer que os negociantes proprietários de embarcações eram habitualmente os mais abonados. Mas igualmente no burgo nortenho os mais ricos procuravam sobressair nas mostras de devoção à Coroa. Em Agosto de 1799, o «Cidadão e Negociante» Joaquim Novaes Moreira, a pretexto de «dar ao Altíssimo as devidas graças pela declaração da Regência do Príncipe N.S.», tomou uma série de iniciativas que decerto implicaram o dispêndio de uma razoável soma de numerário: mandou iluminar e embandeirar a torre da igreja dos Clérigos, lançar foguetório e dizer missa e Te Deum na mesma igreja, cerimónias para que convidou e a que assistiram as máximas autoridades da cidade, designadamente o Juiz Desembargador, o Senado da Câmara, os Prelados e Cabidos da Sé e Cedofeita, a oficialidade militar, e ainda a «nobreza, e vários comerciantes»<sup>486</sup>. Talvez mais importante do que as iniciativas em si fosse o modo como essas entidades corresponderam ao convite que lhes foi endereçado por um simples «cidadão e negociante», que se permitiu ainda convidar toda a nobreza do burgo, a par de alguns comerciantes, certamente dos nomes mais sonantes da praça.

Os grandes negociantes tinham conquistado, em finais do século XVIII, plena paridade com a velha nobreza de sangue e com o alto funcionalismo. Poderia pensar-se que o que se passava no Porto era consequência do papel que na cidade assumia a atividade mercantil, mas na capital sucedia o mesmo. Vejamos o que escreveu um observador insuspeito da realidade portuguesa, o já nosso conhecido sueco Carl Israel Ruders, a propósito de uma festa dada por Pina Manique no teatro de S. Carlos: «O sr. Manique convidou também toda a fidalguia, o corpo diplomático, os altos funcionários do Reino, os cônsules das nações estrangeiras e muitos dos mais importantes membros do comércio, tanto nacionais como estrangeiros e as respetivas consortes»<sup>487</sup>. Era já um prenúncio de um tempo novo que se avizinhava.

Até aqui mencionámos essencialmente negociantes lisboetas, com as exceções dos nomes apontados por Balbi como os mais ricos do Porto, e desse tal Joaquim Novais Moreira, que não figura nas listas do «*Almanach*» nem entre os consignatários dos barcos entrados na barra do Douro (ver listas no final do livro), e do qual não podemos recolher qualquer outra informação que nos permitisse confirmar o seu verdadeiro peso económico. O Porto tinha, como escreveu Balbi, casas de

<sup>485</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 21, Seg.º. Supl.º, 27 de Maio de 1797.

<sup>486</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 38, Seg.º. Supl.º, 21 de Setembro de 1799.

<sup>487</sup> *Op. cit.*, p. 239.

comércio de negociantes nacionais com alguma pujança, mas os dados de que dispomos permitem-nos afirmar, com alguma segurança, que nenhum dos grandes comerciantes portuenses se comparava em posse de capitais e atividades aos principais nomes lisboetas que acabámos de mencionar. Um bom indicador deste facto é-nos fornecido pelas importâncias pagas à Coroa, voluntariamente ou impostas, durante esses anos. Em 1804, por exemplo, em execução de um decreto de Maio desse ano, três membros da família Cruz-Sobral, incluindo Geraldo Venceslau Braancamp, entregavam um donativo para as «urgências públicas» de dezasseis contos de réis<sup>488</sup>. Pela mesma altura, Gaspar Pessoa Tavares contribuía com doze contos, e dois outros negociantes lisboetas, António José Ferreira e João António da Fonseca, doavam oito contos cada um<sup>489</sup>. Em 1808, Quintela propunha-se ofertar anualmente doze contos enquanto durasse a guerra, entregando imediatamente seis<sup>490</sup>. Muitos outros exemplos poderiam ser dados sobre a generosidade dos homens de negócio da capital. Bastará dizer que perante essas quantias faziam fraca figura os maiores donativos do comércio portuense: trezentos mil réis, e num só caso, foi a importância máxima sacada<sup>491</sup>, embora, na qualidade de fabricante, tivesse havido quem oferecesse quantia superior<sup>492</sup>. É provável que o Porto pudesse dar bem mais, pois o magistrado encarregado da diligência queixava-se da «notável indisposição» que encontrara em quase todas as pessoas convocadas, relativamente ao pedido da Coroa, reação que parece indiciar um certo espírito de avareza e rebeldia da burguesia portuense<sup>493</sup>. De qualquer modo, as diferenças eram abissais. Em 1813, temos um outro exemplo flagrante com o já referido empréstimo para a conclusão da paz com a Regência de Argel. A praça do Porto teve de subscrever oitenta contos, o mesmo que a meia dúzia de negociantes lisboetas que integravam o Contrato do Tabaco. Já aqui se vê a desproporção de fortunas, a acreditar na justeza dos critérios de repartição, entre mais de centena e meia de comerciantes portuenses<sup>494</sup> e a reduzida oligarquia dos «tabaqueiros». Depois, quando passamos à análise dos casos individuais, vê-se que a maior importância entregue no Porto não passou de um milhão e oitocentos mil réis, atribuída a quatro casas — Herdeiros de Manuel Lourenço Mendes, Braz d'Abreu Aranha Araújo, Domingos Fernandes Alves e Manuel Joaquim Simões. Apenas mais sete nomes foram coletados em valores entre um

<sup>488</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º 27, Supl.º, 6 de Julho de 1804.

<sup>489</sup> *Ibidem*, N.º 21, Seg.º. Supl.º, 26 de Maio de 1804

<sup>490</sup> *Ibidem*, N.º 49, Seg.º. Supl.º. Ext.º, 9 de Dezembro de 1808.

<sup>491</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 27, Relação dos Donativos dos Comerciantes do Porto, anexa ao ofício do Desembargador dos Agravos, de 1 de Novembro de 1805.

<sup>492</sup> Vide cap.º. II.

<sup>493</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 27, relação supra.

<sup>494</sup> Em 1814, como se viu no cap.º. I, havia no Porto 169 negociantes nacionais. Na realidade o número de contribuintes foi muito superior, pela inclusão de «capitalistas» que não estariam matriculados como negociantes: ver nota infra.

conto (incluindo Van Zeller e Comp<sup>a</sup>.) e um milhão e seiscentos mil réis<sup>495</sup>. Em Lisboa, além dos «tabaqueiros» e de Teixeira de Sampaio, este coletado em vinte contos, houve mais dezassete nomes coletados entre os seis e os dois contos de réis, sendo que doze negociantes, refletindo as dificuldades que afetaram a praça de Lisboa após as invasões, não contribuíram com a totalidade das importâncias que lhes foram pedidas<sup>496</sup>.

## 2 — Monopólios, privilégios e contratos na origem das grandes fortunas.

Com a expansão, desde cedo que o Estado se assenhoreou do comércio de certos produtos que constituíam pingue fonte de receitas. Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho, «o Estado vai beneficiar do incremento mercantil através dos mares, graças às alfândegas, e será ele próprio armador, e mercador, com a sua rede de feitorias através de todo o globo, explorando monopólios (estancos) ou fazendo-os explorar por companhias capitalistas concessionárias (...)»<sup>497</sup>. Na época a que nos reportamos o Estado há muito que desistira de qualquer exploração direta, para a qual não dispunha habitualmente de capitais e pessoal qualificado, entregando essa exploração a particulares, atuando isolados ou em sociedades. Era o que sucedia com o tabaco, que, depois de uma última tentativa de exploração directa pela Coroa em finais do século XVII, tinha voltado ao sistema de contrato de arrendamento a particulares nos primeiros anos da centúria seguinte<sup>498</sup>.

Não foi auspicioso o retorno a este modelo para os que se abalançaram à arrematação. Por exemplo, reportando-nos aos anos de 1722, 1723 e 1724, em pleno reinado de D. João V, foram contratadores Guilherme de Bruyn, Paulo Cloutz e Arnaldo Van Zeller, que pagaram pelo arrendamento dos três anos dois mil cento e sessenta contos de réis (setecentos e vinte cada ano), tendo registado no final um prejuízo de duzentos e oitenta contos (exatamente 280.775\$039 réis, como resultado da diferença entre as despesas — 2.685.939\$586 réis — e as receitas — 2.405.164\$547 réis)<sup>499</sup>. Um negócio ruinoso, portanto, que fez baixar o

<sup>495</sup> *Gazeta de Lisboa*, Nº. 143, 21 de Junho de 1813; Nº. 146, 25 de Junho; Nº. 147, 26 de Junho; Nº. 150, 1 de Julho; Nº. 152, 3 de Julho; Nº. 156, 7 de Julho. *Relação dos Negociantes, e Capitalistas da Praça do Porto, que concorreram com oitenta contos de réis para o Empréstimo estabelecido por Portaria de 22 de Abril de 1813, para se verificar a Paz com a Regência de Argel* (ortografia atualizada).

<sup>496</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço nº. 14, nº. 27. *Relação que compreende os Nomes das Pessoas, que ainda que não contribuíram com toda a quantia em que foram coletadas a título de Empréstimo para a Conclusão da Paz com a Regência de Argel, entraram contudo com mais de a metade; E também compreende os Nomes das que contribuíram com a metade da quantia, que se lhes pediu* (ortografia atualizada).

<sup>497</sup> *Finanças públicas e estrutura do Estado*, in *Ensaio II*, Lisboa, 1968, pp. 45, 46.

<sup>498</sup> Azevedo (J. Lúcio de), *Épocas de Portugal Económico*, 3ª. ed., Lisboa, 1973.

<sup>499</sup> BN (Reservados), códice 235, Conta Corrente Do Contracto Geral do Tabaco dos annos de 1722, 1723, e 1724.

preço da arrematação nos anos seguintes: no triénio de 1728-1730 cifrou-se em seiscentos e oitenta contos por cada ano<sup>500</sup>. Contudo voltou a subir, e no final do reinado joanino já estava em mais de oitocentos contos<sup>501</sup>. Era uma das mais importantes fontes de rendimento do Estado<sup>502</sup> e esta realidade, aliada à instabilidade dos contratantes e ao incumprimento, algumas vezes verificado, das suas obrigações<sup>503</sup>, bem como ao facto de diversas vezes os arrematantes serem negociantes estrangeiros aqui residentes — vide os nomes atrás citados —, explicará, em nosso entender, a política de Pombal relativamente ao contrato. «O Marquês de Pombal será essencialmente o homem dos proprietários das vinhas do Douro e dos grandes rendeiros do tabaco», escreveu Vitorino Magalhães Godinho<sup>504</sup>. Mas é preciso perceber por que favoreceu ele os contratadores do tabaco e por que razão entre estes e o todo poderoso ministro de D. José se estabeleceu uma sólida ligação de interesses. E tudo radica, no nosso modo de entender, na política de fortalecimento do Estado por ele empreendida: os rendimentos do tabaco eram de tal monta que a Coroa não podia estar dependente do aparecimento aleatório de concorrentes, dispondo de cabedais e crédito para garantirem o pagamento atempado dos compromissos assumidos. Tudo indica que, no pensamento de Carvalho e Melo, se afigurava necessário constituir um grupo de capitalistas portugueses, solidamente ligados ao Estado pelos seus interesses, que garantissem em permanência as sucessivas arrematações, por uma importância que conviesse simultaneamente ao governo e aos particulares. Estes enriqueceriam, enquanto a Coroa garantiria o recebimento regular duma importância nada despicienda para o seu funcionamento. Toda a orientação económica pombalina, de cariz mercantilista, assentava no monopólio e no privilégio, conforme escreveu Jorge Borges de Macedo no seu ensaio sobre esse assunto: «A política de monopólio favorece o fortalecimento do Estado fornecendo a este uma classe que o apoia interessadamente, dando-lhe a força necessária para dominar e subordinar todos os grupos sociais (...)»<sup>505</sup>.

Quando, por falecimento de Duarte Lopes Rosa, Pombal entregou o contrato do Tabaco a Anselmo José da Cruz, fê-lo certamente porque este pertencia a uma família de negociantes já senhora de grande fortuna e de créditos firmados na praça, pesando também provavelmente o facto de possuir um nível de conhecimentos mercantis superior ao comum dos homens de negócio do tempo: Anselmo José fora mandado pelo irmão

<sup>500</sup> Azevedo (J. Lúcio de), *op. cit.*, p. 285.

<sup>501</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>502</sup> Em 1716, as receitas do tabaco foram de 760 contos de réis, num total de 3.792 contos, ou seja, cerca de 1/5. Cf. Godinho (Vitorino Magalhães), *Finanças públicas e estrutura do Estado*, in *Ensaio II*, p. 61.

<sup>503</sup> Os contratadores de 1753, por exemplo, deixaram no fim do triénio do seu contrato dívidas da ordem dos 30 contos de réis. Cf. Pedreira (Jorge Miguel), *Os homens de negócio (...)*, pp. 156, 157.

<sup>504</sup> *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*, in *Ensaio II*, p. 313.

<sup>505</sup> *A Situação Económica (...)*, p.81.



José Francisco para Génova, no dizer de Jácome Ratton «para aprender a língua italiana e o comércio»<sup>506</sup>. É o próprio Marquês quem confirma estas razões quando, após a sua expulsão do governo, foi acusado de se ter mancomunado com os contratadores e prejudicado gravemente a fazenda real, ao manter o preço do arrendamento num valor demasiado baixo, propiciador de lucros indevidos. Pombal justificou-se invocando as ordens recebidas do rei, que, nas suas palavras, possuiria raros dotes para «os exercícios do cálculo e da combinação». E que lhe ordenara D. José? Que o contrato fosse entregue a sujeitos estabelecidos e de riqueza e crédito firmados, e não, como até aí se fizera, a especuladores, algumas vezes estrangeiros<sup>507</sup>. Claro que, a dar crédito à opinião pública do tempo, de que o mesmo Ratton se faz eco nas suas memórias, tudo o que favoreceu os Cruzes durante o consulado pombalino, contribuindo para o aumento da sua riqueza e influência e inserindo-os entre os principais aliados do Marquês, teve a sua origem primeira e principal na gratidão e amizade que este nutria pelo primogénito da família, o padre António José, da Congregação do Oratório, pelo papel que este sacerdote teria desempenhado na entrada de Carvalho e Melo no ministério de D. José. A tal ponto seria o dito padre «a primeira causa da fortuna, e elevação dos seus irmãos» que, ainda nas palavras de Ratton, eles o considerariam como pai e «ponto central da família»<sup>508</sup>. Não diz outra coisa o autor de um elogio fúnebre de Anselmo José, que afirma ter sido este apresentado ao Marquês pelo irmão cónego logo que chegou de Génova. Segundo o mesmo autor, o cónego António José da Cruz «era dotado de uma raríssima penetração, e (...) tinha consumados talentos políticos», como toda a Corte saberia<sup>509</sup>. Ou seja, citando um autor contemporâneo que estudou a questão do relacionamento entre os capitalistas e a Coroa, «não é uma lógica propriamente situada no domínio financeiro a que terá conduzido à atribuição da cabeça do contrato à família Cruz na pessoa de Anselmo José». A ela presidiria uma lógica clientelar, a mesma que teria comandado a nomeação dos dois irmãos de Anselmo, José Francisco e Joaquim Inácio, para o cargo de tesoureiro geral do Erário<sup>510</sup>. Mas era assim, reforçando o seu poder com a colocação de pessoas de confiança em lugares chave — pessoas que, todavia, reuniam determinadas características, neste caso riqueza e conhecimentos —, que Pombal também pensava reforçar a autoridade do Estado<sup>511</sup>.

<sup>506</sup> *Op. cit.*, p. 261.

<sup>507</sup> Azevedo (J. Lúcio de), *op. cit.*, pp. 285 e 286.

<sup>508</sup> *Op. cit.*, pp. 257 e 258.

<sup>509</sup> *Elogio fúnebre do Conselheiro Anselmo Jozé da Cruz Sobral (...) Por João Jozé de Vasconcellos, Consul Geral da Nação Portuguesa em Dinamarca*, Lisboa, 1802, p. 13, *apud* Costa (Fernando Dores), *op. cit.*, p.441.

<sup>510</sup> Costa (Fernando Dores), *ibidem*, p. 449.

<sup>511</sup> Parece-nos que Dores Costa, no estudo acima citado, insiste demasiado na importância da «fidelização» dos contratadores. Se é verdade que este aspeto está sempre presente nas escolhas do «déspota iluminado» que é Carvalho e Melo, não é menos verdade que, no domínio dos contratos, o ministro de D. José procura garantir a capacidade finan-

Anselmo José começou por ser designado, em Janeiro de 1763, para administrador do contrato, com a obrigação de entender-se com o sócio de Duarte Lopes Rosa, Domingos Pessanha. Contudo três anos depois o contrato foi-lhe concessionado, com a particularidade que Jorge Pedreira designa como «a singular prerrogativa de poder indicar os seus associados»<sup>512</sup>. Os escolhidos foram, como não podia deixar de ser, dois dos mais ricos negociantes da capital, Policarpo José Machado e João Rodrigues Caldas, sendo Policarpo, para lá da sua fortuna e crédito, íntima criatura de Sebastião José, até pelo facto de ser seu ailhado<sup>513</sup>. No início da última década do século XVIII, passadas as turbulências que afetaram a transição do consulado pombalino para o reinado mariano, que nomeadamente levaram Anselmo José a ser envolvido no chorrilho de críticas e acusações que se abateu sobre Pombal e os seus colaboradores mais íntimos<sup>514</sup>, os três homens continuavam solidamente na posse do contrato<sup>515</sup>. Mas em Janeiro de 1792, altura em que o contrato foi arrematado por seis anos<sup>516</sup>, cinco novos contratadores juntaram-se aos referidos três negociantes: Geraldo Venceslau Braancamp, Jacinto Fernandes Bandeira, Joaquim Pedro Quintela, António Francisco Machado e João Pereira Caldas<sup>517</sup>. Desde logo ressaltam as ligações familiares de três deles: Geraldo Braancamp, como sabemos, era genro de Anselmo José, António Machado era filho de Policarpo<sup>518</sup>, e João Pereira Caldas era sobrinho de João Rodrigues Caldas (e filho dum anterior contratador, Luís Rodrigues Caldas)<sup>519</sup>. Os outros dois, Bandeira e Quintela, entravam certamente por força do seu poder financeiro e, acima de tudo, pelas estreitas relações de negócios que os ligavam há alguns anos aos outros indivíduos do contrato<sup>520</sup>. Esse grupo viria a sofrer algumas alterações, nos anos seguintes e até 1816, pelo falecimento de alguns dos seus elementos, mas também pela entrada de novos sócios: assim, em 1800 restavam seis dos supracitados, com o desaparecimento de Policarpo José Machado e João Rodrigues Caldas; todavia, desde 1803, a eles se foram juntando Francisco Pedro Quintela, António José Ferreira e Jacinto Fernandes da Costa Bandeira<sup>521</sup>.

Mantinha-se a lógica das sucessões familiares, num contrato que era fonte de lucros chorudos e que, portanto, se procurava conservar

---

ceira dos arrematantes e a conseqüente entrada de receitas no Erário.

<sup>512</sup> *Os homens de negócio (...)*, p. 157.

<sup>513</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>514</sup> *Ibidem*, pp. 168, 169.

<sup>515</sup> *Almanach* para o ano de 1791, pp. 324 e 325.

<sup>516</sup> Cf. Santos (Raul Esteves dos), *Os Tabacos/Sua Influência na Vida da Nação*, I Volume, Lisboa, 1974, p. 48.

<sup>517</sup> *Almanach* para o ano de 1792, pp. 333 e 334.

<sup>518</sup> Cf. Pedreira (Jorge Miguel), *Os homens de negócio (...)*, p. 170.

<sup>519</sup> *Idem, ibidem*, pp. 170 e 178.

<sup>520</sup> *Idem, ibidem*, pp. 168 e ss.. Cf. principalmente a figura 3.1.1, na p. 173, que traduz graficamente a teia de relações que os maiores negociantes lisboetas estabeleceram entre si.

<sup>521</sup> *Almanach* para o ano de 1803, pp. 424 e 425; *ibidem* para os anos de 1805 e 1807.

num círculo fechado de famílias: Francisco Pedro Quintela era sobrinho do 1.º Barão de Quintela<sup>522</sup>; o mesmo laço de parentesco ligava Jacinto Fernandes da Costa Bandeira a seu tio, o 1.º Barão de Porto Covo, de quem herdou a fortuna e a casa de comércio aquando do seu falecimento, em 1806<sup>523</sup>. Apenas António José Ferreira entrava por uma lógica diferente: a dos negócios, que o ligavam intimamente a outros capitalistas do contrato, muito particularmente a Quintela e Bandeira<sup>524</sup>. Nenhuma destas entradas, saídas — a passagem de Francisco Quintela pelo contrato foi transitória — e óbitos alterou o facto fundamental até 1816, que foi a permanência contínua de seis famílias na posse do contrato: Cruz-Sobral, Quintela, Bandeira, Machado, Ferreira e Caldas. Puderam beneficiar dum mecanismo de prorrogação, impedindo o contrato de ir à praça, fundamentalmente pelo papel de intermediários no financiamento do Estado junto da banca europeia, que os seus bens e crédito lhes permitiram começar a desempenhar<sup>525</sup>. Num período complicado da vida nacional, tinham-se tornado imprescindíveis, obrigando a Coroa, na prática, a conceder-lhes um tratamento de favor. Mas em 1816, em circunstâncias que, embora difíceis para o país, eram diferentes em muitos aspetos, e quando se tornava imperioso aumentar as receitas públicas, numa operação que foi orientada por Diogo Ratton, filho do nosso conhecido Jácome<sup>526</sup>, o Contrato do Tabaco pôde ser arrematado por um grupo de homens de negócio liderado pelo empresário português José Ferreira Pinto Basto (incluindo ainda mais três elementos da sua família)<sup>527</sup>, que assim arredaram o velho núcleo dos tabaqueiros.

Durante todos esses anos o preço do contrato foi subindo, aumentando conseqüentemente o seu peso nas receitas do Estado e concomitantemente a importância dos contratadores. Em 1792 foi arrematado por seis anos e pela soma de mil e sessenta contos de réis, nela incluído também o monopólio do sabão<sup>528</sup>. Em 1803, de acordo com um «*Mapa da Receita e Despesa do Real Erário*» relativo a esse ano, o preço teria subido para mil cento e sessenta contos. Nas receitas aí inscritas (10.989.000\$000 réis), essa importância representava um pouco mais de dez por cento<sup>529</sup>. Em 1808, o contrato vigente fora arrematado por mil e cem contos<sup>530</sup>.

<sup>522</sup> Pinto (Albano da Silveira), Baêna (Visconde de Sanches de), *Op. cit.*, Tomo II, p. 558.

<sup>523</sup> Idem, *ibidem*, pp. 331 e 332.

<sup>524</sup> Cf. Pedreira (Jorge Miguel), *Os homens de negócio (...)*, pp. 170, 171.

<sup>525</sup> Em 1801 e 1802, Quintela e Bandeira desempenharam um papel crucial na obtenção de um empréstimo de 13 milhões de florins da banca inglesa e holandesa (Baring & Co. e Hope & Co.), necessários para a satisfação de compromissos do Estado português decorrentes da «Guerra das Laranjas». Cf. Pedreira (Jorge Miguel), *Os homens de negócio (...)*, pp. 180 a 183.

<sup>526</sup> Costa (Fernando Dores), *op. cit.*, pp. 442, 443.

<sup>527</sup> Santos (Raul Esteves dos), *op. cit.*, volume I, pp. 52, 53.

<sup>528</sup> Idem, *ibidem*, p. 48.

<sup>529</sup> BN, Reservados, *Mappas das Alfandegas de Portugal, Annos 1804, 1805, 1806, 1807*, Ms., Cód. 235.

<sup>530</sup> BN, Reservados, *Sumário Histórico da Alfândega do Tabaco desde a sua criação até ao anno de 1808 por J.B. de L.*, Ms., Cód. 235.

Num manuscrito dessa data, que pretendia ser um «*Sumário Histórico da Alfândega do Tabaco*», indicavam-se os outros encargos dos contratadores: mais um por cento para a «obra pia», «oito mil e tantos cruzados» para os soldados da ilha Terceira e perto de cinquenta mil cruzados para pagamento dos ordenados do funcionalismo da «Junta do Tabaco»<sup>531</sup>. Eram mais umas dezenas de contos, nada que encarecesse significativamente um contrato que, tudo o que indica, terá sido um maná para os que o exploraram. Para os rendimentos da Coroa, e de acordo com o autor do dito sumário, seria preciso acrescentar o pagamento de direitos alfandegários no montante de perto de quatrocentos mil cruzados por ano (160.000\$000 réis).

O aumento dos preços e despesas era largamente compensado pelos proventos, cuja progressão terá sido muito superior. Que o Contrato do Tabaco se havia convertido numa fonte de grandes lucros, que ajudaram à consolidação das fortunas de alguns dos principais negociantes e, neste sentido, à criação e reforço duma autêntica oligarquia financeira, é algo que parece não oferecer dúvidas perante a importância de alguns testemunhos. Começamos pelas considerações formuladas pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, Martinho de Mello e Castro, um governante unanimemente visto como dos mais competentes dos reinados josefino e mariano<sup>532</sup>, aquando dum empréstimo concedido à Coroa pelos contratadores do tabaco, no ano de 1794. A concessão do empréstimo, no valor de oitocentos contos de réis, tinha várias contrapartidas, e é sobre elas que Mello e Castro se pronunciará, denunciando a sua exorbitância e os elevados lucros que os contratadores retiravam do negócio do tabaco. A primeira e mais importante das contrapartidas era a prorrogação automática do contrato por mais seis anos, de 1797 a 1802; mas beneficiavam ainda de um juro que o ministro considerava excessivo (5%), de um reembolso automático do capital e do juro por dedução nas importâncias a entregar ao Estado, e da isenção do imposto da décima. Segundo Mello e Castro, o empréstimo, que era apresentado como um grande serviço prestado à Coroa, na altura em grandes apuros financeiros, era na realidade uma forma de dissimular os elevados lucros que os contratadores auferiam, com grave prejuízo do Erário Público, lucros que ele calculava em quatrocentos contos de réis anuais<sup>533</sup>.

Seria um cálculo que pecaria pela moderação, a avaliar pelas contas efetuadas por Jácome Ratton, que nas suas «*Recordações*» também se ocupou do «desperdício» — a palavra é dele — de «alguns milhões de cruzados» anuais de receitas do Estado, desperdício que se verificaria desde a época de Pombal e — como igualmente escrevia — «com o qual se engrossavam agigantadamente um pequeno número de casas, em prejuízo da fortuna pública, e do soberano». As contas de Ratton figu-

<sup>531</sup> *Ibidem*.

<sup>532</sup> Cf., designadamente, Coelho (J. M. Latino), *op. cit.*, Tomo I, p. 206; Beirão (Caetano), *D. Maria I*, 2ª. ed., Lisboa, 1934, pp. 86, 87 e 88.

<sup>533</sup> Costa (Fernando Dores), *op. cit.*, pp. 450, 451.

ravam numa memória «anónima, fechada, e lacrada», que ele teria enviado ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, logo que este entrou no ministério de D. Maria I, por ter um «alto conceito» do «grande patriotismo» e «talentos superiores» da personagem, e também por não consentir o seu «próprio patriotismo ver a sangue frio a miséria a que se achavam reduzidas as finanças da Coroa». Muito provavelmente, até pelo papel desempenhado pelo filho Diogo na futura mudança de contratadores, os motivos que estiveram na origem da iniciativa do negociante de origem francesa não foram tão desinteressados e determinados pelo patriotismo como ele afirma. Interessa-nos, todavia, conhecer os pressupostos do seu cálculo e a conclusão a que chegou quanto ao lucro. Partindo da suposição de haver seiscentos mil consumidores de tabaco sob a forma de rapé — o que seria razoável em função da população de três milhões que o país então contava — e adicionando a este consumo o do fumo, Rattton apontava para lucros da ordem dos dois milhões quatrocentos e sessenta e três mil cruzados (novecentos e oitenta e cinco contos de réis), quantia que para a realidade portuguesa da época era efetivamente fabulosa, e a que seria preciso acrescentar ainda cento e trinta contos das saboarias<sup>534</sup>. Relativamente a estes lucros, Rattton considerava ainda que, se os contratadores se limitassem a receber somente quatrocentos e sessenta e três mil cruzados pelo negócio do tabaco, ficariam mesmo assim «com exorbitante ganho», dado que auferiam ordenados pelas suas funções, arrecadando a Coroa mais cerca de dois milhões de cruzados anuais de receita<sup>535</sup>.

Haverá algum modo de averiguar da verosimilhança dos cálculos de Rattton? Alguns anos depois da apresentação da sua memória ao ministro Sousa Coutinho, um funcionário da Alfândega do Tabaco de Lisboa — escrivão da Mesa Grande da mesma —, de seu nome Joaquim José Cardoso, num requerimento dirigido ao Príncipe Regente «formou um cálculo extraído dos Livros da Balança da Alfândega», do tabaco que nos últimos dez anos os contratadores tinham despachado para as suas fábricas, concluindo ser impossível provar-se um ganho médio inferior a mil contos de réis anuais; e muito concretamente para o ano de 1813, calculava um lucro de 814.000\$884 réis, como resultado da diferença entre receitas de 2.358.987\$000 réis e despesas de 1.544.978\$116 réis<sup>536</sup>. Mas mesmo admitindo que todas estas contas foram elaboradas por gente, negociantes ou funcionários, que não nutria uma especial afeição pelos «tabaqueiros» e parecia invejar os lucros substanciais do seu chorudo negócio, temos uma outra prova, esta irrefutável, de que o preço

<sup>534</sup> Rattton (Jácome), *op. cit.*, pp. 109 a 117.

<sup>535</sup> Idem, *ibidem*, p. 112.

<sup>536</sup> BN (Reservados), Contrato do Tabaco: requerimento de Joaquim José Cardoso ao Príncipe Regente, pedindo fossem remunerados os seus serviços, ms., cód. 235. Trata-se de um documento não datado, que podemos, todavia, situar por volta de 1814/5: uma das cópias anexas à petição transcreve a Portaria da segunda prorrogação do Contrato do Tabaco para o ano de 1815, pelas mesmas condições, com data de 7 de Janeiro de 1814.

do Contrato era demasiado baixo, lesando consequentemente o Estado na direta proporção em que beneficiava os contratadores: o novo preço por que o Contrato foi arrematado para o triénio de 1818 a 1820, 1.440.000\$000 réis, era substancialmente superior ao anterior de mil e cem contos<sup>537</sup>.

Outros contratos importantes, que seguramente propiciavam ganhos substanciais aos seus arrematadores, foram os dos diamantes, do pau-brasil e do «azeite de peixe e barba de baleia». O dos diamantes era, de longe, o segundo em importância, pelo dinheiro que rendia à Coroa: no princípio do século XIX andava arrematado por trezentos e vinte contos de réis<sup>538</sup>. E desde 1792 que fora parar às mãos de um dos magnatas que integrava o contrato do tabaco, talvez então o homem mais rico do Reino: Joaquim Pedro Quintela<sup>539</sup>, omnipresente em tudo quanto fosse negócio privilegiado, como temos vindo a constatar. Antes de Quintela se apossar do negócio fora contratadora uma sociedade de negociantes estrangeiros da praça de Lisboa, a firma «Peters, Schlick & Hintze»<sup>540</sup>, e esta passagem do comércio dos diamantes de forasteiros para nacionais é também um dos múltiplos sinais da crescente afirmação da nossa elite económica. O mesmo sucedeu, aliás, com o contrato do pau-brasil, que ainda em 1790 andava arrendado à sociedade «Mellish & Devisme»<sup>541</sup>, passando no ano seguinte para a posse de uma firma portuguesa já aqui diversas vezes citada entre o grupo dos grandes negociantes, «João Roque Jorge, e Filhos»<sup>542</sup>. Rendia ao Estado bem menos do que os diamantes, cento e vinte contos de réis pela mesma referida época<sup>543</sup>. A avaliar pelos números de que dispomos para as quantidades de pau-brasil recebidas pelos contratadores entre os anos de 1796 e 1811, tratava-se de um negócio sujeito a grandes flutuações: até 1807, o peso da madeira oscilou entre o mínimo de 4.612 quintais, 2 arrobas e 4 arráteis em 1806 e o máximo de 29.268 quintais e 1 arrátel em 1804 (com uma média aproximada de 14.147 quintais entre 1796 e 1807)<sup>544</sup>. Era, porém, seguramente um negócio lucrativo, pois de outro modo não se justificaria que depois da morte de Roque Jorge um homem como Jacinto Fernandes Bandeira se apoderasse do contrato<sup>545</sup>. Nem este nem o

<sup>537</sup> BN (Reservados), *Mappas das Alfandegas (...)*, ms., cód. 235. *Mappa da Receita, e Despesa do R. Erario no anno de 1819*. Santos (Raul Esteves dos), *op. cit.*, p. 52.

<sup>538</sup> BN (Reservados), *Mappas das Alfandegas (...)*, ms., cód. 235. *Mappa da Receita e Despesa do R. Erario de 1803*.

<sup>539</sup> *Almanach* para o ano de 1792, p. 334.

<sup>540</sup> *Ibidem* para o ano de 1791, p. 325.

<sup>541</sup> *Ibidem* para o ano de 1790, p. 299.

<sup>542</sup> *Ibidem* para o ano de 1791, p. 325.

<sup>543</sup> BN (Reservados), *Mappas das Alfandegas (...)*, ms., cód. 235. *Mappa da Receita e Despesa do R. Erario de 1803*.

<sup>544</sup> A.N.T.T., *Conselho da Fazenda, Cartório da Casa da Índia*, n.ºs. 1599 a 1612, *Livros da Receita dos Contratadores*, anos de 1796 a 1811. A média é meramente aproximada, não só porque se desprezaram as quantidades expressas em arrobas e arráteis mas também porque faltam os livros de dois desses anos, 1800 e 1801.

<sup>545</sup> O «*Almanach*» para 1803 dá os herdeiros de João Roque Jorge como detentores do

sobrinho Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, que, como já vimos, lhe sucedeu, eram pessoas habituadas a perder dinheiro. Mas, como aconteceu em tantas outras atividades, o comércio da madeira que deu o nome à colônia americana deve ter entrado num processo irreversível de decadência após a abertura dos portos brasileiros: em 1811, o contratador apenas recebeu 128 quintais, 3 arrobas e 2 arráteis<sup>546</sup>. Quanto ao contrato do «Azeite de Peixe e Barba de Baleia» não escapara também à gula dos grandes magnatas, e no começo da última década do século XVIII estava na posse de dois dos homens dos tabacos, Quintela e António José Ferreira, a que se juntou, uns anos depois, João Roque Jorge<sup>547</sup>. Pouco tempo, contudo, duraria este contrato, pois um Alvará de Maio de 1798 tornou livre a pesca da baleia e a preparação do seu óleo, desde as costas portuguesas até ao Brasil e Moçambique<sup>548</sup>.

Os contratos celebrados com a Coroa não diziam apenas respeito a mercadorias cujo tráfico ela monopolizava. Sendo o estado monárquico do «*Ancien Régime*», apesar de todos os progressos na centralização e reforço da burocracia efetuados durante a fase absolutista, um aparelho político muito rudimentar se comparado com os estados contemporâneos, a Coroa portuguesa, à semelhança do que sucedeu na generalidade das monarquias europeias, foi obrigada a confiar certas tarefas de âmbito administrativo a particulares. Era o que ocorria, designadamente, com a cobrança de grande parte dos impostos. Como afirma um autor já aqui citado, «com exceção das alfândegas, nenhum dos rendimentos importantes se encontra sob administração [da Coroa].» Acrescentando que os órgãos estatais teoricamente encarregados da cobrança — almozarifados e magistrados territoriais — tinham uma importância «diminuta» no sistema fiscal, sendo o arrendamento, na época de que tratamos, «considerado como a condição indispensável de eficácia», ninguém considerando «que a administração pelos funcionários de Coroa seja uma alternativa»<sup>549</sup>. Assim, o número de contratos relativos à cobrança de vários tipos de tributos e direitos era muito considerável, envolvendo alguns deles montantes que só os tornavam acessíveis a negociantes ou capitalistas mais abastados. E a facilidade, para não lhe chamar avidez, com que muitos eram arrematados, faz supor que eram fonte de proveitos consideráveis.

Para se ter uma ideia do número de contratos deste tipo, e também de mercadorias, arrematados pela Coroa, vejamos o seguinte documento:

---

contrato (p. 425). Mas desde 1802 que Jacinto Fernandes Bandeira era o contratador: cf. A.N.T.T., *Conselho da Fazenda, Cartório da Casa da Índia*, n.º. 1603. *Livro da Receita dos Contratadores*, ano de 1802.

<sup>546</sup> *Ibidem*, *ibidem*, *ibidem*, n.º. 1612. *Livro da Receita dos Contratadores*, ano de 1811. Em 1808, recebera 571 quintais, 2 arrobas e 12 arráteis; em 1809, 2.537 quintais, 2 arrobas e 16 arráteis; e em 1810, 757 quintais, 3 arrobas e 24 arráteis.

<sup>547</sup> «*Almanach*» para o ano de 1794, pp. 357, 358. O «*Almanach*» para o ano anterior refere apenas Quintela e Ferreira.

<sup>548</sup> Alvará de 18 de Maio. Cf. *Gazeta de Lisboa*, N.º. 24, 12 de Junho de 1798.

<sup>549</sup> Costa (Fernando Dores), *op. cit.*, p. 448.

«Relação dos Actuais Contratadores, que trazem contratos  
arrematados pelo Conselho da Fazenda»

Manoel Gomes da Silva	Na Cidade de Braga	
Pedro Gomes da Silva	Dito	
D. Francisca Thomazia de Souza Cardoso	Dito	
Constantino Joaquim de Mattos	Dito	
Antonio Fernandes da Silva	Na Cidade do Porto	
Joaquim Jozé Fernandes da Silva	Dito	
Trazem os Contratos do Consulado do Porto em		160:500\$000
Dois por Cento p <sup>a</sup> . as Fragatas		96:000\$000
Pescado Seco		64:500\$000
Saca e obriga		10:000\$000
João de Oliveira Camossa	Na Quinta de Tundões, Comarca da Feira	
Manoel Leitão de Oliveira	No d <sup>o</sup> . Sítio	
Trazem a Prebenda de Coimbra		36:000\$000
Mathias Jozé de Faria	Rua do Príncipe	
João Manoel de Campos	Rua Bela da Rainha N <sup>o</sup> . 144	
Trazem o Subsídio Literário de Aveiro		3:400\$000
o D <sup>o</sup> . de Leiria		5:700\$000
Portagem de Vila Nova de Portimão		2:050\$000
Jozé Joaquim da Silva	Poiais de S. Bento, N <sup>o</sup> . 90	
Jacinto Pereira Lima	Rua Augusta N <sup>o</sup> . 21	
Trazem o Subsídio Literário de Beja		1:800\$000
O D <sup>o</sup> . de Évora		2:100\$000
Francisco Antonio Cordeiro	Travessa da Assumpção N <sup>o</sup> . 21	
João Antonio de Almeida	Rua do Alecrim N <sup>o</sup> . 38	
Trazem o Subsídio Literário do Porto		2:090\$000
Francisco Antonio Cordeiro	Travessa da Assumpção N <sup>o</sup> . 21	
João Antonio de Almeida	Rua do Alecrim N <sup>o</sup> . 38	
Manoel Francisco Camarinha	No Porto	
Trazem a Sisa das Cavalgadas		7:140\$000
João Manoel de Lima	Rua de S. Francisco	
João Manoel de Campos	Rua Bela da Rainha N <sup>o</sup> . 144	
Trazem o Subsídio Literário de Santarém		9:200\$000
Manoel Antonio Aleixo de Mendonça	Na Vila da Murça	
Henrique Jozé da Silva	Dito	
Diogo Jozé da Silva Campos	Dito	
Trazem o Subsídio Literário de Moncorvo		1:480\$000



José Lopes Matheus e Annes	Carreira dos Cavalos	
Luiz Francisco de Macedo	Travessa da Vitória	
Miguel do O. Filho	No lugar de Olhão, termo de Faro	
Trazem as Cinco Portagens do Algarve		17.010\$000
Rodrigo Jozé de Souza Lobo	Na vila de Guimarães	
Custodio Jozé da Silva	Dito	
Trazem o Subsídio Literário de Guimarães		5:400\$000
O D°. de Penafiel		1:200\$000
Antonio Pereira Mendes	Na vila de Tomar	
Mathias Jozé de Faria	Rua do Príncipe	
João Manoel de Campos	Rua Bela da Rainha N°. 144	
Trazem o Subsídio Literário de Thomar		3:050\$000
Vicente de Castro Guimaraens	Largo da Madalena	
Antonio Jozé de Miranda		
Trazem o Subsídio Literário de Viseu		6.000\$000
Jozé Pereira Soares	Em Benavente	
José Felix Gonçalves da Costa	Escolas Gerais, N°. 38	
Trazem as Miunças de Benavente		1.050\$000
Antonio Ribeiro da Costa	Em Cacilhas	
Jacinto Pereira de Lima	Rua Augusta N°. 21	
Trazem o Subsídio Literário de Torres Vedras		7.000\$000
Bento Jozé Pacheco & Filhos		
Trazem a Portagem de Lisboa		20:100\$000
Carlos Francisco Prego		
Jozé Pinheiro Salgado		
Jacinto Fernandes da Costa Bandeira		
Trazem o Paço da Madeira e seu Consulado		70.000\$000
Gaspar Pessoa Tavares		
Antonio Gabriel Pessoa de Amorim	Rua Augusta N°. 128	
Trazem o Almoarifado do Reguengo de S. Sibrão		3:900\$000
Manoel Francisco Camarinha	No Porto	
Manoel Luiz de Moura	Rua dos Fanqueiros, N°. 112	
Trazem a Chancelaria do Porto		3:615\$000
João Manoel de Campos	Rua Bela da Rainha N°. 144	
Mathias Jozé de Faria	Rua do Príncipe	
Viuva de Mello & Filho	Rua dos Algibebes N°. 18	
Trazem as Chancelarias da Corte e R°. Contos e Cidade		8:010\$000

Bernardino de Senna	Rua dos Capelistas	
Bento Jozé Pacheco & Filhos		
Jozé Bento Pacheco		
Theotonio Jozé da Silva		
Trazem o Contrato da Fruta		34:050\$000
Penna e Filho, Baptista & C <sup>a</sup> :	Ribeira Velha	
Jozé Francisco Rodrigues	Rua do Alecrim	
Jozé Manoel da Cunha e Oliveira	Boa Vista	
Trazem o Pescado Fresco		35:000\$000
João Felix Gomes Pinto	Portas de S. Antão N.º. 12	
Francisco Antonio Borges da Silva	Rossio N.º. 42	
Trazem os Dízimos da Freguesia de Pedrozo		2:755\$000
Dita das Quatro Freguesias		1:510\$000
Antonio Gabriel Pessoa de Amorim	Rua Augusta N.º. 128	
Antonio Pessoa de Amorim		
Gregorio Tavares Pessoa de Amorim	Em Torres Novas	
Trazem o Almoxarifado de Torres Novas		10:530\$000
Jozé Diogo de Bastos		
Francisco Jozé de Almeida		
Trazem o Contrato dos Azeites		39:010\$000
Joaquim Simoens Ramos	Em Alcântara	
Francisco Podrezo	Em Linda a Velha	
Antonio Podrezo	Dito	
Trazem o Almoxarifado de Algés, em		46 Moios de Trigo
		8 Ditos de Cevada
		5 Pipas de Vinho
Os seguintes estão ainda dentro do tempo das arrematações dos seus Contratos, porém acham-se sequestrados por não terem feito os competentes pagamentos:		
Jozé Luiz Teixeira Guerra	Da Cidade do Porto	
Antonio Jozé Saraiva	Dito	
Manoel de Andrade Silva	Rua Nova dos Correiros N.º. 64	
Traziam os Foros de S. João de Rey		1:375\$000
Cincos da Alfândega do Porto		950\$000
Sisa do Pelourinho, e Adelas		1:505\$000
Dízimos de S. Tirso de Paramos		955\$000
Foros de Val de Besteiros		1:980\$000
Lisboa 7 de Março de 1808, Jozé M <sup>a</sup> . Belchior da Costa		

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 14 (ortografia atualizada, excetuando os nomes próprios).

Um primeiro aspeto que nos parece dever ser salientado é o elevado número de contratos inseridos nesta relação — trinta e oito no total,

neles não se incluindo nenhum dos anteriormente referidos. Depois importa mencionar as elevadas quantias por que alguns se achavam arrematados: assim, os quatro contratos tomados pelo consórcio de negociantes e capitalistas de Braga e Porto, somando trezentos e trinta e um contos de réis, mais do que o preço da arrematação do contrato dos diamantes; ou o contrato do «Paço da Madeira e seu consulado», uma das alfândegas do porto de Lisboa, exigindo o pagamento de uma importância não despidianda, setenta contos de réis. Isto pressupunha, da parte dos arrematantes, uma considerável capacidade financeira. Não admira, pois, que encontremos entre os nomes desta relação vários elementos já referenciados como membros da oligarquia dos grandes negociantes. É o caso de Bento José Pacheco, cuja sociedade nos aparece em dois dos mais importantes contratos, a «Portagem de Lisboa» (20:100\$000 réis) e a «Fruta» (34:050\$000), neste último com mais três sócios. É também o caso de Gaspar Pessoa Tavares, que não desdenha entrar num modesto contrato para a cobrança dos impostos de um reguengo, aproveitando a experiência que lhe advinha, como vimos antes, de arrematante de direitos eclesiásticos. E ainda de José Pinheiro Salgado e Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, arrematando o «Paço da Madeira», associados a um homem que era também um importante capitalista lisboeta, Carlos Francisco Prego. Este último surgiu-nos no capítulo II como homem ligado à atividade seguradora. Mas Prego foi, acima de tudo, um exemplo muito interessante da importância dos contratos no enriquecimento de certas personagens. Nunca tendo sido negociante matriculado<sup>550</sup>, foi, contudo, um homem envolvido em diversas atividades e negócios e que, seguramente, angariou um considerável pecúlio. A prova do que afirmamos está no facto de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no seu projeto do «Banco Nacional Brigantino», ter contado com ele como acionista, hipotético subscritor de duas ações no valor de oito contos de réis (metade do que caberia a Quintela), bem como com a companhia seguradora de que era sócio, que subscreveria a mesma importância<sup>551</sup>. Uma das suas principais atividades terá sido a de «assentista»<sup>552</sup>, como fornecedor de lenhas a vários regimentos do exército<sup>553</sup>, sendo ainda

---

<sup>550</sup> O seu nome não consta em qualquer das listas publicadas nos «*Almanachs*» entre 1790 e 1820.

<sup>551</sup> O ministro chama-lhe «Companhia de Prego», certamente por considerá-lo o principal sócio; era realmente a «Companhia Esperança», já mencionada na parte relativa à atividade seguradora. Cf. lista dos prováveis acionistas do banco em *Elementos para a História Bancária (...)*.

<sup>552</sup> Assentista era, na definição do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (vulgo Dicionário de Moraes), 10ª edição, vol. II, o «*contador que provia as tropas do necessário por certa soma avançada ou assentada, paga pelo tesouro nacional*».

<sup>553</sup> A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, Livro VIII, folhas 268 vº. Em documento de 17 de Março de 1806, Carlos Francisco Prego é mencionado como fornecedor de lenhas a vários regimentos, durante o ano de 1805, montando o total dessa lenha a 7:418\$070 réis, incluindo os transportes e o vencimento de administrador.

muito conhecido em Lisboa como prestamista, emprestando dinheiro sobre objetos penhorados<sup>554</sup>.

Finalmente, não podemos escamotear o facto de haver um número considerável de negociantes ou simples capitalistas da Província como arrematantes dos contratos aqui listados, o que poderia levantar a questão, aparentemente já esclarecida, da relativa importância económica de alguns, em comparação com os seus colegas lisboetas. Todavia, tirando o facto já mencionado de o mais relevante conjunto de contratos estar na posse de um grupo de negociantes e capitalistas bracarenses e portuenses, não parece que as somas envolvidas nos contratos dos restantes possam indiciar uma capacidade financeira comparável à dos membros do que vimos designando como oligarquia financeira da capital. Já esse facto merece uma análise aprofundada, na medida dos elementos de que dispomos, dadas as quantias avultadas por que foram arrematados três dos contratos na posse desse grupo nortenho: 160:500\$000 réis no «Consulado do Porto», 96:000\$000 réis nas «Fragatas» e 64:500\$000 réis no «Pescado Seco». Ora, há dados que indiciam uma capacidade financeira acima da média relativamente a três dos membros do consórcio, Manuel Gomes da Silva, Pedro Gomes da Silva e Constantino Joaquim de Matos, todos negociantes na cidade de Braga. Em Outubro de 1805, uma notícia da «*Gazeta de Lisboa*» dava conta de um gesto dos três, rotulado de «generosidade e amor patriótico», que permitia que se iniciassem as obras de construção da estrada de Braga para o Porto: haviam adiantado todo o dinheiro necessário para os trabalhos. Como também se referia, gongoricamente, no ofício do «Inspecor das Estradas e outras Obras Públicas na Província do Minho»<sup>555</sup> onde era relatado esse facto, as populações beneficiadas mostrariam a maior satisfação por verem «princiada uma obra tão útil sem vexames nem contribuições forçadas». Acontece que, para além da sua qualidade de negociantes, os três beneméritos eram ainda «tesoureiros das contribuições naquele distrito»<sup>556</sup>, o que mais uma vez reforça o que vimos escrevendo sobre as vantagens e ganhos dos contratos e funções ligados à arrecadação de impostos. Um outro dado revelador dos meios de fortuna desse pequeno grupo de homens de negócio bracarenses pode ser encontrado nos donativos voluntários feitos à Coroa em 1809: Constantino Joaquim de Matos, por si e em nome de seus sócios Manuel Gomes da Silva e Viúva Matos e Filhos, estes últimos também de Braga, ofereceram

<sup>554</sup> Informação prestada por Jorge Borges de Macedo, em nota apensa à lista dos prováveis acionistas do «Banco Nacional Brigantino», a propósito do nome que Sousa Coutinho deu à «Companhia Esperança». Cf. *Elementos para a História Bancária (...)*. Desse facto virá, muito provavelmente, a conhecida expressão popular de «pôr no Prego» para designar o ato de entregar um objeto numa casa de penhores.

<sup>555</sup> António Fernando Pereira Pinto de Araújo de Azevedo, do Conselho de S.A.R.; o ofício foi dirigido à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, com data de 24 de Agosto de 1805. Cf. *Gazeta de Lisboa*, N.º. 40, Supl.º., 4 de Outubro de 1805.

<sup>556</sup> *Ibidem*.

a significativa quantia de um conto de réis, além de um cavalo para o exército. Embora a maior parte do dinheiro fosse em papelada vária (739\$693 réis em escritos e 200\$000 réis em duas apólices da dívida pública)<sup>557</sup>, papelada que habitualmente valia menos que o seu valor nominal, não deixava de representar um considerável esforço para comerciantes da Província, particularmente se atendermos à época de penúria e dificuldades graves em que a oferta foi efetuada. O facto de Braga ser não só um mercado regional de certa dimensão mas também uma importante metrópole eclesiástica contribuiu decerto para o aparecimento desse núcleo, com meios e rendimentos acima da generalidade dos seus pares fora de Lisboa e Porto, sem que, todavia, possamos colocá-los em pé de igualdade com as mais abastadas gentes de comércio destas duas principais cidades, e muito particularmente com as da capital.

---

<sup>557</sup> *Ibidem*, N.º. 8, Seg.º. Supl.º., 25 de Fevereiro de 1809, *Relação das pessoas que têm concorrido com Donativos Voluntários manifestados na Mesa da Comissão (...)*.



# CAPÍTULO IV

## DA PROSPERIDADE À CRISE: A EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÓMICA DESDE A ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XVIII ATÉ 1820 E OS SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE MERCANTIL.

### 1 — Antes das Invasões Francesas: uma conjuntura económica favorável. A importância do Brasil e a prosperidade comercial.

Em Novembro de 1798, o cônsul do Reino Unido no Porto, John Whitehead, escrevia a um negociante seu compatriota residente na cidade, Mr. Warre, sócio de uma das mais importantes firmas britânicas aí instaladas, uma carta onde afirmava que, no âmbito dos negócios, nenhum período da história portuguesa podia sustentar qualquer comparação com a prosperidade que então se vivia<sup>558</sup>. Esta prosperidade seria visível, na opinião de Whitehead, na chegada ao Porto da frota do Brasil transportando seiscentos contos de réis de mercadorias (fretes incluídos), e na exportação de mais de sessenta mil pipas de vinho da «feitoria» britânica. E concluía, talvez em jeito de censura, que tais factos, se aproveitados por uma administração capaz, poderiam tornar «isto» um «país respeitável» (*might make this a respectable country*)<sup>559</sup>.

John Whitehead era decerto um homem bem colocado para proferir uma afirmação destas. Estava radicado no Porto há muitos anos e profundamente inserido na vida da cidade, a tal ponto que, na sua qualidade de arquiteto, projetou vários edifícios e urbanizou diversas zonas da urbe nortenha. A sua principal obra foi exatamente a monumental casa da «Feitoria» britânica<sup>560</sup>, símbolo do poderio dos negociantes seus compatriotas aí fixados, que continuavam a dominar a exportação do vinho do Porto. Esta, no respeitante ao Reino Unido, havia atingido um máximo de mais de sessenta e cinco mil pipas (65.443) nesse ano de 1798<sup>561</sup>, culminando uma tendência que se verificava desde meados do século e que se traduziu no crescimento de uma média anual de cerca de

---

<sup>558</sup> «No period of the Portuguese History of its concerns can boast anything equal to the present». Publicada em Ferreira (J. A. Pinto), *O Comércio do Vinho do Porto, Através da Correspondência de John Whitehead, Cônsul Britânico na Mesma Cidade, Endereçada a Mr. Warre (1793 a 1800)*, Porto, 1960, p. 89.

<sup>559</sup> *Ibidem*, pp. 89 e 90.

<sup>560</sup> *Ibidem*, pp. 23 e 24. Cf. Costigan (Arthur William), *op. cit.*, vol. I, p. 197 a 204.

<sup>561</sup> Ferreira (J.A Pinto), *op. cit.*, p. 143.

dezassete mil pipas (16.938), no período de 1747 a 1760, para mais de quarenta mil (42.450), no período de 1795 a 1799<sup>562</sup>.

Mas não foram só as exportações de vinho do Porto que registaram um incremento assinalável. De um modo geral isso verificou-se com todos os produtos que Portugal tinha para vender, quer da Metrópole quer das colónias, com especial destaque, no caso destas últimas, para o Brasil. Já referimos, no capítulo II, o que permitira à economia portuguesa efetuar o que Jorge Borges de Macedo denominou «uma recomposição geral sem ouro», após a gradual diminuição das remessas deste produto desde meados do século XVIII. Num quadro de relações internacionais profundamente modificado pelas guerras e revoluções do último terço dessa centúria, Portugal viu a generalidade dos seus produtos valorizarem, enquanto a sua capital reforçava o seu estatuto de grande entreposto de géneros coloniais. Vinho, sal e lãs, com origem na parcela europeia, algodão, açúcar, tabaco, couros, café, cacau e pau-brasil, provindos da colónia americana, eram os principais produtos, com acesso garantido a vários mercados europeus. Beneficiando, assim, de uma conjuntura favorável, a balança comercial portuguesa apresentou habitualmente, nos anos anteriores às invasões francesas, saldos positivos, conforme se pode ver no quadro seguinte, que regista os números do comércio externo português de 1796 a 1807:

Anos	Importações	Exportações	Saldos
1796	31.631.000	40.033.000	8.402.000
1797	36.245.000	29.557.000	-6.688.000
1798	36.823.000	37.634.000	811.000
1799	49.388.000	44.220.000	-5.168.000
1800	50.078.000	51.712.000	1.634.000
1801	48.343.000	62.759.000	14.416.000
1802	44.855.000	53.513.000	8.658.000
1803	37.670.000	53.810.000	16.140.000
1804	44.602.000	52.652.000	8.050.000
1805	49.141.000	56.635.000	7.494.000
1806	41.102.000	58.138.000	17.036.000
1807	34.740.000	52.498.000	17.758.000

Fonte: Balbi (Adrien), *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*, tomo I, p. 441. Valores em cruzados. Saldos corrigidos em vários anos.

Nestes doze anos, apenas em dois, 1797 e 1799, se verificaram saldos negativos. Em quatro desses anos, 1801, 1803, 1806 e 1807, o excedente da balança comercial portuguesa ultrapassou largamente os dez milhões de cruzados, o equivalente a quatro mil contos de réis. Num país secularmente habituado aos saldos negativos tratou-se de uma situação inédita, reveladora de uma prosperidade comercial que, como escrevia o cônsul britânico no Porto, não conhecia paralelo na nossa história.

<sup>562</sup> Números publicados em Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 195.



Para compreender as razões dessa prosperidade comercial é preciso contar com o chamado sistema do «Pacto Colonial», que regulava as relações económicas entre Portugal e as suas colónias, à semelhança, aliás, do que se passava com as outras potências coloniais. Esse sistema, esboçado ou mesmo posto em prática desde o princípio da moderna colonização europeia por todos os estados colonizadores, foi definido e sistematizado nos séculos XVII e XVIII, ao abrigo da orientação económica mercantilista então dominante. Citando Marcello Caetano, que estudou o assunto numa das suas obras de investigação histórica, «em Portugal [esse sistema] decorria da lógica das conceções e prescrições exclusivistas que desde início adotáramos, mas só no tempo de Pombal veio a ser ordenado em doutrina na nota enviada ao embaixador de França em Lisboa, com data de 31 de Janeiro de 1776». Basicamente, nessa nota, depois de se afirmar, num estilo bem pombalino, que as colónias ultramarinas «havendo sido estabelecidas com o preciso objeto da utilidade da metrópole a que são pertencentes», estão sujeitas a «leis infalíveis e universalmente observadas na prática de todas as nações», declarava-se que o comércio e a agricultura delas devem ser exclusivos dos seus fundadores, sendo qualquer comércio com estrangeiros «um verdadeiro furto que se faz à respectiva metrópole (...) punível pelas leis dos respectivos soberanos»<sup>563</sup>. Categoricamente, concluía-se que não atentavam contra a liberdade do comércio as potências que o restringiam nas colónias em proveito dos seus vassallos, antes todo o governo que por indiferença tolerasse nos seus portos a contravenção dos princípios definidos na nota praticaria «uma política destrutiva do comércio e da riqueza da sua nação»<sup>564</sup>.

Claro que, na prática, este exclusivismo comercial foi contrariado por comerciantes nacionais e estrangeiros. Como lembra um historiador da época pombalina, o comércio em Portugal e nas colónias, à semelhança do que sucedeu em todas as épocas e lugares desde que a atividade foi sujeita a regras, «assumia dois aspectos, o legal e o de contrabando». E este último, no caso em apreço, «era de uso corrente e praticado em larga escala por comerciantes portugueses e ingleses estreitamente associados»<sup>565</sup>. Igualmente a França, menos favorecida pelos nossos tratados de comércio, «também utilizava para as relações com a nossa metrópole e colónias o contrabando e a venda ilegal, procurando enviar clandestinamente os seus navios e os seus produtos ao Brasil»<sup>566</sup>. Daí que, durante o consulado pombalino, e no quadro das medidas de reforço do poder do Estado, assumisse particular relevância, a par do combate implacável ao contrabando, o ataque à atividade dos chamados «comissários volantes», gente que exercia um pequeno comércio

<sup>563</sup> *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, 3ª. ed., Lisboa, 1963, pp. 41 a 43.

<sup>564</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>565</sup> Macedo (Jorge Borges de ), *A Situação Económica (...)*, p. 60.

<sup>566</sup> *Idem, ibidem*.

viageiro, transportando mercadorias que vendia no local de destino, e voltando posteriormente ao ponto de partida, onde preparava nova viagem. É que esses «comissários volantes» atuavam muitas vezes como mandatários de negociantes estrangeiros, além do que se dedicavam, também frequentemente, ao contrabando dos mais diversos produtos<sup>567</sup>. Mas tudo indica que as medidas tomadas no reinado de D. José contribuíram para diminuir efetivamente o contrabando e as tentativas de contrariar o exclusivo comercial na grande colônia sul-americana.

Esse exclusivo comercial beneficiava Portugal essencialmente de dois modos: por um lado, permitia-lhe ser o reexportador para a Europa de todos os produtos brasileiros, com todos os benefícios que daí advinham para o Estado e negociantes nacionais; por outro, favorecia o acesso das mercadorias portuguesas, com particular saliência para as manufaturas, a um mercado em franca expansão e onde a atividade industrial estava sujeita a severas restrições. Nos anos anteriores às invasões francesas e às mudanças que estas acarretaram, tanto as importações de produtos brasileiros como as exportações de manufaturas portuguesas para a colônia americana atingiram montantes muito elevados. Vejamos a balança comercial com o Brasil desde 1796:

Anos	Importações	Exportações	Saldos
1796	28,687,000	17,455,000	-11,232,000
1797	10,647,000	21,314,000	10,667,000
1798	27,041,000	26,670,000	-371
1799	31,461,000	39,502,000	8,041,000
1800	31,320,000	23,580,000	-7,740,000
1801	36,941,000	26,700,000	-10,241,000
1802	25,883,000	25,379,000	-504
1803	28,330,000	24,821,000	-3,509,000
1804	27,999,000	28,458,000	459
1805	34,871,000	23,763,000	-11,108,000
1806	35,384,000	21,065,000	-14,319,000
1807	34,819,000	17,382,000	-17,437,000

Fonte: Balbi (Adrien), *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*, tomo I, p. 424. Valores em cruzados. Saldos corrigidos em vários anos.

E vejamos agora a seguinte tabela relativa aos valores das manufaturas das fábricas portuguesas exportadas para o Brasil e demais estabelecimentos ultramarinos, também nas mesmas datas:

<sup>567</sup> Idem, *ibidem*, p. 47.

Anos	Valores em cruzados
1796	6,106,502
1797	7,160,750
1798	10,329,000
1799	14,080,750
1800	9,606,250
1801	10,030,750
1802	8,676,508
1803	6,936,500
1804	8,449,250
1805	6,311,750
1806	4,799,250
1807	2,936,650
<b>Média</b>	<b>7,951,993</b>

Fontes: Balbi (Adrien), *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*, tomo I, p. 445; Neves (José Acúrsio das), *Memória Sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, Considerada Nos Seus Diferentes Ramos*, Lisboa, 1820, pp. 46 e 47.

Este intenso tráfego com o Brasil beneficiava uma boa parte dos negociantes nacionais de Lisboa e Porto. De facto o comércio com a colónia americana, apesar da política de favorecimento dos grandes capitalistas seguida durante o consulado pombalino, continuava essencialmente a ser efetuado por comerciantes sem grandes cabedais e projeção. Jorge Borges de Macedo, ao estudar o movimento marítimo do Porto no período de 1806 a 1812, já havia concluído que uma parte importante do tráfego comercial brasileiro era movimentado pelo que designa «numerosos pequenos mercadores». Negociantes «de pequeno tomo, numa proliferação de sociedades, comparsarias, cotas, subsídios, empréstimos a juro ou em comércio volante, movimentavam-se nos seus barcos importantes mercadorias trazidas ou levadas da Europa, ou do Brasil»<sup>568</sup>. As conclusões a que chegou, coincidentes com as nossas em função das tabelas dos consignatários dos nossos portos que elaborámos, foram devidamente referidas no capítulo II, e demonstram o enorme predomínio dos negociantes estrangeiros, aqui radicados, no comércio marítimo. No caso do Brasil, donde os estrangeiros estavam arredados antes da abertura dos seus portos em Janeiro de 1808, constata-se a existência de dezenas de nomes das duas principais praças do Reino que não ultrapassam anualmente uma ou duas consignações ou barcos consignados. O caso do Porto é flagrante: em 1794, encontramos vinte e cinco negociantes recetores de uma ou duas embarcações provenientes dos portos brasileiros<sup>569</sup>; em 1795, dezoito<sup>570</sup>; em 1800, treze nomes<sup>571</sup>; e em 1801,

<sup>568</sup> *O Bloqueio Continental (...)*, pp. 81 e 83.

<sup>569</sup> O período referido decorre exatamente de 08/12/1793 a 31/12/1794. «*Correio Mercantil e Economico de Portugal*», ano de 1794 e N.ºs. 1, 2 e 3, de 6, 13 e 20 de Janeiro de 1795, «*Embarcações que entraram pela barra do Porto...*» (ver tabela anexa).

<sup>570</sup> No período de 01/01/1795 a 19/12/1795. *Ibidem*.

<sup>571</sup> No período de 14/12/1799 a 31/12/1800. *Ibidem*.

vinte e um<sup>572</sup>. É verdade que, no que respeita a Lisboa, verificamos que algumas das maiores casas comerciais participam nesse tráfego — em 1794 e 1795, por exemplo, Roque Jorge, Jacinto Fernandes Bandeira e Joaquim Pedro Quintela aparecem nos primeiros lugares das tabelas, onde também encontramos nomes como os de Teixeira de Barros, Anselmo José da Cruz e António José Ferreira<sup>573</sup> — mas, como também já afirmámos anteriormente, essa atividade não constituía a principal fonte de rendimento da generalidade dos grandes negociantes nacionais, e não originava qualquer predomínio. Largas dezenas de nomes asseguravam consequentemente o grosso do comércio brasileiro e neste repousava, em boa medida, a prosperidade das comunidades mercantis de Lisboa e do Porto.

Acompanhando esse surto de prosperidade comercial decorrente de uma conjuntura favorável e dos laços especiais com o Brasil, até o velho comércio com a Ásia, em tempos o cerne do tráfego português a longa distância, de certo modo também ressurgira. Desde a época da guerra da independência dos Estados Unidos da América que, segundo Vitorino Magalhães Godinho, «o comércio português com as Índias Orientais, aproveitando as infelicidades dos outros, toma um desenvolvimento inesperado, bastante intenso. Em vez dos dois navios que se enviavam durante o século XVII e a primeira metade do XVIII, bruscamente, passa-se a mandar 8 e 10 — e são navios portugueses que fazem a maior parte do comércio inglês com a China e a Índia»<sup>574</sup>. Tratava-se já não do velho comércio das especiarias, mas, nas palavras de Acúrsio das Neves, de «ricas carregações de mercancias», das quais uma parte era consumida no Reino, designadamente alimentando manufaturas como as fábricas de estampania, atrás referidas — no caso dos tecidos brancos e sedas da China —, e o resto reexportado com bons lucros<sup>575</sup>.

Era um comércio feito com letras sobre Inglaterra e deste país sobre Bengala e outras praças orientais<sup>576</sup>, o que permitirá nomeadamente, após a época das invasões francesas, a utilização dos fundos que os negociantes portugueses haviam remetido para as praças britânicas nesses anos conturbados, e consequentemente a manutenção desse rendoso tráfego. Que, na opinião abalizada do economista antes citado, só traria vantagens ao país: «É pois um comércio, que tende visivelmente a favorecer a reversão dos nossos fundos extraviados, e pôr em atividade as nossas manufaturas; que aumenta os nossos capitais e assenta sobre especulações que nos enlaçam com as diferentes praças da Europa e América, concorrendo por meio deste sistema complicado para o engrandecimento da massa geral do comércio Português»<sup>577</sup>.

<sup>572</sup> No período de 01/01/1801 a 05/12/1801. *Ibidem*.

<sup>573</sup> Cf. tabelas dos anos de 1794, 1795, 1800 e 1801.

<sup>574</sup> *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*, in *Ensaios II*, p. 314.

<sup>575</sup> *Varietades (...)*, tomo I, p. 231.

<sup>576</sup> *Ibidem*, tomo II, p. 204

<sup>577</sup> *Ibidem*, tomo I, p. 231.

Só a euforia comercial que se viveu nessa época e a concomitante abundância de capitais podem explicar atitudes como a registada pela «*Gazeta de Lisboa*» em Dezembro de 1800: sendo necessário um empréstimo de quarenta contos de réis para a construção de um novo estabelecimento hospitalar, a obra do «Lazareto», alguns dos principais negociantes da capital ofereceram-se espontaneamente para o preencher e administrar. Lá apareciam vários nomes já nossos conhecidos da aristocracia mercantil: Anselmo José Sobral, Joaquim Pedro Quintela, Jacinto Fernandes Bandeira, José Pinheiro Salgado, José Pereira de Sousa Caldas, António Francisco Machado, Francisco Luís Pereira de Castro, Manuel de Sousa Freire, Paulo Jorge e filhos, João António d' Amorim Viana, Miguel Lourenço Peres, Manuel da Silva Franco e José Pereira de Sousa Peres<sup>578</sup>. Fossem quais fossem os proventos que esta gente da mercancia esperasse retirar de uma tal iniciativa — e sabe-se como, citando um velho dito português, é gente que habitualmente «não dá ponto sem nó» —, a facilidade com que avançavam os capitais necessários a diversos empreendimentos só se entende à luz da prosperidade que efetivamente se vivia. Já antes tínhamos referido a atitude de negociantes bracarenses adiantando todo o dinheiro indispensável à construção da estrada de Braga para o Porto. Vimos também como, na generalidade dos casos, os membros do comércio haviam correspondido às diversas solicitações de donativos para as despesas públicas, que as conturbadas circunstâncias posteriores à Revolução Francesa haviam imposto.

Parece-nos poder concluir a análise da situação portuguesa antes da entrada das tropas francesas com a opinião do mais reputado economista nacional desse tempo, José Acúrsio das Neves. Escreveu este na sua obra sobre as invasões e estabelecendo a comparação entre a situação económica no tempo de Pombal — de quem, diga-se, ele era um grande admirador — e a situação no reinado seguinte: «Pensa-se, ou diz-se vulgarmente, que tudo se aniquilou depois dele; mas os nossos olhos nos convencem do contrário. O comércio, entregue a si mesmo, prosperou sempre; a agricultura, recompensando ao lavrador os seus trabalhos, não retrogradou; e as fábricas, mais ou menos favorecidas, segundo as circunstâncias do tempo, e das cabeças, conservaram-se na maior parte, algumas prosperavam, e mesmo se levantaram outras de novo. A guerra principiada na América setentrional, e transportada à Europa, implicando tantas bandeiras, enquanto a Portuguesa conservava a sua neutralidade, fez dar um grande voo à navegação, e por consequência ao comércio de Portugal»<sup>579</sup>. E mais adiante acrescentou, referindo-se ao estado do país imediatamente antes da ocupação estrangeira: «Sinto não poder dar aos meus leitores, como desejava, mapas exatos, que representassem o estado do nosso comércio, e da nossa agricultura: ver-se-ia, que

<sup>578</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 51, Seg.º. Supl.º., 27 de Dezembro.

<sup>579</sup> *Historia Geral da Invasão dos Francezes em Portugal, e da Restauração deste Reino, escrita por...*, Tomo I, Lisboa, 1810, p. 253.

o comércio era florentíssimo, propendendo a balança visivelmente a nosso favor, e que a agricultura prosperava a olhos vistos. Viam-se, é verdade, entrar em Lisboa todos os anos numerosas carregações de trigo, e milho; mas deve dar-se o grande desconto do muito, que também se consumia destes géneros em prover a imensidade de navios, que entravam, e saíam pela barra, e então se conhecerá, que não é tão grande a falta de pão, nem tão dependente do estrangeiro a subsistência dos habitantes de Lisboa, como vulgarmente se acredita. (...) A mesma neutralidade, enquanto a pudemos conservar na presente guerra, posto que comprada, como vimos, a peso de ouro, produziu vantagens incalculáveis ao reino, e particularmente a Lisboa. O nosso comércio tornava-se cada vez mais ativo; e já notei assinaladamente o que se fazia para os portos de França. Para se poder formar um juízo prudente sobre as riquezas, que se tinham concentrado em Portugal, bastará refletir nas repetidas, e largas sangrias, que este reino tinha sofrido, e no que ainda acharam os Franceses»<sup>580</sup>. E Acúrsio não deixava de lembrar a «grandeza» e «opulência» da capital, a quem os franceses chegaram a qualificar como «a mais rica cidade da Europa»<sup>581</sup>.

Talvez a visão do economista fosse algo idílica. Os portugueses, como aliás a generalidade dos povos, tendiam a valorizar o passado perante as dificuldades do presente. Vinham aí tempos difíceis, pois a neutralidade nem mesmo a «peso de ouro» pôde continuar a ser comprada e com o seu termo dissiparam-se as «vantagens incalculáveis», que constituíam um dos alicerces da prosperidade portuguesa. A verdade é que, enquanto durou, esta prosperidade criava seguramente um ambiente mental de satisfação e até mesmo de euforia nas comunidades mercantis, que não favorecia de modo algum, numa época caracterizada pelo triunfo de ideais revolucionários na Europa ocidental e na América, a difusão desses mesmos ideais. Latino Coelho, que na sua monumental «*História Política e Militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*» estudou o assunto, e nomeadamente a tenaz ação persecutória levada a cabo pelo intendente Pina Manique sobre tudo o que pudesse ser considerado propaganda das novas ideias, não pôde chegar a grandes conclusões sobre a penetração destas nos meios dos negócios. Os principais nomes suspeitos, tomando como boas as investigações policiais dirigidas pelo zeloso intendente, pertenciam a negociantes e mercadores estrangeiros cá radicados, e o único nome verdadeiramente importante de um homem de negócios português envolvido em pretensas ações de propaganda revolucionária, apontado por Latino, foi o de Jácome Raton, que, como sabemos, havia nascido em França e era portanto naturalizado. Segundo um ofício de Pina Manique para o Marquês de Ponte de Lima, na altura membro do governo<sup>582</sup>, Raton seria

<sup>580</sup> *Ibidem*, pp. 254, 255, 256.

<sup>581</sup> *Ibidem*, p. 257.

<sup>582</sup> Era presidente do Real Erário e ministro assistente ao despacho do Paço. Fora antes secretário de Estado dos Negócios do Reino. Cf. Beirão (Caetano), *op. cit.*, pp. 84 a 86.

um dos agentes da Convenção Nacional em Lisboa, «para darem notícias e para outras negociações clandestinas»<sup>583</sup>. Para além deste, que antes das invasões não parece ter sido minimamente incomodado pelas suas pretensas atividades subversivas, e foi até agraciado, em 1802, com o foro de «fidalgo cavaleiro da casa real»<sup>584</sup>, o mais que Latino pôde encontrar em matéria de simpatizantes das ideias revolucionárias, na qualidade de maçons condenados pelo tribunal do Santo Ofício, foi um pequeno grupo de gente ligada ao comércio e indústria, notoriamente irrelevante em termos de riqueza e projeção social<sup>585</sup>. Embora, no seu afã de provar a existência de muitos adeptos das novas ideias, tenha escrito que «os arquivos da inquisição são copiosos de sentenças proferidas contra proprietários, negociantes e industriais»<sup>586</sup>. Não seria este o caso, mas já nas comunidades mercantis estrangeiras aqui fixadas parece ter havido alguns propagandistas de relevo: Manique referenciou, designadamente, homens como o agente geral da Suécia, João Alberto Kantzow, um dos principais nomes ligados ao tráfego marítimo, os franceses Luís Lassence e Jacob Pedro Lartigue, ambos negociantes na capital, e o irlandês Henry Gallwey, homem de negócios também residente em Lisboa<sup>587</sup>.

Os grupos sociais possidentes não têm por hábito hostilizar o poder vigente quando os seus interesses não são minimamente beliscados e até, pelo contrário, são protegidos e incentivados. Os grupos mercantis portugueses e particularmente o seu estrato superior, os negociantes, conquistaram nos anos finais do século XVIII um prestígio social que o poder político da época não deixou de reconhecer, nomeadamente através de uma política de nobilitações e de concessão de títulos, que tornou os seus elementos de maior relevo verdadeiros aliados da Coroa e detentores de real influência na esfera do poder. É também significativo que, para além dos cargos que ocupavam nos organismos reguladores das atividades económicas — sendo o mais relevante o de deputados da Junta do Comércio —, alguns homens de negócio fossem chamados a integrar órgãos consultivos do monarca absoluto. O já nosso conhecido João Pereira Caldas, por exemplo, um dos elementos do Contrato do Tabaco, integrou desde 1790 o Conselho Ultramarino<sup>588</sup>, cuja importância

<sup>583</sup> *Apud op. cit.*, tomo II, p. 387 (nota em rodapé).

<sup>584</sup> d'Alcochete (Nuno Daupias), artigo *Ratton, Jácome (aliás Jacques) (1736-1820)*, in *D.H.P.*, vol V, pp. 235 a 237. Ratton só viria a ser incomodado na altura da invasão de Massena, quando foi preso e deportado para o Reino Unido. Cf. Idem, artigo *Setembrizada (1809)*, *ibidem*, pp. 554 a 557; e ainda a justificação de Ratton, in *Recordações (...)*, p. 264 e ss.

<sup>585</sup> Enumera-os em nota de rodapé (*ibidem*, p. 415): Francisco Joaquim Moreira de Sá, natural e residente em Guimarães, João Luís do Couto, negociante, Gregório Freire Carneiro, fabricante de chapéus em Lisboa, Francisco da Silva Freire, negociante lisboeta, Manuel dos Santos Rocha, homem de negócio, e Eusébio Luís de Oliveira, comerciante.

<sup>586</sup> *Op. cit.*, tomo II, p. 415.

<sup>587</sup> *Ibidem*, pp. 375, 376, 386, 387, 395, 397.

<sup>588</sup> Cf. Caetano (Marcello), *O Conselho Ultramarino — Esboço da sua História*, Lisboa, 1967, p. 136.

para o governo do então vasto império português era indiscutível. Essa política, que se limitava a consagrar um prestígio que a riqueza gerada pela atividade comercial e a importância crescente desta impunham no plano social, não era nova em Portugal, onde, como acentua Jorge Borges de Macedo, «o acesso ou permanência na nobreza nunca foram exclusivos da fidalguia»<sup>589</sup>, lembrando as numerosas nobilitações que, ao longo dos séculos, consagraram pessoas de condição humilde. O que era novo e significativo, «no último quartel do século XVIII», como afirma o mesmo autor, era «a densidade dessas promoções, a proveniência dos elementos beneficiados e a justificação teórica que acompanhava a nobilitação dos Quintelas, Braancamp, Sobrais, Cruzes e tantos outros»<sup>590</sup>. Assim, penso que podemos admitir com verosimilhança que, antes das invasões francesas e do conjunto de factos que lhes sobrevieram e que alteraram completamente o quadro em que se desenvolviam as atividades mercantis e conexas, não havia seguramente no seio do que podemos chamar «burguesia comercial» qualquer sentimento generalizado de contestação ou sequer de crítica da ordem social e política vigente, que pudesse eventualmente conduzir a uma vontade de rotura com o regime. Isto mesmo é reconhecido por um historiador francês autor de alguns valiosos estudos sobre questões relativas ao período aqui tratado. Referimo-nos a Albert Silbert, que constatou não haver então em Portugal qualquer crise social grave, acrescentando: «Uma nobreza domesticada, uma burguesia ligada ao Estado, um regime feudal geralmente aceito, são sinais de tensões fracas. (...) O Portugal de 1800-1805 ignora «a conjuntura Luís XVI» que viveu a França de 1789»<sup>591</sup>.

## 2 — As Invasões Francesas e a Guerra Peninsular: reflexos sobre o aparelho comercial e produtivo do país. A nova conjuntura do comércio externo depois de 1808: a abertura dos portos do Brasil e a concorrência britânica. A deterioração da situação económica e política.

«Chegou o nosso fado, e caiu tudo de repente. Parou o comércio, fecharam-se as fábricas, enfraqueceram extraordinariamente os trabalhos dos campos, e o reino foi tão despojado por diferentes maneiras, que ainda depois de livre ficou sem forças, para poder cuidar no seu restabelecimento. Não se limitou aos roubos o dano, que os inimigos nos causaram na invasão de 1807: destruíram os nossos estabelecimentos, dispersando os indivíduos que neles se empregavam, e os empreendedores que os sustentavam, interrompendo as comunicações com os

<sup>589</sup> *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 216.

<sup>590</sup> *Ibidem*, p. 217.

<sup>591</sup> *Portugal perante a política francesa (1799-1814)*, in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, 1972, p. 49.



estados ultramarinos, onde as manufaturas tinham o principal consumo, e fazendo sair os capitais para fora do reino.»

O mesmo Acúrsio das Neves que descrevera em tons ridentes a situação do país antes das invasões, resumia deste modo as consequências funestas que esses eventos trouxeram<sup>592</sup>. Principalmente «a catástrofe de 1807», como viria a chamar-lhe uns anos depois de ter escrito estas linhas, em 1820, na sua «*Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa (...)*»<sup>593</sup>. Aqui apontaria o carácter nefasto, para o estado em que o Reino então se encontrava, de acontecimentos como a retirada da Corte para o Brasil, a abertura do comércio desta colónia às nações estrangeiras, o tratado de comércio assinado com o Reino Unido em 1810, a devastação das províncias do Norte e Centro nas invasões de Soult e de Massena, e, «quando apenas começávamos a respirar», «uma nova guerra no sul da América», que trouxe a acerbação da pirataria e as consequentes perdas marítimas<sup>594</sup>. Todos estes eventos são sobejamente conhecidos e o seu alcance tem sido objeto de amplos debates na historiografia portuguesa. O que interessa aqui salientar, porém, é que Acúrsio das Neves lhes atribuía um papel decisivo no estado de «ruína» e decadência em que ele e os seus contemporâneos viam mergulhado o país, passado o tufão das invasões. E tudo indica que a visão do conceituado economista coincidia com o modo de pensar da generalidade dos elementos com influência e ilustração da sociedade portuguesa do tempo: atente-se, por exemplo, no teor do ofício enviado a D. João VI pelos governadores do Reino em 2 de Julho de 1820, onde se enumeram os males que afetariam o país<sup>595</sup>.

«Caiu tudo de repente»: teria sido efetivamente repentina a mudança económica, a passagem de um clima de euforia comercial e mesmo certo desafogo económico para um ambiente de sombrio desalento e pessimismo, que transparece nas palavras de Acúrsio das Neves? A ausência do soberano, a abertura dos portos brasileiros, o tratado de comércio de Fevereiro de 1810, as destruições provocadas pelas forças invasoras, a pirataria dos insurgentes sul-americanos explicariam uma viragem mais ou menos rápida da situação económica do país, num espaço temporal de alguns anos? Ora, as interpretações de alguns historiadores contemporâneos sobre esta problemática não apontam inteiramente neste sentido: sem menosprezarem a relevância desses factos para a evolução da sociedade portuguesa do tempo, tendem a valorizar outros fatores na explicação das mudanças que inegavelmente ocorreram em Portugal nesses anos, situando também essas mudanças num quadro temporal mais longo. Cingimo-nos aqui a dois dos mais conceituados, pela importância das investigações que efetuaram, fundamentais para o conhecimento e análise do período em questão, mesmo que seja pela

<sup>592</sup> *Varietades (...)*, tomo I, pp. 6 e 7.

<sup>593</sup> *Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa (...)*, p. 5.

<sup>594</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>595</sup> Peres (Damião), *op. cit.*, vol. VII, pp. 40, 41.

ultrapassagem ou rejeição das teses que apresentaram. Referimo-nos a Vitorino Magalhães Godinho e a Jorge Borges de Macedo.

O primeiro, fiel discípulo da escola francesa dos «*Annales*», valorizando em consequência a «longa duração» ou «tempo longo» na interpretação histórica, recorre a uma teoria baseada em ciclos económicos de «períodos muito longos» para explicar as flutuações económicas portuguesas da segunda metade do século XVIII e da primeira do século XIX. A determinação desses ciclos económicos de longa duração assenta fundamentalmente no estudo do movimento dos preços. Na esteira de autores como Charles-Ernest Labrousse e Earl J. Hamilton, Vitorino Magalhães Godinho considera que as séries de preços, «além da facilidade documental, servem-nos bem de indicadores da marcha geral da economia»<sup>596</sup>. E, embora ressalve que «não quer isso dizer que as transformemos nos instrumentos essenciais de explicação», importando «não apenas confrontá-las com todos os outros dados numéricos (em especial os salários), como ainda interpretá-las atendendo ao somatório de informações qualitativas de que dispomos»<sup>597</sup>, é visível que as interpretações que fornece sobre a evolução económica portuguesa baseiam-se fundamentalmente na marcha dos preços. Nas suas pesquisas detetou uma tendência de subida na segunda metade do século XVIII, a princípio lenta, moderada e mesmo irregular, que, todavia, a partir de cerca de 1782 se acelera. A subida dos preços não é então uniforme, sendo mais acentuada nas regiões mais remotas do interior e atenuando-se nas zonas costeiras abertas às trocas internacionais<sup>598</sup>. Esta subida, que implicitamente é associada a um período de expansão e desenvolvimento comercial, apaga-se entre 1808 e 1817. Segue-se então uma baixa de longa duração, que se instalará até meados do décimo nono século, também com ritmos diferentes, consoante as regiões e os produtos<sup>599</sup>.

A ligação entre estas «ondas de longa duração» e a série de eventos que, de acordo com Acúrsio das Neves e muitos contemporâneos, eram responsáveis pelas desgraças do Reino, é assim explicada por Magalhães Godinho: «Em 1806 é que as exportações de manufaturas portuguesas com destino às colónias começou [sic] a contrair-se em tendência regressiva de longa duração; ao mesmo tempo generalizava-se na metrópole a cultura da batata; e vindo sobrepor-se à recessão industrial e à transformação agrícola as invasões francesas, as perturbações subsequentes e a modificação do estatuto do Brasil, gera-se uma crise comercial profunda que se vai prolongar em depressão duradoura. Essa crise, depois de chicotear os preços num derradeiro sobressalto, inflete as curvas de longa duração em sentido descendente»<sup>600</sup>. Portanto esses

---

<sup>596</sup> Artigo «Preços e Conjuntura do século XV ao XIX», in *D.H.P.*, vol. VI, p. 490.

<sup>597</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>598</sup> *Prix et Monnaies au Portugal (...)*, pp. 195 a 197.

<sup>599</sup> *Ibidem*, pp. 197 e 198.

<sup>600</sup> Artigo «Preços e Conjuntura do século XV ao XIX», in *op. cit.*, pp. 515 e 516.

acontecimentos vieram «sobrepôr-se» a tendências profundas e agravar os efeitos que, mesmo sem eles, inevitavelmente se produziriam.

Para Jorge Borges de Macedo, «as ondas de longa duração» pouco poderão contribuir para explicar o que então ocorreu em Portugal: «o que estava acontecendo em Portugal ultrapassava em muito o fenómeno da invasão, de um tratado de comércio ou de um ciclo económico regular», escreveu no estudo que consagrou à indústria portuguesa no século XVIII<sup>601</sup>. Discorda da data apontada por Magalhães Godinho para o início da queda das exportações manufatureiras para as colónias, que situa «com toda a segurança, a partir de 1802»<sup>602</sup>. No seu entender, uma pretensa «mecânica económica quase regular» não lhe parece suficiente «para explicar os sucessos económicos fortemente ligados neste período a problemas políticos, militares e técnicos»<sup>603</sup>. Considera as invasões francesas «fenómenos profundamente traumatizantes», «muito menos perturbadora» a abertura dos portos do Brasil e o tratado de comércio assinado com o Reino Unido em 1810 insuscetível de funcionar «como elemento explicativo para a quebra de ritmo de euforia comercial de que Portugal gozava desde 1783, aproximadamente»<sup>604</sup>. E no seu ponto de vista, o fator fundamental para explicar a viragem da situação económica portuguesa desde os primeiros anos do século XIX é o que chama «o problema tecnológico»<sup>605</sup>. Ou seja, a incapacidade de o país incorporar, muito particularmente na indústria, as últimas inovações tecnológicas, que estiveram na origem das revoluções Agrícola e Industrial britânicas, o que se traduziu numa perda progressiva da competitividade da economia nacional e na resultante entrada crescente de produtos estrangeiros, principalmente ingleses. Referindo-se especificamente à indústria, Borges de Macedo afirma que, «no princípio do século XIX, em face do impacto causado pelas largas reservas de produtos baratos produzidos pelas técnicas revolucionárias recentemente descobertas», ela «não pôde resistir e soçobrou»<sup>606</sup>.

As teses destes dois conceituados historiadores suscitam-nos algumas considerações. No caso de Magalhães Godinho, a «longa duração», que frequentemente conduz a uma história estrutural muito voltada para o estudo das «permanências» ou «continuidades», pode ser muito útil no estudo de períodos e sociedades caracterizados por transformações lentas e ausência de roturas revolucionárias. No período que aqui estudamos, bastará referir, no plano económico, a Revolução Industrial e, no domínio político, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, para constatar que nesses anos se produziram mudanças e cortes que modificaram completamente a vida de diversas sociedades. Tem

<sup>601</sup> *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 237.

<sup>602</sup> *Ibidem*, p. 238.

<sup>603</sup> *Ibidem*, p. 236.

<sup>604</sup> *Ibidem*, e p. 237.

<sup>605</sup> *Ibidem*, p. 238.

<sup>606</sup> *Ibidem*, p. 246.

razão, pois, Borges de Macedo quando escreve que os sucessos económicos estão, nesse período, fortemente ligados «a problemas políticos, militares e técnicos». O movimento de preços, de resto, depende de múltiplos fatores e as subidas e descidas não têm um significado unívoco. O aumento de preços da segunda metade do século XVIII, por exemplo, coexistiu em Portugal com períodos de desafogo económico e de dificuldades: acompanhou, nomeadamente, a crise comercial de finais dos anos sessenta e princípios dos anos setenta<sup>607</sup>, que impulsionou Pombal a incrementar a montagem de novas indústrias, para substituir importações e diminuir o défice da balança comercial<sup>608</sup>. Por outro lado, a baixa de preços da primeira metade do século XIX, iniciada entre 1809 e 1819<sup>609</sup>, poderá ser interpretada, na opinião de Borges de Macedo, como «expressão da resistência ao desmantelamento no sector agrícola e artesanal não afetado pela Revolução Industrial, garantindo a sua manutenção e movimento comercial»<sup>610</sup>.

Relativamente à tese de Jorge Borges de Macedo, é indubitável que o problema tecnológico é uma das chaves para a compreensão das dificuldades económicas portuguesas desde a primeira década do século XIX. Tem razão quando afirma que «a prosperidade comercial não tinha deixado ver com clareza o problema tecnológico», a ponto de já em pleno liberalismo, em 1840, um funcionário e político com a importância e preparação académica de Marino Miguel Franzini se ter pronunciado pela dispensabilidade do emprego de teares mecânicos na nossa indústria<sup>611</sup>. E, embora outros estudiosos das questões económicas, da mesma altura ou até de anos anteriores — caso de Araújo Travassos, Domingos Vandelli, Acúrsio das Neves e Solano Constâncio —, fossem de diversa opinião<sup>612</sup>, a verdade é que no seu todo, e particularmente entre os seus empresários, o país demorou a aperceber-se das novas realidades tecnológicas. Escrevendo em 1820, Acúrsio das Neves opinava ser «lastimoso» o estado em que nos achávamos «a respeito de máquinas». Segundo ele fazíamos ainda tudo «à força de braços, e de animais», enquanto em grande parte da Europa e nos Estados Unidos da América a máquina a vapor substituía cada vez mais o trabalho humano e até, nos transportes nomeadamente, «a força dos elementos», aumentando «prodigiosamente os frutos da indústria»<sup>613</sup>. Constatando não haver uma única máquina a vapor instalada nas fábricas portuguesas, Acúrsio concluía que enquanto

<sup>607</sup> O ponto culminante da crise terá sido a época de 1768-1771. Cf. Macedo (Jorge Borges de), *A Situação Económica (...)*, p. 87.

<sup>608</sup> *Ibidem*, pp. 89 e ss.

<sup>609</sup> Godinho (Vitorino Magalhães), *Prix et Monnaies (...)*, p. 205.

<sup>610</sup> *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 246.

<sup>611</sup> *Ibidem*, p. 238.

<sup>612</sup> *Ibidem*, p. 239.

<sup>613</sup> *Memória (...)*, 2ª. ed., Separata de *Ciência e Técnica Fiscal* nº. 59, Novembro de 1963. pp. 99 e 100.

não melhorássemos muito nesse domínio seriam «baldados todos os esforços para competir com os estrangeiros»<sup>614</sup>.

Dando, portanto, por assente que o atraso tecnológico do país o incapacitou para a dura concorrência internacional decorrente da moderna industrialização, a questão essencial que aqui se coloca é a de saber se as invasões e os acontecimentos delas resultantes terão realmente provocado as consequências negativas que Acúrsio das Neves lhes atribuiu. Ou seja, se terão sido efetivamente a principal causa do afundamento de uma economia relativamente próspera, contribuindo até, pelas perdas humanas e materiais que se verificaram e pela alteração do quadro concorrencial nas relações económicas com as colónias e estrangeiro, para a criação de um ambiente de incerteza e desânimo pouco propício a novos investimentos. Assim, neste contexto, pode certamente supor-se que a nova conjuntura ocasionada pelas invasões, pela abertura dos portos do Brasil e pelo tratado de comércio de Fevereiro de 1810 dificultou, ou impediu mesmo, a realização dos investimentos necessários à adaptação do país às novas técnicas de produção e transporte.

Começemos pelos danos provocados pelas invasões e ocupação do território nacional por forças estrangeiras. A primeira invasão foi a única em que o território continental do Reino foi ocupado na sua totalidade, por tropas francesas e espanholas, permitindo às autoridades ocupantes o exercício pleno da soberania. Consequentemente, caracterizou-se por uma política de exações fiscais, rapinas e pilhagens várias que atingiram todas as camadas sociais, mas com particular incidência os grupos ligados às atividades mercantis. Os franceses conheciam perfeitamente a importância que essas atividades assumiam numa cidade, como Lisboa, que era um dos grandes portos europeus e uma das principais portas de entrada de mercadorias oriundas dos territórios coloniais. Poucos dias após a entrada em Lisboa dos primeiros soldados franceses, a três de Dezembro, foram os principais negociantes da capital convocados perante os governadores do Reino, que lhes comunicaram a exigência de Junot ao comércio da cidade: um empréstimo obrigatório de dois milhões de cruzados, oitocentos contos de réis<sup>615</sup>, para, nas palavras de Ratton, um dos convocados, «prover às urgentes necessidades do exército francês», e que deveria «irremissivelmente» ser pago no prazo máximo de dezoito dias<sup>616</sup>. Aludimos já várias vezes a este empréstimo, pela relevância dos nomes nele envolvidos. Agora importa salientar que a soma global era muito considerável ao tempo, e que o «empréstimo» não vinha na melhor altura, dada a situação de crise que se instalara no comércio lisboeta, com o bloqueio marítimo britânico, em resposta à ocupação do país pelas tropas napoleónicas, a fazer sentir os seus efeitos,

---

<sup>614</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>615</sup> *Observador Portuguez* (...), pp. 23, 24, 67.

<sup>616</sup> *Recordações* (...), pp. 267 e 268.

impedindo o normal fluxo de mercadorias. O dinheiro entrado nos cofres franceses a título de «empréstimo» depressa passou à categoria de contribuição: era assim que era designado num decreto assinado por Junot, em Fevereiro de 1808, que, todavia, fazendo prova dum espírito «magnânimo», considerava essa importância como pagamento por conta da «contribuição extraordinária de guerra» que, entretanto, Napoleão Bonaparte decretara para o nosso país<sup>617</sup>.

De facto, do seu Palácio Real de Milão, o «Imperador dos Franceses, Rei de Itália, e Protetor da Confederação do Reno», como então pomposamente se intitulava o general corso, resolvera impor a Portugal, em finais de 1807 (23 de Dezembro), uma contribuição extraordinária de guerra de cem milhões de francos, «para servir de resgate de todas as Propriedades, debaixo de quaisquer denominações que possam ser, pertencentes a particulares»<sup>618</sup>. Os cem milhões de francos foram convertidos em quarenta milhões de cruzados (16.000 contos de réis) no decreto de Junot, importância para a qual «todos os Negociantes, Banqueiros, e Rendeiros das rendas e contratos do Reino de Portugal» pagariam uma soma de seis milhões de cruzados (2.400 contos de réis) — dela se deduzindo então os dois milhões já pagos<sup>619</sup>. O decreto previa ainda o sequestro de «todos os bens pertencentes à Rainha de Portugal, ao Príncipe Regente, e aos Príncipes que desfrutam apanágios», bem como todos os bens dos nobres que acompanharam a família real na sua ida para o Brasil, se não tivessem regressado ao Reino «até ao dia 15 de Fevereiro de 1808»<sup>620</sup>.

As quantias exigidas pela autoridade francesa de ocupação eram perfeitamente exorbitantes e muito dificilmente poderiam ser satisfeitas. Quanto aos seus valores, basta que nos lembremos que as receitas públicas não atingiam os dez mil contos de réis — os cálculos publicados por Balbi, relativos aos anos de 1815 a 1819, apontam para uma receita média de 9.758.940\$000 réis<sup>621</sup> e, se nos reportarmos a anos anteriores, os dados parcelares recolhidos pela mesma fonte apontam um valor de cerca de quatro mil contos (3.940.953\$384) para a receita média das alfândegas entre 1801 e 1803<sup>622</sup>, enquanto a décima, para os mesmos anos, apresenta um valor um pouco superior a setecentos contos (739.383\$593 réis)<sup>623</sup>, sendo que os impostos alfandegários constituíam então o principal rendimento do Estado e a décima o principal imposto direto. Não admira, assim, que desde cedo se comesçassem a manifestar

<sup>617</sup> *Gazeta de Lisboa*, Nº. 6, 9 de Fevereiro de 1808: «A contribuição de dous milhões de cruzados imposta, e já satisfeita, depois da entrada do exército Francês, entrará na conta da presente contribuição, e será satisfeita dos últimos milhões pelo nosso Recebedor Geral.», *Observador Portuguez* (...), p. 162.

<sup>618</sup> *Ibidem*, p. 161; *Gazeta* (...), *ibidem*.

<sup>619</sup> *Ibidem*; *Observador Portuguez* (...), p. 166

<sup>620</sup> *Ibidem*, p. 161; *Gazeta* (...), *ibidem*.

<sup>621</sup> *Op. cit.*, tome I, pp. 307 a 310.

<sup>622</sup> *Ibidem*, p. 304.

<sup>623</sup> *Ibidem*, p. 305.

resistências ao pagamento da «contribuição extraordinária», nomeadamente por parte dos membros do comércio, negociantes e mercadores, pesadamente tributados. Se o «empréstimo forçado» fora integralmente pago, certamente porque incidira sobre um corpo de negociantes, o da capital, dotado de grande capacidade financeira e com uma visibilidade que o tornava muito vulnerável às imposições do ocupante, até pela possibilidade de sofrer retaliações de vários tipos, já o mesmo não sucederia nos meses posteriores à saída do decreto de Junot. Logo em Março, a Junta do Comércio, que fora encarregada da cobrança dos seis milhões de cruzados que cabiam às corporações mercantis, incluindo nestas não só os negociantes e mercadores, como ainda oficiais mecânicos com «lojas de seus tráficos», «capitalistas» que se dedicassem a operações cambiais e bancárias e mesmo herdeiros de comerciantes que continuassem «algumas transacções comerciais»<sup>624</sup>, ameaçava com execução fiscal todas as pessoas que não houvessem comparecido para pagamento das importâncias em que foram coletadas, «sendo escandalosa a falta de cumprimento aos Avisos que se expediram para as respectivas entradas»<sup>625</sup>. É natural que assim fosse, tanto mais que o carácter fraudulento da política fiscal francesa vinha ao de cima: depois do «empréstimo» transformado em contribuição, procurava-se agora adiar o mais possível a prometida dedução desse dois milhões de cruzados. Tendo os negociantes que haviam subscrito essa quantia pedido a isenção do pagamento do primeiro terço da «contribuição extraordinária», era-lhes comunicado que só na última prestação poderia «ter lugar o levar-se em conta» essa entrada de dinheiro<sup>626</sup>. O objetivo do ocupante era claramente sacar o mais que fosse possível, diferindo as «benesses» para um horizonte temporal indefinido.

Perante isto, e apesar das ameaças<sup>627</sup>, a resistência à exação fiscal generalizou-se e obrigou os franceses, incapazes de assegurarem o cumprimento das suas imposições, a mudarem de política. Em Abril, saía um decreto de Junot que concedia o benefício da prorrogação, por dois meses, do pagamento do segundo terço da «contribuição extraordinária» a todos que já tivessem pago o primeiro terço ou o pagassem até ao fim desse mês, ameaçando os incumpridores de execução dos seus bens<sup>628</sup>. O general francês declarava-se satisfeito pelo modo como a maior parte dos habitantes se prestavam ao pagamento da contribuição: mera linguagem política, pois poucos dias antes a Junta do Comércio, em edital, confessava não ter obtido qualquer resultado das «ordens precisas» que fora encarregada de enviar aos corregedores de todas as comarcas do Reino, para que estes procedessem à cobrança das impor-

<sup>624</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 12, 22 de Março de 1808; *Observador Portuguez (...)*, pp. 203, 204.

<sup>625</sup> *Gazeta (...)*, *ibidem*.

<sup>626</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 11, Supl.º, 18 de Março de 1808.

<sup>627</sup> Cf. Decreto de 28 de Março de 1808: *Observador Portuguez (...)*, pp. 212, 213.

<sup>628</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 14, 8 de Abril de 1808; *Observador Portuguez (...)*, pp. 219, 220.

tâncias prescritas<sup>629</sup>. A confissão da incapacidade dos franceses para obrigarem o país a pagar o que não queria, nem podia, veio em fins de Maio: a «*Gazeta de Lisboa*», então controlada pelas autoridades de ocupação, anunciava que S. M. o Imperador e Rei, «para dar a Portugal uma nova prova da alta benevolência» com que honrava o país, dignava-se «reduzir a vinte milhões de cruzados em dinheiro, a contribuição extraordinária que se fixara ao princípio em 40 milhões de cruzados»<sup>630</sup>. Era a melhor prova de que a soma pedida, como dissemos, era exorbitante e incumprível. Não obstante, contudo, a «alta benevolência» do Imperador, o país não pagou tudo o que continuaram a exigir-lhe: é o que se depreende das medidas tomadas pela Junta do Porto, após a libertação das províncias do Norte, em consequência da saída das tropas espanholas. Uma das principais medidas foi a extinção da «contribuição extraordinária» lançada pelo governo francês, mandando-se, porém, recolher ao erário público, a título de donativos, as quantias que já tivessem sido cobradas pelos ocupantes<sup>631</sup>. É de supor que uma situação semelhante, de arrecadação parcial do imposto pelas autoridades intrusas, se verificasse no resto do país.

Os prejuízos sofridos pela gente do comércio não se ficaram, contudo, pelo pagamento do «empréstimo» e da «contribuição extraordinária». Logo no início da ocupação, as mercadorias de manufatura inglesa, de qualquer natureza que pudessem ser, foram confiscadas<sup>632</sup>, embora algum tempo depois, dadas as consequências desastrosas da sua retirada do mercado, fosse permitida a sua venda desde que não fossem propriedade de súditos britânicos e mediante certas condições, o produto dessa venda ficava apenas à guarda do vendedor, podendo as autoridades exigir uma caução<sup>633</sup>. Uma tal medida fomentava, como é óbvio, a arbitrariedade e corrupção. Posteriormente, em Fevereiro, os comerciantes que tivessem fazendas de manufatura ou origem inglesa eram obrigados ao pagamento do terço do seu valor<sup>634</sup>. Entretanto, na Baixa de Lisboa, os mercadores de panos e fazendas, além de terem contribuído com camas para o alojamento dos franceses, à semelhança dos outros habitantes abastados, foram espoliados de grandes quantidades de fazendas para cobertores, colchões e outros fins; o mesmo sucedeu aos que vendiam calçado: as promessas de pagamento nunca foram concretizadas<sup>635</sup>. Se isto acontecia com os mercadores, a camada superior dos negociantes era obrigada a aboletar nas suas residências palacianas a nata da oficialidade francesa. Alguns exemplos: Junot

<sup>629</sup> *Ibidem*, pp. 207, 208; *Gazeta de Lisboa*, N.º. 13, Supl.º, 1.º de Abril de 1808.

<sup>630</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 21, Supl.º. Ext.º., 27 de Maio de 1808.

<sup>631</sup> Neves (José Acúrsio das), *História Geral da Invasão (...)*, Tomo IV, p. 193.

<sup>632</sup> Decreto de 4 de Dezembro de 1807; cf. *Gazeta de Lisboa*, N.º. 49, 8 de Dezembro de 1807.

<sup>633</sup> *Ibidem*, N.º. 51, Seg.º. Supl.º., 26 de Dezembro de 1807.

<sup>634</sup> *Observador Portuguez (...)*, p. 181.

<sup>635</sup> *Ibidem*, pp. 131 e 132; Neves (José Acúrsio das), *História Geral da Invasão (...)*, Tomo I, p. 241.



instalou-se na sumptuosa residência de Quintela, que transformou no seu Quartel General<sup>636</sup>; Loison, comandante de uma das divisões do exército francês, o general «maneta», como era conhecido na terminologia popular<sup>637</sup>, foi ocupar a casa de Jacinto Costa Bandeira<sup>638</sup>; Ratton foi obrigado a alojar o Chefe do Estado Maior do exército invasor<sup>639</sup>. As grandes fortunas e rendimentos de que dispunham esses homens de negócio permitir-lhes-iam, provavelmente, suportar sem grandes mossas as despesas avultadas que implicavam os aboletamentos: o caso de Junot, por exemplo, que, nas palavras de Acúrsio das Neves, teria melhorado muito em hospedar-se no palácio de Quintela, «onde foi tratado, e assistido esplendidamente, enquanto residiu em Lisboa, não só do preciso, mas até dos objetos do seu grande luxo, sem lhe custar um real». Isto, apesar de ainda receber do Senado da Câmara uma contribuição mensal de doze mil cruzados (48 contos de réis) para o seu sustento<sup>640</sup>.

Todavia o maior de todos os prejuízos, para o comércio em geral, mas com particular incidência nos negociantes de Lisboa e Porto, terá sido a forte diminuição do tráfego marítimo durante os meses da ocupação. Ao «Bloqueio Continental» dos franceses, os ingleses opuseram o seu bloqueio às costas portuguesas. A marinha britânica, que desde Trafalgar dominava os mares, fechou as embocaduras do Tejo e do Douro, só permitindo a passagem das embarcações neutrais. As suas naus de linha fundeavam em Cascais e Junot viveu sob a permanente ameaça de um desembarque dos britânicos<sup>641</sup>. Em consequência do bloqueio, o comércio com o Brasil diminuiu brutalmente durante 1808: as importações não chegaram a atingir um milhão e meio de cruzados (1.367.000), quando haviam sido de quase trinta e cinco milhões no ano anterior, enquanto as exportações cifravam-se em menos de quatro milhões (3.770.000), contrastando com os mais de dezassete registados em 1807<sup>642</sup>. O comércio com a grande colónia americana era a mola do comércio externo português e, embora a balança comercial se mantivesse positiva, os valores sofriam uma descida drástica: as importações passavam de quase trinta e cinco milhões de cruzados (34.740.000) em 1807 para menos de sete milhões (6.851.000), sendo que as exportações não atingiam os quinze milhões (14.527.000) perante os mais de cinquenta e dois (52.498.000) do antecedente<sup>643</sup>. É verdade, porém, que as importâncias de 1808 teriam sido seguramente afetadas pelo contrabando que proliferou durante a ocupação. O bloqueio francês ao

<sup>636</sup> *Ibidem*, pp. 216, 217.

<sup>637</sup> Era assim conhecido por não ter um braço. Tornou-se odiado pelos portugueses devido às violências e crueldades que cometeu, designadamente no decurso da 1ª Invasão. Cf. artigo *Loison, General (1771-1816)*, in *D.H.P.*, Tomo IV, pp. 50, 51.

<sup>638</sup> Neves (José Acúrsio das), *História Geral da Invasão (...)*, Tomo I, p. 245.

<sup>639</sup> *Recordações (...)*, p. 264.

<sup>640</sup> Neves (José Acúrsio das), *História Geral da Invasão (...)*, Tomo I, p. 217.

<sup>641</sup> *Ibidem*, p. 237; *Observador Portuguez (...)*, p. 172.

<sup>642</sup> Balbi (Adrien), *op. cit.*, Tomo 1º, p. 424.

<sup>643</sup> *Idem, ibidem*, p. 441.

comércio com o Reino Unido nunca foi integralmente cumprido: a venalidade dos comandos militares, a começar por Junot, e dos funcionários civis que acompanharam a tropa invasora a isso se opunha. O próprio Napoleão Bonaparte não tinha ilusões sobre o zelo e honestidade do seu general e chegou a adverti-lo pelo seu comportamento<sup>644</sup>. Navios com bandeira neutra (de Kniphausen, por exemplo) navegavam para o Brasil transportando passageiros disfarçados de marinheiros, e era sabido que, além das quantias pagas ao Quartel General francês, era preciso pagar «boas luvas» aos intervenientes no «negócio»<sup>645</sup>. Mesmo o comércio «legal» só pôde fazer-se, em muitos casos, por meio de esquemas de gratificação: no tocante à companhia do Alto Douro, Junot permitiu-lhe, bem como a alguns particulares, a exportação dos vinhos em navios neutros, mediante o pagamento de 6.400 réis por pipa<sup>646</sup>, expediente que o imperador também lhe exprobrou, considerando, além do mais, que os barcos de Kniphausen não passavam de navios ingleses disfarçados<sup>647</sup>. Tudo somado é, contudo, óbvio que a venalidade e a incapacidade naval dos franceses nunca deram para manter os níveis usuais do tráfego marítimo, tendo sido muito avultados os prejuízos sofridos pelos comerciantes portugueses. Quanto às reclamações apresentadas por estes perante as autoridades britânicas, aquando da retirada negociada dos franceses, que incluíam, designadamente, a restituição do dinheiro do «empréstimo» de dois milhões de cruzados, o melhor que se pôde obter foi a restituição de muitos bens particulares roubados das casas mais ricas, muitas delas pertença de negociantes<sup>648</sup>.

A segunda e a terceira invasões não levaram à ocupação da totalidade do Continente português. Lisboa, em particular, foi poupada, podendo o seu tráfego marítimo efetuar-se livremente. Já o Porto foi novamente ocupado em 1809, quando Soult penetrou pelas províncias do Norte e, defrontando uma fraca resistência, pôde apoderar-se da cidade. Os franceses poucas semanas aí se demoraram — de 29 de Março a 12 de Maio —, mas a segunda cidade do Reino não escapou a várias cenas de pilhagem e violência: para além das que foram cometidas pelas forças invasoras, houve ainda as que foram perpetradas pela população amotinada durante os dias que antecederam essa entrada<sup>649</sup>. A situação caótica que o Porto então viveu paralisou a vida económica da cidade e provocou largos prejuízos ao comércio local. A terceira invasão foi a

<sup>644</sup> Macedo (Jorge de), *O Bloqueio Continental (...)*, pp. 100, 101.

<sup>645</sup> *Observador Portuguez (...)*, p. 218.

<sup>646</sup> Neves (José Acúrsio das), *História Geral da Invasão (...)*, Tomo II, pp. 94 e 95.

<sup>647</sup> Macedo (Jorge de), *O Bloqueio Continental (...)*, p. 100.

<sup>648</sup> Neves (José Acúrsio das), *História Geral da Invasão (...)*, Tomo V, p. 241 a 260. Para aplicar o estipulado na Convenção de Sintra e para atender às reclamações dos comerciantes portugueses, foi criada uma sub-comissão presidida pelo tenente-coronel inglês Trant, que incluía o negociante António Rodrigues de Oliveira. Cf. *ibidem*, pp. 245 a 247.

<sup>649</sup> Uma descrição pormenorizada desses eventos encontra-se em Peres (Damião), *op. cit.*, vol. VI, 1934, pp. 340 a 343.

mais brutal, pelas destruições que provocou numa grande parte do país e pelas deslocções maciças de populações inteiras, grande parte delas refugiadas na capital, ao abrigo das Linhas de Torres Vedras. Como relata Acúrsio das Neves, os habitantes das províncias centrais do Reino, desde Almeida até essas fortificações defensivas, fugiram diante das forças francesas e refugiaram-se ou nos montes ou na capital, deixando despovoado metade do Reino<sup>650</sup>. As perturbações que tais factos provocaram no curso normal da vida económica são óbvias: em Lisboa, por exemplo, foi necessário que as autoridades providenciassem no sentido de alimentarem um «número incalculável de indigentes», pertencentes à massa de gente que, provinda das províncias da Beira e da Estremadura, tinha buscado asilo na cidade. Mostrando a importância social do grupo dos negociantes e a sua capacidade para intervirem em situações de emergência, alguns dos mais notáveis integraram uma comissão encarregada de angariar fundos para aquela finalidade: foram eles Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, Francisco António Ferreira, Domingos Gomes Loureiro, António Xavier, Francisco Vanzeller, João Baptista da Silva, António Rodrigues Viegas, Pedro José da Silva e António José da Mota<sup>651</sup>.

Para além dos trabalhos agrícolas que não se fizeram, em consequência de uma autêntica política de «terra queimada», e que obrigaram a um grande aumento das importações de bens alimentares — entre 1810 e 1815 as importações dispararam, tendo chegado a atingir mais de noventa e seis milhões de cruzados em 1811<sup>652</sup> —, registaram-se destruições várias de instalações do aparelho produtivo. Um caso paradigmático foi o da fábrica de tecidos de algodão de Alcobaça, pertencente a uma sociedade de negociantes estrangeiros e nacionais, uma das maiores unidades fabris do Reino, que foi queimada durante a invasão de Massena, deixando sem ocupação mais de 420 trabalhadores<sup>653</sup>. Aliás, o parque industrial português foi largamente afetado pelas invasões e suas várias consequências: um mapa publicado por Acúrsio das Neves num seu livro de 1814, elaborado a partir de informações obtidas pela Junta do Comércio<sup>654</sup>, mostra com razoável precisão o estado em que se encon-

<sup>650</sup> *Variedades* (...), Tomo I, p. 7.

<sup>651</sup> *Gazeta de Lisboa*, Nº. 250, 18 de Outubro de 1810.

<sup>652</sup> Os números do comércio externo a partir de 1808 serão analisados adiante.

<sup>653</sup> *Gazeta de Lisboa*, Nº. 288, 1 de Dezembro de 1810; Neves (José Acúrsio das), *Variedades* (...), Tomo I, p. 193.

<sup>654</sup> A Junta do Comércio, para obter informação do estado em que ficaram as fábricas depois da última invasão, expediu ordens aos ministros criminais dos bairros de Lisboa e aos corregedores das comarcas das províncias, para remeterem mapas que classificassem a situação dos estabelecimentos em três estados: progressivo, estacionado ou decadente. Segundo Acúrsio das Neves «*houve bastante falta de uniformidade*» nos mapas remetidos, designadamente devido à indefinição da palavra «fábrica». Cf. *Variedades* (...), Tomo I, pp. 177 a 179. Mesmo assim, os mapas fornecem uma informação preciosa sobre a situação da indústria nacional à altura, até porque englobam as unidades fabris mais importantes.

travam os estabelecimentos fabris «nos primeiros tempos depois da última invasão». A situação pode ser sintetizada do seguinte modo, em termos de «estado progressivo, estacionado ou decadente» dos estabelecimentos:

Estado das fábricas do Reino nos primeiros tempos depois da última invasão

Comarcas	Indústrias	Estado das unidades fabris		
		Progre-ssivo	Estacio-nário (a)	Deca-dente (b)
Lisboa e seu distrito (a)	Aguardentes e Licores	1		
	Arames	1		
	Chapéus		1	19
	Chocolate	1	1	3
	Curtumes	8	7	8
	Estamparia	2	1	8
	Ferrarias			1
	Fiação de Algodão			2
	Gessos			1
	Grude	1		
	Lanifícios		2	
	Louça	1	2	2
	Móveis			1
	Obras de cobre [?]			
	Oleados [?]	2		4
	Papel		3	
	Papel pintado		1	
	Sapatos [?]			
	Tecidos de algodão		3	2
Tecidos de seda		17	1	
Tinturarias		2	5	
Vidros	1		1	
Alcobaça	Curtumes	1		
	Tecidos de algodão			1
Alenquer	Curtumes		1	2
	Papel	1	2	
Aveiro	Ferrarias		4	14
	Louça			1
Barcelos	Louça		1	
Beja	Aguardentes e Licores			1
	Curtumes		1	
	Louça		5	
Braga	Curtumes		2	
	Tecidos de algodão		2	3
	Tecidos de seda		3	
	Tecidos de seda e algodão		1	
Bragança	Cola			3
	Curtumes	10	6	2
Coimbra	Curtumes		20	

Comarcas	Indústrias	Estado das unidades fabris		
		Progre- ssivo	Estacio- nário (a)	Deca- dente (b)
	Lanifícios			1
	Louça	3	5	6
	Papel	1		
	Tecidos de seda e algodão			1
Crato	Sabão			1
Elvas	Chapéus			1
	Curtumes	2		3
Évora	Chapéus			1
	Curtumes	1	3	1
Faro	Curtumes			1
Feira	Ferrarias	1		
	Papel			2
	Vidros			1
Guarda	Chapéus	1		
	Lanifícios		2	2
Guimarães	Curtumes	86		
	Papel	2		
	Tecidos de seda			2
	Tramoias			1
Leiria	Curtumes			3
	Vidros	1		
Linhares	Lanifícios			18
Miranda	Curtumes	1		
Moncorvo	Chapéus		1	
	Ferrarias		1	
	Fiação de seda	1		
Ourém	Curtumes	1		
	Louça			1
Portalegre	Lanifícios			2
Porto	Arames			1
	Chapéus			3
	Curtumes		4	11
	Estamparia			2
	Lanifícios	1		1
	Louça			2
	Tecidos de algodão			12
	Tecidos de seda			7
Tirador de fio			1	
Ribatejo	Curtumes	1		
	Telha e Tijolo		4	
Santarém	Curtumes	3	1	23
	Ferraria			2
	Lanifícios			1
	Lonas			1
Setúbal	Curtumes			3
	Estamparia			3

Comarcas	Indústrias	Estado das unidades fabris		
		Progre- ssivo	Estacio- nário (a)	Deca- dente (b)
Tomar	Chapéus		1	
	Ferrarias	1		
	Fiação de algodão			1
	Meias de algodão			1
	Sabão			1
Torres Vedras	Aguardentes e Licores			6
	Chapéus		5	
	Curtumes			11
Trancoso	Cola			2
Viana	Curtumes	3		
Vila Real	Aguardentes e Licores	1		
	Curtumes		6	
Vila Viçosa	Curtumes			4
Viseu	Aguardentes e Licores			5
	Chapéus		1	
<b>Totais</b>		<b>141</b>	<b>122</b>	<b>236</b>

a) Esta divisão em particular não é uma comarca.

Fonte: Neves (José Acúrsio das), *Variedades sobre objectos relativos às Artes, Comércio, e Manufacturas (...)*, Tomo I, pp. 177 a 219. a) Foram englobados nesta classificação não só os estabelecimentos expressamente designados como tal pelos corredeiros, mas também os que laboravam regularmente e não foram incluídos em qualquer das categorias por omissão dos magistrados. b) Foram incluídos nesta categoria os estabelecimentos extintos ou que deixaram de laborar.

O que mais desperta a atenção neste mapa é o elevado número de estabelecimentos fabris — e pomos agora de lado o saber se todos os que aqui se referem eram autênticas fábricas — que então vegetavam num estado de decadência, ou que pura e simplesmente tinham cessado a sua atividade. Eram quase metade do total, 236 em 499, ou seja 47%. Panorama indiscutivelmente mau, para não lhe chamar catastrófico, embora se possa aventar que um certo número desses estabelecimentos já laborariam com dificuldades várias antes das invasões. Mas parece-nos indiscutível que a situação se agravou muito em consequência da guerra e do que se lhe seguiu.

Percebe-se também, pela análise dos vários sectores, que algumas indústrias resistiam melhor do que outras: os curtumes, por exemplo. Era onde o avanço tecnológico mais se fazia sentir, como nos têxteis, que a situação se mostrava mais desastrosa. Numa comarca como Linhares, a totalidade das dezoito fábricas (ou grandes oficinas) de lanifícios era dada como decadente. Alguns dos maiores estabelecimentos do Reino nesse sector ou tinham sido destruídos, como a mencionada fábrica de Alcobça, ou tinham entrado num processo que as conduziria inevitavelmente ao encerramento, como as reais fábricas da Covilhã, Fundão e

Portalegre<sup>655</sup>. A par dos têxteis, soçobravam as ferrarias ou fábricas de ferro, as quinquilharias e todas as produções em que a concorrência da indústria britânica se impunha<sup>656</sup>. E certamente que muitos dos negociantes que haviam investido na indústria sofreram prejuízos de monta, a somar aos das outras atividades a que se dedicavam. Como já notara Jorge Borges de Macedo, no seu estudo sobre a indústria portuguesa, uns anos depois dos eventos que referimos, em 1821, verificava-se «que por essa altura as únicas fábricas que produziam com regularidade eram aquelas em cujos processos técnicos a Revolução Industrial não tivera grande influência»<sup>657</sup>.

Para além dos prejuízos resultantes das operações militares, das deslocções de populações inteiras e da paralisia das atividades económicas, outros houve que brotaram de velhos preconceitos, profundamente enquistados na mentalidade popular. Foi assim que em certas localidades, particularmente em Trás-os-Montes e nas Beiras, muitos homens de negócio de origem cristã-nova — ou vistos como tais pelos habitantes — foram vítimas de violências e saques, acusados de colaborar com os invasores. Sucedeu isto, segundo Acúrsio das Neves, em várias terras das referidas províncias, após a retirada das forças francesas e espanholas, no verão de 1808: Bragança, Vila-Nova de Foz-Coa, Viseu, Covilhã e Fundão, designadamente, foram palco de motins que levaram ao saque dos bens daqueles que o povo miúdo considerava como descendentes dos judeus<sup>658</sup>. As acusações de colaboracionismo com os franceses, segundo o mesmo autor, seriam no geral infundadas, embora pudesse ter ocorrido um ou outro caso em que isso se tivesse verificado, como aliás sucedeu, nas suas palavras, «em todas as classes, e jerarquias de pessoas»<sup>659</sup>. O que estes episódios revelam é a existência, na massa popular, dum sentimento «anti-judaico», que nalgumas terras de província, como aconteceria em Vila-Nova de Foz-Coa, também resultaria da concentração da riqueza em famílias de origem cristã-nova<sup>660</sup>. Não se pense, todavia, que fora de certas zonas raianas e da Beira Interior a maior parte dos negociantes e mercadores seria dessa proveniência. Em Lisboa, por exemplo, Jorge Pedreira pôde apurar, num estudo sobre a origem dos seus negociantes, que grande parte deles provinham de famílias do Minho, e principalmente de lavradores dessa província; havia-os de origem hebraica, como o já referido Gaspar Pessoa Tavares, mas em pequeno número e normalmente nascidos nas regiões supracitadas<sup>661</sup>.

<sup>655</sup> Neves (José Acúrsio das), *Memórias (...)*, pp. 54 e 55.

<sup>656</sup> Macedo (Jorge Borges de), *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 246.

<sup>657</sup> *Ibidem*.

<sup>658</sup> *Historia Geral da Invasão (...)*, Tomo IV, pp. 240, 248, 259 e 260.

<sup>659</sup> *Ibidem*, p. 260.

<sup>660</sup> *Ibidem*, p. 248. Segundo Acúrsio das Neves, os motins nessa vila teriam conduzido à ruína «de vinte e tantas famílias das mais ricas da terra».

<sup>661</sup> Pedreira (Jorge Miguel), *Os negociantes de Lisboa (...)*, pp. 423 a 435.

Se, quanto às invasões, os dados disponíveis apontam claramente para a existência de danos de vulto, que afetaram indubitavelmente os grupos mercantis portugueses, falta-nos analisar em pormenor os reflexos que outros eventos mencionados por Acúrsio das Neves tiveram na evolução económica do país. O mais importante de todos parece-nos ter sido a abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações amigas, por Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808<sup>662</sup>, com o consequente termo do sistema do «Pacto Colonial». Pouco perturbadora essa medida do Príncipe Regente, que, como muito bem escreve um consagrado historiador contemporâneo, «marcava o fim de uma era de protecionismo marítimo, fazendo do Brasil, logo que a paz voltasse a reinar na Europa, um mercado para todas as nações»<sup>663</sup>? Mais do que quaisquer considerações, os dados relativos ao comércio com o Brasil e os países estrangeiros, coligidos por Balbi desde 1796 até 1819, permitem-nos perceber uma evolução que se acentuará nos anos seguintes. Começemos pela balança do comércio externo, desde 1808, uma vez que os números relativos aos anos anteriores já foram antes referidos.

Anos	Importações	Exportações	Saldos
1808	6,851,000	14,527,000	7,676,000
1809	22,084,000	24,645,000	2,561,000
1810	42,629,000	31,304,000	-11,325,000
1811	96,760,000	17,284,000	-79,476,000
1812	86,005,000	26,146,000	-59,859,000
1813	77,452,000	24,826,000	-52,626,000
1814	56,648,000	43,917,000	-12,731,000
1815	61,687,000	48,961,000	-12,726,000
1816	44,674,000	40,446,000	-4,228,000
1817	39,521,000	39,425,000	-96,000
1818	49,200,000	42,320,000	-6,879,000
1819	37,209,000	28,228,000	-8,980,000

Fonte: Balbi (Adrien), *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*, tomo I, p. 441. Saldos corrigidos em vários anos.

O que imediatamente salta à vista são os sistemáticos défices, a partir de 1810, contrariamente ao que havia sucedido nos anos anteriores, em que a regra foram os saldos positivos — excetuaram-se, como já vimos, dois anos. É verdade que a balança de 1817 foi praticamente equilibrada, mas esse ano foi uma exceção. O que podemos dizer é que 1809 foi o último ano em que a balança comercial portuguesa com o exterior registaria um «superavit», num espaço temporal de mais de cem anos: seria preciso chegar ao século XX, ao período da Segunda Guerra Mundial, para que tal facto voltasse a acontecer. Os valores das exportações também não atingiriam os dos anos imediatamente anteriores às invasões: entre 1800 e 1807 haviam superado sempre os cinquenta

<sup>662</sup> Cf. Serrão (Joaquim Veríssimo), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, 1984, pp. 147 e 148.

<sup>663</sup> Idem, *ibidem*, p. 148.



milhões de cruzados e a média dos doze anos que decorreram de 1808 a 1819 foi apenas de 31.836.000 cruzados, muito inferior (64%) à média dos doze anos de 1796 a 1807 (49.430.000 cruzados). É impossível não relacionar este facto com o «desvio» de parte do tráfego brasileiro dos portos portugueses, em proveito de outros destinos, principalmente britânicos. De resto, os números que conhecemos relativos ao movimento portuário do Rio de Janeiro, então o principal porto do Brasil, provam que, desde o ano de 1808, o número de barcos estrangeiros que o frequentam conhecerá um significativo aumento. Vejamos o seguinte quadro:

Movimento portuário no Rio de Janeiro (embarcações entradas)

Anos	Embarcações Portuguesas	Embarcações Estrangeiras	Totais
1808	765	90	855
1809	822	83	905
1810	1214	422	1636
1819	173	314	487

Fontes: *Diário Lisbonense*, Nº. 113, 20 de Maio de 1811; *Gazeta de Lisboa*, Nº. 188, 10 de Agosto de 1820.

Apesar das suas limitações — abrange apenas quatro anos e faltam todos os anos entre 1811 e 1818 —, pensamos que é possível, mesmo assim, detetar neste quadro uma tendência clara para o aumento da importância do tráfego de embarcações estrangeiras no Rio de Janeiro. O número destas, a princípio reduzido, quintuplica de 1809 para 1810, e em 1819 quase duplica o número de barcos portugueses. Neste ano, o movimento do porto da então capital brasileira terá sido afetado pelos ataques corsários dos insurretos das colónias espanholas, e isso explicará, em nosso entender, a forte diminuição do quantitativo de embarcações entradas. Mas o que importa aqui reter é que o comércio marítimo do Brasil seria cada vez mais assegurado por barcos estrangeiros, particularmente britânicos, que nesse ano de 1819 somaram mais de metade do total (159 em 314).

De resto, a balança comercial com o Brasil prova também que existia uma tendência a prazo para a diminuição das trocas com a metrópole. É verdade que, depois de alguns anos de clara retração, entre 1808 e 1813, que correspondem às invasões e ao prolongamento da guerra peninsular, houve uma recuperação do comércio luso-brasileiro e uma aproximação aos valores das mercadorias traficadas antes de 1808. Mas esse movimento de alta, no que concerne às exportações metropolitanas, parece ter cessado em 1816, dado que nos três anos seguintes se verificará uma descida gradual dos valores, enquanto nas importações se assistirá a uma oscilação cujos montantes mais elevados nunca atingirão os que se registaram antes do início do conflito. Essa recuperação do movimento comercial com o grande território sul-americano, desde 1815 promovido à condição de «Reino» e em vias de emancipação definitiva, parece também coincidir no tempo com o que certos historiadores do

período designaram como o início de um surto industrial metropolitano<sup>664</sup>. Vitorino Magalhães Godinho chamar-lhe-ia mesmo «uma démarage industrial», assim interpretando a instalação de alguns estabelecimentos fabris a partir de 1814<sup>665</sup>. Discutiremos já adiante a real importância dessa «démarage». Por agora interessa-nos mostrar os números da balança comercial em questão, entre 1808 e 1820:

Anos	Importações (em cruzados)	Exportações (em cruzados)	Saldos
1808	1,367,000	3,777,000	2,410,000
1809	12,048,000	8,594,000	-3,454,000
1810	9,208,000	7,331,000	-1,877,000
1811	9,083,000	6,981,000	-2,102,000
1812	9,969,000	6,159,000	-3,810,000
1813	11,991,000	8,968,000	-3,023,000
1814	17,514,000	14,228,000	-3,286,000
1815	22,648,000	20,584,000	-2,064,000
1816	24,159,000	25,760,000	1,601,000
1817	20,772,000	21,419,000	647,000
1818	24,115,000	19,849,000	4,266,000
1819	18,792,000	16,366,000	4,426,000

Fonte: Balbi (Adrien), *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*, Tomo I, p. 424. Saldos corrigidos em vários anos.

Se compararmos as médias destes doze anos com as médias dos doze anos que decorreram de 1796 a 1807, mais facilmente constatarmos a diminuição do comércio entre os dois países: nas importações, os 15.139.000 cruzados representam pouco mais de metade (51%) do quantitativo do período anterior; o mesmo sucede nas exportações, onde os 13.335.000 cruzados também pouco excedem a metade do valor precedente (54%). Mesmo que se argumente com o facto de a média obtida para os anos deste quadro sair prejudicada com a forte descida do tráfego registada entre 1808 e 1813, também se pode objetar que a tendência desenhada a partir de 1816 não augurava nada de bom para as relações comerciais luso-brasileiras.

É a este contexto de viragem da balança comercial e de dificuldades nas relações económicas entre Portugal e o Brasil que é preciso associar também o tratado de comércio entre Portugal e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, assinado em 19 de Fevereiro de 1810 na cidade do Rio de Janeiro, e a que Acúrsio das Neves, como vimos, atribui um papel nefasto e um conseqüente contributo para a situação que se viveria no país em vésperas da Revolução de 1820. O que levava o reputado

<sup>664</sup> Caso de Joel Serrão, que não só afirma «*que a 1.ª fase da industrialização portuguesa oitocentista se inicia de 1813 a 1814*», como também sustenta, baseado nos números das exportações de manufaturas portuguesas para o Brasil, «*que, a partir de 1813, se assiste a uma lenta mas contínua recuperação que termina em 1819*»: cf. *Temas Oitocentistas — I*, Lisboa, 1980, pp. 81, 82.

<sup>665</sup> Cf. artigo «*Preços e Conjuntura (...)*», in *op. cit.*, p. 516.

economista, e na sua esteira, até aos dias de hoje, outros economistas e historiadores, a apontar o dedo acusador ao referido tratado, eram as condições preferenciais que estipulava para as mercadorias britânicas entradas nos portos portugueses. Uma historiadora contemporânea não hesita em qualificar de «desastrosas» essas condições, a tal ponto que as cláusulas do tão criticado Tratado de Methuen, por muitos responsabilizado pelo atraso económico português, se afigurariam altamente benévolas<sup>666</sup>. A principal disposição do tratado, e a que foi considerada mais prejudicial para os interesses económicos portugueses, foi a fixação de uma taxa alfandegária única de quinze por cento *ad valorem* sobre todas as produções britânicas que entrassem em qualquer território sob domínio da Coroa portuguesa, incluindo, portanto, o Brasil. No caso deste, essa taxa chegava a ser inferior à que pagavam os produtos importados de Portugal, sujeitos a direitos de dezasseis por cento<sup>667</sup>. Para entendermos melhor as vantagens que advinham para o Reino Unido dessa disposição do tratado, bastará dizer que as mercadorias de todos os outros países pagavam vinte e quatro por cento em todos os domínios portugueses<sup>668</sup>.

O tratado foi, obviamente, um produto das invasões e do novo condicionalismo político que elas determinaram. Ocupado por forças estrangeiras, primeiro francesas e espanholas e depois britânicas, transferida a sede do governo para o Rio de Janeiro com o beneplácito e sob proteção britânica, o país não estava em condições de seguir um rumo independente e foi obrigado a curvar-se perante os interesses da potência que dominava os mares e que emergiu como a grande vencedora dos conflitos que resultaram da Revolução Francesa. O Duque de Palmela, cuja amizade e admiração pelos britânicos era conhecida, não hesitou em considerá-lo «na forma e na substância, o mais lesivo e desigual que duas nações independentes jamais contraíram»<sup>669</sup>. Terá sido a principal causa para a enxurrada de produtos britânicos que, desde os anos da guerra peninsular, invadiu o nosso país, aumentando as importações e desequilibrando a balança comercial, que não mais, até aos dias de hoje — com um breve interregno, durante a Segunda Guerra Mundial —, deixaria de registar saldos negativos? Nem todos os historiadores lhe concedem essa importância. Jorge Borges de Macedo, cujo contributo para o estudo da época de que nos ocupamos nunca é demais salientar, atribuiu-lhe, como já referimos antes, uma importância relativa, duvidando que pudesse ser «invocado como elemento explicativo para a quebra de ritmo de euforia comercial de que Portugal gozava desde 1783,

<sup>666</sup> Pereira (Miriam Halpern), *Portugal no século XIX — Vol. I — Revolução, Finanças, Dependência Externa (de 1820 à convenção de Gramido)*, Lisboa, 1979, p. 37.

<sup>667</sup> O essencial do tratado acha-se publicado em Pereira (Miriam Halpern), *op. cit.*, pp. 228 a 141. Cf. comentários da autora nas pp. 34 a 42.

<sup>668</sup> Azevedo (J. Lúcio de), *op. cit.*, p. 455.

<sup>669</sup> Idem, *ibidem*, p. 456.

aproximadamente»<sup>670</sup>. Mas parece-nos inegável que, independentemente de existirem outros fatores explicativos para a mudança da conjuntura económica, o tratado não poderá deixar de ser considerado como um instrumento fortemente incentivador da compra de artigos britânicos, já de si de melhor qualidade e menor custo do que os nacionais. E, nessa medida, mais um obstáculo à recuperação de uma indústria portuguesa que não soubera, ou não pudera, acompanhar o ritmo das transformações tecnológicas das últimas dezenas de anos.

De resto, o mesmo Borges de Macedo que relativizou o tratado escreveu noutra sua obra que, «em 1811, Lisboa estava transformada num grande entreposto de mercadorias inglesas, registando-se a maior entrada de mercadorias dos últimos 15 anos». Acrescentando que começara «outra invasão — a verdadeira invasão, muito mais difícil de estancar e vencer — quando as tropas francesas já não pisavam o solo português»<sup>671</sup>. Mas essa enorme quantidade de artigos britânicos, que se destinavam não só ao mercado nacional mas também aos mercados de Espanha, nociva em termos macroeconómicos pelo desequilíbrio que introduzia na balança comercial e pela hemorragia de divisas que provocava, deu azo a todo o género de operações especulativas e, pelas oportunidades de negócio que criou, terá sido, como já aventámos no capítulo I, a principal responsável pelo crescimento do número de negociantes portugueses matriculados na praça de Lisboa nos anos posteriores às invasões<sup>672</sup>.

Todos estes factos que vimos relatando até aqui mostram prejuízos e dificuldades sofridos pela gente ligada ao comércio, bem como uma mudança de conjuntura na vida económica do país, com o fim do clima de euforia que se vivera antes de 1807 e a entrada num período de certo declínio da economia portuguesa metropolitana. Mas não nos mostram, em nosso entender, uma queda brusca da atividade económica e assim o «caiu tudo de repente» de Acúrsio das Neves parece algo exagerado para explicar o que realmente se passou. Parece-nos também que Jorge Borges de Macedo tinha razão quando escreveu, a propósito da evolução do país após as invasões, que «as campanhas napoleónicas não afectaram o conjunto do sistema económico português, que resistiu vitoriosamente ao duro embate do Bloqueio, encontrando rapidamente formas de o enfrentar (...)»<sup>673</sup>. Claro que afirmar uma vitória sobre o «Bloqueio Continental» não é o mesmo que sustentar uma resposta vitoriosa sobre os desafios postos pelas novas circunstâncias tecnológicas e pela alteração do quadro geopolítico decorrente das guerras napoleónicas. Essa resposta não existiu efetivamente — embora tenha havido tentativas e já

<sup>670</sup> *Problemas de História da Indústria (...)*, p. 237.

<sup>671</sup> *O Bloqueio Continental (...)*, p. 68.

<sup>672</sup> Jorge Borges de Macedo escreve sobre os negócios e especulações originados pela invasão dos artigos britânicos, mas não refere a sua possível ligação ao crescimento do número de negociantes. Cf. *ibidem*, pp. 68, 69.

<sup>673</sup> *Ibidem*, p. 108.

iremos referir o que se passou no campo industrial — e assistiu-se antes a um gradual abatimento da situação económica portuguesa.

Um outro dado que nos permite comprovar esta tese é o relativo às falências. As falências de sociedades ou empresas individuais são indubitavelmente um elemento a ter em conta na análise da situação económica de qualquer tempo ou lugar, onde quer que a livre iniciativa empresarial esteja implantada. Cessação dos pagamentos por impossibilidade da sua satisfação, a falência ou quebra põe termo bruscamente à atividade dum agente económico. Se encarada isoladamente traduz apenas o fracasso de um indivíduo ou grupo de indivíduos no sector ou sectores em que se propuseram atuar. Vistas as falências no seu conjunto, pelo seu número ou importância poderão constituir um indicador seguro do estado duma economia: em épocas de crise, por exemplo, tenderá a aumentar o seu número, pela sua óbvia ligação ao avolumar das dificuldades económicas. Ora a investigação da imprensa do período de que nos ocupamos permitiu-nos recolher vários elementos sobre falências: com particular saliência para a oficiosa «*Gazeta de Lisboa*», trata-se de notícias que dão conta da apresentação dos falidos na Junta do Comércio, do leilão dos seus bens, ou que convocam os credores para apresentarem os seus títulos de crédito ou requerimentos no tribunal da Junta, nomearem administradores à massa dos falidos, ou receberem pagamentos em casa destes<sup>674</sup>. São ainda notícias que se reportam fundamentalmente a negociantes e mercadores lisboetas, uma vez que são muito escassas as referências a comerciantes de praças da Província (apenas três falências, todas relativas a indivíduos do Porto). Mas lembramos novamente a posição dominante da capital do Reino no aparelho mercantil nacional. Com base nesses dados recolhidos na imprensa de Lisboa, pudemos apurar os seguintes números:

Anos	Nº. falências	Anos	Nº. falências	Anos	Nº. falências
1790	7	1801	6	1811	3
1791	1	1802	4	1812	4
1792	1	1803	4	1813	1 (do Porto)
1793	0	1804	1	1814	3
1794	1	1805	2	1815	0
1795	1	1806	6	1816	3
1796	0	1807	6	1817	11
1797	1	1808	1	1818	10
1798	0	1809	9	1819	8
1799	4	1810	3	1820	10 (2 do Porto)
1800	3	1811	3	-	-

<sup>674</sup> À Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (nome da Junta desde 1788) cabia a resolução dos casos de falência. Tinha, para essa finalidade, um juiz dos falidos e respetivo juízo, competindo-lhe examinar os livros e contas dos falidos e convocar os seus credores, para que entre eles nomeassem um ou vários administradores dos bens, por forma a fazerem a sua repartição. Cf. Balbi (Adrien), *op. cit.*, tomo 1º., pp. 258 e 259.

Fontes: *Gazeta de Lisboa, Correio Mercantil e Economico de Portugal, Diário Lisbonense*.

Estes números, que devem ser lidos com cuidado pelos motivos expostos, permitem-nos, todavia, formular algumas conclusões. Em primeiro lugar, é indubitável que, após 1807, houve um aumento das falências anunciadas na imprensa. Assim, de 1790 a 1807, num intervalo temporal de dezoito anos, noticiaram-se quarenta e oito (48) falências. De 1808 a 1820, em apenas treze anos, publicitaram-se sessenta e seis (66), sendo três de comerciantes do Porto. Por outro lado, parece-nos impossível não relacionar o montante de falências anunciadas em 1809 (nove) com os prejuízos resultantes da primeira e segunda invasões. No entanto, nos anos posteriores às invasões os números anuais de falências levam a crer num certo retorno à normalidade, como se, apesar de todas as consequências negativas dos factos já referidos, a generalidade dos homens de negócio ou mercadores portugueses tivesse reagido aos revezes e infortúnios, manifestando capacidade para absorver as perdas e manter a atividade. Paralelamente, uma boa parte dos negociantes estrangeiros de Lisboa havia debandado, conforme o provam as listas publicadas no «*Almanach*» — do máximo de 174 nomes na lista de 1807 desceu-se para 82 em 1812, 96 nos anos de 1814 e 1817, e 101 em 1820<sup>675</sup> — e as numerosas dissoluções de sociedades entretanto ocorridas<sup>676</sup>. A partir de 1817 a situação parece conhecer um agravamento: nos anos finais da segunda década do século XIX, os quantitativos de falências anunciadas superam claramente os totais habitualmente registados nos anos precedentes. Ainda assim não cremos que se possa falar numa vaga de falências, que confirme qualquer afundamento súbito do sistema económico, antes estaremos perante um avolumar das dificuldades e obstáculos que se punham aos nossos empresários.

Estes procuravam o melhor que podiam e sabiam, embora em circunstâncias profundamente adversas, adaptar-se aos novos tempos. Era assim em todos os ramos da atividade económica e designadamente na indústria. Nesta, apesar do triste panorama atrás descrito, verificou-se, por volta de 1814 e anos seguintes, um esforço de retoma, traduzido na fundação de alguns novos estabelecimentos fabris e na recuperação de outros. Paralelamente, desde 1813 e durante alguns anos, assistiu-se a um certo crescimento das exportações de manufaturas portuguesas para o Brasil. Tanto bastou para que alguns historiadores, como já referimos, vissem nestes factos uma «*démarrage industrial*». Bastará, contudo, atentar nos números dessas exportações, antes e depois dos anos da Guerra Peninsular, para constatar que fraca coisa terá sido essa tal «*démarrage*». Enquanto de 1796 a 1807 a média dos artigos manufacturados enviados para o Brasil se situou perto dos oito milhões de cruzados (exatamente 7.951.993), com um pico de mais de catorze milhões em

<sup>675</sup> «*Almanach*», anos respetivos.

<sup>676</sup> Dissoluções mencionadas em «*Avisos*» publicados na *Gazeta de Lisboa*.

1799, essa mesma média para os anos de 1813 a 1822 é da ordem dos dois milhões e meio (2.539.925), não ultrapassando o pico de 1818 os 3.350.250 cruzados<sup>677</sup>. Concordamos, por isso, com Borges de Macedo quando este afirma: «Não é realmente significativa, no conjunto da indústria portuguesa, a instalação de algumas empresas fabris entre 1814 e 1826, ligadas sobretudo ao modesto recomeço de atividades»<sup>678</sup>.

A verdade é que os problemas de toda a ordem se vão avolumando, refletindo-se nomeadamente no domínio fiscal. Se as falências, embora aumentando, não atingem talvez um número muito significativo, um outro fenómeno indicia que muitos dos homens de negócio portugueses experimentam reais dificuldades. Trata-se do não cumprimento das obrigações fiscais que lhes são impostas, da incapacidade de acederem aos pedidos de empréstimo que o governo lhes dirige para finalidades de interesse público e até da solicitação expressa de diminuição da carga fiscal que sobre eles incide, alegando justamente a impossibilidade do seu pagamento em função das perdas ou prejuízos que invocam. E são diversos e significativos os exemplos que podemos relatar.

Comecemos por referir o que se passou com o «empréstimo» relativo à conclusão da paz com a Regência de Argel, cujos corsários ameaçavam a nossa navegação mercante e obrigavam o governo português a manter uma onerosa esquadra a patrulhar o estreito de Gibraltar, nem sempre, diga-se, com resultados visíveis<sup>679</sup>. Quando, em 1813, perante as exigências monetárias argelinas e a impossibilidade do nosso governo dispor da importância pedida, se decidiu solicitar um empréstimo de quatrocentos e sessenta e oito contos de réis aos negociantes nacionais de Lisboa e do Porto, no pressuposto de que estes seriam os primeiros interessados em comprar a segurança no tráfego marítimo, vários foram os que não puderam satisfazer as quantias que a Junta do Comércio lhes atribuiu. Todos da capital, acrescente-se, e alguns dos teoricamente mais endinheirados<sup>680</sup>. O quadro seguinte permite ver o que se lhes pediu e o que efetivamente puderam entregar, nesse «empréstimo» que, à semelhança de outros que se fizeram na época, tinha um cunho forçado.

---

<sup>677</sup> Serrão (Joel), *Temas* (...), I, pp. 81, 82. O autor defende a tese citada, perguntando: «Depois de uma depressão que vem de 1806 e alcança maior intensidade em 1808, não é evidente que, a partir de 1813, se assiste a uma lenta mas contínua recuperação que termina em 1819?» (p. 82).

<sup>678</sup> *Problemas de História da Indústria* (...), p. 245.

<sup>679</sup> Cunha (Carlos Guimarães da), *op. cit.*

<sup>680</sup> Idem, *ibidem*, p. 20.

<b>Contribuintes</b>	<b>Importâncias pedidas (em réis)</b>	<b>Importâncias entregues (em réis)</b>
Isidoro de Almeida	6.000\$000	4.000\$000
Bento José Pacheco	4.000\$000	2.000\$000
Francisco Vanzeller	3.000\$000	2.000\$000
João Ferreira Prego	3.000\$000	2.000\$000
António Martins Pedra	2.000\$000	1.000\$000
Domingos Gomes Loureiro	2.000\$000	1.000\$000
Silvestre Luís Dias	2.000\$000	1.000\$000
Pedro António da Silva Pedroso	800\$000	400\$000
Viúva de Manuel Francisco Romualdo	800\$000	400\$000
Eusébio de Sousa	600\$000	300\$000
João Lourenço da Cruz	600\$000	400\$000
Anacleto José da Silva	400\$000	200\$000

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço nº. 14, nº. 27, Relação que compreende os Nomes das Pessoas, que ainda que não contribuíram com toda a quantia em que foram coletadas a título de Empréstimo para a Conclusão da Paz com a regência de Argel, entraram contudo com mais de metade; E também compreende os Nomes dos que contribuíram com a metade da quantia, que se lhes pediu (ortografia atualizada).

Estes doze negociantes não são um número despiendo no total de setenta e dois nomes que participaram no empréstimo, incluindo duas entidades coletivas, o Contrato do Tabaco e a Companhia dos Vinhos do Douro, esta conjuntamente com os negociantes do Porto. Os sete que foram solicitados a entregar entre seis e dois contos de réis e não o puderam fazer incluíam-se num conjunto de vinte nomes a quem essas mesmas importâncias foram pedidas e que encabeçavam a lista dos prestamistas — acima deles só as duas entidades referidas, com oitenta contos de réis cada, e Teixeira de Sampaio, com vinte contos. Pertenciam, portanto, à elite dos homens de negócio da capital e neles encontramos nomes já mencionados em vários passos desta obra. Gente com passado respeitável e reputação no mundo dos negócios não tomariam a atitude que tomou se não houvesse motivos fortes para isso, e parecemos que esses motivos só poderiam ser as dificuldades que se faziam sentir nas suas atividades e que, certamente, lhes diminuía as capacidades financeiras.

Essas dificuldades eram generalizadas, estendendo-se a todo o país. Não foi por acaso, de resto, que a soma necessária para a assinatura da paz com os argelinos não foi atingida: dos 468 contos que se pretendiam somente foi possível reunir 251.900\$000 réis<sup>681</sup>. No respeitante às contribuições extraordinárias lançadas em 1809 e 1810 para acorrer às despesas militares, como consequência dessas mesmas dificuldades as coletas andaram fortemente atrasadas e foi mesmo preciso, em certos casos, perdoar parte ou a totalidade das quantias em dívida. Ainda em finais de 1809, um aviso do Príncipe Regente à Junta do Comércio referia que «a contribuição do Corpo de Comércio para a defesa destes Reinos

<sup>681</sup> Idem, *ibidem*.



se não tem pago com a prontidão que exige a subsistência dos Exércitos a que fora aplicada», intimando a Junta a fazê-lo no mais curto espaço de tempo possível<sup>682</sup>. Em Maio do ano seguinte determinava-se a execução das dívidas referentes a essa contribuição no prazo «improrrogável» de um mês<sup>683</sup>. Entretanto lançava-se a segunda contribuição extraordinária, em Agosto de 1810, e aumentaram as dificuldades com a cobrança, não obstante se ter diminuído a importância a pagar pelo «Corpo de Comércio e Capitalistas», que passava de quatrocentos para duzentos contos de réis<sup>684</sup>. Em Fevereiro de 1811, um aviso do Príncipe Regente à Junta do Comércio não só ordenava a cobrança dessa segunda contribuição, procedendo-se «com a maior exatidão e diligência», mas também aludia à cobrança do «resto da primeira»<sup>685</sup>. A Junta estranhava «o grande atrasamento» em que se achava a cobrança, «principalmente da segunda contribuição», e intimava os devedores a procederem ao «inteiro pagamento» das quantias em falta no prazo de dez dias<sup>686</sup>. Todas estas intimações e ameaças de pouco valeram. Em Julho de 1813, um ofício de um dos governadores, o Marquês de Borba, ao presidente da Junta determinava que esta avisasse os coletados para pagarem até ao fim desse mês, e enviasse ao Erário Régio «relações dos devedores que se achassem impossibilitados de pagar e dos remissos»<sup>687</sup>. Quatro anos volvidos, as dívidas continuavam: um ofício de outro governador, João Salter de Mendonça, voltava a pedir à Junta que concluísse a cobrança do que se devia da Contribuição Extraordinária de Defesa, «imposta ao Corpo do Comércio no ano de 1810»<sup>688</sup>. As dívidas de diversas comarcas ultrapassavam ainda os vinte e dois contos de réis, embora, curiosamente, duas delas, Coimbra e Setúbal, tivessem dado, respetivamente, cem mil e trezentos mil réis a mais. Um mapa anexo a um ofício da Contadoria Geral da Junta do Comércio, com data de 29 de Maio de 1817, dava conta dessas dívidas relativas às coletas comerciais lançadas ao abrigo da referida Segunda Contribuição Extraordinária de Defesa, ordenada, como se notava, pela Portaria Régia de 2 de Agosto de 1810.

Vejamos o mapa:

---

<sup>682</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º. 146, 18 de Novembro de 1809.

<sup>683</sup> *Ibidem*, N.º. 120, 19 de Maio de 1810.

<sup>684</sup> *Ibidem*, N.º. 24, Supl.º. Extr.º., 15 de Junho de 1809; *ibidem*, N.º. 187, 6 de Agosto de 1810.

<sup>685</sup> *Ibidem*, N.º. 44, 20 de Fevereiro de 1811.

<sup>686</sup> *Ibidem*.

<sup>687</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 14.

<sup>688</sup> *Ibidem*, *ibidem*, *ibidem*. Ofício de 10 de Maio de 1817.

Províncias	Comarcas	Importâncias coletadas	Importâncias entradas	Importâncias em dívida
Estremadura	Torres Vedras	600\$000	92\$000	508\$000
	Alenquer	200\$000	-	200\$000
	Alcobaça	500\$000	-	500\$000
	Ribatejo	500\$000	-	500\$000
	Leiria	500\$000	-	500\$000
	Ourém	200\$000	-	200\$000
	Setúbal	1.200\$000	1.500\$000	-
	Chão de Couce	150\$000	-	150\$00
	Santarém	4.000\$000	3\$104	3.996\$896
Beira	Tomar	1.300\$000	-	1.300\$000
	Vila d'Abrantes	600\$000	-	600\$000
	Lamego	600\$000	-	600\$000
	Aveiro	600\$000	595\$623	4\$377
	Viseu	4.000\$000	-	4.000\$000
	Guarda	1.200\$000	913\$320	286\$680
	Feira	400\$000	397\$083	2\$917
Minho	Coimbra	2.400\$000	2.500\$000	-
	Castelo Branco	600\$000	-	600\$000
	Porto	60.000\$000	39.100\$000 + 17.455\$000	3.445\$000
	Penafiel	100\$000	100\$000	
	Braga	1.000\$000	1.000\$000	
	Guimarães	800\$000	-	800\$000
	Barcelos	400\$000	-	400\$000
Trás-os-Montes	Valença	100\$000	-	100\$000
	Viana	600\$000	600\$000	
	Bragança	1.200\$000	1.200\$000	-
	Miranda	300\$000	-	300\$000
	Moncorvo	600\$000	400\$000	200\$000
	Vila Real	600\$000	451\$700	148\$300
Alentejo	Crato	600\$000	-	600\$000
	Vila Viçosa	800\$000	784\$526	15\$474
	Avis	300\$000	300\$000	-
	Portalegre	1.000\$000	-	1.000\$000
	Elvas	1.600\$000	1.600\$000	-
	Beja	500\$000	-	500\$000
	Ourique	300\$000	129\$690	170\$310
Algarve	Évora	2.000\$000	2.000\$000	-
	Faro	600\$000	500\$000	100\$000
	Lagos	300\$000	-	300\$000
	Tavira	300\$000	-	300\$000
<b>Totais</b>		<b>93.550\$000</b>	<b>21.991\$226 + 49.630\$220</b>	<b>22.327\$954</b>

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 14, n.º. 28. Mapa anexo a um officio da Contadoria Geral da Real Junta do Comércio, com data de 29 de Maio de 1817, dando conta das dívidas das várias comarcas relativas às coletas comerciais lançadas ao abrigo da Segunda Contribuição Extraordinária de Defesa, ordenada pela Régia Portaria de 2 de Agosto de 1810.

Temos assim que ainda em 1817 deviam as comarcas perto de vinte e dois contos de réis (exatamente 21.927\$954, ou seja, 22.327\$954 – 400\$000, esta última a importância que Coimbra e Setúbal deram a mais). É verdade que o Porto, a segunda praça mercantil do Reino, pagou quase a totalidade do imposto e que Coimbra e Setúbal, comarcas das mais importantes, até entregaram mais do que se lhes pediu. Mas a coleta arrastou-se penosamente durante anos, muito para lá do prazo de cobrança que havia sido estipulado, e continuou a fazer-se nos anos seguintes à data deste documento. Um novo mapa anexo a uma conta de 1832 (!) registava as quantias posteriormente entregues por várias comarcas, a totalidade ou parte das importâncias em que haviam sido coletadas, sendo que neste último caso as diferenças ou foram perdoadas ou consideradas perdidas.

Comarcas	Quantias entradas	Coletas perdoadas ou consideradas falhas
Alenquer	35\$000	165\$000 (a)
Aveiro	600\$000	-
Viseu	3.680\$995	319\$005 (b)
Castelo Branco	517\$560	82\$440 (c)
Porto	59.380\$000	620\$000 (d)
Guimarães	724\$488	75\$512 (e)
Barcelos	400\$000	-
Valença	100\$000	-
Miranda	300\$000	-
Moncorvo	600\$000	-
Vila Real	600\$000	-
Crato	600\$000	-
Vila Viçosa	784\$526	15\$474 (f)
Portalegre	970\$000	30\$000 (g)
Beja	465\$580	34\$420 (h)
Ourique	298\$660	1\$340 (i)
Lagos	300\$000	-
Tavira	300\$000	-

a) Despacho de 11/03/1822 b) Despacho de 16/12/1819 c) Despacho de 29/05/1821  
d) Despacho de 22/08/1822 e) Despacho de 05/06/1821 f) Despacho de 05/06/1821  
g) Despacho de 02/12/1819 h) Despachos de 12 e 29/11/1821 i) Despachos de 12 e 29/11/1821

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º. 14, n.º. 28, Mapa anexo à Conta de 21/01/1832, com a lista das Comarcas que vieram a entregar posteriormente o total ou parte das importâncias coletadas.

As dificuldades na cobrança fizeram-se outrossim sentir na maior praça do Reino. Vários foram os negociantes lisboetas absolvidos no todo

ou em parte das quantias em que foram coletados por essa Segunda Contribuição Extraordinária de Defesa, incluindo alguns dos mais abatidos. Nalguns casos essas isenções foram concedidas atendendo aos donativos que esses mesmos homens de negócio, em anos anteriores e circunstâncias muito diferentes, haviam entregue à fazenda pública. Foi o caso, designadamente, do Barão de Quintela, perdoado em 2.700\$000 réis, de Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, na mesma importância, de Geraldo Venceslau Braancamp, perdoado em 2.000\$000 réis, de Manuel de Sousa Franco & Filho, em 600\$000 réis, de Silvestre Luís Dias, na mesma quantia, etc. Um documento do Cartório da Junta do Comércio, anexo à conta de 21 de Janeiro de 1832, refere vinte e seis nomes, incluindo os que acabámos de citar, somando as importâncias perdoadas quase treze contos de réis (12.925\$000 réis)<sup>689</sup>. Uma outra relação anexa inclui os nomes de sessenta e quatro pessoas que não pagaram a segunda contribuição de defesa e que não se descobriu quem eram, três ausentes no estrangeiro e dezoito sem bens alguns e de duvidosa cobrança, todos de Lisboa, perfazendo a soma de 3.341\$557 réis. A esse montante abateram-se 497\$541 réis, que resultaram de várias execuções fiscais a negociantes e mercadores da capital, o que deu como débito na cidade 2.844\$016 réis<sup>690</sup>.

As dificuldades eram de facto reais. Os homens de negócio portugueses tentaram, efetivamente, lutar contra as adversidades que se tinham abatido sobre a nação e sobre os seus grupos mercantis. Alguns procuraram, como diríamos hoje numa linguagem «científica», adaptar-se à «nova conjuntura». Mas os tempos da prosperidade fácil tinham passado e as atitudes que os negociantes tomarão para vencer os obstáculos que se lhes deparavam nem sempre se revelarão as mais adequadas. É o caso, já depois de 1820 e da implantação da nova ordem política, das disposições que as Cortes Constituintes procuraram implementar relativamente ao Brasil, quer no plano político quer no plano económico, disposições essas que foram, em boa medida, inspiradas pelos interesses da burguesia mercantil metropolitana e que visavam também, sem margem para dúvidas, o retorno do território americano à situação de colónia e à dependência económica da Metrópole. Referimo-nos, designadamente, aos decretos aprovados na sessão de 29 de Setembro de 1821, que mediante a partição do território brasileiro mais não procuravam do que o seu regresso ao estado de coisas anterior à ida da família real para o Rio de Janeiro, e ao projeto de decreto sobre as relações comerciais com o já então Reino do Brasil, apresentado às Cortes em 15 de Fevereiro de 1822, cujo objetivo primordial era colocar o território novamente ao serviço dos interesses económicos portugueses.

<sup>689</sup> A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 28, *Relação dos Collectados para a 2.ª Contribuição Extraordinaria de Defeza, que tem sido absolvidos todo, ou em parte das quantias que lhe [sic] forão lançadas; a Saber...*

<sup>690</sup> *Ibidem*, *ibidem*, *ibidem*.

Qualquer destas medidas das Cortes Constituintes<sup>691</sup> prova que o País, e dentro deste os grupos sociais que tinham sido fortemente prejudicados pelo rumo que as coisas haviam tomado após 1808, olhava com nostalgia para o recente passado de prosperidade e desafogo, e mais do que adaptar-se às novas circunstâncias procurava desesperadamente recuperar esse passado, mostrando que não percebia o carácter inelutável dos acontecimentos que, nomeadamente, conduziram à separação definitiva do Brasil.

O crescimento e reforço dos grupos mercantis portugueses processara-se, desde Pombal, ao abrigo de um sistema protecionista que lhes possibilitara assegurar o controlo do mercado brasileiro e resistir vitoriosamente à concorrência externa. Quando esse sistema ruiu, principalmente por força de circunstâncias externas, esse grupos serão fortemente afetados e demorariam ainda muitos anos até que Portugal pudesse dispor novamente de um conjunto de empresários relativamente numerosos e dotados de capacidades financeiras e poder de iniciativa com algum significado económico. Um historiador francês já aqui citado, autor de um estudo sobre a política francesa em relação a Portugal no período bonapartista, não hesitou em concluir perentoriamente: «As invasões francesas ao arruinares uma prosperidade indiscutível tiraram a Portugal as possibilidades do progresso económico que, num momento decisivo da história do Ocidente, poderia ter realizado»<sup>692</sup>. Uma tal afirmação é talvez algo discutível, pois em História nunca podemos ter a certeza do modo como os factos evoluíram se este ou aquele fator não tivesse ocorrido<sup>693</sup>. Ou seja, não sabemos de todo o que sucederia se as invasões não se tivessem dado. O que nos parece indubitável é que o conjunto de eventos desencadeados por essas invasões explica em boa medida as tremendas dificuldades que se abateram sobre o país durante alguns decénios, anos marcados sobretudo pela pobreza do Estado e dos particulares, numa conjuntura de penúria largamente responsável pela instabilidade social e política que então se viveu.

---

<sup>691</sup> Publicados, no essencial, em Pereira (Miriam Halpern), *op. cit.*, pp. 91 a 93 e 100 a 104.

<sup>692</sup> Silbert (Albert), *op. cit.*, p. 83.

<sup>693</sup> Embora exista uma escola histórica contemporânea, a chamada «nova história económica», que utiliza a técnica do «contrafactual». Citando Jaime Reis, consiste esta «em alterar um ou mais dos parâmetros duma dada situação histórica de modo a criar uma outra situação, hipotética, mas verosímil, que se possa comparar com a real de uma forma quantificada». Cf. *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1913)*, Lisboa, 1993, pp. 17 a 32. O facto de trabalhar somente com dados quantificáveis limita bastante a possibilidade do seu emprego, além do que, como reconhece Jaime Reis nesse estudo, trata-se de um método controverso.



# APÊNDICES





# RELAÇÕES DE COMERCIANTES

Relações de comerciantes e fabricantes, relativas aos donativos para o esforço de defesa e para as urgências do Estado (1805)

Comarcas	Localidades	Negociantes	Mercadores e outros	Totais
Viana	Viana	-	-	83
	Ponte do Lima	-	-	40
	Outras vilas	-	-	57
Valença	Caminha	-	-	10
	Valença	-	-	2
	Chaves	-	-	56
Braga	Braga	35	31	66
Guimarães	Guimarães	51	37	88
	Amarante	4	5	9
	Felgueiras	2	16	18
	Basto	-	6	6
	Lanhoso	4	4	8
	Rossas	2	2	4
	Vieira	-	3	3
	Monte Longo	2	8	10
Cabeceiras e Refojos	-	6	6	
Porto	Porto	310	276 (a)	586
Guarda	Covilhã	18	18	36
	Guarda	-	-	33
	Celorico da Beira	-	-	14
	Melo	-	-	7
	Valezim	-	-	1
	S. Romão	-	-	7
	Gouveia	-	-	37
	Santa Marinha	-	-	10
	Alvoco	-	-	1
	Seia	-	-	32
	Fundão	-	-	13
	Famalicão	-	-	3
Manteigas	-	-	15	
Trancoso	Trancoso	-	-	10
	Cedovim	-	-	4
	Meda	-	-	4
	Arvedoza	-	-	5
	Penela	-	-	6
	Paredes	-	-	4
	Sindim	-	-	3
	Alverca	-	-	25
	Torvões	-	-	5
	Vila Nova de Fozcoa	-	-	12
	Muzagata	-	-	1
Marialva	-	-	1	

Comarcas	Localidades	Negociantes	Mercadores e outros	Totais
	Almendra	-	-	4
	Castelo Rodrigo	-	-	1
	Escalhão	-	-	3
	S. João da Pesqueira	-	-	7
	Souto	-	-	3
	Souselo	-	-	1
	Alfaiates	-	-	1
	Freixo	-	-	9
Castelo Branco	Vilar Maior	-	-	1
	Castelo Branco	-	-	12
	Penamacor	-	-	9
	Sabugal	-	-	4
	Medelim	-	-	1
	Monsanto	-	-	1
	Alpedrinha	-	-	2
Coimbra	S. Miguel d'Acha	-	-	1
	Idanha a Nova	-	-	3
Coimbra	Figueira da Foz	40	-	40
	Coimbra	-	-	67
Lisboa	Lisboa	208	42 (b)	250
Tomar	-	-	-	27
Setúbal	Setúbal	62	108 (c)	170

a) Sendo 241 mercadores; b) inclui apenas os mercadores de estâncias de lenha, carvão e tabuado (15) e de lojas de cabos, breu e alcatrão (27); c) sendo 60 mercadores de retalho.

Fonte: A. N. T. T., *Cartório da Junta do Comércio*, Maço n.º 14, n.º 27.

Relações de comerciantes enviadas à Real Junta do Comércio, por força da Provisão Régia de 6 de Julho de 1812.

Províncias	Comarcas	Negociantes	Mercadores e outros	Totais
Minho	Valença	-	-	87
	Viana	-	-	182
	Barcelos	-	-	163
	Braga	45	-	-
	Guimarães	-	-	-
	Porto	-	-	365
	Penafiel	-	-	67
Trás-os-Montes	Bragança	-	-	-
	Miranda	-	-	75
	Moncorvo	-	-	90
	Vila Real	-	178	178
Beira	Lamego	-	-	-
	Aveiro	-	69	69
	Viseu	-	-	152
	Guarda	-	-	-
	Feira	1	116	117

Províncias	Comarcas	Negociantes	Mercadores e outros	Totais
	Coimbra	-	-	-
	Arganil	-	-	-
	Castelo Branco	-	-	39
	Trancoso	-	-	81
	Pinhel	-	28	28
	Linhares (a)	-	-	-
Estremadura	Torres Vedras	-	-	347
	Alenquer (b)	-	-	-
	Alcobaça	-	-	-
	Leiria	-	-	42
	Ourém	-	16	16
	Setúbal	100	-	-
	Chão de Couce (c)	-	-	-
	Santarém	-	-	-
	Ribatejo	-	-	-
	Tomar	-	-	65
	Lisboa	-	-	916
Alentejo	Crato	-	-	11
	Vila Viçosa	-	-	-
	Avis	-	-	77
	Portalegre	-	-	235
	Elvas	-	-	-
	Beja	-	-	98
	Ourique	-	-	-
Évora	-	-	201	
Algarve	Faro	96	-	-
	Lagos	-	-	-
	Tavira	-	211	211

a) Não havia quaisquer comerciantes, mas apenas rendeiros;

b) Desapareceram os livros de registo, em consequência das invasões;

c) Num ofício de 22/08/1812, declara-se não existir qualquer negociante na comarca.

Fonte: A.N.T.T., *Junta do Comércio*, Maço nº. 12, n.ºs. 23 e 24.



# MOVIMENTO PORTUÁRIO EM LISBOA, PORTO E SETÚBAL

CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 27/12/1793 até 2/1/1795

Negociantes Portugueses	Nº. de consigna-ções	Origem das Mercadorias Consignadas
Joaquim José Gomes	11	Terceira (4), Graciosa (4), S. Miguel(2), Faial (1)
Álvaro António Thomazini	9	S. Miguel (8), Terceira (1)
João Roque Jorge e Filhos	9	Safi (3), Sicília (3), Ipswich (1), Arcangel (1), Maranhão (1)
Jacinto Fernandes Bandeira	7	Safi (4), Lynn (1), Cádiz (1), Elsenore (1)
Joaquim Pedro Quintela	5	Santa Catarina (1), Santa Maria(1), Falmouth (1), Alicata (1), Sicília (1)
Bartolomeu Ferreira de Faria	4	S. Miguel (2), Cork (1), Safi (1)
João Teixeira de Barros	4	Bilbau (2), Pará (1), Rio de Janeiro (1)
José Nunes da Silveira	4	Faial (2), S. Miguel (1), Filadélfia (1)
Jerónimo José de Carvalho	3	Maranhão (2), S. Miguel (1)
João Lopes Mouzinho	3	S. Miguel (3)
Anselmo José da Cruz	2	Sciacca (1), Giorgenti (1)
António José da Silva Torres	2	S. Miguel (2)
António Lourenço Marques	2	Pernambuco (1), Safi (1)
António Ferreira de Mesquita	2	Baía (1), Filadélfia (1)
António José da Silveira	2	S. Miguel (2)
António José de Abreu Viana	2	Pernambuco (1), Pará (1)
Chapelain e Comp <sup>a</sup> .	2	Memel (1), Liebau (1)
Domingos Mendes Dias	2	Amesterdão (1), Sciacca (1)
Elias José da Silva	2	Safi (2)
Jácome Ratton	2	Salé (2)
João Pinto Soares	2	Baía (2)
José António Pereira Vilela	2	Pernambuco (1), Nova Iorque (1)
Manuel Nunes do Nascimento	2	S. Miguel (2)
Manuel Martins Fragoso	2	Terceira (2)
Manuel da Silva Franco	2	Nova Iorque (1), Safi (1)
Matheus Potier	2	Baía (1), Maranhão (1)
Paulo Jorge e Filhos	2	Baía (1), Maranhão (1)
Agostinho de Oliveira Guimarães	1	Pernambuco
António Esteves da Costa	1	Roterdão
António Barbosa de Amorim	1	Pernambuco
António Alves da Silva Basto	1	Maranhão
António Martins Pedra	1	Rio de Janeiro
Francisco Gonçalves Lima	1	Pará
Francisco Hígino Dias Ferreira	1	Pernambuco
Francisco Xavier Vasques	1	Madeira

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de consignações</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
Francisco Miguel Paes	1	Pará
Francisco de Paula de Miranda	1	Rio de Janeiro
Gervásio Pires Ferreira	1	Maranhão
Leandro dos Reis Carrilho	1	Rio de Janeiro
Luís Francisco de Macedo	1	Safi
João António de Amorim Viana	1	Baía
Joaquim Manuel dos Santos	1	Pará
Joaquim Leocádio Fonseca	1	Petersburgo
José Soares de Andrade	1	Santos e Baía
Joaquim Pereira Henriques	1	Pernambuco
José Álvares Branco	1	Baía
José Meireles e Comp <sup>a</sup> .	1	Rio Grande e Santa Catarina
José Carvalho de Araújo	1	Rio de Janeiro
José António Pereira	1	Pernambuco
José Coelho Guimarães	1	Baía
José Diogo Bastos	1	Baía
Manuel de Sousa Lopo	1	Pernambuco
Manuel Pereira Viana de Lima	1	S. Sebastião
Manuel José Viana	1	Pará
Manuel de Miranda Correa	1	Rio de Janeiro
Manuel José de Almeida e Comp <sup>a</sup> .	1	Pernambuco
Manuel Moniz Fragoso	1	Graciosa
Manuel de Sousa Freire	1	Santos
Manuel Francisco da Cruz	1	Faial
Manuel Gomes da Silva	1	Madeira
Manuel Ferreira de Araújo	1	Maranhão
Marcos José de Matos	1	Maranhão
Mateus Vale Curveto	1	Pernambuco
Pedro Rodrigues Ferreira e Filhos	1	Cork
Pedro Nolasco Gaspar	1	Maranhão
Tomás António Ferreira Carros	1	Rio de Janeiro
Tomás José Nordeste	1	Alicante
Vicente José Borges	1	S. Miguel
Viúva de Monteiro Velho	1	Québec

Nota: As listas do Correio Mercantil relativas ao porto de Lisboa são de mercadorias entradas, mencionando habitualmente os nomes dos respetivos consignatários. Por vezes estes são os capitães ou mestres das embarcações: nestes casos incluímos nas tabelas os nomes e cargas dos indivíduos a quem as mercadorias se dirigem, uma vez que o nosso interesse é avaliar o peso relativo das casas comerciais e negociantes individuais no comércio de importação. Quando se refere que a carga foi transportada em mais do que um navio, registámos esse número como sendo o de várias consignações.

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1794 e Nº. 1, de 6 de Janeiro de 1795, Fazendas entradas no porto de Lisboa ...

## CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 2/1/1795 até 25/12/1795

Negociantes Portugueses	Nº. de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
Elias José da Silva	11	Safi (6), Mogador (5), Cádiz (1)
Joaquim José Gomes	8	Terceira (5), Graciosa (2), S. Miguel (1)
Álvaro António Thomazini	7	S. Miguel (5), Terceira (3)
Joaquim Pedro Quintela	5	Rio de Janeiro (1), Santa Catarina (1), Mazagão (1), Mogador (1), Safi (1)
Luís Francisco de Macedo	5	Safi (3), Salé (2), Mogador (1)
Jacinto Fernandes Bandeira	4	Pernambuco (2), Rio de Janeiro (1), Safi (1), Riga (1)
Jerónimo José de Carvalho	4	S. Miguel (3), Maranhão (1)
Joaquim José Rodrigues	4	Mogador (3), Safi (1)
José Vieira Pinto	4	Mogador (2), Safi (2)
Manuel Nunes do Nascimento	3	S. Miguel (3), Terceira (1)
Bernardo Clamouse	2	Maranhão (2)
José Nunes da Silveira	2	Faial (1), Flores (1)
Luís António de Araújo	2	Terceira (1), Graciosa (1)
Manuel da Silva Franco	2	Safi (2)
Paulo Jorge	2	Riga (1), Santa Cruz (1)
António Álvares da Silva Basto	1	Maranhão
António Barbosa de Amorim	1	Pernambuco
António Esteves Costa	1	Maranhão
António Ferreira de Mesquita	1	Rio de Janeiro
António José Ferreira	1	Rio de Janeiro
António José Silveira	1	S. Miguel
António José Baptista Sales	1	Baía
António Pires Leal	1	Santos
Bartolomeu Ferreira de Faria	1	Gibraltar
Basílio Ferreira de Carvalho	1	Terceira
Francisco José Pastana	1	Mogador
Francisco Xavier Fernandes	1	Maranhão
João António de Amorim Viana	1	Estocolmo
João Lopes Mouzinho	1	S. Miguel
Joaquim José Domingues	1	Petersburgo
Joaquim José Ferreira	1	Madeira
Joaquim Leocádio da Fonseca	1	Petersburgo
José Álvares Branco	1	Baía
José António Pereira Vilela	1	Cork
José Meireles Lima	1	Maranhão
Leandro dos Reis Carrilho	1	Rio de Janeiro
José António Pereira	1	Maranhão
Manuel Gomes de Sá	1	Graciosa
Manuel de Miranda Correa	1	Pernambuco
Manuel de Sousa Freire	1	Rio de Janeiro
Manuel de Sousa Lobo	1	Pernambuco

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de consignações</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
Marcolino José Gonçalves	1	Mogador
Marcos José de Matos	1	Maranhão
Mateus Vaz Curvelo	1	Maranhão
Pedro de Alcântara e Almeida	1	Pernambuco
Pedro Nolasco Gaspar	1	Maranhão

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1795, Nº. 2 e seguintes, Fazendas entradas no porto de Lisboa...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 27/12/1793 até 2/1/1795

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de consignações</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
João Bulkeley e Filho	22	Virgínia (4), Pilau (4), Marblehead(2), Petersburgo (1), Maryland (1), Falmouth (1), Gibraltar (1), Salem (1), Gaspésie (1), Nova Iorque (1), Canadá (1), Londres (1), Carolina do Norte (1), Filadélfia (1), Baltimore (1), Norfolk (1)
Bernardo Henrique Metzener e Comp <sup>a</sup> .	19	Estocolmo (3), Hamburgo (3), Amsterdão (3), Arcangel (3), Riga (2), Portsmouth (2), Libau (1), Cádiz (1), Memel (1)
Jacob Dohrman e Comp <sup>a</sup> .	16	Boston (3) Copenhague (3), Amsterdão (2), Cádiz (1), Bilbao (1), Pilau (1), Lubeque (1), Noruega (1), Georgenti (1), Newbury (1), Nova Iorque (1), Masterland (1), Baltimore (1)
Guilherme Chambers	15	Terranova (8), Pilau (2), Emden (2), Wismar (1), Waterford (1), Plymouth (1)
Kantzou e Comp <sup>a</sup> .	14	Estocolmo (6), Noruega (2), Jacobstadt (1), Gotemburgo (1), Newcastle (1), Westerwich (1), Génova (1), Norfolk (1), Nova Iorque (1)
Duarte Power e Comp <sup>a</sup> .	13	Cork (9), Terranova (2), Waterford (1), Limerick (1)
Gonne Harrison e Lupton	12	Terranova (9), Cádiz (1), Riga (1), Cagliari (1)
Holford Gonne e Comp <sup>a</sup> .	9	Hull (3), Portsmouth (1), Lynn (1), Middlesbrough (1), Londres (1), Newcastle (1), Maryland (1), Nova Iorque (1)



Negociantes Estrangeiros	N.º de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
Luís Stephens e Comp <sup>a</sup> .	9	Arcangel (2), Bremen (1), Dantzig (1), Amesterdão (1), Londres (1), Liverpool (1), Cádiz (1), Filadélfia (1)
Peters, Schlick, Hintz e Lindeberg	9	Hamburgo (2), Dantzig (1), Libau (1), Memel (1), Riga (1), Pernau (1), Estocolmo (1), Finlândia (1)
Francisco e Ermano Vanzeller	8	Hamburgo (3), Estocolmo (1), Baltimore (1), Cork (1), Grenock (1), Memel (1)
Gildemeester e Comp <sup>a</sup> .	7	Amesterdão (5), Pernau (1), Libau (1), Texel (1)
João Stanley	7	Limerick (3), Blakeney (1), Middlesbrough (1), Londres (1), Falmouth (1), Québec (1)
Duarte Burn e Filhos	6	Noruega (2) e Riga (1), Amesterdão (1), Pernau (1), Libau (1), Memel (1), Waterford (1)
Evans, Offley e Sealy	6	Londres (2), Terranova (2), Carolinas (1), Nova Iorque (1)
Ficke Illius e B. Illius	6	Hamburgo (3), Pilau (1), Amesterdão (1), Memel (1)
Thomaz March e Comp <sup>a</sup> .	6	Liverpool (3), Newcastle (2), Londres (1), Southampton (1) e Falmouth (1)
Hugo Goodair e Comp <sup>a</sup> .	5	Boston (2), Newcastle (1), S. Sebastião (1), Carolina do Norte (1)
João Sturla	5	Sicília (1), Plymouth (1), Málaga (1), Gibraltar (1), Nova Iorque (1)
Parminter Farquhar e Comp <sup>a</sup> .	5	Terra Nova (4), Québec (1)
Diogo Brander e Comp <sup>a</sup> .	4	Dundee (2), Bristol (1), Lynn (1)
Duarte Stack e Comp <sup>a</sup> .	4	Cork (3), Newcastle (1), Southampton (1)
Gerardo Gould	4	Dover (1), Cork (1), Londres (1), Virgínia (1)
Maynes e Browne	4	Grenock (2), Newcastle (1), Dantzig (1)
Billinge e Mac-Mahon	3	Bristol (1), Liverpool (1), Baltimore (1)
José Axtell	3	Canadá (2), Gaspésie (1)
Parker e Comp <sup>a</sup> .	3	Grenock (2), Carolina do Norte (1)
António Murta	2	Noruega (1), Giorgenti (1)
Bartolomeu Luís Guigliani	2	Alicante (1), Mazagão (1)
Benedicto José Cosmeli	2	Mazagão (2)
Buller & Stephens	2	Roterdão (1), Dover (1)
Daniel Bowden e Filhos	2	Hull (1), Lynn (1)
Daniel Gildemeester	2	Amesterdão (1), Zirc-Lée (1)
João Leigh	2	Terranova (2)
Juvault Giese e Frisoni Irmãos	2	Missolungi (1), Livorno (1)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de consigna-ções</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
Viúva Frenelet	2	Amesterdão (1), Cádiz (1)
Arnaldo Henrique Metzener	1	Hamburgo
António Manuel Massa	1	Génova
Cristiano Henrique Vermehren	1	Riga
Conell e Morony	1	Limerick
Eugénio Palyart	1	Nova Iorque
Francisco Morrough	1	Québec
Francisco Steets	1	Newcastle
Jacob Henrique Burchardt	1	Bremen
Jerónimo Salayco	1	Livorno e Málaga
João de Aruza	1	Safi
João Daniel de Bruyn & Jantard	1	Amesterdão
João Paulo Petersen	1	Gripswal
D. Martin Rodrigues	1	Cádiz
Mazza e Chiappe	1	Génova
Pedro Maria Rebello	1	Sicília
Phillips e Mac-Andrew	1	Glasgow
Pollery e Irmãos	1	Veneza
Roberto Slack e Comp <sup>a</sup> .	1	Petersburgo
Sebastião Botto	1	Génova
Thomaz Arthur	1	Cork
Viúva Caffarg e Filhos	1	Petersburgo

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1794 e Nº. 1, de 6 de Janeiro de 1795, Fazendas entradas no porto de Lisboa...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 2/1/1795 até 25/12/1795

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de consigna-ções</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
João Bulkeley e Filho	13	Virgínia (3), Boston (2), Marblehead (2), Madeira (2), Plymouth (EU) (1), Terranova (1), Portsmouth (EU) (1), Corunha (1)
Duarte Power e Comp <sup>a</sup> .	11	Cork (5), Limerick (2), Safi (2), Mogador (1), Terranova (1), Terceira (1)
Jacob Dohrman e Comp <sup>a</sup> .	11	Boston (3), Amesterdão (2), Virgínia (1), Filadélfia (1), Newbury (1), Londres (1), Flessinga (1), Corunha (1)
Kantzou e Comp <sup>a</sup> .	11	Estocolmo (2), Noruega (2), Virgínia (2), Nordkoping (1), Udevalla (1), Harmsand (1), Gotemburgo (1), Skiolds (1), Génova (1)

Negociantes Estrangeiros	Nº. de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
Guilherme Chambers	10	Terranova (4), Koenigsberg (1), Lubeque (1), Waterford (1), Virgínia (1), Safi (1), Mogador (1)
Bernardo Henrique Metzener e Comp <sup>a</sup> .	8	Hamburgo (4), Visburgo (1), Amsterdão (1), Copenhaga (1), Udevalla e Noruega (1)
Hugo Goodair e Comp <sup>a</sup> .	8	Carolina do Norte (2), Arcangel (1), Boston (1), Norfolk (1), Nova Iorque (1), La Rochelle (1), Roterdão (1), Sunderland (1)
Peters, Schlick, Hintze e Lindenberg	8	Estocolmo (5), Riga (1), Libau (1), Pernau (1)
Benedicto José Cosmelli	7	Mazgão (2), Mogador (2), Livorno (2), Safi (1)
Evans Offley e Sealy	7	Londres (2), Plymouth (1), Hull (1), Liverpool (1), Leith (1), Exeter e Falmouth (1), Terranova (1)
Francisco e Hermano Vanzeller	7	Hamburgo (5), Estocolmo (1), Mogador (1)
Gould Kirwan e Comp <sup>a</sup> .	7	Waterford (2), Cork (2), Hull e Plymouth (1), Newcastle (1), Terranova (1)
Duarte Burn e Filhos	5	Libau (2), Veneza (1), Norfolk (1), Virgínia (1)
Gonne Harrison e Lupton	5	Terranova (5)
Ficke Illius e B. Illius	4	Libau (1), Memel (1), Pernau (1), Newcastle (1)
João Leigh	4	Terranova (4)
João Sturla	4	Málaga (2), Alicante (1), Nova Iorque (1)
Luís Stephens e Comp <sup>a</sup> .	4	Arcangel (2), Liverpool (1), Londres (1)
Parker e Comp <sup>a</sup> .	4	Carolina do Norte (2), Terranova (1), Grenock (1)
Thomaz Arthur	4	Cork (2), Bristol (1), Dingle (1)
André Diogo Morrough	3	Swansea (2), Waterford (1)
Billinge e Mac-Mahon	3	Liverpool (2), Londres (1)
Eugénio Palyart	3	Baltimore (3)
Florêncio M'Carthy	3	Dublin (3)
Holford Gonne e Comp <sup>a</sup> .	3	Filadélfia (1), Hull e Portsmouth (1), Swansea (1)
Mayne e Brown	3	Halifax (1), Norfolk (1), Grenock (1)
Parminter Farquhar e Comp <sup>a</sup> .	3	Terranova (3)
Thomaz March e Comp <sup>a</sup> .	3	Liverpool (2), Newcastle (1)
Arnaldo Henrique Metzener e Comp <sup>a</sup> .	2	Mogador (1), Safi (1)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de consignações</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
Henrique Gallway e Comp <sup>a</sup> .	2	Waterford (2)
José Cosmelo	2	Sicília (2)
Diogo Brander e Comp <sup>a</sup> .	2	Londres (1), Hull e Plymouth (1)
António Stiefken e Steenberg	1	Dantzig
Connel e Morony	1	Dingle
Daniel Bowden e Filho	1	Hull
Diogo Alton	1	Bristol
Duarte Stack e Comp <sup>a</sup> .	1	Halifax
Estêvão Lefranc	1	Limerick
Gerardo Gould	1	Liverpool
Gildemeester e Comp <sup>a</sup> .	1	Ásia
Horne, Sill e Comp <sup>a</sup> .	1	Nova Iorque
Jacob Henrique Burchardt	1	Bremen
Jerónimo Salaico	1	Génova
João António Luizello	1	Mogador
João Berthon	1	Cork
José Axtell	1	Terranova
Juvault, Giese e Frisoni	1	Sicília
Nicolau Quesk	1	Bristol
Paulo Guillot	1	Mogador
Pedro Badano	1	Bilbau e Santander
Pedro Maria Rebello	1	Gibraltar
Phillips e Mac-Andrew	1	Cork
Roberto Slack e Comp <sup>a</sup> .	1	Portsmouth
Thomaz Badano	1	Génova e Alicante
Viúva Caffary e Filho	1	Petersburgo

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1795, Nº. 2 e seguintes, Fazendas entradas no porto de Lisboa...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 18/12/1799 até 26/12/1800

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de consignações</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
Francisco José dos Reis e Comp <sup>a</sup> .	9	Gibraltar (4), Safi (3), Arzeu (2), Porto Mahon (1), Ribadeu (1), Salé (1)
Manuel Thomaz da Fonseca	9	Estocolmo (6), Falmouth (2), Calmar (1), Memel (1), Roges (1)
Joaquim Pedro Quintela	8	Hamburgo (4), Dantzig (2), Lubeque (1), Açores (1)
Luís Francisco de Macedo	7	Safi (3), Gibraltar (2), Açores (1), Cabo Verde (1), Faial (1)
João António da Fonseca	6	Riga (5), Noruega (1), Safi (1)
João Jorge e Filho	5	Arcangel (3), Hamburgo (1), Sicília (1), Porto Mahon (1)
Henrique Teixeira de Sampaio	4	Cork (3), Belfast (1)

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de consignações</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
José Nunes da Silveira	4	S. Miguel (4)
Filipe Ribeiro Filgueiras	3	Cabo Verde (3), Faial (2)
Francisco Manuel Calvet	3	Barcelona (2) e Gibraltar (2), Veneza e Trieste (1), Livorno (1)
Joaquim José Gomes	3	Açores (2), Graciosa (1)
José Afonso Redondo	3	Cork (2), Madeira (1)
António José de Paiva	2	S. Miguel (1), Açores (1)
Braz Francisco Lima	2	Estocolmo (1), Riga (1) e Copenhaga (1)
Francisco d'Assis	2	Cork (1), Terceira (1)
Jacinto Fernandes Bandeira	2	Newcastle (2) e Falmouth (2)
Joaquim António de Abreu	2	Açores (1), Safi (1)
José Baptista de Sales	2	Baía (2)
Paulo Jorge	2	Amesterdão (1), Gibraltar (1)
Vicente José Borges	2	Açores 1), S. Miguel (1)
Agostinho de Oliveira Guimarães	1	Amesterdão
Alberto Garcia da Silveira	1	Flores
Álvaro António Thomazini	1	Açores
António José Pereira de Sá	1	S. Lucas e Faro
António Martins da Horta	1	Cork
António Pereira Vilela	1	Bilbau
Bento José Pacheco	1	Passage
Bento José da Cunha Viana	1	Veneza, Trieste e Livorno
Francisco Joaquim	1	Açores
Jerónimo José de Carvalho	1	Açores
João Félix Gomes Pinto	1	Açores
João Manuel Coronia Pereira	1	S. Miguel
Joaquim Ramos	1	Gibraltar
Joaquim José Ferreira de Almeida	1	Terceira
José Álvares Branco	1	Baía
José da Silva Ribeiro	1	Baía
José Ventura Montano	1	Açores
José António Branco	1	Safi
José Gomes Pereira	1	Safi
José Martins e Comp <sup>a</sup> .	1	Estocolmo
Manuel Martins	1	Portsmouth
Manuel Rodrigues	1	S. Miguel
Manuel Lourenço Marques	1	S. Miguel
Marcelino José Gonçalves	1	Amesterdão
Ricardo José Cardoso	1	Emden e Ramsgate
Reis e Ramos	1	Veneza, Trieste e Livorno
Tomás António Barreto	1	Açores
Vicente de Castro Guimarães	1	Açores
Viúva de Domingos Leite Pereira	1	Estocolmo

Nota: As listas do *Correio Mercantil* relativas ao ano de 1800 não mencionam habitualmente os nomes dos consignatários das mercadorias vindas nos comboios marítimos do Brasil e Ilhas (devido à situação de guerra que se vivia), pelo que o número de consignações dos negociantes portugueses aqui registado não traduz a realidade.

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1800 e N.º. 1 de 6/1/1801, Fazendas entradas no porto de Lisboa...

**CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA**  
De 27/12/1800 a 18/12/1801

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>N.º. de consignações</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
Luí Francisco de Macedo	24	Gibraltar (16), Arzeu (4), Cork (2), Alicante (1), Derbeida (1), Arergon (?) (1), Cabo Verde (1), Falmouth (1), Salé (1)
João António da Fonseca	15	Amesterdão (6), Arzeu (3), Gibraltar (2), Newcastle (2), Torbay (2), Hamburgo (1), Riga (1), Alicante (1)
Francisco Manuel Calvet	13	Torbay (8), Newcastle (5), Londres (3), Tunes (3), Arzeu (1), Falmouth (1), Gibraltar (1)
João Jorge e Filhos	11	Amesterdão (4), Sicília (4), Arcangel (3), Gibraltar (1), Porto Mahon (1)
Henrique Teixeira de Sampaio	10	Cork (9), Waterford (1)
Manuel de Sousa Freire	7	Hamburgo (6), Konigsberg (1)
José Nunes da Silveira	6	S. Miguel (6)
João António de Amorim Viana	5	Riga (5) e Falmouth (5)
Paulo Jorge	4	Falmouth (3), Riga (2), Gibraltar (1) e Messina (1), Londres (1)
António José Duarte	3	Safi (2), S. Miguel (1)
Francisco José dos Reis	3	Arzeu (2), S. Miguel (1)
João Jorge, Júnior	3	Amesterdão (1), Arcangel (1), Riga (1)
João Rodrigues da Paz	3	S. Miguel (3)
José Afonso Redondo	3	Cork (3)
Manuel Thomaz da Fonseca	3	Riga (2), Petersburgo (1)
Vicente José Borges	3	S. Miguel (3)
Álvaro António Thomazini	2	S. Miguel (2)
António José de Paiva	2	S. Miguel (2)
António Lopes e Comp. <sup>a</sup> .	2	Liverpool (1), Norfolk (1)
Joaquim José da Fonseca	2	S. Miguel (2)
José Lourenço de Sequeira	2	S. Miguel (2)
José António Branco	2	Waterford (1), Cork (1)
Manuel Martins Nogueira Brandão	2	Falmouth (2), Newcastle (1)
Anselmo José da Cruz Sobral	1	Torbay
António Esteves	1	Limerick
António Florêncio	1	S. Miguel
António José Ferreira	1	Hamburgo

Negociantes Portugueses	Nº. de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
Bartolomeu Luís Guilherme	1	Bona
Constantino José Gomes	1	Cabo Verde
Domingos Mendes Dias	1	Amesterdão
Fernando de Sousa Machado	1	Graciosa
Francisco Barbosa Coutinho	1	S. Miguel
Francisco de Paula e Silva	1	Terceira
Francisco d'Assis e Abreu	1	Bristol
Francisco Xavier Vasques	1	Cork
Jacinto Fernandes Bandeira	1	Petersburgo e Yarmouth
Jácomo Ratton e Filhos	1	Cherburgo
Jerónimo José de Carvalho	1	S. Miguel
Joaquim Pedro Quintela	1	Torbay
Joaquim de Oliveira	1	Darbeida
Joaquim José Gomes	1	Terceira
Joaquim José Ferreira de Almeida	1	S. Miguel
Manuel de Sousa de Miranda	1	S. Miguel
Marcelino José Gonçalves	1	Amesterdão
Viúva de Domingos Leite Pereira	1	Estocolmo

Nota: Durante o ano de 1801, por causa da guerra com a Espanha e a França, os barcos navegavam em comboios, nomeadamente os provenientes do Brasil e Ilhas. O *Correio Mercantil* não menciona normalmente os nomes dos consignatários das fazendas neles transportadas, pelo que os números aqui referidos são inferiores à realidade.

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1801, Nº. 2 e seguintes, Fazendas entradas no porto de Lisboa...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 18/12/1799 até 26/12/1800

Negociantes estrangeiros	Nº. de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
João Bulkeley e Filho (a)	42	Filadélfia (5), Terranova (4), Gibraltar (4), Boston (3), Falmouth (3), Norfolk (3), S. Sebastião (3), Carolina do Norte (2), Jersey (2), Bilbao (2), Londres (2), Orão (2), Charlestown (1), Dantzig (1), Edenton (1), Kanden (1), Livorno e Nápoles (1), Mogador (1), Petersburgo (1), Plymouth (1), Portsmouth (1), Roterdão (1), Salem (1), Santiago (1), Savannah (1), Virgínia (1)

Negociantes estrangeiros	Nº. de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
Peters, Schlicke, Hintze e Lindenberg	33	Estocolmo (10), Memel (4), Königsberg (3), Málaga (2), Noruega (2), Pernau (2), Petersburgo (2), Copenhaga (1), Greifswald (1), Hamburgo (1), Libau (1), Lubeque (1), Montevideo (1), Portsmouth (1), Riga (1), Stralsund (1), Valência (1)
Francisco e Hermano Vanzeller	26	Hamburgo (6), Roterdão (5), Memel (3), Königsberg (2), S. Miguel (2), Dover (1), Emden (1), Dordt (1), Elbing (1), Limerick (1), Livorno (1), Ramsgate (1), Riga (1), Trieste (1), Veneza (1), Vigo (1)
Jacob Dohrman e Comp <sup>a</sup> .	24	Nova Iorque (4), Bilbao (3), Emden (2), Hamburgo (2), Amesterdão (1), Arcangel (1), Arzeu (1), Baltimore (1), Boston (1), Corunha (1), Elbing (1), Londres (1), Kalmar (1), Gotemburgo (1), Newcastle (1), Portsmouth (1), Roterdão (1),
João Leigh	23	Terranova (21), Londres (2), Falmouth (1), Portsmouth (1)
Gonne, Harrison e Lupton	22	Terranova (19), Gibraltar (2), Livorno (1), Riga e Helsínquia (1)
Gould, Kirwan e Comp <sup>a</sup> .	16	Charlestown (2), Gloucester (E.U.)(2), Hamburgo (2), Norfolk (2), Terranova (2), Boston (2), Baltimore (2), Cádiz (1), Falmouth (1), Portsmouth (1), Virgínia (1), E.U.A. (1)
Torlades e Comp <sup>a</sup> .	16	Estocolmo (3), Filadélfia (2), Amesterdão (2), Baía (1), Kalmar (1), Dantzig (1), Noruega (1), Gotemburgo (1), Jakobstad (1), Mogador (1), Norkoping (1), Málaga (1), Uddevalla (1)
João Stahre	13	Estocolmo (4), Christianstadt (2), Riga (2), Baltimore (1), Dantzig (1), Ernenfant (1), Helsingor (1), Filadélfia (1), Newcastle (1), Portsmouth (1), Noruega (1)
Schindler e Klingelhoefer	13	Dantzig (10), Copenhaga (1), Dover (1), Londres (1), Morlaix (1), Portsmouth (1), Noruega (1)
Evans, Offley e Sealy	12	Portsmouth (6), Londres (3), Gibraltar (2), Falmouth (2), Hull (2), Liverpool (2), Newcastle (1), Nova Iorque (1)



Negociantes estrangeiros	N.º de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
Ficke J. e B. Illius	10	Estocolmo (2), Memel (2), Arcangel (1), Bremen (1), Emden (1), Libau (1), Pernau (1), S. Miguel (1)
Daniel Parminter	8	Terranova (8)
Duarte Power e Comp <sup>a</sup> .	8	Cork (1), Waterford (2), Dingle (1)
Guilherme Chambers	8	Terranova (7), Amesterdão (1)
João António Luizelo e Comp <sup>a</sup> .	8	Trieste (4), Gibraltar (3), Veneza (3), Livorno (2), Alicante (1), Corunha (1), Cagliari (1), Palermo (1), Porto Mahon (1), Salónica (1)
Axtell e Robins	7	Terranova (4), Cork (2), Waterford (1)
Gildemeester e Comp <sup>a</sup> .	7	Amesterdão (3), Idra (3), Livorno (2), Santo André (1), Gibraltar (1)
Mayne e Brown	5	Bristol (1), Caiena (1), Cork (1), Guadalupe (1), Portsmouth (1), Virgínia (1)
Bernardo Henrique Metzener	5	Dantzig (2), Copenhaga (1), Montevideu (1), Riga (1)
Bowden Irmãos e Robert	4	Hull (2), Portsmouth (2), Cork (1), Madeira (1)
Bento José Cosmely	4	Gibraltar (2), Arzeu (1), Trieste (1), Veneza (1), Vila Nova (1)
Henrique Galway	4	Londres (1), Guernesey (1), Portsmouth (1), St Malô (1), Oriente (?) (1)
Jacob Henrique Burchardt	4	Hamburgo (3), Königsberg (1), Riga (1), Guernesey (1)
Juvalta e Frizoni Irmãos	4	Cork (1), Livorno (1), Londres (1), Pilau (1), Portsmouth (1), Veneza (1)
Kantzow e Comp <sup>a</sup> .	4	Almeria (2), Terceira (1), Noruega (1)
Thomaz Herbert	4	Hull (2), Portsmouth (2), Falmouth (1), Gibraltar (1), Londres (1)
Willis e March	4	Portsmouth (3), Newcastle (2), Hamburgo (1), Londres (1), Falmouth (1)
Connel, Morony, Cussen e Comp <sup>a</sup> .	3	Cork (1), Dingle (1), Waterford (1)
Diogo Milne e Comp <sup>a</sup> .	3	Londres (2), Portsmouth (2), Liverpool (1), Falmouth (1)
Duarte Burn e Filhos	3	Amesterdão (1), Copenhaga (1), Libau (1), Volgart (1)
João Ayres e Lund	3	Copenhaga (1), Madeira (1), Mogador (1), Pilau (1)
Lindt e Comp <sup>a</sup> .	3	Pilau (2), Baltimore (1)
Moysés e Levi	3	Gibraltar (1), Mogador (1), Ribadeo (1)
Stert, Wilson & Oxenford	3	Falmouth (1), Londres (1), Liverpool (1)

<b>Negociantes estrangeiros</b>	<b>Nº. de consignações</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
Bentalib, Reis e Comp <sup>a</sup> .	2	Arzeu (1), Gibraltar (1), Málaga (1), Veneza (1)
Caetano Carminati	2	Gibraltar (1), Livorno (1), Palermo (1), Trieste (1), Veneza (1)
Francisci Steets	2	Frederickstadt (1), Hamburgo (1)
Guilherme de Roure	2	Dieppe (1), Nantes (1)
Holford, Gonne e Comp <sup>a</sup> .	2	Hull (2), Portsmouth (2)
Houston e Lindt	2	Elbing (1), Pilau (1)
Isaac Israel	2	Livorno (2), Gibraltar (1)
João Sturla	2	Almeria (1), Hamburgo (1)
João Berthon	2	Falmouth (2), Liverpool (1), Newcastle (1)
João Daniel De Bruyn e Juntard	2	Amesterdão (2)
José Lyne e Comp <sup>a</sup> .	2	Londres (1), Maranhão (1)
José Lamar	2	Amesterdão (1), Mogador (1)
Luís Guigliioni	2	Arzeu (2)
Parkers e Comp <sup>a</sup> .	2	Petersburgo (1), Portsmouth (1), Terranova (1)
Pedro Maria Robello	2	Arzeu (1), Málaga (1)
Pedro e Tomás Badano	2	Amesterdão (1), Gibraltar (1), Livorno (1)
Pilaer Filho e Comp <sup>a</sup> .	2	Bristol (1), Nova Iorque (1), Portsmouth (1), Wilmington (1)
Thomaz de Ambrosis	2	Gibraltar (2)
Thomaz March e Comp <sup>a</sup> .	2	Londres (1), Portsmouth (1)
André Diogo Morrogh	1	Limerick
António Martin	1	Amesterdão
Bougard Stichling e Comp <sup>a</sup> .	1	Petersburgo
Carlos Russel	1	Bristol e Portsmouth
César e Beaur	1	Londres e Portsmouth
David Henrique Meuron	1	Nantes
Diogo Philip	1	Londres e Portsmouth
Dittmer e Comp <sup>a</sup> .	1	Gibraltar
Guilherme José Hurrue	1	Cork
Dwmers e Comp <sup>a</sup> .	1	Memel e Copenhaga
João Mac-Mahon	1	Madeira
João Frederico Depenau	1	Pilau
João Calery	1	Pilau
João Conti	1	Fescam (?)
João Chapi	1	Mogador
José Maria Cambiaso	1	Gibraltar
Julião Guillot e Filhos	1	Morlaix
Le Quin, Norris e Comp <sup>a</sup> .	1	Gibraltar
Laurenço António Polery	1	Nápoles
May, Coppendale e Comp <sup>a</sup> .	1	Guernesey e Portsmouth
Metzener e Kosen	1	Amesterdão

Negociantes estrangeiros	Nº. de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
Phillips e Barets	1	Londres e Portsmouth
Oswald	1	Amesterdão
Viúva Cafary	1	Filadélfia

a) Inclui as consignações dirigidas ao que presumo ser o seu filho, George Thomaz Bulkeley.

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1800 e Nº. 1 de 6/1/1801, Fazendas entradas no porto de Lisboa ...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 27/12/1800 a 18/12/1801

Negociantes Estrangeiros	Nº. de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
Peters, Schlick, Hintze e Lindenberg	53	Estocolmo (10), Petersburgo (7), Riga (7), Arcangel (5), Pilau (4), Amesterdão (2), Dantzig (2), Elbing (2), Libau (2), Konigsberg (2), Pernaú (2), Stetin (2), Bremen (1), Londres (1), Portsmouth (1), Madeira (1), Wassá (1), Yarmouth (1), Morlaix (1), Memel (1), Hamburgo (1), Plymouth (1), Noruega (1)
Jacob Dohrman e Comp <sup>a</sup> .	46	Boston (7), Hamburgo (6), Arcangel (2), Baltimore (2), Falmouth (2), Nantes (2), New London (2), Norfolk (2), Nova Iorque (2), Alexandria — E.U. (1), Amesterdão (1), Bordéus (1), Cork (1), Bona (1), Carolina (1), Dantzig (1), Emden (1), Filadélfia (1), Gijon (1), Gotemburgo (1), Livorno (1), Londres (1), Marin (1), Porto Mahon (1), Rhode-Island (1), Roquete (1), Roterdão (1), Sevilha (1), S. Sebastião (1), Virgínia (1), Wiscate (1)
João Bulkeley e Filho (a)	38	Filadélfia (13), Baltimore (5), Falmouth (4), Norfolk (4), Boston (2), Copenhaga (2), Londres (2), Alexandria — E.U. (1), Dieppe (1), Grenock (1), Gibraltar (1), Livorno (1), Madeira (1), Marin (1), Newcastle (1), Petersburgo (1), Portsmouth — E.U. (1), S. Sebastião (1)

Negociantes Estrangeiros	Nº. de consignações	Origem das Mercadorias Consignadas
Gould, Kirwan e Comp <sup>a</sup> .	34	Boston (11), Gloucester (5), Terranova (3), Baltimore (2), Norfolk (2), Filadélfia (2), Arzeu (1), Alexandria – E.U. (1), Gibraltar (1), Georgetown (1), Livorno (1), Nova Iorque (1), Plymouth (1), Richmond (1), Sevilha (1), Yorgston – E.U. (?) (1)
Schindler e Klingelhoefler	31	Dantzig (15), Riga (5), Bremen (3), Copenhaga (3), Libau (3), Helsingor (2), Elbing (1), Gotemburgo (1), Hamburgo (1), Noruega (1), Stralsund (1), Petersburgo (1)
Francisco e Hermano Vanzeller	25	Hamburgo (7), Riga (5), Roterdão (5), Arcangel (2), Amesterdão (1), Arzeu (1), Dartmouth (1), Dordt (1), Königsberg (1), Londres (1), S. Miguel (1)
Bentalib, Reis e Comp <sup>a</sup> .	22	Safi (10), Arzeu (8), Gibraltar (3), Algeciras (2)
Jacob Henrique Burchardt	15	Hamburgo (11), Lubeque (2), Corunha (1), Dover (1), Petersburgo (1)
Gildemeester e Comp <sup>a</sup> .	14	Amesterdão (4), S. Sebastião (4), Idra (2), Bristol (1), Málaga (1), Gibraltar (1), Nápoles (1), Senegal (1)
João António Luizello	14	Gibraltar (4), Idra (4), Cartagena (3), Amesterdão (1), Arzeu (1), Anatólia (1), Corunha (1), Ferrol (1), Génova (1), Messina (1), Palermo (1), Porto de S. Pedro (1), Ribadeu (1), Salónica (1), Tunes (1), Veneza (1)
João Stahre	13	Norkoping (2), Arzeu (1), Boston (1), Calahuna (1), Charlestown (1), Copenhaga (1), Estocolmo (1), Gotemburgo (1), Lubeque (1), Petersburgo (1), Riga (1), Wasborg (1)
Torlades e Comp <sup>a</sup> .	13	Gotemburgo (3), Arzeu (2), Estocolmo (2), Udevalla (2), Cork (1), Emden (1), Filadélfia (1), Gibraltar (1), Liverpool (1), Nantes (1), Norkoping (1), Riga (1)
Caetano Carminati	12	Arzeu (4), Bona (3), Tunes (3), Algeciras (1), Almeria (1), Génova (1), Gibraltar (1), Málaga (1), Porto Mahon (1)
Evans, Offley e Sealy	11	Falmouth (6), Hull (3), Liverpool (3), Gibraltar (2) e Londres (2)
João Leigh	11	Terranova (8), Livorno (2), Waterford (1)

Negociantes Estrangeiros	Nº. de consigna-ções	Origem das Mercadorias Consignadas
Oswald	8	Amesterdão (2), Londres (2), Riga (2), Elbing (1), Petersburgo (1), Pilau (1), Zerickzee (1)
João Ayres	7	Dieppe (2), Dordt (1), Libau (1), Málaga (1), Mogador (1), Riga (1)
Gonne, Harrison e Lupton	7	Terranova (6), Falmouth (1), Petersburgo (1)
Thomaz Herbert	7	Falmouth (4), Londres (2), Barcelona (1), Hull (1), Liverpool (1), Newcastle (1), Norfolk (1)
Bernardo Henrique Metzener e Comp <sup>a</sup> .	6	Riga (4), Gluckstadt (1), Petersburgo (1)
Mayne e Brown	6	Nova Iorque (2), Cork (1), Falmouth (1), Gibraltar (1), Leith (1), Terranova (1)
Cônsul Otomano	5	Gibraltar (3), La Spezia (3), Levante (1), Messina (1), Volo (1)
Duarte Power e Comp <sup>a</sup> .	5	Falmouth (3), Cork (2), Liverpool (1), Norfolk (1), Petersburgo (1)
Guilherme Chambers	5	Terranova (3), Hamburgo (1), Londres (1)
Holford Gonne e Comp <sup>a</sup> .	5	Falmouth (4), Hull (2), Londres (2), Messina (1)
Daniel Parminter	4	Terranova (3), Falmouth (1), Newport (1)
Ficke J. e B. Illius	4	Arcangel (1), Hamburgo (1), Libau (1), Memel (1)
Guilherme Young	4	Liverpool (2), Falmouth (1), Newcastle (1), Portsmouth (1)
João Sturla	4	Alexandria (1), Almeria (1), Filadélfia (1), Málaga (1), Salem (1)
Lourenço António Pollery	4	Génova (3), Gibraltar (2), Livorno (1), Málaga (1)
Pilaer Filho e Comp <sup>a</sup> .	4	Antuérpia (2), Bordéus (1), Caux (1), Hamburgo (1)
Bowden Irmãos & Roberts	3	Bremen (1), Dantzig (1), Dieppe (1), St Malô (1)
Kantzow e Comp <sup>a</sup> .	3	Amesterdão (1), Petersburgo (1), Noruega (1), Stettin (1)
João Conti	3	Cherburgo (1), Havre (1), Isigni (1)
Axtell e Robin	2	Cork (1), Livorno (1)
Arnaldo Henrique Metzener e Koosen	2	Bremen (1), Hamburgo (1)
Benedicto José Cosmelli	2	Arzeu (1), Messina (1), Gibraltar (1)
Diogo Philipps	2	Dublin (1), Falmouth (1), Londres (1)
Turners e Comp <sup>a</sup> .	2	Cherburgo (1), Dantzig (1)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de consignações</b>	<b>Origem das Mercadorias Consignadas</b>
Isaac e Comp <sup>a</sup> .	2	Gibraltar (2), Porto Mahon (1)
José Comelo	2	Arzeu (1), Hamburgo (1)
Viúva de Moller e Filho	2	Arcangel (1), Hamburgo (1)
João Berthon e Filho	2	Falmouth (2), Liverpool (1), Londres (1)
Agostinho Boto	1	Livorno
António Murta	1	Georgenti e Málaga
Adolfo Christiano Kossin	1	Bremen
Carlos O'Neill	1	Mogador
Carlos Russel	1	Bristol
Caetano Semper	1	Gibraltar e Livorno
Connell Morony e Comp <sup>a</sup> .	1	Cork
Cônsul de Marrocos	1	Arzeu
Filipe Bernet	1	Londres
Florêncio MCarthy	1	Dublin
Francisco Steetz	1	Hamburgo
H.C. Forber	1	Calmar
Isaac Benolich	1	Gibraltar
José Rabaro	1	Messina
João Daniel De Bruyn e Juntard	1	Amesterdão
João Mac-Mahon	1	Cork
Jacob Pedro Lartigue	1	Petersburgo e Torbay
Jácomo Albertazy	1	Mahon e Gibraltar
Julião Guillot, Filho e Comp <sup>a</sup> .	1	Guernesey
Juvalta e Frizoni, Irmãos	1	Sicília e Málaga
Kirwan	1	Londres e Torbay
Le Quin e Comp <sup>a</sup> .	1	St Malô
Nicolau Gutino	1	Arzeu
Nicolau Wellen	1	Petersburgo
Luís Guiglioni	1	Almeria
Moisés Felado	1	Salé e Lagos
Pedro Cavalleri	1	Gibraltar
Moisés e Levi	1	Gibraltar
Robert Bonder, Lyne e Comp <sup>a</sup> .	1	Londres e Falmouth
Smith e Comp <sup>a</sup> .	1	Bristol e Falmouth
Stert, Wilson & Oxenford	1	Nova Iorque
Wilson e Kemp	1	Greenock
Willis & March	1	Londres e Falmouth
Viúva Cafari e Filho	1	Filadélfia
Thomaz Badano	1	Génova
Tourelí	1	Gibraltar

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1801, Nº. 2 e seguintes, Fazendas entradas no porto de Lisboa...

## CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 28/12/1811 a 31/12/1812

Negociantes Portugueses	Nº. de Barcos	Proveniência das Embarcações
Henrique Teixeira de Sampaio	204	Nova Iorque (50), Baltimore (34), Filadélfia (28), Waterford (20), Lemerick (15), Alexandria - E.U. (9), Cork (9), Norfolk (7), Youghal (4), Lynn (4), Portsmouth (3), Yarmouth (3), Londres (2), Liverpool (2), Killarney (2), Tapahanack (2), Cádiz (1), Malta (1), Arcangel (1), Torbay (1), Rio de Janeiro (1), Buenos Aires (1), Ipswich (1), Leith (1), East Port (1), Falmouth (1), Nova Orleães (1), New Bedford (1), Charlestown (1), Boston (1)
João Lourenço da Cruz	8	Londres (3), Rabat (3), Lemerick (2), Portsmouth (1)
António Esteves Costa	7	Cork (5), Youghal (1), Terceira (1), Maranhão (1)
António José Garcia	7	Waterford (4), Nova Iorque (2), Cork (1)
Miguel Gomes de Almeida	6	Cork (6)
Diogo José Martins	5	S. Miguel (3), Maranhão (2)
Francisco António Ferreira	5	Malta (3), Gibraltar (3), Scala Nova (1), Newcastle (1), Portsmouth (1)
Francisco José Rodrigues de Aguiar	5	Gibraltar (2), Bristol (1), Cádiz (1), Madeira (1)
Joaquim José de Sequeira	5	Maranhão (2), Cádiz (1), Pernambuco (1), Rio de Janeiro (1)
José Nunes da Silveira	5	S. Miguel (3), Flores (1), Sta. Helena (1), Maurícias (1)
Rafael António	5	Pará (3), Cork (1), Dublin (1)
António Januário da Silva Varela	4	S. Miguel (3), Terceira (1), Nova Iorque (1)
Félix Martins da Costa	4	Baía (2), Maranhão (1), Pará (1)
João Esteves Alves	4	Nova Iorque (4)
Joaquim José Gomes e Comp <sup>a</sup> .	4	S. Miguel (2), Terceira (1), Faial (1)
José Joaquim de Carvalho	4	Londres (4), Portsmouth (1)
Luís Francisco de Macedo	4	Cádiz (2), Faro (1), Sevilha (1)
Daniel José Gomes Franco	3	Bristol (2), Cork (1)
Francisco António Lodi	3	S. Miguel (3)
Francisco José Moreira	3	Londres (3) e Portsmouth (3)
Francisco António Lisboa	3	Cork (2), Falmouth (1)
João Félix Gomes Pinto	3	Pará (3)
José da Silva Ribeiro	3	Baía (2), Sevilha (1)
Viúva de Thomazini	3	S. Miguel (2), Terceira (1), Vigo (1)
Alexandre dos Santos	2	Londres (2), Falmouth (1)
António Xavier	2	Maranhão (2)

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Proveniência das Embarcações</b>
Caetano Xavier Diniz	2	Terceira (2), S. Miguel (1)
Domingos José de Miranda	2	Nova Iorque (1), S. Miguel (1)
Francisco da Cruz	2	Newcastle (2), Portsmouth (1)
Francisco Barbosa de Sousa Coutinho	2	Santa Maria (2)
Francisco José de Magalhães	2	Pará (2)
Francisco José Pereira de Oliveira	2	Pernambuco (2)
Francisco Xavier da Costa Macedo	2	S. Miguel (2)
Gonçalo do Lago dos Reis	2	Rio de Janeiro (1), Pernambuco (1)
João António de Almeida e Comp <sup>a</sup> .	2	Baía (1), Pernambuco (1)
João Correia de Oliveira Viana	2	S. Miguel (2)
João Gonçalves Marques	2	Baía (1), Pernambuco (1), Bengala (1)
Joaquim António Gonçalves	2	S. Miguel (2)
Joaquim José Pedro	2	Pará (2)
Joaquim José Vasques	2	Nova Iorque (2)
José Alves Branco	2	Rio de Janeiro (1), Baía (1), Índia (1)
José António Ferreira Viana	2	Cádiz (2)
José da Cunha Lima	2	Rio de Janeiro (2)
José Francisco Braga	2	Rio de Janeiro (1), S. Miguel (1)
José Luís da Silva	2	Plymouth – E.U. (1), Gibraltar (1), Baía (1)
José de Melo	2	Baía (2)
José Pedro da Fonseca	2	Londres (2), Falmouth (1), Portsmouth (1)
Manuel Antunes e Comp <sup>a</sup> .	2	Madeira (2)
Manuel Gomes Barroso	2	Rio de Janeiro (2)
Manuel de Sousa Lobo	2	Pernambuco (2)
Marcos José de Matos	2	Malta (1), Gibraltar (1), Sicília (1)
Sebastião Dupra Silveira	2	Terceira (1), S. Miguel (1)
Mais 79 (setenta e nove) negociantes com uma só embarcação consignada.		

Fonte: *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, ano de 1812 e N.º. 1 de 1813.



## CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 1/1/1813 a 16/12/1813 (a)

Negociantes Portugueses	Nº. de Barcos	Proveniência das Embarcações
Henrique Teixeira de Sampaio	142	Nova Iorque (34), Cork (29), Waterford (19), Limerick (12), Baltimore (10), Filadélfia (8), Rio de Janeiro (7), Alexandria – E.U. (7), Youghal (6), Gibraltar (6), Savannah (6), Charleston (4), Nova Orleães (3), Dublin (3), Ross (2), Dungarby (1), Halifax (1), Petersburgo – E.U. (1), Norfolk (1), Bermudas (1), Vigo (1), Maranhão (1), Saybrook (1), Setúbal (c/ sal para fora) (1)
Bernardo Clamouse e Comp <sup>a</sup> .	47	Setúbal (c/ sal para fora) (28), Portsmouth (10), Estocolmo (5), Gotemburgo (3), Falmouth (2), Liverpool (1), Bristol (1), Yarmouth (1), Limerick (1), Boston (1), Libau (1), Petersburgo (1), Karlshavn (1), Norkoping (1), Elsingor (1), Udevalla (1), Karlskrone (1)
João António de Almeida	7	Sevilha (4), Bengala (1), Baía (1), Rio de Janeiro (1), Santos (1)
Domingos José de Miranda	6	Nova Iorque (2), Bilbao (2), Filadélfia (1), Savannah (1)
Bento António de Andrade	5	Cádiz (4), Rio de Janeiro (1), Madeira (1)
Francisco António Ferreira	5	Pernambuco (2), Bengala (2), Tunes (2), Gibraltar (1), Sardenha (1), Pará (1), Bermudas (1)
Francisco José Moreira	5	Londres (4), Falmouth (4), Santander (1)
Francisco José Rodrigues de Aguiar	5	Cork (5)
António José Garcia	4	Londres (1), Cork (1), Waterford (1), Portsmouth (3)
Domingos Alves Guerra	4	Petersburgo (1), Arcangel (1), Libau (1), Pernau (1), Falmouth (1)
Francisco Palyart	4	Rio de Janeiro (1), Guernesey (1), Hull (1), Londres (1), Portsmouth (1), Falmouth (1)
Jacinto José Dias de Carvalho	4	Pernambuco (4)
João António de Amorim Viana	4	Baía (3), Pernambuco (1)
Rafael António	4	Cork (2), Pará (1), S. Lúcar (1), Sevilha (1)
Domingos Fernandes Chaves	3	Baía (2), Norfolk (1)
Francisco José de Magalhães	3	Madeira (2 – em lastro), Mombaça (1)
João Esteves Alves	3	Nova Iorque (2), Cork (1)

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Proveniência das Embarcações</b>
João Gonçalves d'Olaya Viana	3	Terceira (2), S. Miguel (1)
Joaquim José Vasques	3	Nova Iorque (3)
José Bento de Araújo	3	Maranhão (1), Ceará (1), Pernambuco (1)
José Pedro da Fonseca e Comp <sup>a</sup> .	3	Londres (3), Falmouth (2), Portsmouth (2)
José dos Santos Neto	3	Rio de Janeiro (3)
José da Silva Ribeiro	3	Baía (3)
Manuel Antunes	3	Madeira (2), S. Miguel (2)
Manuel Lourenço Marques	3	S. Miguel (3)
Sebastião José Leite	3	Nova Iorque (1), Baía (1), S. Miguel (1)
Alexandre José Gomes	2	S. Miguel (2)
António Caetano Castro	2	Pernambuco (1), Bristol (1)
António Esteves Costa	2	Liverpool (1), Milford (1), Maranhão (1)
António Januário da Silva Varela	2	Nova Iorque (1), S. Miguel (1), Londres (1), Falmouth (1)
Barão de Quintela	2	Malta (1), Gibraltar (1), S. Miguel (1)
Bento José da Cunha Viana	2	Cork (2)
Bento José Pacheco	2	Pernambuco (1), Gotemburgo (1), Portsmouth (1)
Daniel Gomes Franco	2	Bristol (2)
Félix Martins da Costa	2	Baía (2)
Francisco António Lodi	2	S. Miguel (2)
Francisco Barbosa e Comp <sup>a</sup> .	2	Pernambuco (1), Porto Mahon (1), Malta (1)
Francisco Nogueira	2	Nova Iorque (1), Madeira (1), Santander (1)
Francisco Xavier da Maia	2	Rio de Janeiro (1), Bengala (1), Sta. Helena (1)
Isidoro de Sousa	2	S. Miguel (2)
Jacinto Fernandes da Costa Bandeira	2	Baía (1), Maranhão (1)
João José Dias	2	Maranhão (1), S. Miguel (1)
João José da Mata	2	Sevilha (1), S. Lúcar (1), Cartaya (1)
João Lourenço da Cruz	2	Youghal (1), Cork (1), Waterford (1)
João Pereira Caldas	2	Rio de Janeiro (1), S. Miguel (1)
Joaquim José de Carvalho	2	Madeira (1), S. Miguel (1)
José António Chaves	2	Londonderry (2)
José Francisco	2	S. Miguel (2)
José Luís da Silva	2	Santander (1), Norfolk (1)
Luís Francisco de Macedo	2	Filadélfia (1), Tânger (1)
Luís Gonçalves Teixeira de Barros	2	Pará (2)
Manuel Gomes Barroso	2	Rio de Janeiro (1), Setúbal (1 – em lastro)
Manuel de Sousa Freire	2	Gibraltar (1), Tânger (1), Pará (1)

Negociantes Portugueses	Nº. de Barcos	Proveniência das Embarcações
Manuel de Sousa Lobo	2	Pernambuco (2)
Miguel Gomes de Almeida	2	Cork (2)
Pedro Martins	2	Bilbau (1), Santander (1), Sevilha (1)
Viúva Thomazini	2	Newhaven (1), Terceira (1), Faial (1)

Mais 97 (noventa e sete) negociantes com uma só embarcação consignada.

a) Não inclui as embarcações entradas entre 22 de Maio e 28 do mesmo mês, por faltarem os n.ºs. 40 e 41 da «*Gazeta de Agricultura*» na coleção da Biblioteca Nacional. Além das embarcações oriundas de portos fora do Continente (estrangeiro, ilhas e colónias), compreende as provenientes de outros portos do Continente em lastro, bem como de Setúbal com sal para o exterior.

Fonte: *Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*, N.º. 2 de 1813 e seguintes.

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 28/12/1811 a 31/12/1812

Negociantes estrangeiros	Nº. de Barcos	Proveniência das Embarcações
Gould Irmãos e Comp <sup>a</sup> .	84	Terra Nova (13), Baltimore (10), Alexandria – E.U. (8), Londres (7), Portsmouth (6), Nova Iorque (5), Boston (5), Guernesey (4), Norfolk (4), Cork (3), Madeira (3), Dublin (2), Bristol (2), Liverpool (2), Charlestown (2), Falmouth (1), Plymouth (1), Waterford (1), Torbay (1), Limerick (1), Gloucester (1), Leith (1), Swansea (1), Cowes (1), Newburn (1), Nova Orleães (1), Filadélfia (1), Passamaquoddy (1), S. Miguel (1), Tobago (1), Caiena (1), Cagliari (1), Savannah (1)
João Leigh	44	Terra Nova (24), Waterford (5), Jersey (4), Bristol (3), Cork (2), Dartmouth (2), Figueira (2, em lastro), Grenock (1), Guernesey (1), Dublin (1), Milford (1), Corunha (1)
Mac Mahon e Comp <sup>a</sup> .	44	Terra Nova (18), Limerick (9), Dublin (3), Londres (2), Glasgow (2), Quebec (2), Falmouth (2), Alicante (1), Cádiz (1), Portsmouth (1), Pool (1), Liverpool (1), Waterford (1), Nova Iorque (1), Grenock (1)
Brown & Reed	31	Nova Iorque (12), Filadélfia (6), Alexandria – E.U. (4), Charlestown (2), Norfolk (2), Portsmouth (2), Londres (1), Guernesey (1), Pleasant (1), St. Cruz – W. Índias (1), Baltimore (1)

Negociantes estrangeiros	Nº. de Barcos	Proveniência das Embarcações
Morrrough e Walsh	29	Norfolk (4), Strangford (4), Terra Nova (4), Londres (3), Cork (3), Portferry (3), Nova Iorque (2), Portsmouth (2), Belfast (2), Spithead (1), Waterford (1), Dublin (1), Newark (1), Baltimore (1), Petersburgo – E.U. (1)
Bulkeley Allock e Oxenford	26	Providence (7), Nova Iorque (4), Londres (3), Limerick (3), Madeira (2), Alexandria – E.U. (2), Baltimore (1), Nova Orleães (1), Portsmouth (1), Waterford (1), Belfast (1), St. Kitts (1), Cork (1), Youghal (1)
João Bulkeley e Filho	26	Filadélfia (8), Nova Iorque (3), Norfolk (3), Cork (3), Charlestown (2), Wilmington (1), Baltimore (1), Boston (1), Carolina (1), Plymouth – E.U. (1), Camden (1), Baltimore (1), Londres (1), Portsmouth (1)
Guilherme Jarvis e Comp. <sup>a</sup> .	23	Boston (5), Norfolk (5), Filadélfia (3), Alexandria – E.U. (3), Baltimore (2), S. Miguel (1), Richmond (1), Nantucket (1), New London (1), Lydd (1)
João Hood	21	Liverpool (14), Grenock (4), Cork (1), Nova Iorque (1), Terra Nova (1)
João Church	20	Cork (17), Limerick (1), Arcangel (1), Youghal (1)
Fitzgibbon, French e Duff	19	Nova Iorque (13), Norfolk (2), Savannah (2), New Bedford (1), Londres e Falmouth (1)
João Baptista Sivory	19	Gibraltar (12), Malta (8), Cádiz (2), Ferrol (1), Cagliari (1)
Guilherme Newman	14	Londres (5), Portsmouth (2), Dublin (2), Torbay (2), Cork (1), Grenock (1), Vigo (1), Clyde (1), Galway (1)
João e Eugénio Calaham	14	Limerick (6), Cork (5), Waterford (1), Galway (1), Leith (1), Londres e Portsmouth (1)
Francisco Elbling	13	Filadélfia (7), Nova Iorque (3), Boston (1), Baltimore (1), Madeira (1), Liverpool (1)
J. P. Hutchinson e Comp. <sup>a</sup>	12	Falmouth (6), Filadélfia (2), Baltimore (2), Norfolk (1), Washington (1)
Rickerts	11	Nova Iorque (4), Filadélfia (2), Norfolk (2), Savannah (1), Charlestown (1), Georgetown (1)
Duarte Power e Comp. <sup>a</sup>	10	Londres (4), Dublin (3), Portsmouth (2), Limerick (1), Killaley (1), Cork (1)

Negociantes estrangeiros	Nº. de Barcos	Proveniência das Embarcações
Ricardo Sealy	10	Londres (3), Liverpool (2), Portsmouth (2), Nova Iorque (2), Guernesey (1), Tapahannack (1), Newburn (1)
Sealy e Goodhall	10	Nova Iorque (3), Serra Leoa (2), Londres (1), Liverpool (1), Hull (1), Portsmouth (1), Limerick (1), Rio de Janeiro (1)
João Garland	9	Terra Nova (9)
Martinho Slack	9	Londres (5), Falmouth (2), Newcastle (2), Plymouth (2), Portsmouth (2), Cork (1), Nova Iorque (1)
Radich e Comp <sup>a</sup> .	8	Boston (2), Malta (2), Gibraltar (1), Bona (1), Tenerife (1), New Brunswick (1)
Torlades e Comp <sup>a</sup> .	8	Londres (4), Portsmouth (3), Faial (1), Cork (1), Limerick (1), Torbay (1), Nova Iorque (1), West-Port (1)
Chandler e Filhos	7	Liverpool (4), Belfast (1), Londres (1), Setúbal (1 - em lastro)
F.M. e J.E. Montano	7	Gibraltar (3), Cádiz (1), Newcastle (1), Portsmouth (1), Falmouth (1), Londres (1), Nova Iorque (1)
Holford, Gonne e Lucas	7	Londres (2), Hull (2), Leith (1), Torbay (1), Portsmouth (1), New Brunswick (1), Arcangel (1)
Peters, Schlick, Hintze, Lindenberg e Comp <sup>a</sup> .	7	Londres (5), Portsmouth (2), Falmouth (1), Estocolmo (1), Messina (1)
Chambers Kendall	6	Bristol (4), Terra Nova (2), Waterford (1)
Gavazzo e Comp <sup>a</sup> .	6	Gibraltar (5), Malta (1), Huelva (1)
Meulon e Comp <sup>a</sup> .	6	Nova Iorque (3), Charlestown (2), Belfast (1)
Viúva Moller e Filho	6	Londres (3), Portsmouth (3), Terra Nova (1), Plymouth (1)
Ricardo M. Lawrence	6	Nova Iorque (3), New Brunswick (2), Savannah (1)
João da Costa de José	5	Gibraltar (4), Alicante (1), Mahon (1), Malta (1)
Luizello e Maggiolo	5	Malta (2), Idra (1), Scalanova (1), Alicante (1)
Lourenço Ormerod	4	Liverpool (4)
Pedro Garcia	4	Cádiz (3), Huelva (1)
Pedro Zignago	4	Cádiz (3), Tunes (1), Palermo (1), Havana (1)
R. B. Whitney e Comp <sup>a</sup> .	4	Londres (2), Portsmouth (2), Plymouth (1), Penzance (1)

<b>Negociantes estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Proveniência das Embarcações</b>
Bernardo Henrique Metzener e Comp <sup>a</sup> .	3	Londres (2), Portsmouth (1), Falmouth (1), Cork (1)
Carlos Arends	3	Londres (1), Cork (1), Exeter (1), Falmouth (1)
Daniel Thomas Curry	3	Faial (2), S. Miguel (1)
João António Luizello	3	Cádiz (1), Malta (1), S. João de Acre (1)
João Cussen e Filho	3	Cork (3)
Kantzow	3	Estocolmo (2), Gotemburgo (1)
Roberto Slack	3	Dublin (2), Londres (1), Portsmouth (1)
Diogo Bowness	2	Londres (1), Liverpool e Portsmouth (1)
Jacob Dohrman	2	Baltimore (1), Charlestown (1)
João Baptista Sciello	2	Cádiz (2)
José Esquiaga	2	Corunha (1), Setúbal (1 - em lastro)
Joseph Mac Cannon	2	Belfast (2)
José Midosi e Comp <sup>a</sup> .	2	Londres (2), Plymouth (1)
Robertson	2	Filadélfia (2)
Schindler e Filho	2	Liverpool (2)
Thomas Garland	2	Bristol (1), Pool e Falmouth (1)
Mais 41 (quarenta e um) negociantes estrangeiros com uma só embarcação consignada.		

Fonte: *Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*, Nº. 2 de 1813 e seguintes.

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE LISBOA

De 1/1/1813 a 16/12/1813 (a)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Proveniência das Embarcações</b>
Torlades e Comp <sup>a</sup> .	51	Setúbal (c/ sal para fora – 30), Portsmouth (8), Estocolmo (5), Gevele ?(4), Nova Iorque (3), Falmouth (3), Cork (2), Londres (1), Plymouth (1), Leith (1), Gotemburgo (1), Karkaldi ?(1), Wilmington (1), Charlestown (1), Ny Carleby ?(1)
João Leigh	30	Terranova (17), Jersey (3), Londres (2), Waterford (2), Gibraltar (2), Porto (2 – em lastro), Cork (1), Portsmouth (1), Falmouth (1), Guernese (1)
Sealy e Goodhall	28	Cork (8), Liverpool (6), Limerick (4), Londres (3), Falmouth (3), Portsmouth (3), Cádiz (3), Passajes (2), Charlestown (2), Milford (1), Hull (1), Newcastle (1), Málaga (1), Setúbal (c/ sal para fora – 1), Norkoping (1), Norfolk (1)

Negociantes Estrangeiros	N.º de Barcos	Proveniência das Embarcações
Gould Irmãos e Comp <sup>a</sup> .	27	Terranova (8), Londres (4), Gotemburgo (4), Portsmouth (3), Gibraltar (2), Waterford (1), Cork (1), Dublin (1), Falmouth (1), Liverpool (1), Cornualha (1), Penzance (1), Nova Iorque (1), Baltimore (1), Charlestown (1), Alexandria – E.U. (1), Figueira (em lastro – 1), Setúbal (c/ sal para fora – 1)
Peters, Schlick, Hintze, Lindenberg e Comp <sup>a</sup> .	27	Londres (7), Portsmouth (6), Setúbal (c/ sal p/ fora e em lastro – 5), Estocolmo (5), Gotemburgo (3), Libau (3), Norkoping (2), S. Petersburgo (2), Pernaú (1)
João Bulkeley e Filho	23	Nova Iorque (5), Filadélfia (5), Belfast (4), Cork (2), Portsmouth (2), Gibraltar (2), Dublin (1), Edington (1), Santander (1), Arcangel (1), S. Petersburgo (1), Norfolk (1), Baltimore (1), Carolina do Norte (1), Wilmington (1), Buenos Aires (1)
João Garland	19	Terra Nova (12), Falmouth (4), Bristol (3), Exeter (1), Londres (1), Cádiz (1), Gibraltar (1), Porto (em lastro – 1)
Brown & Reed	18	Nova Iorque (2), Baltimore (2), Richmond (2), Falmouth (2), Scicli (2), Setúbal (c/ sal para fora – 2), Figueira (em lastro – 1), Bremen (1), Liverpool (1), Plymouth (1), Malta (1), Gibraltar (1), Porto (em lastro – 1), Madeira (1), Norfolk (1), Charlestown (1)
Mac Mahon e Comp <sup>a</sup> .	17	Terranova (11), Cork (2), Glasgow (1), Waterford (1), Limerick (1), Depford (1), Setúbal (c/ sal para fora – 1), Porto (em lastro – 1)
João Baptista Sivory	14	Gibraltar (7), Malta (5), Cagliari (4), Mahon (2), Tunes (1), Palermo (1), Benidorme (1), Cartagena (1), Aguilar (1), Almeria (1), Siciliano ?(1)
João e Eugénio Calaham	13	Cork (7), Youghal (4), Dublin (3), Limerick (1), Londres (1), Cádiz (1), Falmouth (1)
Bulkeley Allock e Oxenford	12	Londres (6), Portsmouth (4), Falmouth (3), Newcastle (1), Rye (1), Depford (1), Gibraltar (1), Malta (1), Nova Iorque (1), Savannah (1)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Proveniência das Embarcações</b>
Duarte Power e Comp <sup>a</sup> .	12	Cork (6), Londres (3), Dublin (2), Portsmouth (2), Liverpool (2), Pueblo (1)
Luizello e Maggiolo	12	Idra (4), Cândia (3), Cádiz (3), Alicante (2), Málaga (2), Gibraltar (2), Cagliari (1), S. João de Acre (1), Kalamata (1), Spetze (1), Zant ? (1)
Chandler e Filhos	11	Cork (8), Liverpool (6), Belfast (3), Portsmouth (1), Falmouth (1), Arcangel (1), S. Petersburgo (1)
Morrough e Walsh	11	Cork (4), Nova Iorque (2); Terranova (2), Strangford (2), Portferry (2), Falmouth (1), Newhaven (1), S. Petersburgo (1)
Diogo Bowness	10	Londres (6), Falmouth (5), Portsmouth (3), Hull (1), Liverpool (1), Riga (1), Figueira (em lastro – 1)
Butler Kruse e Comp <sup>a</sup> .	9	Hull (2), Falmouth (2), Libau (2), Londres (2), Porto (em lastro – 2), Cork (1), Portsmouth (1), Pilau (1), Gotemburgo (1)
Fitzgibbon, French e Duff	9	Nova Iorque (3), Portsmouth (2), Londres (2), Savannah (2), Charlestown (1), Boston (1)
João da Costa de José	9	Ribadeu (2), Viveiros (1), Alicante (1), Bilbao (1), Gibraltar (1), Algeciras (1), Orão (1), Corunha (1), Torreveja (1), Foz (1), Cartaya (1)
Viúva Moller e Filhos	9	Libau (6), Portsmouth (6), Gibraltar (1), Buenos Aires (1), Karlsham (1)
Chambers Kendall	8	Terra Nova (6), Londres (1), Setúbal (c/ sal para fora – 1), Plymouth (1)
Kantzow	8	Setúbal (c/ sal para fora – 7), Gotemburgo (1), Portsmouth (1)
Martinho Slack	8	Londres (5), Portsmouth (2), Porto (em lastro - 1), Newcastle (1), Dublin (1)
Radich e Comp <sup>a</sup> .	8	Gibraltar (3), Cork (1), Orão (1), Cádiz (1), Almeria (1), Alicante (1), Idra (1), Spetze (1)
Guilherme Newman	7	Londres (2), Cork (2), Portsmouth (1), Bilbao (1), Gibraltar (1), Dublin (1), Wexford (1), Porto (em lastro – 1)
João Hood	7	Liverpool (4), Cork (3), Nova Iorque (1), Serra Leoa (1), Figueira (em lastro – 1)



Negociantes Estrangeiros	Nº. de Barcos	Proveniência das Embarcações
R. B. Whitney e Comp <sup>a</sup> .	7	Londres (2), Falmouth (2), Portsmouth (2), Bristol (1), Cork (1), Waterford (1), Terra Nova (1), Petersburgo (1), Figueira (em lastro – 1)
António Moro	6	Gibraltar (3), Malta (2), Cádiz (1), Alexandria (1), Palermo (1), Esmirna (1), Porto Mahon (1)
Pedro Garcia	6	Sevilha (2), S. Lúcar (1), Cádiz (1), Ayamonte (1), Canárias (1), Lançarote (1), Sta. Cruz de Tenerife (1)
F.M. e J.E. Montano	5	Nova Iorque (3), Gibraltar (1), Sevilha (1), S. Lúcar (1)
Robinson e Comp <sup>a</sup> .	5	Nova Iorque (3), Savannah (1), Baltimore (1)
Carlos O' Neill	4	Setúbal (c/ sal para fora – 3), Estocolmo, Viburg e Portsmouth (1)
Guilherme Jarvis e Comp <sup>a</sup> .	4	Filadélfia (1), Charlestown (1), Figueira (em lastro – 1), Boston (1)
João Church	4	Cork (4)
João Mac Donald	4	Alicante (2), Cork (1), Youghal (1), Gibraltar (1)
Lourenço Ormerod	4	Falmouth (4), Cork (3), Liverpool (1)
Mayne e Brown	4	Rio de Janeiro (2), Terra Nova (2)
Meuron e Comp <sup>a</sup> .	4	Nova Iorque (1), Londonderry (1), Porto (em lastro – 1), Terceira (1)
Holford, Gonne e Lucas	3	Portsmouth (1), Memel (1), Porto (em lastro – 1), Setúbal (c/ sal para fora – 1)
João Cussen e Filho	3	Cork (2), Porto (em lastro – 1)
João Benjamim	3	Londres (3), Falmouth (1), Portsmouth (1)
J. P. Hutchinson e Comp <sup>a</sup> .	3	Falmouth (2), Filadélfia (1), Portsmouth (1)
José António Tablas	3	Ribadeu (1), Vigo (1), Pontevedra (1)
Monroe	3	Liverpool (1), Dublin (1), Cork (1), Filadélfia (1)
Carlos Arends	2	Falmouth (1), Liverpool (1), Guernsey (1)
António Barker	2	Londres (2), Portsmouth (1), Falmouth (1),
Diogo O'Donnel	2	Belfast (1), Cork (1), Limerick (1)
Fick e Comp <sup>a</sup> .	2	Petersburgo (1), Londres (1)
Fillipe José Fermante	2	Nova Iorque (2), Sevilha (1)
Francisco Elbling	2	Nova Iorque (1), Filadélfia (1)
Gavazzo e Comp <sup>a</sup> .	2	Ribadeu (1), Porto Mahon (1)
Guilherme Green	2	Charlestown (1), Bermudas (1), Greenwich (1), Falmouth (1)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Proveniência das Embarcações</b>
Hagarthy	2	Savanah (1), Camden (1)
João Jacques Currie	2	Arcangel (2)
Guilherme Graham	2	Glasgow (1), Greenock (1), Cork (1), Falmouth (1)
José Esquiaga	2	Nova Iorque (1), Santander (1)
José Midosi e Comp <sup>a</sup> .	2	Londres (1), Falmouth (1), Plymouth (1)
J. Picardo	2	Salónica (1), Malta (1), Cádiz (1)
João Clímaco de Tovar	2	Bilbau (2) e Santander (2)
Richard Grey	2	Malta (1), Gibraltar (1), Londres (1), Portsmouth (1)
Ricardo M. Lawrence	2	Nova Iorque (2)
Mais 32 (trinta e dois) negociantes com uma só embarcação.		

a) Não inclui as embarcações entradas entre 22 de Maio e 28 do mesmo mês, por faltarem os nºs. 40 e 41 da «*Gazeta de Agricultura*» na coleção da Biblioteca Nacional. Além das embarcações provenientes de portos fora do Continente (estrangeiro, ilhas e colónias), compreende as provenientes de outros portos do Continente em lastro, bem como de Setúbal com sal para o exterior.

Fonte: *Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*, Nº. 2 de 1813 e seguintes.

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE SETÚBAL

Negociantes nacionais e estrangeiros (a)

<b>Nomes</b>	<b>Nº. de Barcos</b>		<b>Nacionalidade dos Barcos</b>
	1794(b)	1795(c)	
Torlades e Comp <sup>a</sup> .	58	93	Suécia (86), Estados Unidos da América (43), Dinamarca (9), Reino Unido (8), Hamburgo (3), Portugal (1), Curlândia (1)
Kantzow e Giertz	61	58	Suécia (108), Reino Unido (4), Dinamarca (3), Estados Unidos da América (2), Holanda (1), Bremen (1)
Guilherme e Roberto Williamson	42	30	Reino Unido (34), Suécia (19), Estados Unidos da América (13), Dinamarca (4), Portugal (2)
José e Constantino Pieters	25	23	Dinamarca (47), Suécia (1)
Jerónimo Chardam e Filhos e Comp <sup>a</sup> .	13	22	Dinamarca (22), Holanda (5), Hamburgo (2), Reino Unido (1), Portugal (1), Estados Unidos da América (1), Bremen (1), Oldemburgo (1), Prússia (1)
Giertz e Comp <sup>a</sup> .	-	35	Suécia (31), Reino Unido (2), Estados Unidos da América (2)
Carlos Augusto Busch	11	17	Dinamarca (19), Estados Unidos da América (4), Lubeque (3), Suécia (2)
Proostes e Parrella	10	12	Holanda (10), Portugal (6), Dinamarca (3), Suécia (3)

Nomes	Nº. de Barcos		Nacionalidade dos Barcos
	1794(b)	1795(c)	
Pieters e Busch	-	15	Dinamarca (11), Estados Unidos da América (2), Lubeque (1), Hamburgo (1)
António Ferreira Rego	10	4	Reino Unido (12), Portugal (1), Estados Unidos da América (1)
Peche e Comp <sup>a</sup> .	-	3	Suécia (2), Dinamarca (1)
José Hilário Henrique Cabral	2	1	Portugal (3)
António José de Oliveira e Companhia	2	-	Reino Unido (2)
Sebastião Chardam	2	-	Dinamarca (2)
António de Sousa Meireles	-	1	Portugal
João Baptista Simões	1	-	Portugal
José Ignácio Farinha	-	1	Portugal

a) Esta lista, tal como a relativa aos anos de 1800 e 1801, apenas abrange o tráfego internacional, omitindo um numeroso tráfego de cabotagem feito por barcos portugueses.

b) De 26/12/1793 a 31/12/1794

c) De 1/1/1795 a 17/12/1795

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, anos de 1794 e 1795, Navios que entraram no porto de Setúbal...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO DE SETÚBAL Negociantes Nacionais e Estrangeiros (a)

Nomes	Nº. de Barcos		Nacionalidade dos Barcos
	1800(b)	1801(c)	
Torlades e Companhia	62	67	Suécia (76), Estados Unidos da América (34), Reino Unido (9), Dinamarca (5), Hamburgo (2), Prússia (2), Lubeque (1)
Pieters, e Busch	60	41	Dinamarca (64), Prússia (13), Estados Unidos da América (12), Lubeque (5), Suécia (5), Dantzig (1), Hamburgo (1)
Martinho Giertz	54	56	Suécia (109), Prússia (1)
Jerónimo Chardon e Filhos	30	17	Dinamarca (23), Prússia (12), Suécia (5), Holanda (3), Hamburgo (2), Espanha (1), Lubeque (1)
Guilherme e Roberto Williamson	16	1	Reino Unido (13), Estados Unidos da América (3), Dinamarca (1)
Jacob Frederico Torlades	6	10	Suécia (8), Dinamarca (3), Estados Unidos da América (3), Prússia (2)
Proostes e Parrella	2	3	Hamburgo (2), Prússia (2), Holanda (1)
António Ferreira Rego	1	2	Dinamarca (1), Estados Unidos da América(1), Suécia (1)

Nomes	Nº. de Barcos		Nacionalidade dos Barcos
	1800(b)	1801(c)	
João Vasques	-	1	Prússia (1)

a) Durante o primeiro semestre de 1801 houve uma grande quebra de entradas no porto de Setúbal. Tal facto deve relacionar-se com a guerra que nessa altura se travou com a Espanha, trazendo dificuldades ao tráfego marítimo e às actividades económicas em geral.

b) De 12/12/1799 a 31/12/1800

c) Até 17/12/1801

Fonte: Correio Mercantil e Economico de Portugal, anos de 1800 e 1801, Navios que entraram no porto de Setúbal ...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO

De 8/12/1793 a 31/12/1794

Negociantes Portugueses	Nº. de Barcos	Nacionalidade dos Barcos	Origem das Embarcações
José Correa de Aguiar	10	Holandeses (6), suecos (2), portugueses (2).	Amesterdão (3), Riga (3), Memel (1), Pernau (1), Estocolmo (1), Baltimore (1)
Cristóvão Guerner	9	Hamburgueses (6), portugueses (3).	Hamburgo (6), Amesterdão (1), Cork (1), Baltimore (1)
João Peixoto	7	Inglese (7)	Lisboa (2) (a), Londres (2), Bristol (1), Portsmouth (1), Corunha (1)
Barnabé de Oliveira Maia	5	Portugueses (2), hamburgueses (1), holandeses (1), oldemburgueses (1).	Galiza (1), Riga (1), Memel (1), Pernau (1), Rio de Janeiro (1)
Joaquim Ferreira de Sampaio	5	Americanos (2), ingleses (1), espanhóis (1).	Baltimore (2), Hamburgo (1), Virgínia (1)
António da Cunha Guimarães	4	Portugueses (3), dinamarqueses (1).	Filadélfia (2), Hamburgo (1), Virgínia (1)
Domingos Luís da Silva Souto	4	Suecos (2), holandeses (1), dinamarqueses (1).	Amesterdão (1), Pernau (1), Riga (1), Estocolmo (1)
Ferreira, Cunha e Comp <sup>a</sup> .	4	Inglese (4)	Dublin (4)
Luís Alves da Rocha	4	Portugueses (4)	Galiza (2), Ferrol (1), Pernambuco (1)
Manuel Francisco Guimarães	4	Holandeses (3), suecos (1).	Riga (2), Amesterdão (1), Pernau e Memel (1)
Manuel Portugal Calhorda	4	Americanos (2), ingleses (1), portugueses (1).	Nova Iorque (3), Petersburgo (1)
João Alves Pereira	3	Suecos (3)	Estocolmo (2), Trieste (1)

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
José Eleutério	3	Inglese (3)	Ferrol (1), Corunha (1), Londres (1)
António Ribeiro dos Santos	2	Portugueses (2)	Bilbau (1), Filadélfia (1)
Domingos do Rosário	2	Portugueses (2)	Pernambuco (2)
Gonçalo de Oliveira Dias	2	Portugueses (2)	Baía (1), Rio de Janeiro (1)
José Monteiro de Almeida	2	Inglese (2)	Londres (2)
Manuel da Veiga Campos	2	Portugueses (2)	Nova Iorque (1), Rio de Janeiro (1)
Nicolau Joaquim Pereira	2	Portugueses (2)	Pará (1), Rio de Janeiro (1)
António Coelho de Sampaio	1	Português	Petersburgo (1)
António Dias Ferreira	1	Português	Maranhão (1)
António José Duarte	1	Português	Rio de Janeiro
António José Fernandes	1	Português	Amesterdão
António José Pereira	1	Português	Rio de Janeiro
António Ribeiro da Silva Ferreira	1	Português	Baía
António Rodrigues dos Santos	1	Português	Rio de Janeiro
António de Sousa Lobo	1	Português	Nova Iorque
Bernardino José Gonçalves	1	Hamburguês	Hamburgo
Bernardo de Sousa Gomes	1	Português	Nova Iorque
Caetano José dos Santos	1	Português	Rio de Janeiro
Custódio de Gouveia	1	Português	Rio de Janeiro
Diogo Gomes Barroso	1	Português	Rio de Janeiro
Domingos Gomes Pinto	1	Português	Rio de Janeiro
Francisco José dos Santos	1	Português	Rio de Janeiro
Francisco António de Queirós	1	Americano	Nova Iorque
Francisco José Vaz	1	Holandês	Estocolmo
Francisco Mendes	1	Inglês	Londres
Francisco Pinto	1	Inglês	Swansea
Francisco Teixeira de Lira	1	Português	Amesterdão
Henrique de Araújo Lima	1	Português	Baía
Jácomo Bellon	1	Espanhóis	Ribadeu
Jerónimo Carneiro Geraldes	1	Dinamarquês	Pernau
João Lopes Guimarães	1	Português	Petersburgo
João Pereira Soares	1	Português	Rio de Janeiro
João Pereira de Carvalho	1	Português	Filadélfia
João Pinto Soares	1	Português	Carolina
João Ribeiro Viana	1	Português	Rio de Janeiro

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Joaquim José Lopo	1	Inglês	Dublin
Joaquim Leite Ferreira	1	Português	Filadélfia
José de Araújo	1	Português	Rio de Janeiro
José da Cruz	1	Inglês	Cork
José Barbosa Madureira	1	Português	Baía
José Fernandes Bousinho	1	Português	Amesterdão
José Gonçalves Guimarães	1	Português	Nova Iorque
José de Oliveira Lopo	1	Inglês	Dublin
José Ventura Fortuna	1	Português	Maranhão
José Teixeira de Lira	1	Português	Amesterdão
Manuel António Fernandes	1	Português	Nova Iorque
Manuel Ferreira Guimarães	1	Holandês	Memel
Manuel Martins Monteiro	1	Português	Pernambuco
Manuel Teixeira Duarte	1	Português	Baía
Tomás da Rocha	1	Português	Rio de Janeiro

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1794 e N.ºs. 1, 2 e 3, de 6, 13 e 20 de Janeiro de 1795, Embarcações que entraram pela barra do Porto...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO

De 1/1/1795 a 19/12/1795

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Cristóvão Guerner	14	Hamburgueses (4), americanos (4), ingleses (3), suecos (1), lubequeses (1), portugueses (1).	Hamburgo (6), Liverpool (2), Guernesey (2), Cork (1), Dantzig (1), Riga (1), Sligo (1)
João Peixoto	14	Ingleses (13), espanhol (1).	Londres (11), Plymouth (1), Liverpool (1), Salo (1)
Joaquim Ferreira de Sampaio	7	Ingleses (6), americanos (1).	Londres (5), Corunha (1), Baltimore (1)
Barnabé de Oliveira Maia	6	Suecos (3), português (1), dinamarquês (1), bremês (1).	Estocolmo (2), Petersburgo (2), Riga (1), Rio de Janeiro (1)
Jácomo Bellon	6	Espanhóis (6)	Arosa (1), Carril (1), Pontevedra (1), Vigo (1), Ribadeu (1), Villagarcia (1)
Bernardo José Gonçalves	4	Dinamarqueses (3), português (1).	Memel (1), Riga (1), Pernau (1), Rio de Janeiro (1)
Ferreira Cunha e Comp <sup>a</sup> .	4	Ingleses (4)	Dublin (3), Londres (1)

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
José da Cruz	4	Inglese (4)	Cork (2), Londres (1), Galloway (1)
José Eleutério	4	Inglese (3), americanos (1).	Londres (3), Boston (1)
José Monteiro de Almeida	4	Inglese (4)	Londres (3), Ipswich (1)
José Correa de Aguiar	3	Dinamarquês (1), sueco (1), hamburguês (1)	Pernau (2), Estocolmo (1)
José Joaquim de Oliveira Lopo	3	Inglese (3)	Dublin (2), Londres (1)
Bento Paes Guimaraes	2	Português (1), espanhol (1).	Carril (1), Galiza (1)
Custódio Gouveia Mourão	2	Portuguese (2)	Maranhão (1), Rio de Janeiro (1)
João Alves Pereira	2	Suecos (2)	Estocolmo (2)
João Lopes Guimaraes	2	Portuguese (2)	Corunha (1), Redondela (1)
Manuel da Veiga Campos	2	Portuguese (2)	Nova Iorque (1), Rio de Janeiro (1)
Melo e Neiva	2	Inglês (1), espanhol (1).	Londres (1), Bilbao (1)
António Coelho Sampaio	1	Português	Arcangel
António Francisco de Castro	1	Português	Rio de Janeiro
António Gonçalves da Silva	1	Português	Rio de Janeiro
Bento António de Abreu	1	Português	Rio de Janeiro
Caetano José dos Santos	1	Português	Rio de Janeiro
Diogo Gomes Barroso	1	Português	Rio de Janeiro
Domingos Gomes Pinto	1	Português	Pernambuco
Domingos Luís da Silva Souto	1	Holandês	Amesterdão
Domingos Rosário Nascimento	1	Português	Pernambuco
Francisco Teixeira de Lira	1	Português	Amesterdão
Gualter Ribeiro Guimaraes	1	Português	Riga
João Baptista Arantes	1	Inglês	Winton
João Henrique de Magalhães	1	Inglês	Londres
João Luís de Sousa	1	Português	Amesterdão
João Manuel de Sousa Vale	1	Português	Pará
João Pinto Soares	1	Português	Pernambuco
Joaquim José Fernandes	1	Inglês	Dublin
José de Almeida Serolico	1	Português	Jersey

<b>Negociantes Portugueses</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
José António Martins Cruz	1	Dinamarquês	Riga
José Francisco Maria	1	Português	Maranhão
José Pereira Soares	1	Português	Rio de Janeiro
Luís da Silva Leite	1	Português	Villagarzia
Manuel António Guimarães	1	Americano	Amesterdão
Manuel Francisco de Freitas	1	Espanhol	Carril
Manuel Francisco Guimarães	1	Dinamarquês	Stetin
Manuel Pereira Fernandes	1	Português	S. Miguel
Manuel Portugal Callorda	1	Português	Petersburgo
Manuel de Sá	1	Português	Rio de Janeiro
Nicolau Joaquim Pereira	1	Português	Rio de Janeiro
Pedro António dos Santos	1	Português	Galiza
Tomás da Rocha	1	Português	Rio de Janeiro

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1795, Nº. 5 e seguintes, Embarcações que entraram pela barra do Porto...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO

De 8/12/1793 a 31/12/1794

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Harris Stafford & Comp <sup>a</sup> .	27	Ingleses (21), americanos (6).	Terranova (8), Swansea (5), Londres (4), Norfolk (2), Beverley (2), Vigo (1), Cabo Ann (1), Gloucester (1), Liverpool (1), Cork (1), Marblehead (1)
Pennel, Smith e Comp <sup>a</sup> .	21	Ingleses (21)	Terra Nova (16), Topsham (2), Swansea (1), Vigo (1), Viana (em lastro – 1)



<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Campion, Offley, Hesketh e Comp <sup>a</sup> .	20	Ingleses (17), americano (1), dinamarquês (1), sueco (1).	Lancaster (3), Londres (2), Dublin (2), Portsmouth (1), Wells (1), Plymouth (1), Hull (1), Leith (1), Calais (1), Lisboa (em lastro – 1), Dantzig (1), Wisbigó (1), Yarmouth (1), Newhaven (1), Filadélfia (1), Shoreham (1)
Newman Land & Comp <sup>a</sup> .	18	Ingleses (16), americanos (2).	Terranova (12), Lisboa (em lastro – 1), Hull (1), Grenock (1), Waterford (1), Alexandria (1)
Warre & Comp <sup>a</sup> .	13	Ingleses (11), americanos (2).	Southampton (4), Liverpool (3), Hull (2), Boston (1), Baltimore (1), Killybegs (1), Penzance (1)
Searle	10	Ingleses (9), sueco (1).	Londres (2), Newcastle (2), Portsmouth (1), Liverpool (1), Hull (1), Lisboa (1), Terranova (1), Dantzig (1)
Amsinck	8	Hamburgueses (4), dinamarqueses (2), americano (1), sueco (1)	Hamburgo (3), Stetin (1), Riga (1), Pernau (1), Wolgast (1), Baltimore (1)
Daniel Bull & Silvius	8	Hamburgueses (7), dinamarquês (1).	Hamburgo (6), Brest (1), Stetin (1)
Thompson Croft & Comp <sup>a</sup> .	8	Ingleses (8)	Hull (2), Londres (1), Topsham (1), Bristol (1), Lancaster (1), Corunha (1), Lisboa (1)
Nicolau & Joaquim Kopke	7	Hamburgueses (4), suecos (2), dinamarquês (1).	Hamburgo (2), Estocolmo (2), Riga (1), Pernau (1), Galiza (1)
Lambert Kingston & Comp <sup>a</sup> .	5	Ingleses (4), dinamarquês (1)	Dublin (3), Londres (1), Ostende (1)
Bearsley Webb	4	Ingleses (4)	Londres (2), Lynn (1), Swansea (1)
Guilherme Little	4	Ingleses (4)	Londres (2), Liverpool (1), Lisboa (em lastro – 1)
Nash & Comp <sup>a</sup> .	4	Ingleses (4)	Bilbau (1), Colchester (1), Gloucester (1)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Swan e Comp <sup>a</sup> .	4	Ingleses (4)	Hull (1), Jersey (1), Leith (1), Falmouth (1)
Vanzeller e Comp <sup>a</sup> .	4	Dinamarqueses (2), português (1), hamburguês (1)	Pernau (2), Baltimore (1), Riga (1)
Arsher e Comp <sup>a</sup> .	3	Hamburgueses (3)	Hamburgo (3)
Bernardo Clamouse & Brown e Comp <sup>a</sup> .	3	Americanos (3)	Newport (1), Marblehead (1), Virginia (1)
Duarte Molloy	3	Ingleses (3)	Dublin (3)
Babington, Tidswell & Comp <sup>a</sup> .	2	Ingleses (2)	Lancaster (1), Lisboa (em lastro – 1)
Jorge Wye	2	Americano (1), inglês (1)	Londres (1), Norfolk (1)
Perry, Friend & Nassau	2	Ingleses (2)	Colchester (1), Jersey (1)
Peapoint	1	Inglês	Liverpool
Thomas Caffrey	1	Inglês	Leith
Thomas Evans	1	Inglês	Liverpool
Thomas Snow e Comp <sup>a</sup> .	1	Inglês	Corunha
Swansea (?)	1	Inglês	Newcastle

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1794 e N<sup>os</sup>. 1, 2 e 3, de 6, 13 e 20 de Janeiro de 1795, Embarcações que entraram pela barra do Porto ...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO

De 1/1/1795 a 19/12/1795

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Pennel, Smith e Comp <sup>a</sup> .	21	Ingleses (20), dinamarquês (1).	Terranova (15), Bristol (1), Londres (1), Topsham (1), Dublin (1), Ferrol (1), Copenhaga (1)
Newman Land & Comp <sup>a</sup> .	16	Ingleses (16)	Terranova (7), Grenock (4), Dartmouth (1), Londres (1), Guernesey (1), Sligo (1), Viana (em lastro – 1)
Campion, Offley, Hesketh e Comp <sup>a</sup> .	15	Ingleses (15)	Londres (3), Newhaven (3), Liverpool (2), Lynn (2), Dublin (1), Portsmouth (1), Leith (1), Hull (1), Yarmouth (1)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Nicolau & Joaquim Kopke	15	Dinamarqueses (6), hamburgueses (4), americano (1), prussiano (1), bremês (1), mecklenburguês (1), sueco (1).	Stetin (7), Pernau (4), Riga (1), Estocolmo (1), Hamburgo (1), Swinemund (1)
Searle	13	Ingleses (13)	Hull (3), Londres (2), Liverpool (2), Newcastle (1), Falmouth (1), Yarmouth (1), Sunderland (1), Corunha (1), Gibraltar (1)
Thompson Crofft & Comp <sup>a</sup> .	13	Ingleses (13)	Hull (5), Londres (3), Topsham (2), Lancaster (2), Falmouth (1)
Warre & Comp <sup>a</sup> .	13	Ingleses (11), dinamarqueses (2).	Londres (3), Dublin (2), Liverpool (2), Belfast (1), Glasgow (1), Portsmouth (1), Hull (1), Southampton (1), Ferrol (1)
Daniel Bull & Silvius	12	Hamburgueses (10), dinamarquês (1), americano (1).	Hamburgo (9), Dantzig (1), Stetin (1), Filadélfia (1)
Harris Stafford & Comp <sup>a</sup> .	11	Ingleses (10), americano (1).	Terranova (3), Londres (1), Bristol (1), Topsham (1), Stafford (1), Ferrol (1), Fife (1), Neat (1)
Bearsley Webb	10	Ingleses (10)	Londres (4), Lynn (1), Pool (1), Bristol (1), Plymouth (1), Swansea (1), Guernesey (1)
Vanzeller e Comp <sup>a</sup> .	10	Hamburgueses (4), dinamarqueses (3), sueco (1), inglês (1), mecklenburguês (1).	Hamburgo (4), Stetin (2), Riga (2), Pernau (2)
Nash e Comp <sup>a</sup> .	9	Ingleses (8), americano (1).	Londres (3), Ferrol (2), Bristol (1), Yarmouth (1), Gloucester (1), Filadélfia (1)
Perry, Friend & Nassau	8	Ingleses (8)	Londres (2), Southampton (2), Jersey (2), Portsmouth (1), Ferrol (1)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Nacionalidade dos Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Bernardo Clamouse & Brown & Comp <sup>a</sup> .	7	Americanos (6), inglês (1),	Guernesey (2), Gibraltar (1), Amesterdão (1), Bordéus (1), Filadélfia (1), Hamburgo (1)
Duarte Molloy	6	Ingleses (6)	Dublin (5), Bristol (1)
Lambert Kingston	6	Ingleses (6)	Londres (3), Dublin (1), Portsmouth (1), Liverpool (1)
Swan e Comp <sup>a</sup> .	5	Ingleses (5)	Londres (1), Leith (1), Hull (1), Newcastle (1), Southampton (1)
Amsinck	4	Hamburgueses (3), dinamarquês (1).	Hamburgo (2), Pernau (1), Stetin (1)
Arsher & Comp <sup>a</sup> .	4	Hamburgueses (3), americano (1).	Hamburgo (3), Amesterdão (1)
Bartolomeu Casey	4	Ingleses (4)	Dublin (4)
Babington, Tidswell e Comp <sup>a</sup> .	3	Ingleses (3)	Portsmouth (1), Bilbao (1), Corunha (1)
Pedro Mavinhé	3	Ingleses (3)	Londres (1), Cork (1), Dublin (1)
Jorge Wye	2	Ingleses (2)	Londres (2)
Peapoint	2	Ingleses (2)	Liverpool (2)
Zignago Isola	2	Veneziano (1), dinamarquês (1)	Lisboa (em lastro – 1), Génova (1)
Guilherme Little	1	Inglês	Londres
Thomas Keese	1	Inglês	Dublin

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1795, N.º 5 e seguintes, Embarcações que entraram pela barra do Porto...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO

De 14/12/1799 a 31/12/1800

<b>Negociantes Nacionais</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
João Peixoto	15	Londres (4), Salow (4), Lisboa (em lastro - 2), Cork (1), Dublin (1), Lynn (1), Portsmouth (1), Gibraltar (1)
José Correa d'Aguiar	11	Riga (5), Pernau (4), Amesterdão (1), Memel (1)
Joaquim Ferreira Sampaio	6	La Guardia (4), Muros (1), Pontevedra (1)
Bernardo José Gonçalves	5	Pernau (2), Hamburgo (1), Memel (1), Riga (1)
Cristóvão Guerner	5	Vigo (3), Hamburgo (2)
António de Freitas Barreto	4	Vigo (4)
Barnabé de Oliveira Maia	3	Estocolmo (3)
Domingos Gomes Pinto	3	Corunha (3) e Ferrol (3)

Negociantes Nacionais	Nº. de Barcos	Origem das Embarcações
Ferraz Filho e Correa	3	Copenhaga (1), Estocolmo (1), Stralsund (1)
Francisco António de Queirós	3	Norfolk (2), Plymouth (1)
Gualter Ribeiro Guimarães	3	Corunha (1), Pará (1), Rio de Janeiro (1)
Jerónimo Carneiro Galdes	3	Pernau (3)
João Alves Pereira da Silva	3	Dublin (1), Estocolmo (1), Rio de Janeiro (1)
José da Cruz	3	Dublin (2), Galway (1)
José Monteiro de Almeida	3	Londres (3)
António da Silva Monteiro	2	Vigo (2)
Custódio Gomes Mourão	2	Rio de Janeiro (2)
João Henrique Magalhães	2	Dublin (1), Lisboa (em lastro – 1)
Joaquim José Fernandes da Silva	2	Cork (1), Ferrol (1)
Manuel Alves	2	Dublin (1), Vigo (1)
Manuel Francisco de Pinho	2	Dublin (1), Limerick (1)
Tomás Francisco Lopes	2	Pernau (1), Swinemund (1)
Alexandre António d'Araújo Lobo	1	Vigo
António Dias Ferreira	1	Pernambuco
António Ferreira Velho	1	Petersburgo
António Marques Nogueira Dias	1	Londres
António Pereira dos Santos	1	Pernambuco
Bento José de Faria	1	Pernau
Bento José Rodrigues	1	Pernau
Cristóvão Dias de Castro	1	Vigo
Domingos Martins da Costa	1	Baía
Domingos José Salgado	1	Galiza (?)
Domingos da Silva Souto	1	Estocolmo
Ferreira, Cunha e Rocha	1	Swinemund
Francisco António Leça	1	Pernambuco
Francisco José de Barros	1	Galiza
Francisco José Gonçalves Gomes	1	Hamburgo
Francisco Moreira e Comp. <sup>a</sup>	1	Guernesey
João Pinto Soares	1	Baía
João Ribeiro Viana	1	Rio de Janeiro
João Rodrigues da Costa	1	Londres
Joaquim José de Sousa Pires	1	Baía
Joaquim d'Oliveira Lopo	1	Vigo
José António Alfredo	1	Ferrol
José Fernandes Araújo	1	Amesterdão
José Jorge	1	Petersburgo
José Lopes Salgado	1	Galiza
José Pinto dos Reis	1	Pilau
José da Silva	1	Corunha
Manuel António da Costa Guimarães	1	Rio de Janeiro

Negociantes Nacionais	Nº. de Barcos	Origem das Embarcações
Manuel José Fernandes	1	Marin
Manuel Luís Coelho	1	Vigo
Manuel de Moura	1	Galiza
Manuel Pereira Viana	1	Londres
Manuel Portugal Calhorda	1	Petersburgo
Miguel Pereira da Silva Gomes	1	Hamburgo
Nicolau Joaquim Pereira	1	Rio de Janeiro
Salvador Francisco Braga	1	Pará
Tomás da Rocha	1	Greenock
Viúva Freitas e Filho	1	Estocolmo

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1800 e Nº.s 1, de 6/1/1801 e 2, de 13/1/1801, Embarcações que entraram pela barra do Porto...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO

De 1/1/1801 a 5/12/1801

Negociantes Nacionais	Nº. de Barcos	Origem das Embarcações
João Peixoto	12	Portsmouth (3), Newcastle (2), Barcelona (1), Dublin (1), Gibraltar (1), Londres (1), Yarmouth (1), Salow (1), Viana (em lastro – 1)
Joaquim Ferreira Sampaio	10	Carril (6), Marin (2), La Guardia (1), Muros (1)
Cristóvão Guerner	9	Hamburgo (6), Guernesey (1), Pernambuco (1), Stetin (1)
Tomás da Rocha Pinto	7	Rio de Janeiro (2), Belfast (1), Dantzig (1), Hamburgo (1), Liverpool (1), Londres (1)
Barnabé de Oliveira Maia	5	Petersburgo (2), Dublin (1), Estocolmo (1), Rio de Janeiro (1)
Domingos Gomes Pinto	4	Dublin (3), Cork (1)
José Francisco Bernardes	4	Hamburgo (2), Baía (1), Riga (1)
Joaquim José de Sousa Pires	3	Rio de Janeiro (2), Baía (1)
José Joaquim de Oliveira Lopo	3	Londres (3)
António José Soares	2	Dublin (1), Galiza (1)
Domingos José de Almeida Ribeiro	2	Pará (2)
Francisco António Leça	2	Baía (1), Plymouth (1)
João Alves Pereira	2	Galway (1), Riga (1)
José da Cruz	2	Baltimore (1), Limerick (1)
José da Silva	2	Dover (1), Ferrol (1)
Manuel Francisco Guimarães	2	Riga (1), Rio de Janeiro (1)
Manuel Luís Cardoso e Filho	2	Hamburgo (1), Londres (1)
Manuel da Mota	2	Dublin (1), Liverpool (1)
Alexandre António d'Araújo	1	Irlanda
André António de Magalhães	1	Estocolmo
António Ferreira Velho	1	Petersburgo

<b>Negociantes Nacionais</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
António José Rodrigues	1	Corunha
António Manuel d'Oliveira	1	Baía
António Pinto Machado	1	Guernesey
António Ribeiro Braga	1	Rio de Janeiro
António da Silva Monteiro	1	Topshon
António de Sousa Lobo	1	Rio de Janeiro
Barbosa de Lima	1	Londres
Bernardo José Gonçalves	1	Hamburgo
Domingos Martins da Costa	1	Baía
Francisco José de Barros Lima	1	Guernesey
Francisco José Rodrigues	1	Rio de Janeiro
Francisco Xavier da Mota	1	Pernambuco
Guilherme Rocha	1	Portsmouth
Henrique Carneiro Gerales	1	Pernau
Jacinto Pimenta Carmo	1	Vigo
Jaime Rocha	1	Stetin
João António Ribeiro	1	Rio de Janeiro
João Baptista	1	Santander
João Baptista Alonso	1	La Guardia
João Henrique de Magalhães	1	Londres
João Luís	1	Rio de Janeiro
João Pinto Soares	1	Baía
Joaquim Pedro Cardoso	1	Londres
Joaquim Pereira de Almeida	1	Liverpool
José Barbosa de Madureira	1	Baía
José Lopes Ferraz e Companhia	1	Dublin
José Luís da Silva	1	Rio de Janeiro
José Monteiro de Almeida	1	Portsmouth
José Teodoro Lopes	1	Rio de Janeiro
Manuel Alves Reis	1	Dublin
Manuel António da Costa Guimaraes	1	Hull
Manuel Ferreira da Cunha, e Filho	1	Pernau
Manuel Francisco de Freitas	1	Pontevedra
Manuel Francisco Pinho	1	Drogheda
Manuel Glama	1	Riga
Manuel José Fernandes	1	Bristol
Manuel José Marques de Abreu	1	Vigo
Manuel José de Oliveira Braga	1	Guernesey
Manuel José d'Oliveira Maia	1	Hull
Manuel José de Sousa	1	Pontevedra
Manuel Luís Gonçalves	1	Irlanda
Manuel Pereira Fernandes	1	Hull
Manuel Portugal Calhorda	1	Plymouth
Nicolau Joaquim Pereira	1	Rio de Janeiro
Viana de Lima	1	Hamburgo

Negociantes Nacionais	Nº. de Barcos	Origem das Embarcações
Vicente Cosme Pereira	1	Norfolk
Viúva Alves	1	Hamburgo

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1801, N.º. 3 e segs., Embarcações que entraram pela barra do Porto...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO

De 14/12/1799 a 31/12/1800

Negociantes Estrangeiros	Nº. de Barcos	Origem das Embarcações
Vanzeller e Comp <sup>a</sup> . (incluindo os de P.A. Vanzeller)	27	Dantzig (5), Cork (4), Riga (4), Hamburgo (3), Nantes (2), Pernaú (2), Conisberga (1), Libau (1), Liverpool (1), Memel (1), Petersburgo (1), Pilau (1), Stetin (1)
Pennell, Smith e Comp <sup>a</sup> .	24	Terranova (20), Dublin (1), Lisboa (em lastro – 1), Viana (em lastro – 1), Plymouth (1)
Newman Land & Comp <sup>a</sup> .	23	Terranova (15), Greenock (3), Viana (em lastro – 3), Plymouth (1), Sligo (1)
Harris e Comp <sup>a</sup> .	19	Terranova (13), Londres (3), Malden (1), Newcastle (1), Southampton (1)
Thompson Crofft & Comp <sup>a</sup> .	17	Londres (4), Hull (2), Lynn (2), Lisboa (em lastro – 2), Belfast (1), Filadélfia (1), Liverpool (1), Southampton (1), Swansea (1), Sunderland (1), Viana (em lastro – 1)
Nicolau e Joaquim Kopke	16	Estocolmo (5), Dantzig (2), Riga (2), Stetin (2), Swinemund (2), Amesterdão (1), Hamburgo (1), Memel (1)
Daniel Bull & Silvius	15	Hamburgo (11), Estocolmo (2), Pernaú (1), Riga (1)
Campion, Offley, Hesketh & Comp <sup>a</sup> .	10	Lynn (2), Londres (2), Domfrier (1), Hull (1), Leith (1), Newcastle (1), Portsmouth (1), Topshon (1)
Nash e Comp <sup>a</sup> .	10	Lisboa (em lastro – 3), Hull (2), Londres (2), Cork (1), Stolp (1), Swinemund (1)
Bearsley Webb	9	Londres (5), Bristol (1), Lisboa (em lastro – 1), Lynn (1), Swansea (1)
Thaddeo Wassermeyer	9	Estocolmo (8), Amesterdão (2)
Warre e Comp <sup>a</sup> .	9	Liverpool (3), Belfast (2), Southampton (2), Dantzig (1), Vigo (1)
Amsinck	8	Dantzig (4), Swinemund (2), Memel (1), Stetin (1)
Bernardo Clamouse & Brown & Comp <sup>a</sup> .	8	Norfolk (3), Lisboa (em lastro – 2), Londres (2), Baltimore (1)



Negociantes Estrangeiros	Nº. de Barcos	Origem das Embarcações
Guilherme Little	7	Vigo (4), Corcubión (1), Londres (1), Viana (em lastro – 1)
Searle	7	Dantzig (1), Falmouth (1), Hull (1), Lisboa (em lastro – 1), Newcastle (1), Plymouth (1), Yarmouth (1)
Lambert Kingston & Comp <sup>a</sup> .	5	Dublin (2), Londres (2), Cork (1)
Guilherme Myler	3	Viana (em lastro – 2), Hull (1)
Pedro Mavinhé	3	Londres (2), Viana (em lastro – 1)
Perry, Friend & Nassau	3	Londres (2), Newcastle (1)
Arsher & Comp <sup>a</sup> .	2	Bordéus (1), Norfolk (1)
Bartolomeu Casey	2	Swansea (1), Waterford (1)
Francisco Molloy	2	Dublin (2)
João Callahan	2	Londonderry (1), apresado (1)
Jorge Wye	2	Londres (2)
Page e Comp <sup>a</sup> .	2	Dartmouth (1), Terranova (1)
Stafford	2	Leith (1), Swansea (1)
Babington, Tidswell e Comp <sup>a</sup> .	1	Londonderry
João Empson Acteon	1	Plymouth
Jorge Marcelus	1	Stetin
Nassau	1	Hamburgo
Snow & Comp <sup>a</sup> .	1	Londres

Fonte: *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, ano de 1800 e N.ºs. 1, de 6/1/1801 e 2, de 13/1/1801, Embarcações que entraram pela barra do Porto...

### CONSIGNATÁRIOS NO PORTO

De 1/1/1801 a 5/12/1801

Negociantes Estrangeiros	Nº. de Barcos	Origem das Embarcações
Vanzeller e Comp <sup>a</sup> .	22	Dantzig (11), Hamburgo (2), Pernaú (2), Cork (1), Libau (1), Memel (1), Newcastle (1), Riga (1), Stetin (1), Vigo (1)
Newman Land & Comp <sup>a</sup> .	20	Terranova (9), Dartmouth (4), Grenock (3), Viana (em lastro – 2), Londres (1), Waterford (1)
Nash e Comp <sup>a</sup> .	15	Boston (2), Londres (2), Stolpe (2), Vigo (2), Charonte (1), Dublin (1), Falmouth (1), Leith (1), Liverpool (1), Nova Iorque (1), Swansea (1)
Nicolau e Joaquim Kopke	14	Pernaú (3), Dantzig (2), Bordéus (1), Corcubión (1), Estocolmo (1), Hamburgo (1), Memel (1), Morlaix (1), Pilau (1), Riga (1), Stetin (1), Swinemund (1)

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>Nº. de Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Thompson Crofft & Comp <sup>a</sup> .	14	Londres (3), Topshon (3), Hull (2), Portsmouth (2), Bordéus (1), Colchester (1), Liverpool (1), Viana (em lastro – 1)
Harris e Irmãos	13	Londres (4), Bristol (2), Leith (1), Newcastle (1), Portsmouth (1), Malden (1), Salem (1), Southamoton (1), Viana (em lastro – 1)
Bull e Comp <sup>a</sup> .	12	Hamburgo (5), Dantzig (2), Pernau (2), Bordéus (1), Riga (1), Swinemund (1)
Stafford	12	Londres (4), Falmouth (2), Newcastle (2), Hull (1), Plymouth (1), Swansea (1), Topshon (1)
Campion, Offley, Hesketh & Comp <sup>a</sup> .	11	Londres (3), Lynn (2), Dover (1), Dublin (1), Leith (1), Hull (1), Newcastle (1), Yarmouth (1)
Lambert Kingston & Comp <sup>a</sup> .	9	Londres (5), Dublin (3), Hull (1)
Warre & Comp <sup>a</sup> .	9	Londres (2), Southampton (2), Lisboa (em lastro – 2), Liverpool (1), Portsmouth (1), Bordéus (1)
Bearsley Webb	8	Londres (4), Lynn (2), Plymouth (1), Portsmouth (1)
Arsher & Comp <sup>a</sup> .	7	Hamburgo (3), Baltimore (1), Bordéus (1), Dantzig (1), Stetin (1)
Bernardo Clamouse & Brown	7	Bilbau (1), Dublin (1), Galway (1), Londres (1), Norfolk (1), Nova Iorque (1), S. Vallerin (1)
Pennell, Smith e Comp <sup>a</sup> .	7	Terranova (6), Limerick (1)
Perry, Friend & Nassau	7	Londres (2), Dartmouth (1), Dumphrys (1), Lynn (1), Plymouth (1), Viana (em lastro – 1)
Bartolomeu Casey	4	Bristol (1), Dublin (1), Cork (1), Terranova (1)
Guilherme Little	4	Dublin (1), Falmouth (1), Liverpool (1), Vigo (1)
Page e Comp <sup>a</sup> .	4	Portsmouth (2), Bristol (1), Londres (1)
Searle	4	Newcastle (2), Hull (1), Londres (1)
Francisco Molloy	3	Dublin (2), Newry (1)
J. A. Patrone e Comp <sup>a</sup> .	3	Dublin (1), Plymouth (1), Swansea (1)
Newell	3	Sunderland (2), Aberdeen (1)
Thaddeo Wassermeyer	3	Estocolmo (1), Portsmouth (1), Terranova (1)
Guilherme Myler	2	Viana (em lastro – 1), (?)
Jorge Wye	2	Londres (2)
Amsinck	1	Dordrecht
Babington, Tidswell e Comp <sup>a</sup> .	1	Londres
Duarte Molloy	1	Dover

<b>Negociantes Estrangeiros</b>	<b>N.º de Barcos</b>	<b>Origem das Embarcações</b>
Guilherme Hopkinson	1	Corunha
Thomaz Snow e Comp <sup>a</sup> .	1	Swansea

Fonte: Correio Mercantil e Economico de Portugal, ano de 1801, N.ºs. 3 e seguintes, Embarcações que entraram pela barra do Porto...



# FONTES E BIBLIOGRAFIA

## I Fontes Manuscritas

### I.1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.)

- Conselho da Fazenda, Cartório da Casa da Índia
- Junta do Comércio, Maços n.ºs. 12, 14 e 61; Livros de registo de Matrícula dos Mercadores das Cinco Classes
- Intendência Geral da Polícia

### I.2 Biblioteca Nacional (Reservados)

- Colecção de mappas de organização, despeza e rendimento das Alfandegas de Portugal... ano de 1807, Ms., Códice 8729
- Mappa geral de diferentes objectos e noticias do Reino do Algarve, Ms., Códice 922
- Mappas das Alfandegas de Portugal, Annos de 1804, 1805, 1806, 1807, Ms., Códice 235
- Sumário Histórico da Alfândega do Tabaco, Ms., Códice 235

## II Fontes Impressas

### II.1 Jornais e Publicações Periódicas

*Abelha do Meio Dia*, 1809

*Almanach de Lisboa*, 1790 a 1800, 1802, 1803, 1805, 1807, 1812, 1814, 1817, 1820, 1823

*Correio de Lisboa*, 1812

*Correio Mercantil e Economico de Portugal*, 1794, 1795, 1800, 1801, 1809, 1810 e 1811

*Diario Lisbonense*, 1809 a 1813

*Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, 1811 e 1812

*Gazeta de Agricultura, do Commercio e das Artes*, 1813

*Gazeta de Lisboa*, 1790 a 1820

*Mercurio Historico Político e Litterario de Lisboa, 1794 a 1797*

## II.2 Documentação impressa

Alves (Francisco Manuel), Reitor de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo IV, Coimbra, 1911-1918

Biker (Júlio Firmino Júdice), *Supplemento à Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos publicos celebrados entre a Coroa de Portugal e As Mais Potencias Desde 1640*, Tomos XIII e XVII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878 e 1879.

Castro (José Ferreira Borges de), *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e As Mais Potencias Desde 1640 Até Ao Presente*, compilados, coordenados e anotados por... , Tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

*Elementos para a História Bancária de Portugal (1797-1820)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1963.

Ferreira (J.A. Pinto), *O comércio do vinho do Porto através da correspondência de John Whitehead, cônsul britânico na mesma cidade, endereçada a Mr. Warre (1793-1800)*, Porto, 1960.

Serrão (Joaquim Veríssimo), com introdução de, *A População de Portugal em 1798: o censo de Pina Manique*, Paris, Centro Cultural Português, 1970.

## II.3 Memórias, depoimentos, estudos e crónicas da época

Balbi (Adrien), *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres États de L'Europe (...)*, 2 vols., Paris, Grey et Gravier, 1822.

Brito (Joaquim José Rodrigues de), *Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal*, Lisboa, Imp. Regia, 1803.

Carrère (J.B.F.), *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.

Costigan (Arthur William), *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal, 1778-1779*, Tradução, Prefácio e Notas Augusto Reis Machado, 2 vols., Círculo de Leitores, 1992.

*Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Introdução e Notas de Boyd Alexander, Tradução e Prefácio João Gaspar Simões, 2ª. Edição, revista, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

Franzini (Marino Miguel), *Reflexões sobre o actual regulamento do exército de Portugal, publicado em 1816, ou analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à nação (...)*, Lisboa, na Impr. Régia, 1820.

Neves (José Acúrsio das), *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*, 5 vols., Lisboa, na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1810-1811.

Idem, *Memoria sobre os meios de melhorar a industria portugueza, considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa, Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1820.

Idem, *Variedades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas consideradas segundo os principios de economia politica*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Régia, 1814-1817.

*Observador Portuguez, Historico, e Politico de Lisboa, Desde o Dia 27 de Novembro do anno de 1807, em que embarcou para o Brazil o Principe Regente Nosso Senhor e toda a Real Familia, por motivo da invasão dos Franceses neste Reino, etc.*, Lisboa, Impressão Regia, 1809.

Ratton (Jacome), *Recordações sobre occurencias do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2ª. ed., revista por J. M. Teixeira de Carvalho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

Ruders (Carl Israel), *Viagem em Portugal, 1798-1802*, trad., Prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

Walton (Guilherme), *Carta primeira dirigida ao Conde Grey, primeiro ministro da Grã-Bretanha acerca do estado das relações políticas e comerciais entre Portugal e aquele País*, 2ªed., Lisboa, 1832.

### III Bibliografia

#### III.1 Dicionários, Enciclopédias e Histórias Gerais

*Armorial Lusitano: genealogia e heráldica*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961.

Brémond (Janine) e Gélédan (Alain), *Dicionário Económico e Social*, trad., Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d.

Grimberg (Carl), *História Universal*, trad., vols. 14 e 15, Lisboa, Pub. Europa-América, 1968.

Marques (A.H. de Oliveira), *História de Portugal*, Vol. I, 3ª. ed., Lisboa, Palas Editores, 1976.

Mattoso (José), direcção de, *História de Portugal*, Vol. IV — *O Antigo Regime (1620-1807)* e Vol. V — *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

Medina (João), dirigida por, *História de Portugal*, Vols. VII — *Portugal Absolutista* e VIII — *Portugal Liberal*, Alfragide, Ediclube, s.d.

*Nobreza de Portugal*, org. Afonso Eduardo Martins Zuquete, 3 vols., Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

Peres (Damião), direcção literária de, *História de Portugal*, Vol. VI, Barcelos, Portucalense Editora, 1934.

Serrão (Joel), dirigido por, *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., reed., Porto, Livraria Figueirinhas, 1981.

Serrão (Joaquim Veríssimo), *História de Portugal*, Vol. VI — *O Despotismo Iluminado (1750-1807)* e Vol. VII — *A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1982 e 1984.

### III.2 Obras sobre temas específicos

Ashton (T.S.), *A Revolução Industrial (1760-1830)*, Tradução, Notas e Índice Cronológico do Prof. Jorge de Macedo, 2ª. edição, refundida e actualizada, Lisboa, Publicações Europa-América, 1971.

Azevedo (J. Lúcio), *Épocas de Portugal Económico*, 3ª. ed., Lisboa, Clássica Editora, 1973.

Azevedo (Julião Soares de), *Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 1944.

Beirão (Caetano), *Dona Maria Primeira (1777-1792)*, 2ª. ed., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934.

Caetano (Marcello), *O Conselho Ultramarino — Esboço da sua História*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1967.

Idem, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos (História duma batalha: da liberdade dos mares às nações unidas)*, 3ª. ed., Lisboa, Edições Ática, 1965.

Castro (Armando), *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, 3ª. ed., Porto, Limiar, 1976.



Coelho (José Maria Latino), *História política e militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, Lisboa, 3 vols., Imprensa Nacional, 1885-1916.

Cortesão (Jaime), *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Portugália Editora, 1967.

Costa (Fernando Dores), *Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII*, in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), Lisboa, 1992, pp. 441-460.

Cunha (Carlos Guimarães da), *O Corso Norte-Africano em Finais do Século XVIII e Princípios do Século XIX, Um Tratado de Paz com a Argélia em 1813*, Lisboa, Tipografia Guerra, 2003.

Denis (Henri), *História do Pensamento Económico*, trad., Lisboa, 2 vols., Círculo dos Leitores, 1978.

Ferrão (António), *A 1ª. invasão francesa: a invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808, estudo político e social*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

Ferreira (Godofredo), *A Mala-Posta em Portugal: algumas notas para a sua história*, Lisboa, Sep. do Guia Oficial dos CTT, 1946.

França (José-Augusto), *O Romantismo em Portugal, Estudo de Factos Socioculturais*, Lisboa, 3 vols., Livros Horizonte, 1974.

Godinho (Vitorino Magalhães), *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Editora Arcádia, 1971.

Idem, *Ensaio II — Sobre História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1968.

Idem, *Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850*, Paris, Armand-Colin, 1955.

Grainha (Manuel Borges), *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, reed., Prefácio e Notas de António Carlos Carvalho, Lisboa, Editorial Vega, 1976.

Justino (David), *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1989.

Idem, *História da Bolsa de Lisboa*, Lisboa, Bolsa de Valores de Lisboa, 1994.

Macaulay (Rose), *Inglese em Portugal*, Porto, Civilização, 1950.

Macedo (Jorge Borges de), *A Situação Económica no Tempo de Pombal, Alguns Aspectos*, 2ª. ed., Lisboa, Moraes Editores, 1982.

Idem, *O Bloqueio Continental — Economia e Guerra Peninsular*, Lisboa, Delfos, 1962.

Idem, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1963.

Marques (A.H. de Oliveira), *Para a História dos Seguros em Portugal — notas e documentos*, Lisboa, Editora Arcádia, 1977.

Pedreira (Jorge Miguel), *Indústria e negócio: a estampanaria da região de Lisboa, 1780-1880*, in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), Lisboa, 1991, pp. 537-559.

Idem, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, Tese de doutoramento mimeografada, Lisboa, 1995.

Idem, *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*, in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), Lisboa, 1992, pp. 407-440.

Pereira (Miriam Halpern), *Portugal no Século XIX*, Vol. I, *Revolução, Finanças, Dependência Externa (de 1820 à convenção de Gramido)*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

Pinto (Albano da Silveira) (continuado pelo Visconde de Sanches de Baêna), *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Tomo II, 2ª. ed. (fac-simile), Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1991.

Rau (Virgínia), *Estudos de História, 1º. Volume, Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968.

Idem, *Estudos Sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Introdução e Organização de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1984.

Idem, *O Movimento da Barra do Douro durante o século XVIII: uma interpretação*, Porto, Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. 21, 1958.

Reis (Jaime), *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

Santos (Fernando Piteira), *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 2ª. ed., Lisboa, Pub. Europa-América, 1975.

Santos (Raul Esteves dos), *Os Tabacos/Sua Influência na Vida da Nação*, I vol., Lisboa, Seara Nova, 1974.

Saraiva, José Hermano, *A Companhia de Seguros Bonança — Cento e Cinquenta Anos de História*, Lisboa, 1960.

Serrão, Joel, *Fontes de Demografia Portuguesa (1800-1862)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

Idem, *Temas Oitocentistas — I*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

Silbert (Albert), *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

Sousa (Frei Luís de), *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, Vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1946.



Este livro foi composto usando o LibreOffice  
e as fontes Linux Libertine e Linux Biolinum  
em Janeiro de 2014 por Rodrigo N. B. Cunha